

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

**HINDUS DA QUINTA DA VITÓRIA EM PROCESSO DE REALOJAMENTO:
UMA ETNOGRAFIA NA CIDADE ALARGADA**

Rita d'Ávila Cachado

Tese submetida como requisito para obtenção do grau de

Doutor em Antropologia

Especialidade: Antropologia Urbana

Orientadora:

Prof. Doutora Maria da Graça Índias Cordeiro

Setembro, 2008

Financiamento:  Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

HINDUS DA QUINTA DA VITÓRIA EM PROCESSO DE REALOJAMENTO:
UMA ETNOGRAFIA NA CIDADE ALARGADA

Rita d'Ávila Cachado



Tese submetida como requisito para obtenção do grau de

Doutor em Antropologia

Especialidade: Antropologia Urbana

Orientadora:

Prof. Doutora Maria da Graça Índias Cordeiro

Setembro, 2008

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

ÍNDICE

Índice de Figuras	i
Lista de abreviaturas	iii
Normas editoriais e ortográficas	v
Agradecimentos	vii
Introdução	1
Do terreno ao objecto de estudo – Percurso etnográfico	1
Organização narrativa	9
Terrenos bibliográficos e documentais	12
E terrenos etnográficos	14
Última nota preliminar	17
Capítulo 1. Do bairro à cidade	19
1.1. O estudo de bairros na cidade	21
1.2. Bairros degradados e outras designações imperfeitas	24
1.3. O contributo da Antropologia Urbana – um percurso analítico	30
1.4. Críticas ao conceito de <i>cultura da pobreza</i>	37
1.5. O bairro é a cidade – considerações metodológicas	41
1.6. Os hindus da Quinta da Vitória também são urbanitas – considerações antropológicas	46
Capítulo 2. Quinta da Vitória - O bairro e os seus moradores	53
2.1. Quinta da Vitória, Portela, concelho de Loures – bilhete de identidade de um bairro	54
2.1.1. Apresentação do bairro – primeiras impressões	54
2.1.2. O edificado	58
2.1.3. Os espaços vazios	60
2.1.4. Onde começa e acaba o bairro	61
2.1.5. As populações residentes	63
2.2. Quinta da Vitória – uma história abreviada	66
2.2.1. O bairro cresce com as pessoas que vão chegando	67
2.2.2. A instalação da rede eléctrica – antes e depois	72
2.2.3. A Expo 98 – antes e depois	75
2.2.4. O realojamento parcial – antes e depois	76
2.2.5. O templo de Jai Ambé	82
Capítulo 3. Do bairro à cidade alargada	87
3.1. O bairro é como uma aldeia?	88
3.2. O bairro é um gueto?	91
3.3. Os limites da segregação da Quinta da Vitória	95
3.3.1. Sobre uma eventual mudança da fronteira administrativa	95
3.3.2. Bairro-fronteira: travões à mobilidade urbana	98
3.3.3. Mobilidades alternativas: as boleias	102
3.4. Entre a segregação espacial e social e vantagens da diáspora	105
3.4.1. Contexto urbano e migratório dos hindus da Quinta da Vitória	105
3.4.2. Concentração residencial na cidade alargada – uma rede de <i>clusters</i> étnicos intra e inter-urbana?	109

Capítulo 4. O Programa de Realojamento. Ambiente histórico, político e social.....	115
4.1. Ambiente histórico e político do PER.....	116
4.1.1. Políticas sociais de habitação em Portugal.....	116
4.1.2. A emergência do PER.....	121
4.1.3. O decreto-lei 163/93 de 7 de Maio – o PER.....	124
4.2. Ambiente social do PER.....	126
4.2.1. (de algumas) reflexões publicadas.....	127
4.2.2. (de algumas) reflexões públicas.....	130
4.2.3. Reflectir depois das reflexões.....	136
 Capítulo 5. O curso do realojamento na Quinta da Vitória.....	 139
5.1. O recenseamento da população residente (1992).....	139
5.2. Os primeiros passos do PER na Quinta da Vitória (1995-2000).....	141
5.2.1. O papel das instituições junto da população do bairro.....	142
5.2.2. A edificação do bairro social Dr. Alfredo Bensaúde.....	144
5.3. O realojamento principal (2002).....	145
5.4. De um lado e do outro do realojamento. Adaptação em dois bairros contíguos espacialmente.....	150
5.4.1. Vida nova no bairro social.....	150
5.4.2. e vida nova nas <i>barracas</i>	152
5.5. Indemnizar em vez de realojar (2005-2007).....	155
5.5.1. Alternativas dos moradores: alugar uma <i>barraca</i> , subalugar uma casa de realojamento ou emigrar.....	157
5.5.2. As propostas de indemnização vistas pelos moradores: <i>O dinheiro voa e a casa não</i>	159
5.6. A demolição de <i>barracas</i> em 2006 – resistência inesperada.....	161
5.6.1. Intervenção do DaH na Quinta da Vitória.....	166
 Capítulo 6. O programa de realojamento a partir de dentro. Os processos familiares de habitação.....	 177
6.1. A exploração de um arquivo.....	180
6.1.1. A pesquisa no Gabinete de Intervenção Local.....	180
6.1.2. Dos processos às casas.....	184
6.2. A análise dos processos.....	186
6.2.1. De que é composto um processo familiar.....	186
6.2.2. Relações entre processo e história familiar.....	188
6.2.3. Documentação requerida administrativamente.....	193
6.2.4. Visitas domiciliárias.....	197
6.2.5. Atendimentos às famílias e recepção de cartas dirigidas à autarquia.....	198
6.3. Vigilância das famílias indianas?.....	203
 Capítulo 7. Uma comunidade entre dois bairros – Práticas religiosas em situação.....	 209
7.1. Análise de situação.....	212
7.2. O templo de Jai Ambé. Mudança do local de culto.....	214
7.3. O Holi.....	222
7.4. O Janmashtami.....	224
7.5. Os rituais públicos.....	226
 Conclusão.....	 229

Glossário Gujarati.....	239
Referências bibliográficas	241
Anexos.....	261

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Freguesia da Portela (Loures). Bairro da Quinta da Vitória assinalado a preto.....	55
Figura 2 – Croqui do bairro da Quinta da Vitória, elaborado a partir do Google Earth, pela autora.....	57
Figura 3 – Croqui do bairro da Quinta da Vitória (adaptado).	63
Figura 4 – Extracto adaptado da Folha 417 da Carta Militar de Portugal, Instituto Cartográfico do Exército (2001). Escala original: 1: 25000.....	96
Figura 5 – Mapa de Coroas do Sistema de Passes.....	100
Figura 6 – Mapa da distribuição das populações hindus na AML, que frequentam os templos de Santo António dos Cavaleiros e da Portela.	107
Figura 7 – “Título: Resumo dos principais traços dos programas de habitação social (1960-1980)”.	117
Figura 8 – Vista do projecto do bairro social Dr. Alfredo Bensaúde, Manuel Nunes Arquitectos, Lda.	145
Figura 9 – Adaptação do mapa do recenseamento CET, 1992. Projecção espacial dos processos familiares de habitação analisados de acordo com as fases da pesquisa.	185

LISTA DE ABREVIATURAS

AML – Área Metropolitana de Lisboa

CET – Centro de Estudos Territoriais

DaH – Grupo de Trabalho Direito à Habitação, da Associação Solidariedade Imigrante

DC – Diário de Campo

DMH – Divisão Municipal de Habitação (Câmara Municipal de Loures)

Gebalis – Gestão de Bairros Municipais de Lisboa, EP

GIL – Gabinete de Intervenção Local

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património e Habitação do Estado

INH – Instituto Nacional de Habitação

PER – Programa Especial de Realojamento

PNLCP – Plano Nacional de Luta Contra a Pobreza

SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local

Solim – Associação Solidariedade Imigrante

NORMAS EDITORIAIS E ORTOGRÁFICAS

Por comodidade dos leitores não versados em gujarati, optámos por prescindir de sinais diacríticos.

Os termos em gujarati foram transliterados para a língua inglesa, uma vez que a transliteração utilizada na literatura é, na sua maioria, feita a partir desta língua (e.g. *guit* em lugar da grafia possível em português *git*). Todavia, sempre que os termos estejam disponíveis no sistema linguístico português, eles serão adoptados (e.g. brâmanes).

O *h* em gujarati deve ser lido aspirado quando seguido de vogal (e.g. *havan*) e mudo quando precedido de consoante (e.g. *bhajan*). Optámos por utilizar *ph* em vez de *f* (e.g. *phalgun*), já que no gujarati falado localmente o som da letra correspondente é mais próximo do *p* do que do *f*.

A maior parte dos substantivos estão escritos com letra minúscula (e.g. *murti*), levando em linha de conta que as línguas do sub-continente indiano não diferenciam, nos casos em questão, as maiúsculas e as minúsculas. Contudo, seguindo a regra na língua portuguesa, atribuímos maiúsculas aos nomes próprios, incluindo os nomes de divindades e das principais festividades do calendário religioso (e.g. Holi). À excepção dos nomes próprios, os demais vocábulos encontram-se em itálico (e.g. *tali*).

As palavras em gujarati encontram-se explicitadas (de acordo com os dados fornecidos no terreno) num glossário no final deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Todas as palavras são poucas para agradecer a tantas pessoas que me ajudaram, de muitas formas, a concretizar este trabalho.

Sem pretensões de exaustividade, começo por agradecer aos protagonistas deste trabalho, os moradores hindus da Quinta da Vitória (ou que já moraram lá). Agradecimentos especiais neste sentido são dirigidos à Bina e à Dina, amigas e confidentes, que me deram as melhores sugestões para o trabalho e para a vida. Os agradecimentos são extensivos a todos os elementos das suas famílias, que me acolheram e aturaram. Na Portela, os agradecimentos são também para a Nisha, a Vaishaki, a Dulcina, a Bharti, a Dimpal, a Manisha, a Parisha, a Shandaben, a Tiroshni, e às senhoras mais divertidas que alguma vez conheci, Motibai, Manglaben, Muktaben, Jaialakshmiben, Susilaben, Nimuben, Bradulaben, e também à Vrasniben, das primeiras senhoras que me acolheram em casa. Em Santo António dos Cavaleiros, um agradecimento especial à Krishna e família, à Vanitaben, à Indiraben, entre outras. Em Marvila, à Medaben, à Pamuben e suas famílias. Em Leicester (e antes, tantas vezes, na Quinta da Vitória), à Manjulaben, por tudo, e ainda à Vibutiben e marido, à Khilona e à Yoguita.

A aceitação do projecto e o financiamento ao longo dos últimos quatro anos, devo-os à Fundação para a Ciência e a Tecnologia, sem a qual este trabalho não passaria de ideia.

Uma palavra especial é dirigida à minha amiga e orientadora deste trabalho, Graça Índias Cordeiro, cujo espírito – certamente mais jovem do que o meu – me animou em todos os momentos sem excepção. A grande liberdade (sobretudo a de pensamento, que é a mais importante de todas em geral e na investigação em particular) que me proporcionou no trabalho tem a mesma medida que o seu empenho em todos os domínios da vida.

Agradeço a colaboração de muitas pessoas que trabalham no município de Loures e que me ajudaram de diferentes formas em ocasiões diversas. No GARSE, agradeço em primeiro lugar à Cristina Santinho, que acolheu o meu estágio em 2000, e à Carla Assunção, sempre disponível. No GIL da Portela, agradeço à Ana Luísa e à Hélia Correia. No GIL do Prior Velho agradeço em primeiro lugar ao Dr. Norberto Rodrigues, mas também à Dra. Sandra Peseiro e ao Dr. Luís Cardoso, e ainda à Alice e ao Senhor António. Na DMH agradeço à Dra. Eugénia Esteves e na vereação da Habitação agradeço ao Vereador António Pereira e à Dra. Sónia Paixão. Actualmente no GIPA, agradeço ainda ao Eng^o Flores Santos.

No início da investigação, agradeço à Presidente da Junta de Freguesia da Portela, Dra. Jeni Neves o seu apoio, bem como a algumas pessoas em diversas instituições ligadas ao bairro. Agradeço especialmente à Dra. Godelieve, à Enf^a Lucília, e ao Manish Fernandes.

As pessoas a quem agradeço de seguida apoiaram as minhas pesquisas bibliográficas: no IGAPHE, à Dra. Regina Lopes e à Dra. Cremilde Trindade; no IGP, à Dra. Maria Piedade Dias, na LSE, à Professora Anne Power e à Marta Faria; no CDU, à Professora Anne Querien, no CET, à Dra. Isabel Guerra, à Fátima Santos e à Teresa Amor.

O presente etnográfico levou-me a partilhar o entusiasmo do activismo na Quinta da Vitória em 2006, com a Justine LeMahieu, com a Silvia Almeida, com a Rita Silva, e com o André Struder Ferreira.

Com presença no final desta dissertação (ver anexos), agradeço aos fotógrafos que gentilmente me cederam as suas preciosas imagens: Paulete Matos, José Tomas Pujol C. e Tiago Ganhão.

Pela influência no encaminhamento das pesquisas, tanto através de sugestões directas, como através das suas aulas e dos seus exemplos, agradeço aos professores (por ordem *cronológica*): Paula Godinho, Jorge Crespo, Rosa Perez, Brian O'Neill, António Firmino da Costa e Luís Baptista.

No início deste percurso conheci quatro pessoas fantásticas. Acompanharam-me sempre. Nunca hesitaram em ajudar, partilhar, almoçar ou jantar. E contribuíram para o meu crescimento a vários níveis nestes quatro anos, e espero que por muitos mais. São amigos e são colegas. Há algo melhor? Obrigada Lígia Ferro, Inês Pereira, João Pedro Nunes e Gonçalo Gonçalves.

Os agradecimentos seguintes hesitam na ordem e na catalogação. Uns ajudaram no ânimo, outros com sugestões, alguns apenas estando disponíveis, respondendo a dúvidas ou simplesmente aceitando as minhas. É com enorme gratidão a cada um e a cada uma, que vos nomeio: (colegas e amigos) Inês Lourenço, Sónia Almeida, Eduardo Ascensão, Pedro Roxo, Patrícia Pereira, Sofia Miranda, Cláudia Pereira, Isabel Raposo, Otávio Raposo, (aos amigos e às vezes também colegas) Joana Lucas, Ana Cruz, Renata Gonçalves, Filipe Calvão, (aos amigos) Ana Valente, Felicidade Martins, Joana Pereira, João Carlos Louça, Leonor Noivo, Madalena Miranda, Marta Faria, Patrícia Carvalho, Paula Brandão, Ricardo Malcata. E à Célia Figueira.

Liberdade, acolhimento e apoio, foi o que me deram – sempre – os meus pais, Ana Maria e João, a minha irmã e cunhado, Joana e Paulo e a Ti Luísa. Pelo sorriso provocado mesmo nas horas difíceis, agradeço ao meu sobrinho Pedro.

A escrita metódica distrai-me da presente condição dos homens. A certeza de que está tudo escrito anula-nos ou envaidece-nos.
Jorge Luís Borges, 1941, “A Biblioteca de Babel”, *Ficções*

O pensamento e a experiência modernos ensinaram-nos a ser sensíveis ao que está implicado na representação, no estudo do Outro, no pensamento racial, na aceitação irreflectida e acrítica da autoridade e das ideias autoritárias, no papel social e político dos intelectuais, no enorme valor de uma consciência crítica céptica. Se nos lembrarmos que o estudo da experiência humana tem muitas vezes uma consequência ética, para não dizer política, consequência no melhor ou no pior sentido, talvez não permaneçamos indiferentes ao que fazemos enquanto eruditos. E que norma melhor pode haver para o intelectual que a liberdade e o conhecimento humanos? Talvez também devêssemos recordar que o estudo do homem em sociedade se baseia na história e na experiência humana concretas, e não em abstrações pedantes, em leis obscuras ou em sistemas arbitrários. O problema consiste então em fazer com que o estudo se ajuste e de certo modo seja configurado pela experiência, uma experiência iluminada e talvez transformada pelo estudo.
Eduard Saïd, 1977, *Orientalismo*

INTRODUÇÃO

DO TERRENO AO OBJECTO DE ESTUDO – PERCURSO ETNOGRÁFICO

A primeira vez que fui à Quinta da Vitória (concelho de Loures)¹ em 2000, ia imbuída de um espírito antropológico objectivo e pragmático que rapidamente foi substituído pelo que o nível sensorial me transmitia². Em simultâneo, sons, cheiros, olhares que as pessoas me retribuía, forneciam-me uma sensação global de estar a visitar um lugar exótico a vários níveis: era a minha primeira visita a pé a um bairro de *lata*; pela primeira vez reparava em elementos *exóticos*, repetindo a expressão que estava habituada a ouvir mais por parte de amigos turistas do que de antropólogos. Os meus *gurus* antropólogos ensinaram-me antes a procurar olhar com despreendimento relativamente aos preconceitos que possam existir sobre o desconhecido e com desconfiança perante a adjectivação dos leigos quando em presença do *outro*. Tinha a vigilância da leitura de Edward Saïd (1978), que me indicava, *sou afinal uma ocidental que não resiste ao apelo do oriente*, ou *estou a deixar-me levar* pelos sentidos tal como os escritores românticos do século XIX que escreviam sobre o Cairo e sobre a Índia. Tentando afastar pensamentos impregnados de estereótipos sobre populações imigrantes e sobre bairros degradados, depois de conversar com algumas pessoas fui para casa descrever o meu primeiro dia de terreno, como se fosse um baptismo na profissão de antropóloga. Desde esse dia até me convidarem pela primeira vez para vestir um *panjabi*³, a pedido de uma informante, passaram-se quatro longos meses de um trabalho de campo apadrinhado pela autarquia de Loures, em vez do apoio, para mim mais desejável, da universidade.

Nessa primeira experiência fui percebendo que o processo de realojamento pelo qual a população do bairro atravessava era um tema que perpassava o quotidiano. Apesar de, então, ter outros objectivos para concretizar no estágio profissional, como a

¹ O bairro de referência desta dissertação. Outro conjunto habitacional importante é o bairro social Dr. Alfredo Bensaúde, onde foram realojadas cerca de 30 famílias da Quinta da Vitória. Os capítulos 3 e 5 apresentam e problematizam estes espaços residenciais.

² Herzfeld refere que os sentidos são difíceis de explicar para os membros de uma comunidade (Herzfeld, 2001: 241); essas tentativas demonstram, enfim, a exterioridade inerente do investigador que se aproxima de um terreno. Mas diz também que “(...) An anthropology that refuses to admit the significance of what it lacks the technical means to measure or describe would nevertheless be a poor empirical discipline indeed.” (Herzfeld, 2001: 248).

³ Para este termo e seguintes, v. glossário gujarati, no final da dissertação.

caracterização da população hindu do bairro, e perceber quais as pessoas mais influentes no seio dessa população, as preocupações do dia-a-dia que os moradores me transmitiam passavam pela temática da habitação e pelas carências do bairro. Uma vez que a autarquia me dava liberdade para vivenciar aquele estágio como um processo de descoberta do trabalho de terreno, adoptei uma postura que, aos olhos de uma metodologia clássica, poderia ser descrita como pouco profissional. Sem caderno nem máquina fotográfica, a minha abordagem às pessoas e às famílias que me abriam a porta, e em consequência, as conversas que tínhamos, desenvolvia-se sobretudo através do contacto visual e da exposição das razões da minha presença e dos meus objectivos⁴. Mais do que perguntar, escolhi ouvir o que aos moradores lhes apetecia dizer. Se se levantava alguma dúvida sobre os meus propósitos no bairro, respondia o que tinha a responder, acrescentando que o meu principal objectivo era perceber como vivia esta população o seu quotidiano no bairro. A inquietação que recebia como resposta, obrigava-me a explicitar que queria perceber, passando tempo com elas, como passavam os dias e quais as suas preocupações, não queria fazer perguntas naquilo que eu via como *importunar* as pessoas. Perguntava, por isso, qual era a melhor hora para visitar sem incomodar, e oferecia-me para auxiliar em tarefas, porque seria uma forma de aprender. O que quisessem contar, contavam, o que não quisessem não contavam. A minha ingenuidade inicial conduziu-me ainda ao extremo de não me preparar teoricamente relativamente à população com quem estava a começar a fazer trabalho de terreno, levando-me, quando punha questões sobre determinados aspectos ou práticas, a fazê-lo de forma provavelmente estereotipada e muitas vezes desenquadrada. Mas foi assim que me apercebi do quotidiano do bairro e dos tempos diurnos mais importantes. A maior parte das minhas visitas passou, por isso, a realizar-se ao fim da manhã ou a partir das 16 horas até ao final da tarde em qualquer dos dias úteis da semana. Esse era o tempo mais livre das mulheres hindus do bairro⁵. Os outros tempos diurnos e nocturnos foram colmatados sobretudo através do acompanhamento de diferentes rituais públicos

⁴ Ao ler a colectânea de Sanjek (1990) sobre notas de terreno, foi apaziaguador confrontar-me na literatura com outros antropólogos que falam do seu desconforto em tirar notas diante dos informantes, em simultâneo com a forte possibilidade de esta postura causar confusão sobre o papel do antropólogo (Jackson, 1990:11;20). V. também Sanjek (2000).

⁵ As questões de género não são problematizadas teoricamente neste trabalho. Surgirão no texto apontamentos que apontam para a prevalência do género feminino no terreno, situação que decorre, em parte, do género da investigadora (Golde, 1970). A problematização das questões de género requereria outro tipo de análise, não convocada para este trabalho. Contudo, a forma transversal como as mulheres surgem neste trabalho corresponde ainda a uma tentativa de responder ao repto da Antropologia feminista, que advoga pela incorporação natural e não artificial do género feminino. Ao destacá-lo, estaria, de certa forma, a sublinhar um suposto estatuto subalterno (cf. Moore, 1988).

e privados seguindo o calendário hindu-gujarati⁶, dentro e fora do templo, dentro e fora das casas, dentro e fora do bairro, entre 2000 e 2008.

Ganhando a confiança de algumas famílias, sobretudo de algumas mulheres, que era quem estava no tempo diurno em que visitava o bairro, elas levavam-me às suas cozinhas, diziam como faziam os cozinhados, falavam das vizinhas, de problemas de saúde, dos filhos, das tarefas domésticas, das ocupações profissionais quando as tinham. Falavam do facto de estarem à espera do realojamento; faziam-me perguntas sobre se eu sabia alguma coisa sobre o lugar onde seriam realojados, uma vez que o meu trabalho era *para a Câmara*, e se podia pedir a alguém na autarquia para lhes acelerar o processo. Os moradores do bairro não estavam, já então, alheados da realidade do resto do concelho. Sabiam que os moradores de alguns bairros de *barracas* já tinham sido realojados ou estavam em vias de concretizar esse processo, e perguntavam-se para quando estaria previsto o realojamento da Quinta da Vitória. Apesar da desconfiança inicial em relação ao facto de eu estar a realizar um trabalho para a Câmara Municipal de Loures, essa desconfiança desvanecia-se quando dizia que o meu estágio não era remunerado. O desprendimento económico, não necessariamente positivo para as pessoas com quem conversava, era nessa altura perspectivado positivamente pelas minhas interlocutoras, ao perceberem que estava ali *de graça*. A semelhança entre a não remuneração do meu estágio e o seu trabalho doméstico, por mim perspectivado de igual valor a qualquer tipo de trabalho pago, representava assim uma via de identificação entre investigadora e informantes privilegiadas. De qualquer forma, as pessoas que não conhecia pessoalmente, associaram-me quase sempre à autarquia, mantendo, por isso, a devida distância. Outras pessoas, que não me deram mais confiança do que algumas visitas a suas casas, aproveitavam a minha presença para tentar fazer pedidos à autarquia, ou queixas, imaginando que eu poderia servir de interlocutora. Essa possibilidade de exercer uma posição de intermediária não deixou de estar presente ao longo dos anos, mesmo entre as pessoas com quem aprofundi o conhecimento e amizade.

A religião hindu, não só nesses primeiros meses de terreno como na maior parte das visitas que fiz ao bairro ao longo dos anos, era um tema sempre presente mas ao mesmo tempo sempre subentendido; ou seja, não era um tema tão evidente, como eram a

⁶ O termo hindu-gujarati serve para distinguir uma população provinda do Estado do Gujarate, no Noroeste da Índia, com forte tradição diaspórica, utilizada na literatura sobre estas comunidades.

habitação, a saúde, ou a família. Era transversal, mas não explicitado. As pessoas que visitava realizavam à minha frente os seus *puja* caso fosse essa a altura do dia; só de início me resguardaram dos templos domésticos, iam ao templo do bairro e convidavam-me para segui-las, mas as práticas religiosas não constituíam um tema que se evidenciasse nas conversas sem guião. O início da partilha de questões relacionadas com a religião começou com a intensificação da assistência às cerimónias próprias do calendário hindu. Assim, tendo começado as primeiras visitas em Março de 2000, em Junho surgiram os primeiros casamentos e comecei a ser familiarizada com as festividades e as mais diversas celebrações. A ausência de questões relativas às práticas religiosas fora do calendário hindu deve-se, pelo menos nesse primeiro ano, ao facto de eu estar então a realizar um estágio para a Câmara. Tendo em conta que a maior parte das vezes não fazia perguntas direccionadas aos moradores, uma parte das perguntas dos meus interlocutores focavam-se na sua própria relação com a autarquia, que passava, já nessa altura, pela expectativa do realojamento. Quando comecei a tecer questões sobre a religião, o que fazia apenas quando ocorria alguma situação quotidiana relacionada, as respostas eram vagas e muito afastadas do meu – curto – imaginário associado aos estudos sobre a religião hindu. Notando a desilusão inicial face às respostas que obtinha, o meu principal exercício era imaginar um antropólogo perguntando-me sobre determinados aspectos da minha suposta filiação religiosa, o que não tardou a acontecer na prática. Para dar um exemplo, questionaram-me uma vez sobre o que representava o dia da espiga. Embora eu soubesse responder em termos gerais a esta e outras questões, se quisesse responder com cuidado, poderia acontecer uma das seguintes situações: ou complementava os meus conhecimentos com outros que achasse importantes para a mesma questão, ou dizia à pessoa que me colocasse as perguntas, para ir falar com um padre. Em alternativa, com alguma pessoa que eu conhecesse que fosse, vamos supor, católica praticante. Isto é, faria aquilo que as minhas informantes faziam: davam as informações conforme sabiam responder, se é que de facto as questões colocadas eram de alguma forma propositadas de acordo com os seus conhecimentos, e as suas formas de ver as práticas e símbolos religiosos, ou remetiam-me para os seus maridos ou para alguma pessoa em concreto no bairro. Devido a este tipo de constrangimentos iniciais de percurso e reflexão sobre o método etnográfico, mantive a postura de não insistir sobre questões que causavam estranheza aos meus interlocutores. Muito embora não tenha ilusões sobre o facto de os investigadores deterem o poder sobre os contornos da constituição do objecto de estudo,

esta reflexão prévia sobre questões colocadas e não colocadas procura explicar como surgiu o tema do realojamento e da habitação. Foram os temas que sobressaíram com menos constrangimentos no terreno.

A realização da minha primeira experiência de terreno prolongada deve-se ao Gabinete de Assunto Religiosos e Sociais Específicos (GARSE) da Câmara Municipal de Loures, no bairro da Quinta da Vitória, um espaço que viria a tornar-se o principal *locus* de recolha de informação para os diversos objectivos de estudo que escolhi abordar. No fim dessa experiência em que uma das coisas que descobri em termos de metodologia era que me faltava um suporte teórico mais aprofundado, tive a necessidade de recomeçar a estudar. Por isso, depois do estágio profissional com o cunho da Câmara, inscrevi-me num mestrado em Antropologia no ISCTE, com especialização em Colonialismo e Pós-colonialismo. Era a primeira edição do mestrado, e nitidamente seguia a actualidade nacional: depois da Exposição Mundial de Lisboa, em 1998 (Expo 98), o país parecia mais preparado para analisar e repensar o seu passado colonial, para lá dos estudos de carácter histórico, que já tinham começado a ser empreendidos antes. A Antropologia pós-colonial desenvolvida sobretudo na academia anglo-saxónica, e com bons *apports* para a disciplina central, dava os primeiros passos em Portugal através deste mestrado, que levou a maioria dos seus alunos a desenvolver trabalho de pesquisa *overseas*, para rever, por um lado, o passado colonial em contextos específicos e, por outro, como determinadas populações vivem hoje essa mesma herança.

A abertura de inscrições para este mestrado encaixava facilmente nas minhas necessidades de aprofundamento de estudos antropológicos para poder continuar a estudar com a mesma população que me acolhera na Quinta da Vitória. Continuei por isso a visitar regularmente o bairro, e realizei trabalho de campo em Diu, num total de 14 semanas. Nas duas viagens para realizar pesquisa em Diu fui acompanhada da minha colega e amiga Inês Lourenço, que empreendera entretanto o início das suas investigações junto da comunidade hindu de Santo António dos Cavaleiros. Foi através dos seus contactos privilegiados que tivemos oportunidade de viajar até ao contexto de origem das populações com quem começámos a estudar em Portugal. A primeira viagem, entre Janeiro e Fevereiro de 2002, foi realizada com uma família cujo objectivo principal foi a realização do casamento da filha mais nova. Acompanhámos por isso todo o processo ao longo de cinco semanas de estada, participando do quotidiano de

uma família emigrada há várias gerações e retornando à aldeia de origem sobretudo para fins rituais. A segunda viagem, entre Outubro e Dezembro de 2002, realizámos novamente as duas, desta vez sem o apoio de uma família mas permitindo, por isso mesmo, o contacto com um vasto leque de familiares de pessoas que conhecêramos na Quinta da Vitória e em Santo António dos Cavaleiros. Com objectivos de pesquisa diversos, mantivemos desde essas primeiras pesquisas uma partilha constante não só de dados e de informações, mas também das inquietações decorrentes do trabalho de terreno e ainda das pequenas angústias do percurso frágil como investigadoras juniores. Contrariando uma história da Antropologia portuguesa em que a grande maioria de trabalhos de pesquisa, quer incidindo sobre contextos dentro do território nacional, quer incidindo sobre terrenos noutros países, são realizados de forma isolada, em que os terrenos são dificilmente testemunhados pelos colegas, eu, a Inês Lourenço e o Pedro Roxo⁷, seguimos as pegadas da Professora Doutora Susana Pereira Bastos, reconhecendo o seu terreno diversificado na Área Metropolitana de Lisboa (AML), os seus informantes, as suas conclusões e colocando novas hipóteses de pesquisa sobre a vida da população hindu da AML.

Juntamente com o estudo de documentação diversa sobre a presença portuguesa naquela pequena ilha do Gujarat, as viagens a Diu perfizeram as bases para a dissertação de mestrado⁸, que versou sobre a importância do passado colonial português, sobretudo do período final do chamado Estado Português da Índia, um período histórico concomitante com o *início do fim* do Estado Novo para a população habitante em Diu, e que tem ecos na população hindu residente na Quinta da Vitória e noutros locais da AML.

Durante o mestrado, como disse, continuei a visitar o bairro assiduamente. Apesar de não estar concentrada nos acontecimentos do bairro, fui registando despreocupadamente em diário de campo todas as visitas e respectivas informações recolhidas sobre a vida no bairro. De forma descontraída, as minhas visitas ao bairro seguiam sobretudo o

⁷ Um colega especialista em estudos de Etnomusicologia. Inicialmente, Pedro Matias partilhou também o mesmo terreno, sobretudo em 2002, e Helena Sant'Anna, que visitou os mesmos terrenos, terá continuado o seu trabalho junto da comunidade. Sobre a partilha de contextos etnográficos em situação de estudos pós-graduados, é de salientar, no mesmo mestrado que frequentámos, a etnografia partilhada em Timor por Miranda (2003) e Antunes (2003), bem como o caso de Joana Lucas e Raquel Carvalheira na Mauritânia, no âmbito do projecto de pesquisa "Castelos a Bombordo. Práticas de monumentalização do passado e discursos de cooperação cultural entre Portugal e os países árabes islâmicos" (2003-2006).

⁸ Orientada pela Professora Doutora Rosa Maria Perez (v., e.g., Perez, 1994).

calendário hindu e, fora dele, visitava algumas informantes privilegiadas. Alternando entre aceder ao bairro de automóvel ou de autocarro, os percursos dentro do bairro eram sentidos como se estivesse a passear (*hanging out*⁹) até chegar às casas que mais visitava. Foi nesse deambular que fui conhecendo melhor os diferentes espaços do bairro. Contudo, embora conhecesse uma boa parte dos moradores de vista, e tivesse visitado regularmente cerca de 10 famílias no decorrer do estágio profissional, os meus contactos privilegiados circunscreveram-se, salvo raras exceções, a três famílias na Quinta da Vitória. Contudo, sobretudo ao longo dos últimos três anos, o contacto privilegiado sistemático restringiu-se a duas informantes. O contacto estreito com duas informantes coloca termos como informante e interlocutor definitivamente desajeitados¹⁰. A utilização destes reflecte apenas os termos utilizados na literatura antropológica, não fazendo jus à realidade encontrada. Acompanhei as suas vidas na sua relação com o bairro ao longo de oito anos. Elas acompanharam as minhas visitas ao bairro, o início do meu percurso académico, foram-me dando ideias para trabalhar, refutando perspectivas, reconstruindo hipóteses. Uma grande parte das informações por elas fornecidas serviu-me de mote para escolher abordagens (Rabinow, 1984: 165). Tornaram-se minhas amigas e companheiras neste percurso, abrindo-me as portas ao bairro e à comunidade, introduzindo-me a novas pessoas.

Alguns dos principais acontecimentos para a população hindu da Quinta da Vitória deram-se no ano de 2002, quando estava a realizar o mestrado. Parte da população foi realojada num bairro de habitação social contíguo à Quinta da Vitória, o bairro social Dr. Alfredo Bensaúde e nessa altura muitas *barracas* foram demolidas, transformando para sempre a configuração do bairro, modificando os percursos dos moradores, e diluindo os esforços das famílias relativamente à manutenção dos espaços e das casas do bairro, uma vez que o processo de realojamento parecia começar a acelerar. Primeiro, uma parte da população; em breve *seria* a população restante. Foi nesse ano que o espaço onde realizava o trabalho de campo foi também alterado. A *minha* Quinta da Vitória passaria a englobar o primeiro quarteirão de prédios do bairro social Dr. Alfredo Bensaúde, uma vez que os moradores deste quarteirão tinham vivido durante quase vinte anos na Quinta da Vitória.

⁹ V., e.g., Bernard (2006: 368-9).

¹⁰ V. Agier (2001).

Ao olhar para a população hindu do bairro, primeiro através de um estágio profissional para a autarquia, depois através de um quadro teórico sustentado nos estudos antropológicos pós-coloniais, predominavam no meu diário de campo as informações relativas à vida da população hindu na Quinta da Vitória enquanto população que estava a atravessar um processo de realojamento. Foi em parte devido à releitura do diário de campo no fim do mestrado que comecei a delinear o objecto de pesquisa que sustenta esta dissertação, explicitado no parágrafo seguinte. Tendo seleccionado o objecto de estudo, percebi que o seu enquadramento teórico estaria mais relacionado com a Antropologia Urbana, já que aquele objecto me obrigaria a olhar não só para a população hindu do bairro como para as políticas de habitação, para a própria intervenção da autarquia no bairro, para documentação que transcenderia os aspectos culturais próprios de uma população hindu; enfim, teria de olhar para a relação entre a população hindu do bairro e a cidade alargada. Beneficiei do facto de nesse ano ter aberto a primeira edição do Programa Internacional de Doutoramento em Antropologia Urbana, um programa resultante de um protocolo entre o ISCTE e a Universitat Rovira i Virgili, em Tarragona. Deste modo, pude confrontar-me, em situação lectiva, com matérias com que não tivera contacto até então, facilitando grandemente o trabalho de pesquisa bibliográfica e aprofundamento teórico e metodológico.

Tendo já realizado uma parte do trabalho de terreno quando iniciei a investigação, a convivência com a comunidade hindu da Quinta da Vitória indicava-me duas dinâmicas principais: a da deslocação para outras zonas da AML tanto para fins rituais como para resolver questões do quotidiano; a expectativa relativamente ao seu futuro em termos de habitação, por estarem inscritos no Programa Especial de Realojamento (PER). O projecto de doutoramento ressaltou deste modo do próprio terreno, e nele inscrevi o objectivo de compreender o presente da população hindu daquele bairro, um presente que passa por um processo de realojamento, lento. A hipótese mais premente era a de que as linguagens da população em estudo e as das instituições que levam a cabo o processo de realojamento seriam diferentes e de difícil compreensão de parte a parte. A forma como estes dois universos reagem às incompreensões mútuas no âmbito do processo de realojamento foi a principal pergunta que me coloquei e, em consonância, a sua resposta constituiu o principal objectivo a atingir na investigação realizada. É dele que procuro dar conta ao longo desta dissertação, numa estratégia que passa por dar a conhecer dados que concorrem para essa mesma compreensão. A organização da

narrativa, que se apresenta em seguida, oferece esse itinerário. No seu todo, esta investigação vai partilhando as pistas que fui encontrando para trabalhar aquele objectivo. A estratégia para a abordagem teórica, de acordo com o conhecimento do terreno, inscreve-se nas perspectivas da Antropologia urbana, necessárias para o caso em estudo.

ORGANIZAÇÃO NARRATIVA

O material de pesquisa interpretado ao longo desta dissertação vai-se inter cruzando ao longo dos capítulos, não obstante a sub-divisão deste trabalho procurar alcançar diferentes objectivos específicos. Procurei manter a reflexão teórica ao longo dos capítulos, mas dediquei-me especialmente a um enquadramento deste trabalho no âmbito da Antropologia urbana, no capítulo 1. É um capítulo que serve também de introdução às problemáticas que me preocuparam ao longo do trabalho, donde ressalta a necessidade de cruzar os contributos da Antropologia urbana com uma parte dos debates actuais da Antropologia pós-colonial. Em pano de fundo a todo o trabalho, este tipo de abordagem permitiu, a meu ver, ter uma percepção sistematicamente cruzada entre o bairro, a sua população hindu e a cidade mais vasta. Preocupações com a forma de interpretar e de designar o bairro onde passei uma grande parte do tempo de pesquisa e a sua população hindu preenchem as preocupações daquele capítulo. O capítulo seguinte (capítulo 2) apresenta o bairro da Quinta da Vitória e os seus moradores. Ao contrário de outros bairros degradados, a Quinta da Vitória carece de visibilidade mediática na maior parte do seu tempo de vida e exigiu, por isso, uma apresentação cuidada quanto ao território e percepção dos seus limites e quanto à sua população. São destacadas duas dinâmicas importantes para a história do bairro, sem as quais não me poderia ter empenhado na compreensão do seu presente. São elas o crescimento do bairro através da chegada de migrantes de diferentes contextos e o processo de realojamento que teve maior incidência no bairro a partir de 2000. Depois de apresentado o bairro, o capítulo 3 *sai* do bairro para o conhecer melhor. Ou seja, se no capítulo anterior o objecto poderá parecer circunscrever-se ao bairro enquanto território delimitado, este capítulo apresenta uma inevitabilidade decorrente do acompanhamento da população hindu residente na Quinta da Vitória. Além de habitarem o bairro, os hindus percorrem a cidade alargada não só para trabalhar mas também para cumprirem funções rituais inerentes ao calendário e às necessidades familiares. Ao acompanhar estes percursos fui

gradualmente percebendo como apesar de o bairro da Quinta da Vitória ser um bairro de certa forma segregado, a sua população hindu, não totalmente imune a essa situação, encontra formas de ultrapassar a segregação a que estariam sujeitos. Politicamente, o PER nasceu da necessidade de acabar com as *barracas*, uma realidade afinal pouco conhecida, uma realidade apenas percebida através da visibilidade negativa que provocava o tipo de construção e de organização do espaço dos bairros em causa. É precisamente sobre o apriorismo de segregação inerente aos bairros de *barracas* que se debruça o capítulo 4. Procurando perceber os contornos que provocaram o lançamento da maior política pública de habitação em Portugal, o PER, veremos como técnicos e cientistas sociais interpretaram aquele programa desde o seu lançamento em 1993 e durante a primeira grande fase da sua aplicação (ao longo da segunda metade dos anos 1990). A necessidade de nos debruçarmos sobre estas questões decorre da percepção, no terreno, da demora na execução do PER e das ambiguidades transmitidas pelos técnicos. O capítulo seguinte (capítulo 5) volta ao bairro numa perspectiva diacrónica, desde o recenseamento para o realojamento da sua população até à actualidade. Uma das preocupações descritivas recai sobre as expectativas da população face à mudança para uma casa em habitação social, sobretudo desde o realojamento parcial que teve lugar em 2002, para o bairro social Dr. Alfredo Bensaúde, diante da Quinta da Vitória, dois espaços contíguos no território, cuja história está interligada através deste processo. Segue-se a exploração das alternativas encontradas pela população face às suas expectativas goradas, alternativas essas empreendidas informalmente. Contudo, face à demora no processo, a população envolveu-se também formalmente num processo de luta pela manutenção do seu direito à habitação, como veremos no fim desse capítulo. O capítulo 6 explora o mesmo processo através do registo documental perpetrado pela autarquia nos processos das famílias candidatas ao realojamento. Este capítulo procura dar conta dessa tensão entre trabalhadores sociais e população candidata a realojamento, resultante em grande parte das dificuldades de comunicação de parte a parte. Finalmente, o capítulo 7 explora a forma como vive a população hindu as alterações ao bairro decorrentes do processo de realojamento e como, apesar de uma conjuntura complexa a ele interligada, se continuam a cumprir os rituais públicos. Além de analisarmos o papel de dois rituais do calendário hindu, que começaram a ser celebrados desde que a população foi viver para a Quinta da Vitória até à actualidade, detivemo-nos na mudança de local de culto de uma *barraca* para um fogo localizado no bairro social Dr. Alfredo Bensaúde, diante da Quinta da Vitória. Para terminar a apresentação

da sequência do trabalho, destaco ainda o anexo com documentos visuais (fotografias), por vezes referenciadas na dissertação mas que servem também um propósito de retorno relativamente à população que me acolheu no bairro. É contudo importante referir brevemente o meu percurso ao nível do registo de imagens no terreno. Comecei por não levar Câmara fotográfica para o terreno. De acordo com Pink (2001), sem um bom conhecimento do contexto onde se planeia registar imagens é difícil prever que tipo de material se deve utilizar (Pink, 2001: 33). Considerei então que a presença deste tipo de material poderia pôr em causa o ganho de confiança crescente (hoje ainda não sei se há uma estratégia melhor do que outra), mas em breve percebi a importância da imagem para a comunidade. France (1979) sugere mesmo que as pessoas agem mais naturalmente quando filmadas ou fotografadas do que em presença de um observador comum (France, 1979: 94). Aproveitando as situações rituais, comecei por fotografá-las (o que fiz de forma muito mais assídua do que a opção por filmar), e também às pessoas. Foi interessante, mais do que escolher situações para registar, fotografar as situações e as pessoas a pedido dos próprios informantes, contribuindo assim para perceber quais as situações mais relevantes em termos de necessidade ou desejo de registo por parte da comunidade.

O trabalho de síntese inerente à dissertação, que resultou num volume relativamente conciso, não me permitiu dividir o índice em partes sequenciais. No entanto, queria dar conta de uma divisão (sempre artificial) que pode mesmo operar como mapa mental para o leitor, em três partes fundamentais no que diz respeito à exposição de material reunido ao longo dos últimos anos. Uma sub-divisão que corresponde aos capítulos dedicados à parte do objecto de estudo *bairro*, que são os capítulos que apresentam o bairro a um nível sincrónico (capítulo 2) e ao capítulo que apresenta o percurso do bairro enquanto núcleo residencial abrangido pelo PER (capítulo 5), de carácter mais diacrónico. Um outro segmento pode ser identificado através dos capítulos 4 e 6, onde se trabalha sobretudo um nível mais externo à população mas que não deixa de ter influência. Por um lado, o campo da exploração do PER como política de habitação criticado desde o início. Por outro, o campo da prática burocrática, na análise dos processos de habitação, que fornecem pistas para perceber a relação tensional entre a população expectante (pelo realojamento) e os trabalhadores sociais que levaram a cabo o processo de realojamento. Finalmente, um terceiro sub-conjunto de capítulos pode distinguir-se nos capítulos 3 e 7. Ambos, como veremos, retratam a forma como, na

prática, a população em causa ultrapassa o problema de segregação sócio-espacial que lhes é associado, primeiro tendo em conta o local de residência em si e, no fim da dissertação, tendo em conta o processo de realojamento que entretanto foi analisado.

TERRENOS BIBLIOGRÁFICOS E DOCUMENTAIS...

As perguntas que coloquei inicialmente levaram-me, além de continuar a realizar trabalho de terreno com observação participante¹¹, a produzir pesquisas específicas. O PER e a habitação social constituíram-se como temas prementes sobretudo na Sociologia durante os anos 1990, acompanhando o presente político-social à execução do PER. Forjou-se então uma Sociologia da habitação e replicaram-se trabalhos sobre satisfação residencial. Estas eram ideias provenientes do senso comum, mas havia que tentar perceber que ambiente político e social foi aquele em que se conferiu um grande empenho na compreensão das questões da habitação e também da exclusão social e da pobreza, questões estas sempre ligadas à existência de dezenas de bairros de *barracas* nas franjas das grandes cidades portuguesas. Por isso comecei por realizar uma pesquisa no centro de documentação do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE), onde existe um espólio consistente para quem queira conhecer as questões ligadas à habitação em Portugal. Ali consultei documentação relativa à realização de seminários e conferências sobre a habitação social e sobre o realojamento em Portugal, documentos que me aproximaram de um ambiente de grande expectativa relativamente à eficácia do PER por parte de técnicos e de cientistas sociais.

Além do contexto português, quis perceber melhor os contextos britânico e francês no que diz respeito a políticas de habitação. No caso do contexto britânico, o interesse decorria de saber previamente que, tal como no caso português, o governo britânico deparara-se com uma necessidade extraordinária em termos habitacionais devido a uma forte imigração na sequência da independência dos países antes sob domínio colonial¹², o que, por sua vez, levou o governo britânico a reagir em termos de políticas de

¹¹ É irresistível reproduzir aqui a descrição de Ruy Duarte de Carvalho do que acontece na prática etnográfica: “(...) Vais viver situações novas e uma conveniente disponibilidade poderá colocar-te, se o permitires, não só perante o desconhecido que a prática dos outros te há-de revelar mas também face àquele que a tua experiência e a tua sensibilidade vierem a colocar à consciência que é a tua, tributária ela mesma dos tempos e das idades que te tiver sido dado cumprir. Serão de facto múltiplos os presentes com que irás confrontar-te (...)”. (Carvalho, 1999: 99).

¹² Importa referir que uma parte desta imigração decorre ainda do processo de africanização dos serviços que se seguiu às independências (Robinson, 1986; Perez, 2006).

habitação. Além disso, a principal imigração para o Reino Unido proveio como sabemos da Ásia do Sul, pelo que se adivinhavam algumas correspondências com o caso específico da habitação entre as comunidades de origem sul-asiática em Portugal (ou pelo menos entre a comunidade em foco nesta pesquisa). A pesquisa foi realizada sobretudo na biblioteca da London School of Economics and Political Science (LSE) e com algumas incursões na School of Oriental and African Studies (SOAS), num total de 5 semanas (entre Junho e Julho de 2005).

No caso do contexto francês, foi a documentação sobre o próprio contexto português que me levou a querer compreendê-lo melhor, uma vez que alguma crítica vinha sendo feita desde o início da regulamentação do PER, no sentido de dizer que se corria o risco de fazer grandes conjuntos residenciais semelhantes aos que foram construídos nas franjas das grandes cidades francesas, que levariam a situações de segregação tanto ou mais graves do que o alojamento em bairros considerados degradados¹³. Assim, uma melhor percepção do contexto francês levar-me-ia a perceber, por hipótese, algumas das situações que poderiam vir a verificar-se em Portugal, uma vez que os mesmos erros estavam a ser cometidos cerca de vinte anos depois da experiência francesa. Empenhei dois meses de pesquisa (Maio e Junho de 2006) no Centre de Documentacion de l'Urbanisme (CDU) – uma biblioteca da dependência do Ministério francês do Urbanismo e Transportes –, e na Bibliothèque Nationale (BNF). No CDU encontrei uma série de trabalhos relativos a projectos que tentaram, sobretudo ao longo dos anos 1980 e 1990, ultrapassar dificuldades vividas pelos habitantes dos grandes conjuntos residenciais (HLM), procurando integrar as comunidades de imigrantes neles residentes. Neste campo destaca-se um grande investimento no trabalho social por parte do Estado e a discussão sobre a eficácia ou não da habitação social, que se tinha constituído como principal solução para os problemas de habitação desde o final da II Guerra Mundial, debate aquele que resultou na demolição de uma série de grandes conjuntos residenciais. Na BNF procurei na imprensa perceber melhor o debate em torno do (então) recente acontecimento, precisamente nos bairros suburbanos das grandes cidades francesas, despoletado por uma perseguição policial que terminou com a morte de dois jovens, pedra de toque para uma série de reacções por parte dos jovens habitantes em diversos bairros, que rapidamente geraram um debate social sobre a

¹³ O relevo que o contexto habitacional francês ganha entre cientistas sociais portugueses reflecte a forte influência francófona em vários domínios do conhecimento (e também das artes), uma tendência que tem vindo a dissipar-se em prol da influência anglo-saxónica.

segregação destes bairros. Foi interessante verificar que parte do debate despoletado tocou finalmente as questões pós-coloniais mal resolvidas, num país que ainda não se tinha debruçado, comparando com o caso anglo-saxónico, sobre esta questão. Estas duas pesquisas, muito embora pouco visíveis nesta dissertação, afastaram algumas das hipóteses de incorrer em ingenuidades próprias de quem se inaugura em temas de grande debate nas ciências sociais, como é o caso da habitação, tema transversal neste trabalho.

No início do ano de 2006 procedi a uma pesquisa no Gabinete de Intervenção Local (GIL) da Quinta da Vitória, onde consultei cerca de 65 processos de famílias candidatas ao processo de realojamento. O processo de pesquisa foi delicado¹⁴, mas essencial para adquirir informações técnicas e recorrências sobre percursos familiares. A análise dos dados resultante deste processo metodológico permitiu identificar os trâmites do processo burocrático por detrás do PER, bem como distinguir algumas das dificuldades de comunicação patentes entre a população e os técnicos de serviço social. O facto de não ter tido acesso à totalidade dos processos impediu-me de realizar estatísticas fidedignas, pelo que o tratamento dos dados contidos nos processos realizou-se à semelhança do que fiz para os dados recolhidos no terreno; *grosso modo*, procurando recorrências, contradições.

Ainda durante o ano de 2006, a criação da Plataforma Artigo 65 – Habitação para Tod@s e suas acções de luta junto de alguns bairros degradados, sobretudo através da participação do grupo de Direito à Habitação (DaH) da Associação Solidariedade Imigrante (Solim), levaram-me a participar nalgumas das suas reuniões no sentido de compreender por dentro a sua actividade. O DaH teve um importante papel na Quinta da Vitória (ver capítulo 5). O acompanhamento de parte da sua actividade contribuiu para compreender também um pouco da realidade de outros bairros com situações, em termos de habitação, semelhantes à da Quinta da Vitória.

E TERRENOS ETNOGRÁFICOS

Por detrás do produto da etnografia estão as duas palavras que dão origem à própria palavra: está o *ethnos* estudado, o terreno, e está a *graphia*, o que se escreve. “What does the ethnographer do – he writes” (Geertz, 1973: 19). A citação de Geertz é retirada

¹⁴ O resumo do percurso de investigação no GIL encontra-se no início do capítulo 6.

de um artigo de James Clifford (1990: 53) sobre diário de campo¹⁵. Mais adiante no seu artigo, Clifford diz que o diário de campo “(...) offers a conventional «empirical» ground, or starting point, in a situation where, as Geertz intimates, «it’s interpretation all the way down» (1973: 29).” (Clifford, 1990: 67). As primeiras interpretações são as das notas de terreno, mas estando elas mais próximas da acção observada, permitem uma descrição aproximada da almejada realidade.

O diário de campo permite reconhecer as irregularidades dos dados que o terreno nos fornece. Mais do que criar uma base sólida para a interpretação, o diário de campo é uma fonte de documentação movediça, altamente permeável às contradições do investigador, dos informantes, e das informações recolhidas. As tentativas de organizar permitem identificar as recorrências de terreno, independentemente de serem recorrências relativamente a hipóteses formuladas anteriormente pelo investigador ou de se referirem a novas possibilidades de interpretação, possibilidades essas que podem causar desconforto e desafio em simultâneo. O diário de campo foi a minha principal fonte sobre o terreno onde escolhi trabalhar. Já de si uma interpretação sobre a realidade observada pelos etnógrafos, o seu uso sistemático e posterior indexação¹⁶ permitiu-me não só manter uma percepção dos acontecimentos no bairro ao longo dos anos, mas também reformular questões e identificar falhas, e ainda pôr em causa estas últimas, isto é, ao identificar falhas sobre um determinado tipo de informação, questionar até que ponto a informação pretendida era importante para o terreno sobre o qual me debruçava e, por consonância, pôr em causa determinados objectivos específicos da pesquisa.

Utilizar o diário de campo como fonte de informação principal, ao invés das entrevistas, foi uma opção que tomei depois de iniciar estas últimas. A razão principal para não

¹⁵ Num registo reflexivo, como não podia deixar de ser (o próprio artigo intitula-se “Notes on (Field)notes”), Clifford faz um exercício interpretativo a partir de fotografias tiradas a antropólogos nos seus terrenos, imagens essas que denotam três formas de escrita do diário de campo.

¹⁶ A necessidade de proceder a um índice do diário de campo é notada por diversos autores. Na colectânea de Sanjek (1990) já referida anteriormente, Rena Lederman diz que um índice organizado cronologicamente não requer uma organização metódica do mesmo (1990: 84); Simon Ottenberg refere que o índice do diário de campo deve reflectir as categorias que escolhemos mais do que as dos quadros conceptuais em que nos formámos e que deve funcionar como uma chave para encontrar factos mais do que ideias nossas (1990: 150); Johnson e Johnson afirmam que a pergunta que se deve pôr antes de começar uma catalogação do diário de campo é: como é que aquilo que está escrito no diário se pode tornar em amostra significativa de eventos culturais (1990: 166); Roger Sanjek entende que a forma como escolhemos indexar os diários de campo diz muito sobre a forma como fazemos etnografia (1990: 387).

realizar um número *considerável*¹⁷ de entrevistas deveu-se ao facto de, ao iniciar entrevistas com informantes privilegiados, aperceber-me de que as informações gravadas não mais faziam do que confirmar o trabalho que tivera previamente com o diário de campo. Aquelas pessoas já me tinham dado aquelas informações e apenas as repetiam para um gravador. Permiti-me este *luxo* da investigação etnográfica sobretudo porque o terreno onde trabalhei foi partilhado diversas vezes com outros investigadores que podem atestar a veracidade das informações que exponho nesta dissertação e que provêm do diário de campo.

A adopção do diário de campo como uma das fontes principais de informação recolhida requer contudo alguns cuidados. Muito embora não me tenha documentado inicialmente sobre as possíveis melhores formas de escrever o diário de campo e de catalogá-lo¹⁸, confirmei que a evolução *natural* de uma recolha etnográfica pós-moderna (o tom é auto-irónico devido ao carácter reflexivo desta introdução) segue, no fundo, os mesmos parâmetros da Antropologia clássica que se dedicou à mesma prática. Isto é, claro está, salvando as devidas diferenças, sobretudo se pensarmos que antes das possibilidades de processamento de texto e de vários tipos de registo áudio e vídeo, os antropólogos atinham-se ao registo manuscrito, quando muito dactilografado, realizando bases de dados complexas para uma eficaz sistematização dos dados recolhidos. Embora seja tentador fazer transcrições do diário de campo ao longo da dissertação, esta não apresenta muitos excertos daquele, como se verá, referindo-se antes, na exposição de ideias e de hipóteses interpretativas, a *dados recolhidos no terreno*. Para melhor utilizar a informação contida no diário de campo, procedi a uma indexação temática. Comecei por seleccionar os temas de acordo com os objectivos estabelecidos no projecto de investigação e também alguns que adivinhava, mnemesicamente, serem recorrentes. Sem me querer alongar neste pormenor técnico, gostaria apenas de ressaltar que depois de contar as vezes em que os temas apareciam em todo o diário de campo, verifiquei

¹⁷ A definição do número *ideal* de entrevistas gravadas num trabalho antropológico é, claramente, subjectiva. Para este trabalho realizei 7 entrevistas gravadas num suporte áudio e as respectivas transcrições integrais. V. Roger Sanjek, 2000.

¹⁸ Sugerir aqui uma leitura a meu ver particularmente significativa para a percepção de que não há receitas sobre a escrita do diário de campo. Simon Ottenberg teve a *sorte* de, ao iniciar trabalho de campo, o seu orientador lhe pedir para enviar o diário de campo para que este tecesse comentários. O autor não gostou da experiência, sentida como intrusão, e os comentários não pareciam fazer sentido. O interessante do artigo é que o autor fala em *infância cultural* do etnógrafo no terreno a dois níveis: sentiu uma tensão semelhante à relação pai-filho com o seu orientador, e no sentido de estar perante um mundo novo, requerendo um processo de aprendizagem das regras, de depender dos outros. E o diário de campo reflectiu esta *infância* (Ottenberg, 1990: 139-41).

que a sua contagem era apenas indicativa para o próprio estado da investigação e que, ao contrário do que pensara inicialmente não poderia proceder a uma estatística sobre o diário de campo. Validando esta ideia, Johnson e Johnson (1990) diziam que dados qualitativos, mesmo que quantificáveis, não deixam por isso de ser qualitativos mas que, apesar disso, utilizar o diário de campo como uma amostra representativa da vida da comunidade continua a ser possível (Johnson e Johnson (1990): 179-80).

ÚLTIMA NOTA PRELIMINAR

Uma das questões que se levantam para a realização de uma dissertação de doutoramento nos tempos actuais, passa pela percepção de que experienciamos (eu e os colegas actualmente a concluir doutoramentos) uma fase da vida académica portuguesa que se localiza algures entre as teses de doutoramento clássicas, antes realizadas por professores universitários com alguma (ou por vezes longa) experiência lectiva e de investigação e as teses de doutoramento desenvolvidas por estudantes que completam os ciclos de estudos de licenciatura, de mestrado e de doutoramento praticamente sem interrupções. Assim, não afastando a necessidade de engendrar um argumento novo e/ou de ultrapassar, com novos dados, teorias antes forjadas, uma tese de doutoramento escrita na actualidade requer a gestão de vários factores em jogo: uma economia de tempo assente na limitação da duração de uma bolsa de doutoramento; a capacidade de seleccionar, mais do que em gerações anteriores, informação importante para o objecto de estudo escolhido, devido, por um lado, à proliferação de dados e, por outro, à facilitação de acesso aos mesmos; por último, cabe a esta geração de doutorandos, a meu ver, gerir a tensão entre expectativas – prévias e actuais – por parte das academias, relativamente ao que deve ser uma tese de doutoramento; ou seja, entre uma expectativa de trabalho de especialização (ainda desejavelmente absoluta) num dado tema, e uma expectativa de um trabalho de síntese sem ilusão quanto à possibilidade de *dominar* todos os conhecimentos sobre uma dada matéria. Estas novas formas de pesquisa académica aprofundada, buscando equilíbrios, resultam não só das políticas académicas em si, como de uma mudança de paradigma relativamente ao conhecimento, que se tem operado nos últimos anos. Hoje em dia, nós os jovens investigadores não temos ilusões quanto à não possibilidade de abarcar todo o conhecimento sobre um tema. O fim das teorias gerais, que o pós-modernismo reivindicou, é disso um exemplo. Depois dos estruturalismos não houve mais quadros teóricos capazes de abranger a maioria dos

aspectos da vida. Os estruturalismos terão representado as últimas tentativas de apreender o real no seu todo¹⁹. A percepção e reflexão sobre os fenómenos associados à globalização económica e cultural terão contribuído para uma certa humildade dos novos contributos teóricos. As grandes conclusões não fazem o mesmo sentido que faziam outrora e, infelizmente de facto, a utopia estruturalista terá sido o último reduto da ilusão de poder abarcar o todo. O holismo dos anos 1970 iludiu-se com a possibilidade de estudarmos o contexto completo de uma dada comunidade (no caso dos estudos urbanos socio-antropológicos), e um holismo hoje requer a mistura necessária das diversas influências teóricas, e não se ilude quanto à homogeneidade de um quadro teórico, baseado numa só escola, por hipótese. Hoje as ciências sociais convocam ao mesmo tempo aquilo que os actores têm para dizer e aquilo que os académicos se esforçam por interpretar. É disso sinal a valorização e o interesse pela prática da etnografia entre sociólogos e historiadores (neste último caso são de valorizar os *apports* da micro-história). As formas em que o fazem diferem de escola para escola e de escolhas pessoais dos investigadores para escolhas pessoais, e dependem dos objectos de estudo. E, a meu ver, este é um sinal positivo. Os investigadores hoje não podem ter a pretensão de ter escolhido definitivamente a melhor forma de abordar um tema; a ilusão de convocar os supostos melhores contributos teóricos terminou há muito. Essa ilusão continua, e continuará, nas escolas e nos institutos – ela salvaguarda a segurança epistemológica dos autores. Como se o facto de a ciência ter na sua raiz a ideia de se ir ultrapassando a si própria com os contributos que se seguem a cada esforço conceptual, não fosse um facto assumido por todos. Voltando ao trabalho que aqui apresento, o contributo que tentarei dar às ciências sociais passa por assumir uma insegurança epistemológica e por tão-só esperar que os factores que fui escolhendo para ajudar na contextualização e na explicação do objecto de estudo escolhido contribuam de facto para o conhecer melhor.

¹⁹ A este respeito, Sahlins, em entrevista, salienta: “(...) Já não temos, na Antropologia, uma narrativa histórica, nem uma grande metafísica que nos ajude a localizar os nossos estudos. (...) Os estruturalistas sociais britânicos tinham um programa (...) e conseguiam encaixar os seus estudos num esquema evolutivo. (...) Mas nós não temos hoje uma metafísica que nos permita relacionar os nossos estudos, nem temos interesse nos modelos metafísicos prévios. (...)” (Sahlins, 2006: 388).

CAPÍTULO 1. DO BAIRRO À CIDADE

Os estudos que se debruçam sobre comunidades imigrantes são uma constante na literatura académica e provocam uma certa saturação temática que implica, por parte de quem persiste na exploração destes assuntos, lembrar o que tem levado tantos investigadores a centrarem-se neles. É importante lembrar que a actual insistência em levantar questões sobre comunidades imigradas resulta em parte da necessidade, desenvolvida sobretudo nos anos 1990, de conhecer as populações provenientes de países anteriormente colonizados por Portugal. Tal como referi na introdução, o meu próprio percurso etnográfico foi iniciado seguindo a necessidade de uma das autarquias da Área Metropolitana de Lisboa em conhecer uma das suas populações residentes, culturalmente diferenciada da restante população do concelho. Hoje em dia, não obstante a visibilidade crescente destes estudos¹ bem como a sua importância social², o desgaste sobre o tema geral da imigração e minorias étnicas é grande e os autores que se actualmente realizam investigação sobre estas comunidades esforçam-se por diversificar os seus objectos e hipóteses de pesquisa. O caso que apresento não é excepção, antes integra-se no contexto social e político do país, através de factores facilmente identificáveis. Por um lado, o facto de me debruçar sobre o processo de realojamento de um bairro, segue um presente político supostamente em fase terminal, que é o PER, iniciado em 1993, que ocorre em várias dezenas de bairros localizados nas franjas da cidade de Lisboa; por outro lado, a circunscrição da unidade de análise sobre a população hindu de um bairro, segue uma linha de pesquisa que se concentra nas populações menos conhecidas entre os vários grupos de imigrantes em Portugal, que começou com Bastos (1990) para a própria comunidade hindu e que foi prosseguida por Malheiros (1992; 1996), que fez o enfoque sobre a imigração sul-asiática em Portugal. Mais tarde, uma nova geração de investigadores, onde me incluo, começou a concentrar-se no aprofundar dos conhecimentos sobre as mesmas comunidades

¹ Veja-se as publicações do Alto Comissariado para as Imigrações e a Diversidade Intercultural (ACIDI).

² A mediatização dos debates que englobam a temática das implicações da emigração nas sociedades de acolhimento é gerada amiúde por acontecimentos de ruptura, como, no caso francês, a polémica sobre a utilização do véu nas escolas públicas e o debate nacional que se desenvolveu no último trimestre de 2005 a propósito dos “motins” nos subúrbios das grandes cidades francesas (despoletados, note-se, pela morte accidental de dois jovens ao fugirem da polícia). Mais recentemente, no caso português, os assaltos na Quinta da Fonte (bairro social na freguesia da Apelação, em Loures) e reacção popular que se seguiu desencadeou um debate e respectiva mediatização sobre bairros sociais e convivência inter-étnica, debate esse normalmente restringido aos técnicos que aplicam políticas sociais de habitação e aos cientistas sociais (v. capítulo 4). Uma das primeiras reflexões no contexto português sobre a *retórica da multiculturalidade* pode ser conferida em Fradique (2003: 131-151).

(Cachado, 2000, 2003; Lourenço, 2001, 2003; Mapril, 2001, 2005, 2008) seguindo uma curiosidade levantada no final dos anos 1990, com o aumento da visibilidade destas comunidades no centro de Lisboa³. Concomitantemente ao aumento dos estudos sobre as comunidades sul-asiáticas imigradas em Portugal, aumentaram igualmente os estudos sobre comunidades de origens africanas, sobretudo falantes de língua portuguesa, cujos países de origem são actualmente conhecidos por PALOPs (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa). A maior parte dos estudos sobre estas comunidades debruça-se, contudo, sobre várias gerações de imigrantes cabo-verdianos⁴, muito embora existam honrosas excepções como, por exemplo, Machado (2002) sobre imigrantes guineenses em Portugal. Recentemente, Fernando Luís Machado e José Manuel Sobral apontavam num congresso⁵ as lacunas das ciências sociais sobre outras comunidades culturalmente diferenciadas, como os angolanos (com uma forte presença em Portugal); além disso, apontavam também uma omissão relativamente ao estudo das comunidades emigradas, que poderia colmatar o outro lado da expressão síntese *migrações*, tantas vezes utilizada como chapéu para os estudos que, em boa verdade, apenas se têm especializado, maioritariamente, sobre imigração.

Porém, independentemente do grau de *originalidade* quanto à população escolhida sobre e com quem estudar, a verdade é que o objecto de estudo não se circunscreveu à caracterização da diferenciação cultural daquela população, mas sim ao processo de realojamento por que atravessam. Assim sendo, é importante começar por problematizar o contexto residencial desta população, ou seja, o bairro onde habitam. As perguntas que se colocam neste domínio são: o que é e como se estuda um bairro? Sendo um bairro de *barracas*, como justificar essa designação? O que é um bairro degradado, o que são *barracas*? Um bairro pode ser estudado isoladamente? Como se estuda o bairro na sua relação com a cidade? O objecto de estudo escolhido pode contribuir para esclarecer estas questões? Estas são as perguntas que me coloquei depois de definir o objecto de estudo, de acordo com o que o trabalho de terreno me indicava, tal como já referi na introdução.

³ sobretudo a partir do contexto das novas migrações sul-asiáticas iniciadas, *grosso modo*, em meados dos anos 1990. A realização da Exposição Mundial de Lisboa, Expo 98 contribuiu também para a visibilidade da diversidade cultural sul-asiática.

⁴ Nos catálogos é evidente a proliferação de estudos sobre imigração cabo-verdiana (cf. e.g., Saint-Maurice (1997) e Grassi e Évora (org.) (2007) comparativamente a estudos sobre outras comunidades africanas imigradas em Portugal.

⁵ VI Congresso Português de Sociologia (24-28 de Junho de 2008), na mesa “Integração e Cidadania” da área temática *Migrações, Etnicidade e Racismo*.

1.1. O ESTUDO DE BAIROS NA CIDADE

Se os bairros considerados *típicos* representam a cidade (Cordeiro e Costa, 1999: 59), os bairros de *barracas*, em vias de realojamento, representarão a *infra cidade* (Agier, 1999: 155). Se os primeiros têm muitas vezes fronteiras territoriais instáveis como também perceberam os autores referidos nos seus trabalhos nos bairros lisboetas da Bica (Cordeiro, 1997) e de Alfama (Costa, 1999), respectivamente, os limites dos bairros de *barracas* são mais facilmente identificáveis no território – eles começam e terminam com a presença das *barracas*, começam e terminam com as ruas em terra batida e/ou a rede de esgotos deficitária. Mas se nestes últimos são as casas que os diferenciam e que nos auxiliam a perceber os seus contornos, tanto nuns como noutros são os seus habitantes que permitem perceber a inconstância das fronteiras, o que, na verdade, levanta mais hipóteses sobre a vida no bairro do que a procura dos limites concretos (cf. Cordeiro, 1997: 91). Costa e Cordeiro sugerem uma hipótese de definição de bairro, como quem dá o mote para um campo de estudos:

“(…) essas subregiões urbanas de tamanhos e configurações variáveis, designadas habitualmente por *bairro*, constituem unidades sócio-espaciais problemáticas em si próprias. Permeáveis e, contudo, identificáveis, não só nos ritmos de uma prática social quotidiana etnografável, como também nas imagens resultantes de uma *bricolage* coproduzida endógena e exogenamente (...) os bairros são lugares para se procurar, identificar, inquirir, questionar.” (Cordeiro e Costa, 1999: 60-1)

A proposta é relevante na medida em que os estudos sobre bairros não devem seguir apriorismos empiristas que olham os bairros como totalidades. Os bairros podem ser, antes de tudo, construções sociais. Cordeiro (2001) acrescenta que o bairro pode ter um valor simbólico indiscutível mas pode não corresponder a um colectivo localmente estruturado (Cordeiro, 2001). Se nos bairros históricos a indiscutibilidade do seu valor simbólico pode parecer evidente, o valor simbólico para a identidade urbana de um bairro de *barracas* é, pelo menos, mais hesitante. No caso do bairro da Cova da Moura (concelho de Amadora), um caso provavelmente isolado no contexto dos bairros degradados da AML uma vez que não foi integrado no PER⁶, a construção de identidade deste bairro será actualmente dificilmente contestada, não só pela via da própria

⁶ O bairro da Cova da Moura, no concelho da Amadora, foi integrado na *Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos* (resolução do Conselho de Ministros nº 143/2005), visando a sua requalificação em vez da sua demolição e sequente realojamento dos moradores.

vitalidade das associações que têm sede no bairro, como através de uma crescente visibilidade através dos *media* e de estudos diversos, que vai atenuando aos poucos o estigma negativo e substituindo-o por um certo cunho exótico associado aos bairros degradados. Associações de moradores e de jovens no bairro apropriam-se do estigma e da identidade cultural em simultâneo, organizando visitas guiadas ao bairro (ver desdobrável da Associação Cultural Moinho da Juventude, *Sabura*, em anexo)⁷. Em geral, pelo contrário, os habitantes dos bairros degradados representam-nos de forma tendencialmente negativa, situação que se resume na expressão aplicada ao caso específico dos bairros sociais, “o gosto pela casa e desgosto pelo bairro” (Pinto, 1994⁸).

O bairro da Quinta da Vitória, bairro com fronteiras inicialmente bem definidas, ao contrário dos chamados bairros históricos do centro de Lisboa, poderia ser estudado como um todo. Ao estudar este território integralmente, destacar-se-ia a construção de um sentimento de pertença ao bairro. E, sabendo que a antiguidade residencial é importante para a identificação dos moradores com o seu bairro (Noschis, 1984: 7), a Quinta da Vitória, pelo menos à partida, constituir-se-ia como um laboratório para pesquisar os contornos de uma identidade de bairro, como no caso de Costa (1999) sobre Alfama. Contudo, a delimitação facilitada do bairro é uma ilusão – de totalidade abarcável – para quem olha para o seu mapa sem conhecer a realidade local. Esta ilusão, ou *tentação de aldeia* como lhe chama Magnani (2000), surge não apenas porque os conjuntos residenciais em seu redor alojam vizinhos dos moradores da Quinta da Vitória, com quem estes se relacionam, mas também, e a meu ver principalmente, porque a vida do bairro na actualidade assim o instiga. A conjuntura que o bairro atravessa – um processo de realojamento prolongado – obriga, ao contrário, a pensarmos o bairro não como unidade territorial estável, como porventura seria desejável aos executores do PER (uma vez que é para eles difícil controlar o crescimento das famílias ou a vinda de novos residentes para o bairro desde o recenseamento até ao realojamento em si, como veremos no capítulo 6), mas como um

⁷ A organização de visitas ao bairro Cova da Moura pode ser comparada à organização de visitas a Favelas no Rio de Janeiro e em São Paulo, no Brasil (v., e.g., Eric Weiner, *The New York Times*, 09/03/2008).

⁸ Esta expressão surge no sub-título de um artigo da autora incluído no número 20 da revista *Sociedade e Território* subordinada ao sugestivo tema “As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas” (v. capítulo 4).

bairro que vive uma dinâmica⁹ de múltiplas faces, designadamente, (i) o realojamento em habitação social, (ii) a mudança dos vizinhos ao longo dos anos, (iii) a alteração dos percursos decorrente de realojamentos parciais, (iv) a simultaneidade, para os moradores, de dois projectos de vida: por um lado, a continuação da vida no bairro de *barracas*, e a respectiva manutenção dos seus empregos e das mesmas escolas para os menores em idade escolar; por outro lado, a expectativa de ir viver para outro bairro (perto ou longe daquele), e as alterações no quotidiano daí decorrentes. Por isso, ao nos concentrarmos no presente, o tempo mais comum da etnografia, não podemos estudar um bairro como a Quinta da Vitória no seu todo. Noschis dizia, há mais de 20 anos, que para melhor analisar um bairro há que partir das situações do quotidiano (Noschis, 1984: 46). O bairro tal como escolhemos estudá-lo é um bairro em que não são as suas fronteiras que nos servem de delimitação do objecto no território. O território que estudámos corresponde antes aos locais onde se concentraram os percursos das pessoas que fomos conhecendo ao longo dos anos. Constitui-se como objecto de pesquisa específico, na medida em que quisemos perceber os lugares onde habitam e circulam essas pessoas. O bairro, aqui, é importante enquanto local onde se inscrevem as práticas observadas. Assim sendo, o bairro como local onde residem as pessoas com quem escolhemos trabalhar não se circunscreve ao seu território porque as pessoas que nele habitam não se limitam a viver dentro do bairro. A citação que se segue serve de ponte para pensarmos o bairro para lá dos seus limites:

“(...) Le quartier est le moyen terme d’une dialectique existentielle (au niveau personnel) et sociale (au niveau du groupe des usagers) entre le dedans et le dehors (...)” (Mayol, in de Certeau et Mayol, 1994: 20)

Mayol ajuda-nos a pensar o bairro para lá do seu perímetro, não necessariamente no sentido geográfico do termo (embora este seja também importante), mas no seu sentido sócio-antropológico, que evoca a relação entre o bairro e a cidade – um sentido mais próximo dos seus moradores que vivem outras dinâmicas além das que os impelem a entrar e a sair do bairro. Ou seja, de certa forma, o bairro também é a cidade. Já Hannerz (1980) referia que a etnografia de bairro permite-nos traduzir a coerência subjacente à diferenciação urbana (Hannerz, 1983 (1980): 263). E, por isso, há que problematizar a cidade enquanto objecto de estudo, tal como fizemos para o bairro. Faça-se contudo

⁹ Garrioch e Peel (2006) organizam um número da *Journal of Urban History*, em que um dos objectivos é precisamente explorar os bairros como processos dinâmicos, contrariando uma tradição de estudos que tendencialmente tem evitado a análise da mudança de longa-duração.

uma ressalva. O bairro da Quinta da Vitória não é um bairro inserido numa cidade tal como, por exemplo, o bairro da Bica (v. Cordeiro, 1997) que está dentro de Lisboa. A Quinta da Vitória pertence ao concelho de Loures, mas está longe da cidade sede de concelho; a sua cidade de referência, porque o território onde está inserida assim o constrange, é Lisboa. Mas está também numa situação quase de suburbanização¹⁰, perto de grandes vias de circulação automóvel, de saída e de entrada na capital do país. Assim, a relação do bairro Quinta da Vitória com a sua envolvente urbana é uma relação com a cidade alargada, não com uma única cidade ou concelho, em termos especificamente administrativos. Olhar para a Quinta da Vitória na sua relação com a cidade obriga, portanto, a que olhemos para as dinâmicas da cidade alargada. Quase 30 anos antes de Mayol, Leeds (1968) já falava na necessidade de, ao estudar um bairro, ter em conta as dinâmicas da cidade envolvente e de quem decide sobre a vida nas cidades; de acordo com o autor, a vida dos moradores reflecte problemas de habitação (no caso das favelas, estudadas pelo autor), de gestão dos rendimentos das populações, da legislação que os afecta (Leeds, 1968: 243-4)¹¹.

1.2. BAIROS DEGRADADOS E OUTRAS DESIGNAÇÕES IMPERFEITAS

Uma vez que o tempo em que decorreu o trabalho de campo foi concomitante com uma grande parte do processo de realojamento, o meu trabalho não se poderia circunscrever, como disse, ao bairro, no seu sentido mais estrito. Impunha-se olhar o bairro na sua relação com a cidade. E a cidade, pelo menos enquanto centro administrativo e político, impunha-se no bairro. Mesmo que quisesse apenas estudar, por hipótese, a habitação no bairro como um todo, teria de sair do bairro nem que fosse para ter forma de comparar com outros contextos. O estudo de caso valeria por si só, mas falhariam as variáveis que intervêm com o bairro a partir de fora, o que, concordando com Leeds (v. *supra*), não se deve negligenciar. Estudar o bairro na sua relação com a cidade implica estudar a cidade. Voltamos à questão: como estudar os bairros de *barracas* na relação com a cidade? Num primeiro momento, os bairros de *barracas* vistos em relação à cidade surgem com um diferencial no tipo de habitação. Aqui surgem problemas de designação das formas de alojamento. Escusando-me às questões que envolvem o conceito de

¹⁰ Para uma problematização do conceito de suburbanização v. Champion (2001) e, para o caso da AML v. Nunes (2007).

¹¹ Leeds fala ainda na distinção entre cidade física e cidade societal, apontando para a importância das relações que se estabelecem na cidade (Leeds, 1975).

habitat que me levariam a problematizar o conceito de casa *condigna*¹², tenhamos apenas em mente a este propósito que há toda uma literatura que aborda estas questões, que extravasariam definitivamente os propósitos desta tese. Assim, o que importa reter é que a *casa condigna* é um conceito que se vai reformando de acordo com *standards* sociais inicialmente de tipo evolutivo (para dar um exemplo, de uma casa sem infra estruturas sanitárias *deve* passar-se para uma casa com sistema de esgotos) conhecidos geralmente como *higienistas*, e que actualmente seguem diferentes estilos de vida. Os *standards* residenciais dos bairros de realojamento reproduzem, *latu sensu*, os *standards* de habitação para as classes médias¹³. Assim, um bairro degradado será um bairro onde a habitação não preenche os requisitos mínimos para ser considerado como *habitação condigna*. É basicamente sobre este pressuposto que as políticas de habitação social em geral e de realojamento em particular se formulam, ou seja, no sentido de dotar as populações residentes em bairros de *barracas* de condições de habitabilidade aceitáveis pelo paradigma de habitação condigna vigente num dado momento.

Além desta rápida problematização do que é a habitação condigna, gostaríamos de, em termos de nomenclatura aplicada às casas e aos bairros de habitação considerada não condigna, sugerir uma aproximação aos termos empregados para designar os bairros degradados¹⁴ e procurar designações apropriadas ao contexto em estudo, tarefa essa que não se afigura fácil, tendo em conta a pluralidade de termos que, por sua vez, reflectem uma pluralidade de contextos culturais ou, se quisermos, nacionais. Como diz Harris (1971),

“(...) Each country of the world has its own term for the region where the rate of urbanization has outstripped planning and building legislation

¹² A expressão habitação condigna surge no texto legislativo que consagra o direito à habitação (artº 65º da Constituição Portuguesa, v. nota seguinte) e é retomado na maior parte dos textos que legislam sobre habitação social, incluindo, claro está, no texto que legisla o PER (v. capítulo 4).

¹³ Se atentarmos ao texto da constituição portuguesa sobre o direito à habitação, ele é, como em muitas outras áreas, sujeito a ambiguidades. No artº 65º pode ler-se sobre o direito a ter uma habitação de “dimensões adequadas, em condições de higiene e conforto e preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.” Contudo, é sob este direito que todos os cidadãos têm a possibilidade de reivindicar uma habitação, independentemente da subjectividade dos seus predicados.

¹⁴ O mesmo exercício poderia ser realizado tendo em conta a própria designação de bairro que, pelo menos nas línguas que produzem mais material académico sobre os bairros, significa coisas diferentes. *Neighborhood* terá uma conotação mais próxima da própria vivência dos seus habitantes, uma vez que é uma palavra da família de *neighbor* (vizinho) enquanto que *quartier* terá uma conotação mais ligada às questões de território. Estas duas conotações correspondem então a tipos de estudos diferentes, anglófonos e francófonos, acentuando os primeiros a comunidade (*neighborhood*) e os segundos o território (*quartier*) (v. Donzelot e al, 2003: 145-6) Em Power (1997) podemos encontrar o tipo de utilização actual dos termos anglófonos relativos à temática geral da habitação.

and where cities are growing faster than those of already urbanized and industrialized world.” (Harris, 1971: 216)

Uma primeira distinção deveria ser feita entre bairros degradados no centro da cidade e bairros degradados que supõem a ocupação de terrenos nos arrabaldes das grandes cidades (ou *áreas invadidas* na expressão de Leeds e Leeds, 1978). Contudo, parece-me demasiado restritiva esta distinção, uma vez que, por um lado, a questão da ocupação pode surgir igualmente no centro da cidade e fora dela (situação que se reflecte, por exemplo, na expressão inglesa *squatter*) e, por outro, hoje em dia a noção de suburbanização é muito mais plural do que há uns anos atrás (cf. Nunes, 2007)¹⁵. Os bairros degradados situados nos subúrbios das grandes cidades podem conviver paredes-meias com bairros suburbanos construídos para grupos sociais com estilos de vida diferenciados. Assim, em termos gerais, os bairros degradados dos contextos sul-americanos distinguem-se facilmente, por exemplo, dos contextos anglo-saxónico e francês. Nos contextos sul-americanos, os casos mais conhecidos de bairros degradados segregados da malha urbana mais central são os das favelas no caso do Brasil e as *barriadas* no caso de vários países latino-americanos, onde o termo *rancho* surge para o caso da Venezuela¹⁶. A *barriada* deve, contudo, distinguir-se de *corralón*, aplicado a bairros degradados nos centros das cidades (Harris, 1971). O termo *barrio*, por seu lado, designa muitas vezes os bairros residenciais de populações latino-americanas imigradas nos Estados Unidos, quer os conjuntos residenciais sejam degradados, quer não sejam, mas é também aplicado a bairros degradados em diversos países da América Latina (v., e.g., Bolívar, 1995). O contexto anglo-saxónico é fértil em termos associados a bairros degradados. O termo mais próximo de bairro degradado é *slum*, mas este termo circunscreve-se aos bairros degradados do centro da cidade, *inner city*, expressão esta que por vezes é mesmo utilizada como equivalente a *slum* (Hannerz, 1969: 11), mas cuja disseminação do termo na bibliografia das últimas décadas alargou-se para abarcar outros contextos (principalmente as áreas residenciais degradadas na Ásia, África e América Latina). Whyte (1981[1943]) utiliza o termo *slum* neste mesmo sentido. Para

¹⁵ Além disso, essa divisão levar-nos-ia à discussão teórica sobre questões de propriedade, que não cabem nesta tese (v., para questões sobre propriedade urbana relacionandas com áreas ocupadas, e.g., Petonnet, 1968; Power, 1997). Sobre uma diversidade de contextos culturais em que a questão da propriedade urbana surge com importância decisiva sobre a vida dos moradores v. n.º 66 de *Les Annales de Recherche Urbaine*, 1995, dedicado ao tema “Régularisations de propriétés”.

¹⁶ Schneider e Sigal (1980) referem que na América Latina o crescimento das cidades nos anos 1960 é muito superior à tendência média mundial: 211% América Latina vs. 134% no resto do mundo. Em Caracas havia 35% da população a viver em *ranchos* em 1962; em Lima, 24% em 1961 em *barriadas*; no Rio de Janeiro, 38% da população em 1961 são favelados.

os casos latino-americanos, o equivalente de habitação clássica pobre no centro das cidades adquire diversas designações como *conventillo*, *callejon*, *cortizo* (v. e.g. Schneider e Sigal, 1980). Para o caso português, as situações que de alguma forma se podem assemelhar serão as *ilhas* no Porto (v. e.g. Gros, 1998), com equivalentes em Lisboa no caso do Prior Velho, por exemplo. Assim, os bairros de *barracas* portuguesas não podem ser traduzidos para o inglês como *slums*, a menos que seja para facilitar a leitura numa situação específica. A utilização do termo *slum* é mesmo posta em causa por Gans (1968) ao realizar o seu trabalho em West End, Boston (Gans, 1962). Gans diz que o termo é mais avaliativo (da situação) do que empírico; e qualquer definição mais precisa deve levar em conta a política de renovação local em causa (Gans, 1968: 190). Ou seja, começa a ser claro que mais do que a nomenclatura em si, há que levar em conta a conjuntura social e política dos diferentes contextos regionais – a utilização dos diferentes termos não deve ser definitiva. Não terá sido em vão que Gans põe em causa o termo. O seu trabalho em West End (1962) levou-o a problematizar estas designações, uma vez que conviveu de perto com as formas pelas quais os habitantes do bairro experienciaram o programa de renovação¹⁷ local. Mais recentemente, Gilbert (2007) refere que a utilização do termo *slum* deve ser fortemente criticada por reproduzir mitos sobre populações pobres e por ser uma expressão que corresponde a inúmeros contextos, já que na prática, todas as cidades do mundo tendem a definir os *slums* de forma diferente (Gilbert, 2007: 699). Em língua inglesa, a utilização do termo de *informal settlements* seria mais apropriada.

O termo *slum* é ainda utilizado na literatura inglesa para designar os bairros operários degradados¹⁸; neste caso surge também a designação *shanty town*, esta última, porém, mais utilizada para os casos de bairros de *barracas* em contextos culturais espalhados em todos os continentes à semelhança de *slum*. Leeds explicitam que *shanty town* é um bairro em área urbana deteriorada (Leeds e Leeds, 1978: 152), pelo que se infere que de facto nem sempre se pode distinguir entre termos que se apliquem a bairros degradados

¹⁷ Termos como renovação, realojamento, demolição, e outros afins, levantariam o mesmo tipo de discussão aqui levantada para os termos relacionados com bairros degradados. Ao confrontar-me com textos sobretudo em inglês (uma vez que as línguas francesa e castelhana são, *grosso modo*, mais próximas etimologicamente do português devido à sua família comum, o latim), levantaram-se-me dúvidas relativamente à sua tradução correcta. *Renewal*, a título de exemplo, é equivalente a renovação, mas pode implicar realojamento, que, em inglês, se diz *relocation* ou, por vezes, *rehousing*.

¹⁸ Hannerz (1980) nota que os bairros de lata construídos pelos operários dos caminhos de ferro (Hobo, estudados por Anderson, 1923), nas grandes cidades americanas por onde ia sendo construída a linha férrea, eram conhecidos como *jungle* (selva) (Hannerz, 1980: 52).

nos centros das cidades e termos que designem áreas habitacionais degradadas fora dos centros urbanos. No entanto, o autor diz igualmente que pode ser errado chamar *shanty town* a um bairro onde as pessoas visem o melhoramento das suas habitações (Leeds e Leeds, 1978: 152), contrariando uma postura estática, ou definitiva, relativamente à forma de designar estes bairros. E a situação complica-se se juntarmos dois conhecidos termos franceses: *taudis* e *bidonville*. Wacquant (2005b) diz que o termo inglês *slum* é o equivalente imperfeito da palavra francesa *taudis* e serve para designar bairros degradados (Wacquant, 2005b:23). *Bidonville* é o termo francês equivalente ao termo anglo-saxónico *shanty town* e mais próximo da expressão portuguesa *bairro de lata* ou a expressão mais correntemente utilizada *bairro de barracas*. Os quatro vocábulos designam bairros de habitação precária e geralmente aplicam-se a bairros construídos de raiz, como as favelas e as *barriadas* dos contextos sul-americanos. A utilização do termo *lata* decorrerá da utilização das chapas de zinco para perfazer os telhados das casas, uma imagem que perdurou nos bairros de *barracas* portugueses, juntamente com a utilização de madeiras de obras. Muitos dos bairros de *barracas* portugueses são compostos, contudo, de casas de alvenaria, com telhados de *lusalite*¹⁹. Os imigrantes dos diversos países africanos, onde estou a incluir a proveniência moçambicana dos imigrantes de origem indiana do bairro da Quinta da Vitória e de outros bairros *degradados*, melhoraram consideravelmente as condições das casas que compraram aos anteriores habitantes dos bairros, pelo que a designação bairro de *barracas* é insuficiente, uma vez que as *barracas* estão mais associadas à precariedade da construção das habitações. Contudo, o termo *bairro de barracas* é normalmente aplicado não só por referência ao tipo das casas como também ao bairro em si e, nesta expressão, pesa mais, a meu ver, a conotação com a precariedade do bairro. De acordo com a minha experiência na Quinta da Vitória e das visitas a outros bairros de *barracas*, creio que a utilização do termo *barraca* deve apenas ser indicativo, pelo que, neste trabalho, a sua aplicação é sempre sublinhada a itálico, no sentido de lembrar que aquela palavra é uma designação deficitária face à realidade encontrada e será apenas aplicado ao falar do bairro e não das habitações em si. Para estes conjuntos habitacionais de *barracas*, os autores portugueses provenientes das ciências sociais preferem designá-los *bairros de habitação precária* ou *bairros degradados*. No contexto espanhol, a denominação *auto-construcción* (v. Pujadas e Comas, 1984) parece

¹⁹ A lusalite é um material de cobertura à base de fibrocimento (contendo cimento e amianto) e tornado conhecido pela empresa que tinha o mesmo nome.

resolver os problemas de qualificação que surgem em termos como *bairros degradados* e *bairros de barracas*. Mas a sua tradução para o português implica uma possibilidade de confusão com uma política de habitação social específica dos anos 1980 denominada, precisamente, Auto-construção (ver capítulo 4), pelo que esta alternativa, a adoptar, deverá notar esta especificidade. Se quiséssemos, ao contrário do que temos vindo a fazer, experimentar uma tipificação dos termos e das suas correspondentes em inglês e em francês, não seria problemático acoplar a expressão bairro degradado a *slum* e a *taudis*, e bairro de habitação precária a *shanty town* e a *bidonville*.

Contudo, é muito difícil ser totalmente correcto na utilização de terminologia para o bairro da Quinta da Vitória. Primeiro porque não considero que a habitação, em termos gerais, seja precária, nem as suas casas, como referi antes, me parece que se adequem à expressão *barracas*. A precariedade do bairro, contudo, é evidente. Além disso, para falarmos de um bairro degradado é necessário explicitar os contornos da sua degradação. O bairro só pode ser entendido como *degradado* no sentido em que já viveu uma situação melhor em termos de salubridade e de habitabilidade. A melhor situação do bairro deu-se na fase em que a electricidade chegou ao bairro, no final dos anos 1990. Nessa altura já a grande maioria das casas era construída em alvenaria, muitas delas pintadas regularmente; e havia um sistema de esgotos, embora grosseiro. Todavia, antes de ter condições satisfatórias (exceptuando no que toca às infra estruturas sanitárias), o bairro conheceu uma situação de precariedade habitacional e de salubridade pior, quando havia apenas casas de madeira e zinco (*grosso modo*, antes da chegada dos imigrantes, no início dos anos 1970). Por fim, as condições gerais do bairro degradaram-se com os realojamentos parciais – as demolições não são seguidas da limpeza imediata do terreno onde estavam construídas as casas, deixando vastas zonas do bairro com destroços de casas durante largos meses. A expectativa dos moradores relativamente ao realojamento (ver capítulo 5) levou, além disso, a que as famílias não se implicassem, como dantes, na manutenção do exterior das casas e dos espaços circundantes. Por isso, a utilização da expressão *bairro degradado* para designar a Quinta da Vitória é feita de acordo com esta explicitação. Por último, importa dizer que as várias designações utilizadas em diferentes contextos nacionais/culturais referidas antes são por vezes substituídas de forma exagerada pelo termo geral de gueto (cf. Hannerz, 1969: 11). Sobre gueto, voltaremos a falar mas, de qualquer forma, a utilização deste termo – seja de forma apropriada, seja em forma de eufemismo –, não

se constitui como referência à forma de construção e/ou de ocupação do solo; ela deve ater-se à natureza da comunidade em questão e da sua relação com o exterior (Hannerz, 1969: 11).

1.3. O CONTRIBUTO DA ANTROPOLOGIA ÚRBANA – UM PERCURSO ANALÍTICO

Antes de iniciar a explicitação dos vários termos encontrados nas obras consultadas, afirmávamos que o estudo do bairro da Quinta da Vitória, dada a sua especificidade, não se poderia limitar ao seu território (e por isso também não poderíamos estudar o bairro no seu todo). Mas referimos estas várias designações porque o bairro da Quinta da Vitória é um bairro considerado de habitação precária, e vulgarmente apelidado de bairro de *barracas* ou bairro degradado (como, apesar da expressão insatisfatória, escolhi chamar). Os bairros degradados foram estudados inicialmente pela Escola de Chicago com um pendor negativo, seguindo e reproduzindo de certa forma uma perspectiva negativa sobre a cidade (Gulick, 1989: 5) que imperou no final do século XIX, espelhando as tendências românticas então vigentes (Nisbet, 1979: 97²⁰) no mundo *ocidental*.

Dois grandes interesses eram então votados às cidades: um, sobre o que nelas havia de elementos históricos clássicos e modernos, encontrando-se este fascínio pela *civilização* limitado aos grandes centros urbanos. Um outro interesse, espelhado numa certa literatura do início do século XX, encontrava nos grandes centros urbanos a decadência, por oposição à vida no campo. Cruzavam-se, claro está, influências românticas e realistas em vários domínios das artes e das ciências um pouco por todo o mundo ocidental, incluindo Portugal, onde, entre as obras mais emblemáticas a este respeito ressaltamos *A Cidade e as Serras* de Eça de Queirós²¹. No campo das ciências sociais em geral e da antropologia em particular, estas tendências reflectiam-se sobretudo na procura do desconhecido, o que não significava que não houvesse investigação sobre a cidade²². Depois de séculos de colonialismo, em que as missões, os mediadores de

²⁰ Nisbet diz que a imagem da cidade traçada pela sociologia na Europa e pelos primeiros sociólogos da Escola de Chicago estava já fixada na arte e na literatura do século XIX, antes de Tönnies e de Durkheim.

²¹ Não resistimos a citar um excerto da obra: “(...) a ideia de Civilização, para Jacinto, não se separava da imagem de Cidade, duma enorme Cidade, com todos os seus vastos órgãos funcionando poderosamente. Nem este meu supercivilizado amigo compreendia que longe [dela] (...) o homem do século XIX pudesse saborear, plenamente, a delícia de viver!”

²² Diversos autores (como Engels, Booth, Le Play) vão sublinhar a expansão demográfica e a ocupação da cidade com população recém chegada dos campos estudando a proletarianização, a errância no trabalho, a sobre-ocupação dos alojamentos. Há uma tradição sobre as condições de vida urbanas das classes

comerciantes e outros técnicos coloniais compilaram conhecimento sobre as populações colonizadas (cf. Cohn, 1997), a partir sobretudo do início do século XX, também os antropólogos foram chamados a produzir conhecimento sobre os povos colonizados, naquilo que se tornaria ao mesmo tempo a forma de crescimento da disciplina e o seu calcanhar de Aquiles.

Concomitantemente com este processo substancialmente europeu, cresciam e consolidavam-se grandes cidades nos Estados Unidos, muitas vezes a partir da construção das grandes vias de comunicação que atravessam o norte do continente americano, pelo que esta conjuntura é apontada como uma das mais fortes razões para o nascimento da Antropologia urbana (Signorelli, 1999: 67). Nas primeiras décadas do século XX alguns trabalhos eram já realizados nas cidades e sobre as cidades. Os autores que podemos designar como pioneiros da Antropologia urbana são Simmel (1903), Park (1915), Wirth (1938) e Redfield (1947). Com o artigo “A metrópole e a vida do espírito”, Simmel despoletou uma onda de debate sobre a vida nas cidades. Apesar de ter sido interpretado, provavelmente sob a influência da leitura do trabalho de Durkheim, como um texto que perspectiva a vida na cidade de forma negativa, o famoso contributo de Simmel encerra um dos primeiros motes para estudar as cidades:

“(…) sejamos nós adeptos ou opositores dos modos particulares sob que as metrópoles se expressam, estas continuam acima e para além da mais acertada das nossas avaliações. Na medida em que estas qualidades da metrópole foram integradas (...) a nossa missão não é a de as condenarmos ou aceitarmos, mas tão-só de as compreendermos.” (Simmel, 1997 [1903]:42-3).

Park (1915) e Wirth (1938), de acordo com Eames e Goode (1977), enfatizavam aspectos patológicos da vida urbana moderna. Mas, começando por Park, os seus contributos extravasam essa afirmação. Iniciando o seu trabalho como jornalista, a concentração dos esforços analíticos de Park fá-lo perceber que a cidade, apesar de não se ter constituído até então como enfoque de estudos antropológicos, teria todos os atributos para sê-lo. A sugestão de Park foi levada a sério, tornando-o num dos percursores da Antropologia urbana, com grande influência entre antropólogos e sociólogos urbanos desde os anos 1920. Contudo, na época em que escreveu prevaleceu a oposição entre a sociedade urbana à sociedade tradicional, vendo na cidade o lugar de

trabalhadores que é consistente e relacionada com a emergência da intervenção no sector em emergência da habitação.

“emergência do indivíduo como unidade de pensamento e de acção” (Agier, 1996: 36). Esta dicotomia não faz hoje sentido, nem tão pouco a oposição entre urbano e rural (cf., e.g., Herzfeld, 2001) mas teve a importância devida no desenvolvimento dos estudos urbanos. Wirth (1938), por seu lado, concentrou-se na forte influência da conjuntura económica do tempo em que escrevia para sublinhar a importância das grandes migrações para a cidade e, em consequência, a necessidade de estudar os seus efeitos: “Apesar da preponderância da cidade na nossa civilização, na verdade, é reduzido o conhecimento que temos da natureza do urbanismo e do processo de urbanização. (...)” (Wirth, 1938 [1997]: 46). Wirth percebeu que estudar o todo urbano era tarefa impossível e defendeu que os estudos urbanos se preocupassem em identificar formas de acção e de organização social que emergissem em agregados formados por um grande número de indivíduos (Wirth, 1938 [1997]: 51). E, fazendo jus àquilo que defendia, debruçou-se sobre o estudo do gueto. Mas foi a percepção da impossibilidade de um cidadão conhecer todos os outros (numa afirmação com um eco contemporâneo em Anderson, 1983), bem como a defesa de que nas cidades a “(...) competição e os mecanismos formais do controlo substituem-se aos laços de solidariedade que conferiam unidade à sociedade tradicional” (Wirth, 1938 [1997]: 52) que tornaram o autor conhecido como alguém que reproduziu uma visão negativa sobre a urbanidade. Contudo, a importância dada por Wirth aos mecanismos de diferenciação presentes na cidade levou outros investigadores a concentrarem-se nas questões da heterogeneidade urbana, de que Hannerz (1980) é só um exemplo.

Robert Redfield contribuiu para solidificar a oposição entre a cidade e o campo, desenvolvendo um ponto de vista evolucionista onde opõe a aldeia comunitária à grande cidade heterogénea nas duas extremidades daquilo a que chama o *folk urban continuum*. Este viria a constituir-se no grande mote para discutir a pertinência das diferenças entre o rural e o urbano, hoje uma discussão ultrapassada nos estudos urbanos mas cuja polémica prossegue entre os estudos que se concentram em cidades fora dos grandes centros urbanos. A discussão académica sobre esta dicotomia sobrecarregou-se ao longo do tempo, sobressaindo a crítica à ideia veiculada por Redfield, da existência de um *continuum* rural-urbano, mas importa finalmente reter que Redfield completa o leque de grandes percursores da Antropologia urbana moderna.

Os reptos de Simmel, Wirth, Park e Redfield para estudar a cidade e os urbanitas só captaram a atenção dos investigadores urbanos sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial, colaborando para tal duas ordens de factores. Por um lado, o nacionalismo crescente nos países de destino das pesquisas *ocidentais*²³ (que contribuiu para transformá-los em nações independentes dos regimes coloniais) incrementou a consciencialização dos antropólogos quanto às implicações políticas dos seus trabalhos; por outro lado, o decréscimo no número de bolsas atribuídas para realizar trabalho de campo nesses países (*overseas*), levou à produção de muitos trabalhos realizados nas cidades, contribuindo desse modo para a consolidação da Antropologia urbana como área disciplinar (Eames e Goode, 1977: 18). Entre os principais contributos dessa época alargada distinguimos as obras de Foote Whyte (1943), Gans (1962), Leeds (1968), Suttles (1968) e Hannerz (1969).

Apesar de a revista *Urban Anthropology* começar apenas a ser editada em 1972, foram esses primeiros trabalhos realizados nas grandes cidades americanas que formaram as bases de uma Antropologia urbana. Foram contributos que hoje são enquadrados naquilo a que se tornou comum chamar, desde pelo menos o já clássico *Anthropology of the City. An Introduction to Urban Anthropology* de Eames e Goode (1977), uma antropologia *na* cidade, por oposição a uma antropologia *da* cidade (Eames e Goode, 1977: 31). Durante largas décadas os investigadores aplicavam nos seus trabalhos de campo na cidade os mesmos enquadramentos teóricos que eram aplicados nas pesquisas antropológicas clássicas, o que, se contribuiu para desenvolver os estudos de comunidade (Redfield, 1955), ia deixando para segundo plano o estudo da incontornável relação entre as comunidades e as cidades onde residiam²⁴. Esta situação foi ultrapassada teoricamente por Leeds (1968, 1978). O autor supera o conceito de *comunidade* com o conceito de *localidade* como alternativa: “(...) o uso do termo «localidade» não nos obriga a postular uma unidade mínima ou máxima de organização como a «comunidade» (...)” (Leeds e Leeds, 1978: 32). A noção de localidade leva-nos a questionar as relações dos seus habitantes com as entidades supra-locais, através da sua qualidade como *pontos nodais de interacção* (Leeds, 1968). O autor, embora não o referindo explicitamente, anula assim o problema de estudar *na* cidade. Leeds é um

²³ A utilização deste termo requer cautelas por poder remeter para uma oposição rígida entre produção académica ocidental e oriental o que, se é verdade no sentido da dominância de um tipo de produção de conhecimento sobre outro, esta dominação também tem sido contrariada nas últimas décadas (v. nota 27).

²⁴ Para uma revisão crítica dos contributos de Redfield, v. O'Neill, 2006: 87-96.

antropólogo *da* cidade. Embora à primeira vista a expressão antropologia *da* cidade pareça determinar que estes estudos procuravam estudar a cidade como objecto de estudo no seu todo, a antropologia *da* cidade é também uma antropologia que se debruça sobre contextos particulares, mas com um enfoque que não se limita a territórios urbanos circunscritos; antes procura perceber as relações entre os locais escolhidos para realizar pesquisa e a cidade em seu redor. A substituição da expressão “antropologia *na* cidade” pela expressão “antropologia *da* cidade” serve, sobretudo, para assinalar na história da antropologia urbana essa ponte entre os estudos clássicos de comunidade aplicados a contextos urbanos e os estudos contemporâneos mais informados quanto à importância da relação entre os contextos que se escolhem estudar e a sua envolvente urbana. Independentemente do *locus* ou *loci* (no caso de etnografias urbanas multissituadas) de pesquisa, os trabalhos de antropologia urbana *da* cidade visam compreender as influências e dinâmicas do contexto urbano – sociais, históricas, políticas, arquitectónicas e/ou outras, dependendo do tipo de enfoque – sobre os objectos de estudo escolhidos.

Retomando o meu objecto de estudo, as reflexões de Leeds e Leeds (1978) fazem todo o sentido, sobretudo quando chamam a atenção para a importante relação das localidades com as instituições supra-locais. A reflexão seguinte pareceu-me encaixar-se perfeitamente no contexto da Quinta da Vitória e conduziu-me mesmo a explorar melhor, seguindo as implicações do realojamento junto da população, a relação entre as famílias e os trabalhadores sociais locais:

“(...) as localidades são quase sempre caracterizadas por uma certa autonomia em relação aos organismos e instituições externas, por uma certa habilidade em se relacionar com estes como corpos independentes. Essa independência é mantida pelo «esfolamento» fornecido pelo complexo de relações sociais da localidade contra o impacto dessas entidades supralocais. Nesta independência e em suas bases sociais e ecológicas, encontra-se um *locus* de poder para a cooperação com e, especialmente, para a resistência contra interferências das instituições supralocais (...)”. (Leeds e Leeds, 1978: 36)

Contudo, a escolha da utilização do conceito de localidade como substituto de comunidade parece fazer mais sentido para o autor, no contexto da história da antropologia em que ele escreve, ou seja, a contrapelo das reflexões teóricas sobre comunidade então vigentes (sobretudo ligadas aos estudos de comunidade, pouco atentos às influências exteriores a essas mesmas comunidades). Além disso, apesar de

tudo, a utilização do conceito de localidade parecia-me implicar o estudo, idealizado, do seu todo; no meu caso, a *localidade* escolhida não é coincidente com toda a sua população, muito embora a definição de localidade admita diversos níveis (Leeds e Leeds, 1978: 35). Enfim, *comunidade* continua a fazer mais sentido para estudar o grupo de famílias hindus-gujarati da Quinta da Vitória do que *localidade*, mas a introdução das reflexões de Leeds são imprescindíveis, para que não nos esqueçamos da importante relação entre os grupos residentes e as entidades que procuram controlá-los.

Prosseguindo um enquadramento necessário da antropologia urbana, uma certa antropologia *da cidade* foi sendo forjada também no trabalho desenvolvido pelo grupo do Instituto Rhodes-Livingstone²⁵ da Escola de Manchester. De acordo com Signorelli (1999), as principais inovações desta escola são a crítica à distinção entre sociedades simples e complexas²⁶; uma distinção das disciplinas fundada não na natureza do objecto mas na perspectiva e escala de observação dos fenómenos que adoptam; e as próprias propostas metodológicas como a análise situacional e o conceito de rede (Signorelli, 1999: 74). A análise situacional tem sido um método de grande utilidade para aquilo a que viria a tornar-se a antropologia urbana (e.g. Gluckman, 1940; Mitchell, 1956). Os estudos mais específicos sobre o tribalismo urbano permitiram, nomeadamente, perceber que é num contexto de grande diversidade de comportamentos como são as cidades que as categorias étnicas podem ajudar os habitantes a estar preparados para a vida urbana, o que, note-se, é diferente de dizer que as reproduzem (Hannerz, 1983 (1980): 184). Este reparo de Hannerz é feito na esteira de Mitchell (1956) no sentido de se distanciar dos estudos que, como já vimos anteriormente, indicavam um *continuum* rural-urbano nas comunidades migradas para a cidade (Redfield, 1947). Mitchell diz que a colonização e os consequentes progressos industriais e comerciais introduziram inovações na vida da população africana como, por exemplo, o rápido crescimento das cidades e aposta na ideia de que o sistema urbano tem uma vida própria distinta do sistema rural afirmando que alguns investigadores estão errados quando comparam as estruturas sociais urbanas com as rurais (Mitchell, 1988 [1966]: 60- 63). E vale a pena citar o autor:

²⁵ Este Instituto foi fundado em 1937 e tornou-se no Instituto de pesquisa em ciências sociais, depois da independência da Zâmbia, em 1964 (Hannerz, 1983: 155).

²⁶ Sobre *sociedades complexas* e estudos associados a este tema aparentemente genérico v. O'Neill, 2006.

“(...) uma instituição social urbana não é uma instituição rural transformada (...) o comportamento de um imigrante na cidade, quando difere do que se observa no seu meio rural, constitui a manifestação de uma mudança «situacional» mais do que uma mudança «processual» (Mitchell, 1966: 64).

A percepção desta realidade é conseguida através da análise de situação, método repescado ainda pelos antropólogos urbanos (v. Cordeiro, 1997; Costa, 1999; Agier, 2000) que experimentaremos no capítulo 7. Conscientes da impossibilidade de resgatar um sentido total das cidades onde estudavam, a concentração em situações específicas vivenciadas pelas comunidades sobre as quais desenvolveram pesquisa permitia-lhes encontrar um sentido que, embora parcial, fornecia pistas concretas para analisar os grupos e a sua relação com a envolvente urbana. Ao analisar os contributos do Instituto Rhodes-Livingstone, Signorelli (1999) sublinha a contribuição de Balandier (1973), que faz a auto-crítica do Instituto, dizendo que nada pode ser compreendido se prescindirmos de analisar a relação fundamental de dominação-sujeição e de exploração que caracteriza o colonialismo (Signorelli, 1999: 74), ainda que aquela postura fosse então precoce, se tivermos em conta que a análise sobre as relações de poder em situação colonial apenas começaram a ser devidamente interpretadas no pós-colonialismo.

Ainda pensando no Instituto Rhodes-Livingstone como uma das escolas mais importantes para o desenvolvimento da antropologia, importa notar que os estudos mais emblemáticos como os que foram produzidos por Mitchell no âmbito daquele instituto, são hoje resgatados tanto pela antropologia urbana como pela antropologia pós-colonial. Os textos de Mitchell são obrigatórios, claro está, em qualquer especialização em antropologia, mas são particularmente importantes para ambas as sub-disciplinas referidas. Esta coincidência serviu-me de inspiração para a consolidação do meu próprio trabalho. O trabalho de campo na Quinta da Vitória implicava acompanhar uma e outra corrente da antropologia. E em ambas encontrei alguns textos repetidos, de que os de Mitchell são um exemplo. A dupla percepção da importância do contexto urbano para a comunidade estudada e da utilidade em pensar a conjuntura histórica que lhe dá sentido (não só à *comunidade* como à sociedade de acolhimento e suas políticas sociais) levou-me a considerar um enquadramento teórico em que as principais referências são

contributos da antropologia urbana, mas onde as referências da teoria antropológica pós-colonial jogam igualmente um papel decisivo²⁷.

1.4. CRÍTICAS AO CONCEITO DE *CULTURA DA POBREZA*

Recuando um pouco aos primeiros trabalhos que vieram a constituir-se como as obras clássicas da antropologia urbana, foi precisamente por terem sido realizados com o apoio de quadros conceptuais insatisfatórios para compreender a vida nas cidades que os autores encontraram *desfasamentos* relativamente às comunidades de origem dos grupos estudados; as dificuldades encontradas pelos migrantes nas cidades levaram-nos a habitar as áreas mais degradadas dos centros urbanos e a sujeitarem-se a condições de vida precárias. Estes contextos contribuíram para que os investigadores desenvolvessem trabalhos sobre marginalização, uma vez que acabavam por tratar a não adaptação à cidade pelos migrantes (Signorelli, 1999: 70-1). Para os investigadores, os bairros degradados começaram, aos poucos, a servir de exemplo da *decadência* das cidades. O trabalho de Wirth (1928), *Ghetto*, é disso um dos exemplos mais conhecidos. Mas é também exemplar quanto à sistematização da história do conceito de gueto, como não viria a ser feito até ao contributo actualizado de Wacquant (2005a; 2005b²⁸). O conceito de cultura da pobreza, associado a estes bairros, teve, no contexto destes primeiros trabalhos da antropologia urbana, o seu expoente máximo. De acordo com Hannerz, a expressão *cultura da pobreza* terá sido pela primeira vez utilizado em *The Other America*, por M. Harrington (1962) e a utilização do conceito dever-se-á, por seu lado, a Lewis em *Five Families* (1959), a partir de estudos de caso mexicanos (Hannerz, 1969: 178). A utilização desta expressão requer tratamento específico para a nossa temática, uma vez que o discurso oficial que enforma o PER perspectiva as populações residentes nos bairros candidatos a realojamento como populações desfavorecidas *a priori*, devido ao seu tipo de alojamento. Por acréscimo, estas populações são por vezes vistas como populações que precisam de vários tipos de ajuda no combate à segregação social. Por

²⁷ V., a este respeito, as principais referências dos *subaltern studies*, como Guha (1985, 1997); Prakash (1990, 1995); Chakrabarti (1992, 2000). O termo que designa estes estudos foi apadrinhado por Guha (1982), partindo do conceito de subalternidade de Gramsci (1971). Os *subaltern studies* puseram em causa a história do sub-continente indiano realizada pelos britânicos (unilateral), contribuindo para uma historiografia renovada, e reescrevendo a história da Índia, partindo da própria experiência colonial. Sobre dominação colonial indiana v. Cohn (1997) e Assayag (2001); sobre imperialismo em geral v. o imprescindível contributo de Saïd (1990).

²⁸ V. capítulo 3. Importa referir ainda o importante contributo do mesmo autor (Wacquant, 2002), onde a rua é perspectivada como espaço de observação etnográfica fulcral para a superação das visões clássicas sobre os bairros em situação de exclusão social.

isso, devemos recuperar alguns dos contributos da antropologia urbana neste domínio, para retomar uma postura crítica relativamente à cultura da pobreza.

De acordo com Lewis (1961), posteriormente criticado por diversos autores que se inscrevem na antropologia urbana e cujos posicionamentos veremos de seguida, uma *cultura da pobreza* implica a presença de uma parte dos 70 factores que o autor discrimina. Destacamos alguns dos mais conhecidos: desemprego crónico, bairros sobrepovoados, falta de privacidade, gregaridade, altas taxas de alcoolismo, violência nas discussões, violência na educação das crianças, violência sobre as mulheres, iniciação sexual precoce, casamentos arranjados, orientação para o tempo presente muito forte, pouca habilidade para traçar objectivos a médio-longo prazo. Sugere ainda que uma vez existente na vida das pessoas, a cultura da pobreza tende a ser perpetuada, mesmo que haja mudanças na vida das pessoas. Diz que entre os seis e os sete anos, uma criança terá sido moldada na cultura da pobreza de forma irreversível (cf. Eames e Goode, 1977: 308). Importa sublinhar que prevaleceu no seio das ciências sociais um posicionamento crítico sobre esta descrição de factores, mas é certo que muitos estudos de caso e muitas das políticas sociais postas em prática sobre as populações residentes em bairros degradados sobrestimaram (e sobrestimam, a meu ver) a prevalência de alguns destes factores, sedimentando uma visão fatalista sobre a realidade social dos bairros degradados e reduzindo assim as hipóteses de considerar as suas populações como conjuntos de *sujeitos* em vez de conjuntos de *vítimas*, para usar uma oposição binária utilizada correntemente nas ciências sociais. Procurando dar conta de alguns dos principais posicionamentos críticos sobre a *cultura da pobreza*, começamos com Gans que, poucos anos depois da utilização do conceito por Lewis, ainda sem um posicionamento claramente crítico em relação a esta concepção, propõe formas de ultrapassá-la (Gans, 1968: 312). Na mesma altura, Hannerz (1969) refere que os estudos de cultura da pobreza surgiram para perceber melhor a pobreza nos Estados Unidos, mas a pobreza não deve ser vista como factor fundamental e único para perceber o comportamento dos moradores do gueto (Hannerz, 1969: 178). As preocupações de Hannerz prendem-se com o facto de este conceito não acrescentar nada de novo às populações; pelo contrário, a aceção da cultura da pobreza, em última análise, reproduz a pobreza (Hannerz, 1969: 180). E adianta que os programas políticos de acção social desenvolvidos nos Estados Unidos para fornecer instrumentos de acesso à cultura das classes médias colocavam erradamente a tónica na mudança dos estilos de

vida em vez de se preocuparem com a mudança do sistema que levou aquelas populações à situação de pobreza (Hannerz, 1969: 181). É interessante verificar que, apesar das devidas diferenças, algo semelhante terá acontecido em Portugal com o PER que, como veremos (no capítulo 4), ambicionou a mudança dos estilos de vida com a mudança de casa. A sua base programática convocava, para tal, a necessidade de alterar primeiro as condições de habitabilidade, de precárias para *condignas*, para retomar uma ideia explorada *supra*. Outra dificuldade na utilização do conceito de cultura tal como é utilizado por Lewis é a sua limitação ao lidar com os fenómenos de mobilidade. De facto, segundo Eames e Goode (1977), o conceito de cultura não tem servido para lidar com estes fenómenos²⁹. Em qualquer grupo populacional indiciado como pobre, há sempre segmentos que tendem a sair da pobreza e a manifestar respostas comportamentais diferentes. Se utilizarmos uma definição de cultura que reconheça que o ciclo de vida contém muitas situações que levam à ressocialização e a uma possível mudança de estatuto, então a mobilidade pode ser vista como uma resposta a mudanças situacionais (Eames e Goode, 1977: 310). Num sentido semelhante, Gulick (1989) diz que é importante que os estudos sobre estas comunidades atentem às formas como os habitantes tentam ultrapassar a sua condição e às estratégias de adaptação por eles desenvolvidas (Gulick, 1989: 199). Diz também que os comportamentos típicos atribuídos aos pobres não alteram o modo de vida não porque não sejam capazes dessa mudança mas porque estes não têm forma de aceder ao poder político (Gulick, 1989: 198). Assim, o autor vai além da crítica ao conceito, ao propor uma abordagem positiva da cidade, a contrapelo de muitos estudos que se concentravam nos aspectos negativos da vida na cidade. Mais tarde, Agier (1999), depois de criticar brevemente Lewis e o seu conceito de cultura da pobreza, sintetiza assim aquilo a que chama de processo de *invenção* dos pobres:

«Peur de la différence, mise à distance dans une autre monde social et urbain, culpabilisation morale et paternalisme classique ou modernisé, tels sont les mécanismes d'une invention des pauvres, qui reproduisent une méthode d'invention identitaire plus générale, stigmatisant bien plus que les seuls économiquement défavorisés. La figure du cantonnement

²⁹ Na altura em que Eames e Goode escrevem, o conceito de cultura não continha as possibilidades dinâmicas que hoje encontramos nele, sendo mesmo difícil encontrar actualmente uma postura consensual, donde os posicionamentos que optam por enquadrar a própria proliferação de formas de definir/perceber a cultura, como o de Ardener (1985) me parecem mais adequados. Eames e Goode assumiam então uma postura crítica relativamente às teses culturalistas (tal como, no caso português, e.g., Gros, 1998: 234-273, onde a autora sistematiza o seu posicionamento crítico relativamente à utilização do conceito de cultura da pobreza).

urbain est elle-même présente jusque dans les plus récents programmes de lutte contre la pauvreté (...). Les phénomènes de fermeture sociale et locale sur les plus démunis se trouvent ainsi renforcés. L'idéalisation d'une vie communautaire des pauvres devient finalement la justification théorique de leur exclusion d'un nombre grandissant de droits sociaux et de lieux de la ville.» (Agier, 1999: 62).

Deste modo, Agier alarga a crítica ao conceito para a crítica sobre os efeitos da sua reprodução, colocando a tônica na reificação da exclusão social. Importa dizer a este respeito que, Valentine postulava já há quarenta anos atrás (1968), que no futuro seria óbvia a constatação de que a falha das políticas para acabar com a pobreza teria residido na falta de conhecimento efectivo sobre as populações, situação essa que seria seguramente suplantada num futuro próximo (Valentine, 1968: 149³⁰). Contudo, os *apports* dos cientistas sociais neste domínio raramente têm chegado à elaboração das políticas sociais, que começaram pelo menos desde a administração Kennedy nos Estados Unidos da América (Gros, 1998: 237), e na mesma ordem de ideias Capucha assinala que as políticas da pobreza raramente são *informadas cientificamente* (Capucha, 1992: iii). Por isso, o sentido da citação de Agier mantém-se. Diríamos que a falta de intersecção entre o conhecimento académico e os conhecimentos técnicos nestas áreas resulta, muitas vezes, na permanência, nas políticas contra a pobreza, de um certo paternalismo sobre as populações visadas, com ecos na época colonial. As políticas sociais podem acabar por contribuir, sem o quererem, para a reprodução de uma *cultura da pobreza*. Importa finalmente referir que, apesar de a maioria dos trabalhos críticos terem como referência este conceito, outras concepções podem conduzir ao mesmo tipo de problemas que o conceito de cultura da pobreza coloca: *cultura das classes desfavorecidas*; *cultura do desemprego*; *cultura da violência* são alguns dos termos elencados por Valentine (1968), poucos tempo depois de Lewis (1961) listar as características de uma cultura da pobreza. Além disso, é hoje evidente que a elaboração de políticas desfasadas da chamada realidade social não afecta apenas as questões da habitação; Scott (1998) deu um contributo imprescindível para perceber a desadequação dos programas políticos um pouco por todo o mundo na sua obra *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*.

³⁰ Importa notar que este autor faz uma equiparação entre este desconhecimento das populações na formulação das políticas sociais contra a pobreza e as políticas encetadas pelos regimes coloniais sobre as populações subordinadas.

Retomando Eames e Goode (op. cit.), os autores referiam que o principal problema da análise de Lewis era que este autor não analisara o sistema social mais vasto (Eames e Goode, 1977: 315). É também por isso que há que estudar os bairros na sua relação com a cidade. Se estudássemos o bairro da Quinta da Vitória em si, as conclusões seriam limitadas e repetiriam alguns dos estereótipos sobre bairros degradados, se não, vejamos: desemprego, violência doméstica, alcoolismo, tuberculose, são fenómenos presentes no bairro de fácil identificação em curtas estadas de terreno. Claro que esta é uma visão reducionista que um estudo antropológico clássico ultrapassaria com alguma facilidade, ao abordar os aspectos culturais do bairro, e provavelmente as tensões resultantes da interacção humana, mas não necessariamente uma visão concentrada nos fenómenos tipicamente associados às situações de pobreza. Mas se ficássemos pelos aspectos menos positivos, como se o bairro se virasse para si próprio, como se não fizesse parte, por exemplo, do crescimento da cidade, das políticas de habitação, das decisões políticas sobre o ordenamento do território, em suma, se evitássemos a ligação entre a história do bairro e a história da AML, arredaríamos da análise qualquer hipótese de compreender minimamente o quotidiano de uma população durante o presente etnográfico que acompanhei.

1.5. O BAIRRO É A CIDADE – CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A pergunta ressurgue então: como se estuda a cidade actualmente? A genealogia dos estudos urbanos feita nos trabalhos já referidos de Eames e Goode (1977) e de Hannerz (1980), é indispensável para perceber pelo menos três dimensões a este respeito: (1) como a cidade vinha sendo estudada até ao final dos anos 1970, (2) quais os principais contributos até então e também (3) a sua própria perspectiva (destes autores) sobre a cidade. Duas outras perspectivas concorreram para enquadrar o meu objecto de estudo no seio da antropologia urbana e gostaria de dedicar-lhes algumas linhas de reflexão, uma vez que creio que não só são importantes para estudar o contexto específico que escolhi, como outros objectos da cidade, dos bairros em geral (degradados, históricos e de outras tipologias) às economias informais as mais variadas, observáveis na cidade. São as obras de Gulick (1989), *The Humanity of Cities. An introduction to urban societies*, e de Laguerre (1994), *The informal city*. Ao ler estas obras, percebi a sua potencialidade para enquadrar a concentração analítica e interpretativa deste trabalho nessa relação complexa que tentarei dar conta, entre algumas das dimensões do bairro e

algumas das dimensões da cidade. O objectivo de Gulick é claro: contra a imagem negativa das cidades que imperou durante décadas, reproduzida sobretudo devido à estereotipação das cidades, o autor é apologista de fornecer uma perspectiva positiva sobre as cidades. Para isso, diz, é importante integrar a pequena escala, embora advertindo contra o excesso de atenção que lhe tem sido prestada (Gulick, 1989: 23) A importância da ligação entre a pequena e a *larga* escala é assim resumida por Gulick:

“It is true that an *exclusively* microurban perspective (often derived from the traditional anthropological concentration on small, supposedly isolated, “primitive” cultures) can result in a misleading emphasis on groups of people who are not representative of most city dwellers and in an unrealistic lack of attention to the influence of external controls on these people (...). On the other hand, detailed microperspectives are absolutely essential to an adequate understanding of the humanity of cities. The point is that they must be placed in wider, large-scale perspectives. (...)” (Gulick, 1989: 34-5).³¹

Um outro ponto interessante lançado por Gulick, ainda dentro da apologia dos estudos urbanos que atentem à relação entre as várias escalas, surge quando nos chama a atenção para o facto de os actores apenas perceberem uma parte daquilo que a grande escala influencia nas suas vidas; assim, a grande escala torna-se domínio do observador externo (Gulick, 1989: 25). Gulick sub-divide as escalas percebidas pelos sujeitos em dois tipos: a escala activa e a escala receptiva. A primeira diz respeito à rede interactiva que afecta o quotidiano do sujeito e a segunda refere-se aos fenómenos sócio-culturais que afectam a vida do sujeito de forma subtil. Os sujeitos procuram, nesta acepção, manter a sua pequena escala activa de forma a ser capaz de lidar com o número crescente de pessoas que nela interferem. Mas a percepção ou não das escalas pelos sujeitos é também uma das grandes ambiguidades do próprio conceito de escala. Quem tem consciência delas é o observador e a consciencialização das diferentes escalas é uma tarefa artificial, talvez mais *própria* das ciências sociais do que dos sujeitos com quem estudamos. Gulick refere que “(...) a maior parte dos estudos diz que as pessoas não estão conscientes das suas escalas receptivas” (Gulick, 1989: 37). Mas podemos questionar essa não consciência: “Is a small active scale more typical of poor, working-

³¹ A propósito, a autora actualmente ultra-citada Abu-Lughod (1991), apesar de animar o debate pós-modernista com “Writing against culture” onde defende a percepção da importância dos particularismos e de uma análise humanista (Abu-Lughod, 1991: 158), é também lembrada por Gulick quando diz que a autora, no seu trabalho no Cairo (Abu-Lughod, 1971) combina precisamente diversos aspectos que se relacionam com o seu objecto de estudo – a análise estatística, a reconstrução histórica, e o próprio conhecimento da cidade (Gulick, 1989: 29).

class, and minimally educated city dwellers than it is of better-educated ones with higher status? (...)” (ibidem: 39). Vendo bem, a linguagem em que os sujeitos se pronunciam sobre as escalas receptivas é que pode ser diferente daquela a que os estudos que privilegiam a larga escala se habituaram a adoptar; disto não se deverá concluir que as escalas de uns são menos percebidas do que outras. Isso seria reproduzir dicotomias clássicas entre pobres e ricos, classes desfavorecidas e abastadas, entre outras afins. Importa, voltando a Gulick, perceber que a escala perceptiva não é unívoca; muita gente vive simultaneamente em diferentes níveis de escala (Gulick, 1989: 41). Resumindo, as maiores ambiguidades no conceito de escala residem primeiro nas confusões entre as escalas dos actores e dos observadores e, depois, entre as escalas activas e receptivas dos actores. Ao distinguir as escalas activa e receptiva dos actores (sujeitos em observação nas pesquisas) torna-se mais fácil para o investigador (que aborda a cidade através de escalas diversas) ser objectivo na observação das escalas (Gulick, 1989: 42).

Voltando à Quinta da Vitória, a percepção das diferentes escalas é importante para poder dar conta da interacção da população hindu local com as instituições locais e supra-locais (retomando Leeds e Leeds, 1978), que estão envolvidas no quotidiano desta população sobretudo por via do processo de realojamento. Como veremos no capítulo 6, a prática desta relação é revelada sobretudo através dos processos familiares de habitação, mas os diversos contactos com as instituições, verbalizados de parte a parte pela população e pelos técnicos de serviço social, dão igualmente um contributo precioso que requer uma análise fundamentada.

Uma outra referência que importa reter no sentido de melhor enquadrar algumas das questões base que enformam este trabalho, é *The informal city* de Laguerre (1994). Muitas vezes ignorado entre as prateleiras das bibliotecas, esta obra procura conceptualizar as práticas informais, mais do que dar conta delas, uma vez que essa tarefa já estaria, segundo o autor, bastante desenvolvida (1994:xi). Laguerre sustenta que o próprio sistema formal será melhor entendido se percebermos o funcionamento das regras das práticas informais. O autor vê estas práticas como todo um sistema de acção, desenvolvido para atingir objectivos específicos. Laguerre sublinha que as normas do sistema formal nem sempre coincidem com as normas sociais e essa não coincidência, bem como a rigidez dos processos burocráticos, favorecem as práticas

informais. Por vezes, a formalização parcial da estrutura informal acontece para que esta seja mais eficaz ou para ser levada mais a sério (1994: 86). Esta forma de análise surge como um importante contributo de desconstrução das práticas culturais, alternativo ou complementar à análise dos modos de vida. Embora outros autores concorram para chamar a atenção de outros investigadores sobre o facto de os actores sociais, sob algum tipo de dominação, terem muito mais a dizer do que a constatação da relação de poder entre eles próprios e determinados agentes institucionais (cf. Scott, 1990), quer sejam patrões, proprietários de terras, autarquias ou o próprio estado, o que me parece singular em Laguerre é a concentração dos seus esforços analíticos na situação urbana. Além de contribuir para estudar a cidade de forma positiva, Laguerre contraria a reprodução de uma certa ideia de inacção dos grupos desfavorecidos. A cidade informal de Laguerre é, enfim, uma perspectiva que nos auxilia na abordagem de algumas questões que surgem no bairro, uma vez que a comunidade hindu local não tem habitualmente uma organização formal; ao contrário, o que a observação de terreno mostrou foi uma prevalência de organização informal.

Além da influência específica das obras que acabo de referir, é a perspectiva holista, presente na antropologia urbana – e não só – que mais contribuiu para a escolha que fiz em termos de abordagem do objecto, análise dos dados e mesmo para a dissertação em presença. Normalmente associado a contributos datados e a perspectivas ingénuas sobre a realidade social (Agier, 1999: 58), o holismo pode ter uma actualidade constante. A perigosidade do holismo há algumas décadas atrás, o risco das teorias gerais e das generalizações, não subsiste hoje em dia porque os investigadores já não têm essa ilusão de abarcar o todo de alguma forma. Wirth, em 1938, dizia: “(...) a cidade não é apenas (...) o lugar de habitação e trabalho do homem moderno, mas também o centro que põe em marcha e controla a vida económica, política e cultural (...)” (Wirth, 1938[1997]: 45). Esta percepção da necessidade de contextualizar diversificadamente a cidade indicava já a direcção do holismo para os estudos urbanos. Importa destacar, entre os autores que mais quiseram corresponder a este repto, um contributo do final dos anos 1970. Press (1979) desenvolve os seus estudos na cidade de Sevilha. O objectivo é totalizador e retrata uma certa ingenuidade então patente nos estudos de comunidade levados para a cidade, mesclada com a percepção da importância de uma abordagem plural. Press diz que o apelo ao holismo reflecte uma visão que explica que nenhuma unidade na cidade pode ser explicada isoladamente, independentemente do seu grau de

homogeneidade (Press, 1979:5). A principal ideia a reter é adverter contra o isolamento do objecto de estudo quando esse objecto de estudo está na cidade. De qualquer forma, creio que a perspectiva holista é uma perspectiva que se identifica tanto com a abordagem das várias escalas de observação na cidade como com a perspectiva interdisciplinar. Elas são quase sinónimos. Simplesmente, o holismo esteve conotado com obras datadas durante alguns anos, e actualmente é uma palavra em desuso. Gulick (1989) recupera Fox (1977³²), dizendo que este vê a necessidade de submeter a antropologia urbana a uma visão holista, integrando a micro-escala num contexto mais alargado. E descreve a tripla *visão holista* de Fox: (1) a importância da análise dos micro-sistemas como a família, o parentesco, os vizinhos, as associações, qualquer um deles como parte da cidade como um todo; (2) as cidades como partes de sistemas regionais e (3) sistemas regionais urbanos como parte do sistema nacional:

“(...) while urban anthropology emphasizes the personal, small-scale dimensions of life, its holism, which originated in the comprehension of small-scale communal systems, must extend its vision and grasp as much as is necessary to make possible full explication of city life as it is lived on the human scale. (...)” (Gulick, 1989: 14)

A perspectiva holista é tão-só, sublinhe-se, uma perspectiva necessariamente interdisciplinar, que procura fazer jus ao termo conjunto *ciências sociais*, onde se englobam uma série de áreas disciplinares que se complementam. Mondada (2000), diz a este respeito que a exploração do carácter performativo das práticas descritivas da cidade é uma escolha de interdisciplinaridade que se alimenta das problemáticas e dos recursos de vários campos das ciências sociais: a linguística, a geografia, a sociologia e a antropologia urbanas. A interdisciplinaridade parece-nos imprescindível neste domínio (Mondada, 2000: 2). Se é evidente a necessidade de os investigadores em qualquer uma das ciências sociais recorrerem aos *apports* de investigadores noutras disciplinas complementares, mais evidente é para o caso da antropologia urbana, onde esta aceção é incontornável. É também por isto que, retomando uma linha de pensamento atrás exposta, se pode falar em estudos *da* cidade, acentuando sempre a ideia de que não se pretende estudar a cidade como um todo, mas simplesmente estudar não apenas a unidade de observação em si, mas também a relação desta com a cidade em volta.

³² A obra referida é *Urban Anthropology. Cities in their cultural settings*.

1.6. OS HINDUS DA QUINTA DA VITÓRIA TAMBÉM SÃO URBANITAS – CONSIDERAÇÕES ANTROPOLÓGICAS

Virando a tónica do debate em presença neste capítulo para o universo populacional que constitui a chamada unidade de análise do objecto de estudo, as próximas linhas ocupar-se-ão com a descrição da forma como melhor abordar a comunidade hindu da Quinta da Vitória. A principal questão que se coloca neste âmbito é: qual a concepção de comunidade quando abordo a população hindu do bairro? O meu objectivo neste domínio é cruzar algumas das perspectivas que têm sido abordadas isoladamente. Assim, poderíamos concentrar-nos numa abordagem da comunidade hindu que salientasse a sua organização enquanto comunidade diaspórica, problematizando o grupo numa abordagem crítica pós-colonial, abordagem esta que é uma das formas de análise mais recorrentes sobre a imigração hindu-gujarati e de grande validade teórica e conceptual, confirmada nos diversos palcos da própria diáspora (e.g. Vertovec, 1997; Baumann, 1996, 1998; Puwar, 2003). Poderíamos, em alternativa, escolher uma abordagem que, seguindo o repto de Leeds (1968, 1978), se concentrasse em analisar a relação da *localidade* com as instituições supra-locais, focando a lente para a questão de objecto urbano *da* cidade, não prescindindo de contextualizar a cidade onde reside a população em causa. Mas se optássemos por uma destas variáveis de abordagem em exclusividade, estaríamos, a meu ver, a deixar de fora uma parte importante da problematização sobre o grupo escolhido, a comunidade hindu local. Em conformidade com esta afirmação, pretendo assim cruzar estas duas perspectivas, procurando fazer jus a uma postura holista (que advoguei antes). Assim, defendo, por um lado, que a percepção de que a comunidade hindu da Quinta da Vitória faz parte de um vasto fluxo de populações hindus-gujarati em diáspora é importante para problematizar aquela população, em parte como comunidade hindu pós-colonial sujeita às influências de um passado económico e político recente (Cachado, 2004), e em parte como potencialmente móvel e, certamente, transnacional (Basch et al. 1994; Appadurai, 1996). Por outro lado, defendo uma conceptualização daquela população que leve em conta as dinâmicas urbanas porque, só assim, nesta perspectiva cruzada, poderemos chegar a olhar para os hindus da Quinta da Vitória como uma população com vantagens culturais sobre outras populações habitantes em contextos de algum tipo de segregação urbana.

Tendo definido uma forma de abordagem sobre esta população, que *comunidade* hindu é esta? Se é verdade que a conceptualização de Cohen (1985), não cedendo a generalizações, acaba por abarcar uma grande variedade de possibilidades de apelidar uma população de comunidade, ao admitir duas variáveis na sua problematização: (1) a percepção de elementos culturais em comum que um dado grupo tem, bem como (2) o sentimento de pertença a esse mesmo grupo, é verdade também que esta perspectiva implica perceber que elementos culturais em comum são esses e que pertença é esta. Podemos assumir, à partida, que os elementos culturais em comum da comunidade hindu da Quinta da Vitória são os que resultam da vivência comum da religião, no templo que mais frequentam, o templo de Jai Ambé, no bairro. Nesse caso, a explicação de Cohen, em termos gerais, é-nos suficiente. Mas se a questão da identidade não é central em termos de abordagem teórica neste trabalho, o sentimento de pertença ao grupo não está obrigatoriamente em análise e, assim, estaríamos apenas a utilizar uma parte da definição do autor. Nesse sentido, importa referir outras conceptualizações que contribuem para a forma como a população hindu será abordada ao longo deste trabalho. No campo da antropologia urbana actual, os autores tendem a afastar-se dos estudos de comunidade (Signorelli, 1999: 70), uma vez que estes estão associados, no caso dos estudos de comunidade nas cidades, a uma perspectiva limitada à micro-escala, seguindo os enquadramentos teórico-metodológico clássicos da antropologia, como foi assinalado antes. Mas esse afastamento não significa que os antropólogos urbanos não considerem a comunidade como conceito operatório. Ao contrário, ele deve ser operacionalizado para que seja útil nos estudos preocupados com a envolvente urbana. Gulick (1989) vê a comunidade como um conceito necessariamente dinâmico. De acordo com o autor, uma forma útil de olhar para a comunidade é como “(...) a relatively stable multifunctional support system whose members are ready to alter in response to changing conditions» (...)” (Gulick, 1989: 152), ou seja, interessa levar em conta a forma como os grupos se adaptam a diferentes situações vividas. Gulick perspectiva as mudanças que se operam numa comunidade como possibilidades de adaptação mais do que como risco de perda da estabilidade dos sistemas, um suposto requisito da comunidade. Como tive ocasião de explorar (Cachado, 2005)³³, os

³³ Num artigo publicado nas actas do X Congreso de Antropologia em Sevilha (2005), fiz uma exploração preliminar às estratégias de adaptação e de resistência da comunidade hindu da Quinta da Vitória face ao processo de realojamento, a que voltarei mais tarde neste trabalho.

processos de adaptação e de resistência da população hindu face ao processo de realojamento ocuparam uma parte das minhas preocupações analíticas.

Voltando à questão de partida e procurando fazer uma síntese de contributos, a comunidade hindu do bairro não é uma comunidade no sentido clássico. A comunidade local percebe-se sobretudo pela vivência dos espaços dentro e fora do bairro. O principal símbolo de identificação desta comunidade é o templo, claro está, mas o quotidiano do bairro gere-se por apontamentos constantes da quase omnipresença desta população, em geral mais notada do que as restantes (ver capítulos 2 e 7). Contudo, embora esta comunidade seja associada ao bairro por via doutros hindus da AML – que os designam como hindus *da Portela* – e por via do conhecimento produzido sobre o bairro, a verdade é que a comunidade hindu da Quinta da Vitória está para lá do bairro, ela reproduz-se noutros locais da AML e no Reino Unido (como veremos no capítulo 3), o país para onde uma parte da população hindu da AML (e não só) tem escolhido emigrar. Então, sublinhe-se, a comunidade hindu da Quinta da Vitória não é uma comunidade que esteja totalmente ligada ao espaço onde habita. Pode ser vista como grupo de pertença, tendo em conta a religião que professa, mas não na totalidade, uma vez que a pertença a este bairro (o facto de se residir naquele local) tem alguns contornos negativos do ponto de vista de outras populações hindus residentes na AML, sobretudo devido ao tipo de habitação do bairro. Por isso a população hindu *da Portela* é tendencialmente vista como um todo, mais do que como o conjunto de castas que podemos lá observar. Convém, neste ponto, explicar as razões por que preferimos não aprofundar a análise sobre as castas, embora estas diferenças estejam conscientes ao longo do trabalho. O principal motivo pelo qual não aprofundamos esta questão prende-se com o facto de haver uma grande acumulação de literatura sobre o tema e também porque não é uma questão central para a minha investigação. Basicamente, uma primeira conceptualização geral é-nos fornecida por Dumont (1966), com o seu *Homo hierarchicus*, onde a sociedade estratificada em castas de algum modo típica da Ásia do Sul é vista como se de uma hierarquia linear se tratasse. Divididas em quatro *varnas*³⁴,

³⁴ *Varna* é um termo que provém do sânscrito que significa cor e que distingue quatro grandes categorias sociais (Brâmane, Kshatriya, Vaishia e Sudra), onde se inscrevem as castas. O termo casta, por seu lado, é um termo português (para uma explicitação sobre a utilização deste vocábulo português para designar as distinções sociais indianas, v. Dalgado, 1982 [1919]: 225-9) que foi apropriado pelos estudiosos para designar as *jati* (termo gujarati). As *jati* subdividem-se, por sua vez, em *gotar*, que, sem compromissos conceptuais (apenas para facilitação da leitura), traduziríamos por clã. Para uma pequena introdução à evolução recente da literatura no que toca à complexidade destas dinâmicas sociais, v. Dumont (1966),

os milhares de castas conhecidas até então poderiam, se tal estudo houvesse, ser colocadas numa enorme lista cujo topo estava nos brâmanes e cuja base pertenceria aos intocáveis. Depois de Dumont, outros autores trataram o tema com cuidado. Os principais contributos para o debate sobre o tema advêm, a meu ver, dos *subaltern studies*³⁵, uma vez que a maior parte dos autores provêm do próprio sistema de castas e detêm um *know how* não ocidental (embora não necessariamente não ocidentalizado). Uma das obras mais marcantes no contexto da literatura sobre castas é o *The Poison in the Gift* de Gloria Raheja (1988), onde a autora põe em causa o sistema de castas como um sistema hierárquico *per se*; analisando-o a partir da perspectiva de uma das castas que estudou (Gujar), e da relação que esta estabelecia com as outras castas na aldeia onde realizou trabalho de campo, em Pahansu (uma aldeia rural no Estado do Utar Pradesh, Índia), Raheja contraria as teses da hierarquia de castas em que os brâmanes estão no topo, uma vez que, pelo menos no caso da *sua* aldeia, a casta dominante tem um maior poder relativamente a outras castas, não só económico (uma vez que é a casta que tutela a redistribuição dos excedentes de arroz) mas também simbólico (com uma função de reprodução social, o arroz tem, por toda a Índia funções simbólicas importantes em todos os ritos de passagem). Depois de Raheja, outros autores ganharam visibilidade nos estudos asiáticos ocidentais e sul-asiáticos ao corroborarem a sua tese. Dentre os mais conhecidos, Parry (1994) refere-se a uma casta de brâmanes intocáveis, os *mahabrahman*, uma contradição para a visão de Dumont, que entretanto se tornara de senso comum para o mundo ocidental. Os *mahabrahman* são uma casta de brâmanes que dirige rituais fúnebres em Benares. Uma vez que lidam com a morte directamente, se quiséssemos atribuir uma categoria de castas a este grupo, diríamos prontamente que são intocáveis e, de facto, localmente, são conotados com a intocabilidade. No entanto, são brâmanes. Ou seja, tocam simultaneamente os dois pólos do sistema hierárquico, pondo-o definitivamente em causa³⁶. Ainda assim, as perspectivas generalistas sobre o sistema hierárquico de castas, supostamente linear, prevaleceram até hoje, provocando um questionamento recorrente a todos os investigadores que se concentrem na

Raheja (1988), Fuller (1992). Na literatura antropológica portuguesa, é incontornável o contributo de Perz (1994), sobre a intocabilidade no Gujarate.

³⁵ V. nota 27.

³⁶ Uma vez que não é nosso objectivo debruçarmo-nos sobre esta questão, note-se apenas que também na Quinta da Vitória poderíamos realçar, por exemplo, que uma casta pode pertencer a dois *varna* ao mesmo tempo, pondo em causa a ideia de que uma casta pertence a um *varna*. Em Fudam (aldeia de proveniência de várias famílias na Quinta da Portela), uma parte do grupo principal (os *bhamania*) descenderia de brâmanes, outra (*vaja*) de guerreiros (*kshatriya*) (D.C., 31/08/2002).

abordagem de grupos de origem sul-asiática, um questionamento que deve ser replicado de acordo, por um lado, com a pertinência do tema para as questões analíticas que o investigador se propõe analisar e, por outro lado, contrariando *apriorismos* ocidentais que apenas reproduzem, *sine die*, uma curiosidade sobre a organização de uma sociedade em castas, ou seja, que determinam *a priori* a injustiça social deste sistema. A visibilidade que nos foi trazida por Gandhi sobre a injustiça relativamente às castas de intocáveis contribuiu, infelizmente, para este posicionamento *apriorista*, embora o seu intuito tenha sido o de chamar a atenção para a injustiça social de uma sociedade de que ele fazia parte, injustiça essa provavelmente patente um pouco por todo o mundo. Não me querendo alongar sobre esta questão, resta dizer que apesar de não me debruçar sobre uma análise das castas no bairro, há, como disse, uma consciência da sua existência, importante sobretudo na observação de rituais. Contudo, a observação no terreno, de que os hindus do bairro são tendencialmente vistos como um conjunto de residentes concentrados num bairro, leva-me a sugerir, em resumo, que a análise aprofundada sobre as castas localmente não faz necessariamente sentido e que o conceito de comunidade, além de fazer sentido externamente ao bairro, faz igualmente sentido para os próprios hindus da Quinta da Vitória, se pensarmos na religião como elemento agregador dessa mesma comunidade. É interessante verificar, em termos reflexivos, que a explicação sobre uma ausência analítica neste trabalho (a análise sobre as castas) auxiliou-nos, enfim, a possibilitar a utilização do conceito de comunidade ao longo do mesmo.

Além destas explicitações, importa retomar a ideia inicial sobre qual o pano de fundo que deverá ser levado em conta na utilização posterior da palavra comunidade ao longo do texto, ou seja, a ideia de cruzar uma perspectiva sobre a comunidade como comunidade de diáspora pós-colonial com uma perspectiva alternativa à própria ideia de comunidade, ou seja, a introdução do conceito de *localidade*, de Leeds (1968; 1978). Assim, a minha perspectiva sobre a comunidade hindu do bairro segue o posicionamento em que me coloquei face ao enquadramento teórico da tese em geral, ou seja, influenciada pelas perspectivas de uma Antropologia pós-colonial cruzando com os quadros teóricos da Antropologia urbana, área disciplinar onde se enquadra este trabalho. A comunidade hindu da Quinta da Vitória é composta por uma população cujo processo migratório e respectivo passado colonial não devem ser negligenciados. Se esta percepção era evidente no início do trabalho, a investigação prosseguida

demonstrou, sobretudo na relação entre a população em causa e as instituições que com ela trabalham, uma *herança* colonial no tipo de relação estabelecida e mesmo na forma como a população reagiu às políticas sociais de que foram alvo. Ao mesmo tempo que esta relação se tornava evidente, um outro aspecto dessa mesma relação aclarava-se igualmente: que esta população não deveria ser analisada por si só; o objecto de estudo escolhido de acordo com o presente *social* dos hindus do bairro – atravessando um processo de realojamento – revelava que a relação entre estes e as instituições supra-locais, para utilizar uma expressão de Leeds, levavam-me a conceptualizar esta população na sua relação com a cidade. Assim, esta população é também uma comunidade de urbanitas, que interagem, como os demais urbanitas, com a cidade, a diversos níveis ou, se quisermos, em várias escalas. Enfim, se o cruzamento de diversas formas possíveis de abordar, de referir teoricamente, é importante, sublinhe-se que mais importantes para este cruzamento de perspectivas são as práticas dos habitantes e a observação do seu quotidiano.

CAPÍTULO 2. QUINTA DA VITÓRIA - O BAIRRO E OS SEUS MORADORES

Como mote deste capítulo, pode dizer-se que a Quinta da Vitória é um bairro *em vias de extinção*, ajustando-se àquilo a que se tornou comum chamar urgência etnográfica¹. Contudo, nas primeiras incursões ao bairro realizadas no ano de 2000, o seu *fim* não era uma evidência. Só depois do realojamento parcial em 2002² e mais tarde, com as demolições no verão de 2006, é que a ideia do fim do bairro se foi consolidando. Apesar de, como veremos ao longo deste capítulo, o bairro ter particularidades merecedoras de atenção³, a Quinta da Vitória manteve-se fora do conhecimento do público em geral, ao contrário de outros bairros mais mediáticos da cidade e zonas circundantes. A Quinta da Vitória não sofria de um excesso de mediatização que complicasse a sua apresentação, como aconteceu no caso de outros bairros da AML estudados por diversos autores, ou de um excesso de visibilidade que se manifestava em diferentes níveis: Bica (Cordeiro, 1997) e Alfama (Costa 1999) no caso de bairros históricos (ou populares) da cidade, e Estrela d'África, na Amadora (Antunes, 2002), já mais perto da realidade social da Quinta da Vitória do que os primeiros dois exemplos, por ser um bairro degradado⁴. O bairro aqui em causa, pelo contrário, carecia de visibilidade social; em geral, o seu quotidiano não provocava notícias. Na fase final da pesquisa (sobretudo no ano de 2006), o bairro ganhou alguma visibilidade que, se comparada ao seu desconhecimento ao longo de tantos anos, pode ser vista como uma espécie de momento de glória.

Tendo sido apenas objecto de estudo para responder pontualmente às necessidades de algumas entidades locais (Cachado, 2000; Correia, 2004), à Quinta da Vitória faltava-lhe um bilhete de identidade, uma apresentação sem o chapéu da autarquia⁵. Este capítulo tem como objectivo dar a conhecer a Quinta da Vitória, desde o espaço onde se

¹ Esta expressão faz mesmo parte da linha de construção da identidade da própria ciência antropológica, como está patente, e.g. em Levi-Strauss (1966).

² Ver Figura 2.

³ De qualquer forma, todos os bairros “merecem” ser alvo de estudos aprofundados. O contributo da Antropologia urbana neste domínio é, como vimos anteriormente (no capítulo 1) inalienável

⁴ A utilização do termo degradado é controversa (v. capítulo 1) porque contribui para a reprodução de todo um discurso sobre a cultura da pobreza.

⁵ O estudo preliminar do bairro por mim realizado em 2000 foi fruto de um estágio profissional concedido pelo GARSE, Câmara Municipal de Loures; a tese de mestrado sobre o processo de realojamento de 100 famílias do bairro da Quinta da Vitória para o bairro social Dr. Alfredo Bensaúde realizada por Correia (2004) é em parte fruto do seu trabalho como técnica de serviço social que exercia funções no Gabinete de Intervenção Local em 2001.

situa, aos seus residentes, passando pela sua história, particularmente a partir do ano 2000. A apresentação que se segue decorre de um presente etnográfico prolongado onde, além da evidente vantagem que passa pelo acompanhamento do percurso de um bairro ao longo de vários anos, sobrevêm duas dificuldades: por um lado, é difícil circunscrever um perfil do bairro, uma vez que as suas dinâmicas são o que mais o caracteriza. Por isso, se este capítulo se dedica sobretudo à apresentação do bairro, os capítulos que se seguem procuram descrever as dinâmicas que o atravessam. Por outro lado, com as alterações no espaço e na população, sobretudo a partir do realojamento parcial em 2002, é difícil manter um discurso escrito no mesmo tempo verbal, uma vez que as situações variam entre as que ainda se sucedem e as que já não existem.

2.1. QUINTA DA VITÓRIA, PORTELA, CONCELHO DE LOURES – BILHETE DE IDENTIDADE DE UM BAIRRO

2.1.1. APRESENTAÇÃO DO BAIRRO – PRIMEIRAS IMPRESSÕES

Chega-se ao bairro da Quinta da Vitória, para quem vem do centro da capital, de autocarro ou de automóvel, passando pelo Aeroporto Internacional de Lisboa e descendo ligeiramente na direcção do rio Tejo. O bairro fica no extremo Oeste da Freguesia da Portela (concelho de Loures), e não é longe de Sacavém ou do Prior Velho (localidades pertencentes ao mesmo concelho), e é ainda vizinho das freguesias lisboetas de Olivais e de Moscavide⁶. O bairro fica mesmo em frente às instalações do exército do Ralis⁷. Muito embora haja um acesso privilegiado ao bairro por esse lado, há mais três entradas possíveis. Como não podia deixar de ser, a forma de aceder ao bairro tem relação com o meio de transporte utilizado, a pé, de carro, ou de autocarro e com a zona do bairro onde se quer ir.

⁶ A localização de bairros de *barracas* em áreas de fronteira entre dois concelhos é recorrente na AML (V., e.g. Antunes, 2002: 163) e reenvia para o facto de a linha da fronteira do concelho de Lisboa acompanhar, numa grande extensão, a Estrada Militar.

⁷ Regimento de Artilharia de Lisboa (até ao 11.03.1975 chamava-se Regimento de Artilharia Ligeira nº 1. A tentativa de golpe contra o Movimento das Forças Armadas perpetrada na data assinalada levou à alteração do nome).

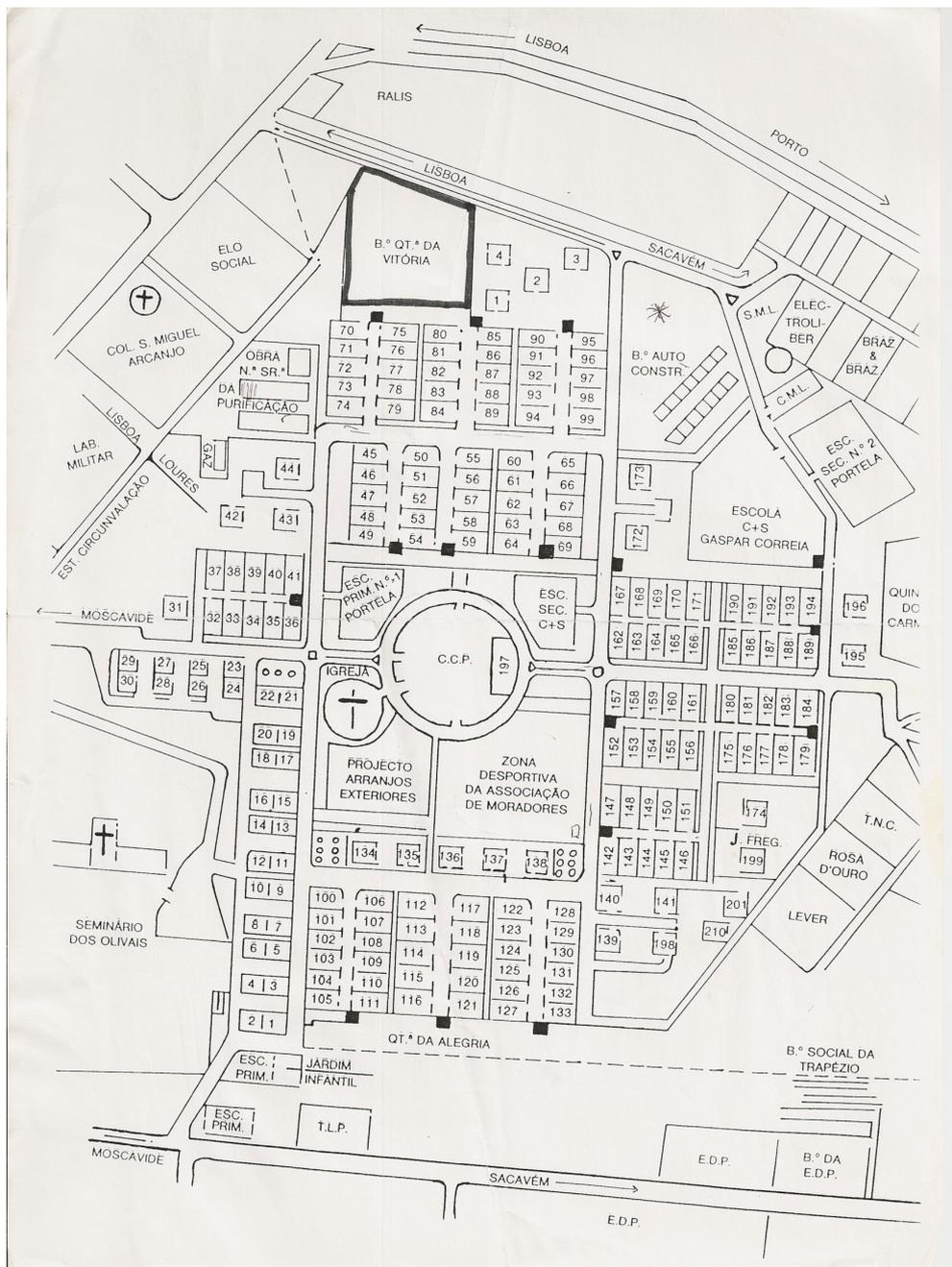


Figura 1 – Mapa da Freguesia da Portela (Loures). Bairro da Quinta da Vitória assinalado a preto.

Fonte: publicação periódica da Junta de Freguesia, Agosto de 2000.

Actualmente com vastas zonas demolidas, situação decorrente do processo de realojamento, a Quinta da Vitória possuía, até 2002, uma certa unidade para os transeuntes, quer ao nível da arquitectura, quer ao nível dos ambientes de rua. Começamos por estes últimos. Bem cedo pela manhã eram evidentes os cheiros fortes, que vinham sobretudo das cozinhas e dos espaços religiosos domésticos. O predomínio das famílias hindus no bairro traduzia-se no predomínio dos odores a caril e a incenso. Mas não só o olfacto evidenciava este predomínio. Outros sentidos, como a visão,

mostravam os estendais com *saris* e *panjabis* coloridos pendurados e, quanto aos sons, eram de pequenos sinos, de mulheres a cantar, ou de leitores de cassetes e CD a tocar. As músicas mais ouvidas ao nascer do sol e horas seguintes eram acompanhamentos das orações matutinas; com a manhã mais avançada, ouviam-se músicas de filmes indianos, antigos e recentes.

À parte de uma descrição sensorial, outros tipos de ambientes, mais sociais, digamos assim, se notavam, e ainda notam, nas ruas do bairro. Se durante a semana as crianças têm uma presença ocasional, marcada pelos horários escolares, aumentando a sua presença ao final do dia com brincadeiras, ao fim-de-semana as crianças estão presentes todo o dia na rua ou caminhando para as casas dos vizinhos. Nas ruas, destacam-se os jogos que separam as raparigas dos rapazes, como o jogo da macaca e das pedrinhas entre elas e o críquete e o futebol entre eles. Hoje em dia a presença das crianças na rua é tida, na literatura sobre bairros de *barracas* e bairros sociais, como um último reduto da liberdade das crianças, possível devido ao controlo social facilitado nos bairros com casas de pisos térreos e ruas com poucos carros. Nalguns artigos, as brincadeiras de rua são até romanceadas como um passado, de certa forma idílico, dos bairros de *barracas*, e não só (v. Cordeiro 1997), por oposição ao suposto fechamento das crianças nas casas de habitação social (cf. e.g. Freitas, 1994). Os adultos têm outros propósitos nas ruas. Uma das situações de rua mais recorrentes, seja durante a semana, seja aos fins-de-semana, seja antes ou depois das demolições, é a presença de um grupo de homens desempregados, grupo esse que se vai redefinindo ao longo dos anos. Este grupo pode ser visto sempre no mesmo local, perto da intersecção entre as duas ruas principais, rua A e rua B⁸, configurando um conjunto de indivíduos que faria as delícias de Whyte (1943) na sua “sociedade de esquina”. De resto, o bairro é atravessado durante todo o dia por mulheres, sós ou acompanhadas de outras mulheres, nas idas e vindas dos seus trabalhos e nas idas e vindas a casa das vizinhas e ao *mandir* (templo). A empregabilidade das mulheres do bairro encontra-se sobretudo nas limpezas em diversos locais da cidade, mas preferencialmente nas zonas circundantes. As mulheres que trabalham mais longe do bairro não se deslocam, em geral, sozinhas. Vão com as colegas e vizinhas. Esta situação pôde ser verificada em inúmeras viagens de autocarro a diferentes horas do dia, de e para o bairro. São os diferentes turnos de limpeza ao

⁸ Apesar de os becos e ruas estreitas do bairro terem designações específicas (Rua da Madalena, Travessa da Dona Maria, Travessa do Grilo, Travessa dos Bicos), as ruas principais do bairro foram baptizadas com nomes incharacterísticos.

longo do dia que provocam os picos de mobilidade das mulheres em idade activa no bairro. As mulheres que não trabalham, e as que já fizeram um ou dois turnos ao longo do dia, podem ser vistas dentro e fora de casa. Os homens são vistos mais vezes sozinhos do que as mulheres. Sendo as diversas profissões ligadas à construção civil as principais ocupações dos homens do bairro, a maioria dos homens que trabalha sai cedo de manhã e volta ao fim da tarde. Preferencialmente, os homens saem do bairro em carrinhas de diferentes sub-empregados, alguns também residentes no bairro, muito embora haja casos de tomada de transportes públicos ou de transportes próprios.



Figura 2 – Croqui do bairro da Quinta da Vitória, elaborado a partir do Google Earth, pela autora.

Além das principais actividades profissionais dos adultos activos do bairro, que envolvem saídas quotidianas do bairro, há ainda a presença de pequenas lojas. Tal como as demais descrições de situações quotidianas, falar das lojas implica falar do processo de realojamento⁹, que provocou a demolição de alguns dos espaços comerciais situados

⁹ A história da Quinta da Vitória desde a introdução do processo de realojamento no bairro será descrita com detalhe no capítulo 6.

no bairro de *barracas* e a instalação de novos espaços no bairro social Dr. Alfredo Bensaúde, contíguo à Quinta da Vitória, a Oeste deste. Importa aqui referir abreviadamente os principais espaços comerciais antes e depois da existência do bairro social contíguo à Quinta da Vitória. Além de duas tabernas, havia três pequenas lojas do tipo mercearia, vendendo produtos africanos e indianos, além de outros produtos de consumo doméstico geral. Uma das lojas, conhecida como “Loja da Bina”, situava-se numa travessa de passagem entre as ruas A e B; outra situava-se no início das duas ruas; a terceira localizava-se ao fim da rua B, na zona Este do bairro. Com o realojamento de 2002 e as demolições em 2006, tanto as lojas como as tabernas já não existem, apesar de haver casas particulares onde se podem comprar bebidas, congelados, guloseimas. Alguns donos de lojas conseguiram realojar os seus pequenos comércios no bairro social Dr. Alfredo Bensaúde depois do realojamento de 2002. Outros começaram negócios novos neste novo bairro. O bairro social tem dois cafés e dois mini-mercados, preenchendo as necessidades quotidianas dos moradores de ambos os espaços residenciais. Para compras mensais ou compras económicas, os moradores deslocam-se ao supermercado Lidl, a cerca de cinco minutos a pé; ao SuperPor, no Centro Comercial da Portela; ao Pingo Doce de Moscavide, ao Asian Market, em Sacavém, e ao hipermercado Continente no Centro Comercial Vasco da Gama, estes três últimos com necessidade de transporte próprio ou colectivo¹⁰. Além dos pequenos espaços de comércio fixos no espaço, distinguem-se no bairro os diferentes comércios ambulantes. Em diferentes dias da semana e também sazonalmente podemos encontrar a venda de peixe, de vegetais, de carne, a venda de roupa, de sapatos, de gelados. Os vendedores vêm em carrinhas e assinalam a sua presença apitando. Os diferentes toques de buzina fazem adivinhar o tipo de venda em causa.

2.1.2. O EDIFICADO

Até 2002, a Quinta da Vitória era um bairro de *barracas* idêntico a tantos outros na AML¹¹. Se o imaginário colectivo sobre bairros de *barracas* concebe descrições arquitectónicas e populacionais que tendem a homogeneizar estes bairros, são evidentes na literatura as diferenças e especificidades de cada bairro. Talvez o bairro com características mais semelhantes à Quinta da Vitória tenha sido a Quinta da Holanda,

¹⁰ Neste domínio, a utilização das boleias é também importante. Sobre importância das boleias ver capítulo seguinte.

¹¹ Imagens do bairro podem ser confrontadas no anexo fotográfico.

no vale do Areeiro, bem mais perto do centro de Lisboa, cujos moradores foram realojados nos anos noventa em Chelas e em Moscavide (Lisboa). As descrições sobre este último bairro (Bastos, 1990¹²; Freitas e Castro 1993) mostram uma série de pontos em comum com a Quinta da Vitória. Além dos documentos escritos sobre a Quinta da Holandesa, o documentário *Swagatam (Benvindos)* (Costa, 1998) mostra um bairro com ambientes muito semelhantes aos da Quinta da Vitória. A principal razão prende-se com a forte presença de uma população de origem indiana, que construiu, nos dois bairros, casas semelhantes às das suas terras de origem.

Na Quinta da Vitória, as casas e arruamentos foram feitos pelos seus moradores. A maioria das casas era de alvenaria, construída por cima de antigas barracas de madeira. O facto de terem sido erigidas com tijolos e cimento, os chãos fundeados e os telhados protegidos com tectos de contraplacado e às vezes estruturas totalmente de madeira, impedem-me de chamar *barracas* (tal como explicitado no capítulo anterior) às casas que, em alguns casos, levaram anos a construir, processo no qual participavam não só os homens como as mulheres e as crianças. Tal como noutros bairros de *barracas*, os seus moradores, em termos gerais, foram aperfeiçoando as casas com melhores materiais de construção à medida das suas possibilidades e aumentando o número de divisões de acordo com o espaço disponível. Os casos de habitações com mais do que um piso eram situações raras no bairro e destacadas na paisagem. O bairro parecia uma pequena aldeia¹³ com casas de piso térreo, pintadas regularmente de rosa, verde, amarelo, azul, branco, com ruas de terra batida. Além de duas ruas principais, A e B, por onde podem transitar automóveis, existe uma série de ruelas, travessas e becos e ainda zonas nas traseiras das casas que configuram espaços de sociabilidade doméstica limitada aos seus moradores. O visitante ocasional do bairro dificilmente se apercebe destes últimos espaços. Muitas das casas, sobretudo as das famílias hindus, têm diante da porta de entrada um pequeno pátio resguardado por alvenaria (assemelhando-se a varandas), ou por tapetes. São pequenos espaços contíguos às casas, para estender roupa ou para estar, sobretudo no verão. Junto às portas de entrada, podem ver-se no chão *tapetes* que não são senão pinturas coloridas, retocadas ou refeitas na altura do novo ano hindu (Outubro-Novembro), e encimados das boas-vindas em inglês, à semelhança do que se

¹² Nesta obra a autora descreve pormenorizadamente a organização espacial das casas de famílias hindus.

¹³ O termo aldeia serve aqui apenas como elemento adjectivo da descrição sobre este pode ser confrontada no capítulo 3.

pode ver às entradas das casas de famílias hindus, na Índia, e nos mais diversos países para onde os hindus imigraram.

2.1.3. OS ESPAÇOS VAZIOS

A descrição dos espaços não ficaria completa se ignorássemos como são vividos os espaços vazios do bairro. Até às demolições de 2002, o bairro quase não tinha espaços vazios. Como veremos adiante, o terreno foi totalmente ocupado na década de oitenta. Apenas algumas casas possuíam espaços exteriores não cimentados, onde os moradores cultivavam pequenas hortas. De resto, apenas os primeiros moradores tinham mais área de terreno desocupado transformado em hortas para consumo doméstico. Depois das demolições de 2002, começaram a gerar-se áreas de espaços vazios. Num primeiro momento ficavam ainda os chãos das casas; com o tempo e com as queixas relativamente à presença de roedores, a autarquia revolveu os últimos destroços, deixando a nu a terra, por sinal, arável. Uma grande *fatia* do bairro foi demolida em 2002, e no ano subsequente esse espaço foi delimitado por uma rede de arame. Uma das razões apontadas pelos moradores para a colocação da rede tinha a ver com a segurança dos moradores do bairro de habitação social, uma vez que esse foi um período de queixas de vandalismo e de roubos atribuídos a jovens moradores na Quinta da Vitória. Mas depressa a nova fronteira foi sendo pontuada de aberturas feitas com alicate para facilitar os percursos naturais do bairro. De qualquer forma, esse espaço vazio, entre a antiga rua A e a rua que delimita o lado Norte do bairro social Alfredo Bensaúde, continuou a ser utilizado pelos moradores do bairro da Quinta da Vitória. Foram três os principais tipos de utilização desse espaço. Começamos pelas hortas, onde cresciam, sobretudo, couves-galegas, milho e tomate, sujeitas a diversos episódios de destruição parcial. Nas visitas ao bairro fui testemunhando o crescimento das hortas em diversos locais do bairro, bem como o seu desaparecimento. A destruição parcial de hortas é também visível a partir dos prédios de habitação social do bairro Dr. Alfredo Bensaúde, com vista privilegiada para a *evolução* das alterações do espaço no bairro da Quinta da Vitória. Importa referir que, muito embora as hortas representem um tipo de economia informal muito presente nos bairros de *barracas* (Castel’Branco et al., 1985: 103)¹⁴ onde há terrenos disponíveis, recentemente algumas autoridades de nível local

¹⁴ A presença de hortas é também significativa nas traseiras dos prédios urbanos, sobretudo no centro da cidade de Lisboa, documentada, e.g., em Telles, 1996:18-9.

valorizam a plantação de hortas em espaços urbanos¹⁵. Um outro tipo de ocupação dos espaços vazios é feito pelas crianças, cujas brincadeiras, logo após as demolições, representavam um perigo constante devido à presença de materiais perigosos (destroços das casas), como vidro, fibra de vidro, azulejos, pregos e lixo vário. Por último, mais recentemente, uma faixa do terreno vazio tem sido ocupada pelo depósito de ferro velho, que aumentou grandemente com as demolições, para venda posterior. Utilizações mais esporádicas e móveis são a presença de casotas de cães, de pequenas capoeiras e zonas de churrasco.

2.1.4. ONDE COMEÇA E ACABA O BAIRRO

As fronteiras do bairro são evidentes para os seus moradores e para os forasteiros. A linha da fronteira do bairro é perceptível onde acabam as casas térreas e as ruas de terra batida. A arquitectura próxima mais imponente é a Urbanização da Portela, de prédios altos e listados a bege e branco, um bairro do início da década de setenta com grandes barras de prédios residenciais, com uma filosofia de centralidade do bairro configurada num centro comercial, onde é suposto afluírem as sociabilidades locais. A população aí residente possui um estrato económico elevado, distinguindo-se da população residente na Quinta da Vitória, mas necessariamente convivendo com ela, sobretudo no centro comercial inicialmente destinado apenas aos residentes abastados. Qualquer mapa da zona evidencia, por um lado, a centralidade do centro comercial e a disposição dependente dos prédios em volta, mas, por outro lado, parece disfarçar a existência da Quinta da Vitória¹⁶. Os mapas da Junta de Freguesia da Portela¹⁷ mostram um espaço onde apenas figura o nome do bairro, mas censurando a presença de *barracas* no local. O canto Sudeste da zona parece estar vazio de construção. Na Carta Militar de Portugal, Folha 417 (edição de 1993), onde já é evidente a Urbanização da Portela, a Quinta da

¹⁵ Como é o caso da Câmara Municipal da Amadora que não ignora a presença das hortas e, por isso, permite a sua plantação e manutenção, num protocolo de parceria entre todas as entidades envolvidas na execução do Programa de Intervenção 2007-2011 para a Cova da Moura, no âmbito da Iniciativa “Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos”, prevista na Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2005, de 7 de Setembro.

¹⁶ Cf. Figura 1.

¹⁷ Tanto o de 2000, numa publicação periódica, como o que pode ser actualmente consultado no sítio da Junta de Freguesia na Internet, <http://www.jf-portela.pt> (consulta em 10/10/2007).

Vitória surge com outro nome (Quinta da Barroca¹⁸) e omitindo a presença acentuada de casas naquele local.

A omissão de espaços urbanos como é o caso não só dos bairros de *barracas*, mas também de outros tipos de zonas ocupadas rurais ou urbanas, e ainda o caso específico dos campos de refugiados, é uma constante evidenciada por Agier, que fala de espaços que estão “fora do lugar” por não existirem formalmente (Agier 2002a), e como alternativa aos não-lugares de Augé (1992). Assim, o bairro tem já dois níveis de percepção – a percepção dos moradores e a percepção das instituições locais¹⁹. A percepção da autarquia, por seu lado, é a mais complexa das percepções. As entidades locais conhecem de perto o bairro e/ou as suas populações, mas grande parte desse conhecimento é adquirido por via diferida, isto é, através da interação com os seus moradores em situações de gabinete, fora do bairro (mas perto dele) e, em complemento, através de uma presença esporádica no bairro, dirigindo-se ao bairro com propósitos específicos, onde se inclui a elaboração de um croqui simples do bairro, já no âmbito do processo de realojamento, que localiza e enumera as *barracas* no espaço em causa (ver figura seguinte). De resto, a imagem aérea mais fidedigna do aspecto do bairro é a fornecida por satélite através do acessível Google Earth. De acordo com o pormenor da imagem disponível neste sítio da Internet (em 2007), a fotografia tirada pelo satélite terá sido feita depois de 2002 e antes de 2006, conclusão a que se chega sobretudo através da mancha de casas demolidas.

¹⁸ No *Reportório Toponímico de Portugal 03 – Continente* (Carta 1/25000), Fevereiro de 1967, vol. III Q-Z, constam ambos os topónimos. De acordo com as coordenadas referidas no volume, a Quinta da Barroca terá uma localização ligeiramente a Este da zona onde se localiza o bairro, ainda dentro do território ocupado pela antiga Quinta da Vitória. De acordo com funcionários do Instituto Cartográfico do Exército, aquele foi o último Reportório Toponímico publicado. Voltaremos a este tema mais adiante.

¹⁹ Como o GARSE, o GIL, a Obra da Fundação de N. Sra. da purificação entre outras (v., adiante, 5.2.1.).

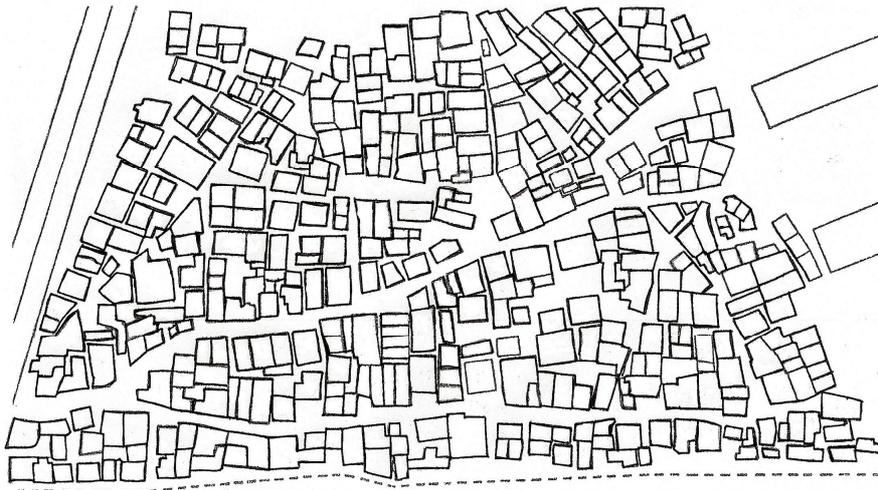


Figura 3 – Croqui do bairro da Quinta da Vitória (adaptado²⁰).

Fonte: GIL, 2000.

2.1.5. AS POPULAÇÕES RESIDENTES

A Quinta da Vitória tem uma população que se distingue das demais, a população hindu, em maior número no bairro (aproximadamente 47%, de acordo com Correia, 2004) do que as demais populações ali presentes. Os moradores do bairro no seu todo têm origens variadas, que explicitaremos adiante, mas faremos antes uma ressalva. A distinção entre nacionalidade e naturalidade não me pareceu suficiente ao procurar abordar adequadamente o universo populacional da Quinta da Vitória, sobretudo porque os moradores que têm uma origem fora de Portugal Continental (a maioria) provinham de países antes colonizados por Portugal. Muitos dos moradores imigrantes da Quinta da Vitória sempre tiveram nacionalidade portuguesa, como é tantas vezes o caso dos moradores hindus, precisamente devido à anterior situação governativa do país de origem (Moçambique)²¹. Em alternativa, podemos descrever o bairro quanto à sua população através de uma junção entre as designações locais e as da autarquia. As designações locais não são suficientes porque aglutinam uma grande parte da população em função da sua cor de pele e as designações da autarquia também não são suficientes porque sobrevalorizam o factor naturalidade. Os moradores distinguem entre *pretos* ou *africanos*, *portugueses* e *indianos*, acentuando a cor de pele nas designações, e a

²⁰ O desenho original mostrava os números correspondentes aos processos familiares de habitação. V. capítulo 6.

²¹ Para quem tivesse nascido nas colónias antes da independência tinha direito a conservar a nacionalidade portuguesa, em virtude de estar sob a Lei 2098/59 de 1959. Aliás, o Estado Português procurou travar a imigração massiva das ex-colónias com o DL 308-A/75 de 24/06/1975, que estipulava a perda de nacionalidade dos cidadãos ainda residentes nos países ex-colonizados (de acordo com Pires, 2003: 126).

autarquia distingue, *grosso modo*, entre cabo-verdianos, angolanos, são-tomenses, guineenses, indianos, moçambicanos, portugueses, acentuando a naturalidade. As designações dos moradores, embora inapropriadas do ponto de vista ético, são úteis para perceber como se organiza o bairro em *zonas* e como a população se distingue. Por isso, os termos aparentemente simplistas como africanos, indianos e portugueses serão utilizados nesta breve descrição da população.

Assim, podemos falar desde já da presença de três populações que se distinguem entre si – portuguesa, indiana e africana. A presença de várias populações é um facto pouco comum nos bairros de *barracas*, que tendem para uma certa homogeneização étnica, em parte devido às estratégias de unidade residencial desenvolvidas pelas populações imigrantes, situação que explicitaremos adiante²². Estas populações não residem separadamente no bairro. As casas de famílias de cada uma destas populações podem ser encontradas em todas as zonas do bairro. Há, no entanto, duas zonas que, para os moradores, se demarcam facilmente. A zona *dos* africanos e a zona *dos* indianos. São zonas permeáveis às três populações, mas os moradores distinguem-nas deste modo, facilitando o diálogo com os seus interlocutores, sejam vizinhos ou forasteiros. Assim, *grosso modo*, podemos dizer que a norte da rua B há mais famílias africanas e, a sul desta, há mais famílias indianas. As famílias portuguesas, em menor número no bairro, espalham-se tendencialmente mais para o lado Este do bairro, numa zona que podemos identificar como a zona de ocupação mais antiga deste aglomerado de habitações. No bairro, a linguagem dos moradores a este respeito limita-se à referência de um lado *dos indianos* e um lado *dos africanos*.

Relativamente à população indiana, que no momento do recenseamento para o PER em 1992 pelo Centro de Estudos Territoriais (CET), perfazia, como referido antes, cerca de 47% do total da população do bairro, podemos distinguir uma origem principal, Moçambique, e algumas origens secundárias, como a Índia, a Tanzânia, Reino Unido e Portugal. A percentagem acima identificada decorre da identificação das principais naturalidades das famílias hindus – indiana e moçambicana por Correia (2004). A naturalidade portuguesa de alguns indivíduos foi assim aglutinada nas famílias com origem naqueles dois países. Há também indivíduos pertencentes a famílias de origem indiana, *latu sensu*, que nasceram no Reino Unido e em Portugal, situação que recai

²² V. capítulo 3, ao explicitar o conceito de gueto e ao falar dos limites da segregação espacial do bairro no contexto da cidade alargada.

sobretudo na população mais jovem, já nascida no bairro (ou filhos de mulheres que, já estando a residir no bairro, deram à luz no Reino Unido). Por sua vez, a origem centrada na Tanzânia e na Índia reflecte a presença de mulheres que casaram com homens que vieram antes para o bairro, seja até ao início dos anos 1990, seja já no âmbito de uma imigração mais recente²³. A origem em Moçambique incide no pico migratório dos hindus para Portugal no início dos anos 1980, no contexto da guerra civil em Moçambique, como será explicitado adiante, quando nos referirmos ao contexto migratório da população hindu local.

As populações africana e portuguesa formam cerca de metade da população do bairro (51.2%), um pouco mais do que a população indiana. As famílias portuguesas do bairro perfaziam um total de 29% quando do recenseamento (1992). As suas origens em Portugal Continental concentram-se no distrito de Viseu, Porto, Santarém e também em Lisboa²⁴. A população africana do bairro, continuando a seguir os dados do recenseamento para o PER, representava em 1992 cerca de 22.5% do total da população do bairro. A naturalidade das famílias africanas dividia-se entre cabo-verdiana (9.65%), são-tomense (6.5%) guineense (3.15%) e angolana (2.9%). A primeira ocupação do espaço para fins habitacionais foi feita pelas famílias de origem portuguesa, seguindo-se as famílias de origem africana e, por fim, as de origem indiana. Desde a vinda dos hindus para o bairro, no início dos anos oitenta, que as três populações se foram habituando a viver juntas.

Além destas populações que formam o bairro em geral, temos ainda os casos de imigração mais recente, como é o caso da imigração guineense no princípio da década de noventa e os casos de pessoas que se casaram com indivíduos já residentes no bairro ao longo daquela década, bem como uma imigração do sub-continente indiano directamente para a Europa (residual no bairro²⁵). Só depois do realojamento parcial da população do bairro no vizinho bairro social Dr. Alfredo Bensaúde, em 2002, surgiram novos vizinhos, a população cigana, que veio de diversos bairros de *barracas*

²³ Muito embora a imigração recente seja posterior ao recenseamento no âmbito do PER, os técnicos do programa de realojamento a trabalhar com este bairro incluíram alguns elementos das famílias por via do casamento e do nascimento, seguindo as directivas da lei que enquadra o PER (v. adiante capítulos 4 e 6).

²⁴ Indo de encontro ao levantamento geral de Fonseca (1990) sobre migrações internas em Portugal.

²⁵ Em contrapartida, esta imigração teve uma forte expressão no contexto alargado da AML (e.g. Mapril, 2006).

espalhados no concelho de Lisboa. Esta população habita mais de dois terços do total de fogos (68.25%) daquele bairro.

A descrição sumária das populações residentes na área geográfica em estudo cingiu-se aqui a dados percentuais por aproximação e deduzidos a partir de um recenseamento remoto no tempo, com mais de 15 anos. Ainda assim, resumamos as informações sobre a população do bairro. Apesar das diferentes origens que encontramos entre a população, a nacionalidade maioritária é portuguesa. A população *indiana* (com origens diversas, mas com predomínio da origem moçambicana) é a população com maior presença no bairro, constituindo cerca de metade dos moradores da Quinta da Vitória. As populações *africana* e *portuguesa* integram a outra metade dos moradores do bairro. O bairro tem novos vizinhos, uma população cigana, moradores em cerca de dois terços do bairro social Dr. Alfredo Bensaúde.

2.2 QUINTA DA VITÓRIA – UMA HISTÓRIA ABREVIADA

A Quinta da Vitória cresceu nas antigas trincheiras de uma zona da Estrada Militar, que serviu mais tarde de referência para a definição da fronteira entre os concelhos de Loures e de Lisboa naquela zona. O surgimento de bairros de *barracas* nas antigas trincheiras da Estrada Militar é uma constante naquela que poderia ser a história dos bairros de *barracas* na AML e reflecte uma situação de indefinição no que se refere às autoridades que tutelam a segurança de uma determinada zona²⁶. Os bairros de *barracas* na AML, em actual extinção, poderiam mesmo ser imaginados como uma linha renovada da defesa da cidade de Lisboa²⁷. É um facto que muitos bairros de *barracas* na AML puderam ser construídos devido ao alheamento das autoridades. Diversos estudos referem que a construção de *barracas* na AML beneficiou do facto de o Estado não ter solução habitacional para a vaga de imigração resultante da independência das ex-colónias, pelo que as autoridades fechavam os olhos à construção ilegal (Soares et al. 1985: 69; Paiva, 1985: 118). Enfim, a questão geográfica da Estrada Militar não deve

²⁶ V., e.g. Antunes 2002: 163.

Quem me chamou a atenção para este facto foram os arquitectos Catarina Rebelo de Sousa e Gilberto Veiga de Oliveira, que realizaram um levantamento sobre a Estrada Militar. O pontilhar da antiga Estrada Militar com bairros de *barracas* é também referido pelo Engenheiro Flores, em entrevista (2006).

²⁷ Esta ideia, claro está, serve apenas como imagem, mas, de facto, o imaginário das grandes cidades, para os que não vivem nela, passa muitas vezes pela ideia de insegurança associada aos bairros degradados nas diferentes entradas de Lisboa, bairros esses que, afinal, podem também defender a mesma cidade de possíveis forasteiros indesejados.

ser esquecida quando pensamos na construção das *barracas*, antes e depois do 25 de Abril.

Admitindo que o bairro conta já com quarenta anos de existência, é indispensável abordar o seu percurso no tempo. À semelhança de outros bairros na AML, também este carece de uma abordagem histórica. Os únicos dados que ensaiam uma história do bairro foram reunidos por Correia (2004), em que a autora não pretendia fazer uma história da Quinta da Vitória. Relativamente à história do bairro, a autora refere apenas a existência de *barracas* construídas por famílias portuguesas de diversos pontos do país desde o início dos anos 1970 e os diversos fluxos populacionais motivados pelos diferentes fluxos migratórios provenientes dos países africanos ex-colonizados por Portugal, situação que já tinha sido identificada noutros contextos²⁸. É dada também alguma atenção aos melhoramentos das casas realizados pelos seus moradores ao longo do tempo.

No momento actual, explorando não só os percursos de vida de alguns dos seus moradores, como a documentação existente acerca do bairro e beneficiando do trabalho de campo no bairro, estão reunidas as condições para traçar um percurso de vida do bairro. A forma como podemos contar a história de um bairro varia, necessariamente, de acordo com as temáticas em análise no estudo em geral. A história do bairro que agora conto tem correspondência com a história do bairro à medida que viveu a aplicação do PER (no capítulo 5); mas se esta última fará o enfoque no realojamento, a primeira procura contextualizar as principais dinâmicas do bairro ao longo do tempo. Uma e outra, claro está, acompanham o percurso da comunidade hindu naquele território.

2.2.1. O BAIRRO CRESCE COM AS PESSOAS QUE VÃO CHEGANDO

O bairro da Quinta da Vitória cresce com a chegada das diferentes populações que o compõem. As primeiras casas são construídas por famílias portuguesas sobretudo na segunda metade dos anos 1960, à semelhança do que acontece em muitos outros bairros da AML cujas primeiras construções foram erigidas por migrantes internos (Fonseca, 1990; Malheiros, 1992). Na mesma altura que milhares de portugueses de diversas zonas rurais emigram principalmente para França, à procura de melhores condições de vida, mas inicialmente residindo em *bidonvilles* nos arredores das grandes cidades

²⁸ Como e.g., Antunes, 2002; Baptista, 1987.

francesas, muitos milhares procuraram melhorar as condições de vida dentro do país, procurando para isso emprego na indústria, que crescia em Portugal de forma incipiente. Uns largos milhares de portugueses rumaram às portas da cidade de Lisboa e aí erigiram bairros de *barracas* semelhantes aos das portas de Paris²⁹. As migrações para a cidade de Lisboa contribuíram para a alteração das formas de conceber e pensar a própria cidade, de *Lisboa-cidade* para *Lisboa-metrópole*, esta última atomizada na expressão *Área Metropolitana de Lisboa* (Baptista, 1999: 34-39), que aqui vamos repetindo por força da contextualização necessária. De referir, contudo, que estas migrações não só aumentaram a densidade populacional na AML, como a dada altura ajudaram à não desertificação de algumas zonas centrais da cidade (Costa, 1999: 254-275). No bairro da Quinta da Vitória, as primeiras *barracas* construídas são feitas de tábuas de madeira e chapa por famílias portuguesas provenientes de diversas zonas do país, mas sobretudo do Norte³⁰. São inicialmente casas pequenas, com uma ou duas divisões. Os sucessivos melhoramentos nas casas do bairro ao longo dos anos apenas me deixaram verificar uma casa que se encontrava, em termos de construção e divisão do espaço, num estado muito semelhante ao da construção inicial. Mesmo assim, a casa apresentava já, em 2000, tijolos numa das paredes. A moradora mais velha dessa casa esclareceu que os tijolos eram da casa do lado, de uma família de indianos. Mas além disso, ainda hoje existe uma diferença evidente entre casas de famílias com naturalidade portuguesa e as casas de famílias de outras origens que é a presença, nas primeiras, de um lugar na cozinha para a chaminé. Ou seja, além do orifício habitual para o escoamento dos fumos da cozinha (nem sempre presente nas casas do bairro), as casas de famílias de naturalidade portuguesa não dispensam um lugar na cozinha que destaca, no interior da casa, a chaminé.

Na primeira metade dos anos setenta, apenas famílias de origem portuguesa habitavam o bairro. Tudo indica que as primeiras casas tenham sido construídas a partir daquilo que é hoje a zona Este do bairro, com largas zonas de hortas que se estenderiam para Oeste. Pequenas parcelas de hortas bem como casas já erigidas, foram vendidas pelos primeiros habitantes (de origem portuguesa) posteriormente às populações que vieram a

²⁹ Um excelente documento sobre a emigração para Paris e as dificuldades dos imigrantes já em França é o filme de ficção *O Salto*, 1968, realizado por Christien de Chalonge.

³⁰ No documentário *As Operações SAAL*, 2007, realizado por João Dias, podemos ver imagens de arquivo que mostram bairros de *barracas* construídas em madeira antes do 25 de Abril. De resto, esta obra visual é de uma riqueza documental fabulosa no que toca aos ambientes discursivos, reflexivos e executores então experimentados.

ser vizinhas das primeiras famílias, aumentando o bairro em população, em casas e em formas de vida. Homens de origem indiana, provenientes de Moçambique, foram os primeiros moradores hindus do bairro. Alguns eram familiares (irmãos, primos ou filhos) de outros homens que foram viver para o bairro Quinta da Holandesa, no Areeiro, por vezes construindo casas em ambos os bairros. No caso do bairro do Areeiro, há referências à presença de famílias indianas desde o ano de 1978 (Bastos, 1990: 9), mas ao bairro da Quinta da Vitória, chegaram sobretudo em 1982 e 1983. Outros começaram por residir em pensões³¹, até se decidirem pela Quinta da Vitória. Em pouco mais de um ano transformaram a Quinta da Vitória num bairro cujas casas sugerem semelhanças com casas das aldeias indianas, como Fudam, perto de Diu, aldeia com uma fortíssima tradição migratória³². Para explicar o contexto que deu origem às migrações de Moçambique para Portugal, se são evidentes o contexto geral do pós-independências das ex-colónias, e o contexto particular do agravamento da guerra civil em Moçambique no início dos anos 1980, não devemos negligenciar a ligação entre estes dois países, baseada numa relação de poder colonial, uma vez que os moradores indianos em Moçambique, ao serem coagidos a escolher uma nacionalidade, optam pela portuguesa³³.

Oriundos sobretudo de castas de pedreiros e de carpinteiros, estes homens, apesar de anteriormente empregados em Moçambique em actividades ocupacionais divergentes das da tradição profissional das suas castas, mantêm um *know how* ainda não totalmente perdido, que recuperam na sua principal fonte de rendimento em solo português, a construção civil. Os seus conhecimentos técnicos são aproveitados na edificação das suas próprias casas na Quinta da Vitória³⁴. A construção das casas é lembrada pelos seus moradores como um tempo de grande inter-ajuda entre as diferentes famílias de

³¹ A referência à zona da Estefânea, em Lisboa, como zona de pensões que se tornaram residências temporárias para os imigrantes recém-chegados, é comum. V. e.g. Cordeiro, 1997; Antunes, 2002:177. Segundo os moradores do bairro, foi o Estado que financiou esse alojamento temporário (e.g. DC 21/06/2006).

³² Cf. Bastos e Bastos 2001. Sobre o contexto social e político das migrações de Diu para Portugal v. Cachado, 2003 e sobre o contexto migratório mais alargado, ao nível do Estado do Gujarat, v. Lourenço 2003. A importância de um passado colonial para a população hindu da Quinta da Vitória destaca-se no contexto do encontro institucional (Cf. capítulo 6).

³³ Aliás, o regime colonial português em Moçambique determinou que, depois de Dezembro de 1961 (quando da anexação de Diu, Damão e Goa à União Indiana, já independente desde 1947), apenas os indivíduos com passaporte português podiam permanecer naquela ex-colónia; os demais foram coagidos a regressar à Índia (Cachado, 2003). O resumo do contexto migratório dos hindus pode ser conferido adiante (v. 3.4.1.).

³⁴ A situação da construção das casas com um saber-fazer próprio é também referida e.g. por Antunes, 2002: 205.

origem indiana. Homens, mulheres e crianças participaram na construção das casas. Hoje em dia, os moradores realojados no bairro social Dr. Alfredo Bensaúde, vizinho à Quinta da Vitória, comparam a qualidade da construção das suas antigas casas, hoje demolidas, com a fraca qualidade das habitações onde hoje residem, embora reconheçam a melhoria das condições das casas, sobretudo a nível de infra-estruturas.

[a]s casas por acaso eram bem feitas. Porque aquilo eram feitas mesmo em tijolo. E por eles próprios mesmo, aquela casa onde nós vivíamos foi feita por pai e filhos mesmo daí, de casa. (Entrevista a B. 12/09/2005)

Tal como no bairro Quinta da Holandesa, no Areeiro, hoje totalmente demolido³⁵, a estrutura das casas das famílias indianas reconhece-se de casa para casa. Apesar de terem tamanhos diferentes, o padrão é sempre semelhante, e reflecte a estrutura das casas desde o país de origem, Índia, passando por Moçambique. Os seguintes relatos ilustram bem a composição das casas das famílias indianas da Quinta da Vitória:

A casa tem um alpendre e foi pintada há pouco tempo, por causa do casamento do irmão de K. À entrada, tem a sala (...). Na sala tem, perto do tecto, as fotografias dos avós falecidos (...). Do lado direito de quem entra, há um templo doméstico bastante ornamentado (...) K. convidou-me a ver o resto da casa. À esquerda da sala há dois pequenos quartos e, indo mais para dentro da casa há um quarto à direita. Ao fim do pequeno corredor há a cozinha à esquerda e as casas-de-banho à direita (uma só para as necessidades e outra para o banho), separadas da cozinha por outro corredor (...). A cozinha dá para um mini-pátio, onde têm um tanque para lavar a roupa e que dá acesso a outra casa do bairro. (DC, 26/06/2000).

Era uma casa muito comprida, começava com sala. Tinha a sala, depois tinha um quarto, [a casa] parecia um corredor. Depois tinha o meu quarto, já era um bocadinho mais largo (...). Depois tínhamos, no mesmo quarto, tínhamos a mesa de jantar, uma mesa pequena. (...) depois tínhamos dois degraus, era a casa de banho, e a cozinha (Entrevista, 06/10/2007).

Maiores do que as casas das demais populações residentes no bairro, as casas indianas começam com uma entrada mais ou menos resguardada. Se numas casas encontramos pequenos pátios semelhantes a varandas, que até às primeiras demolições do bairro possuíam funções de sociabilidade sobretudo feminina, noutras casas cujos moradores não tiveram recursos ou espaço para tal, encontra-se invariavelmente um espaço

³⁵ Apesar de as primeiras demolições terem sido feitas em meados dos anos 90, quando do realojamento das famílias residentes naquele bairro (para bairros sociais nas freguesias lisboetas de Marvila e Moscavide), as últimas casas foram demolidas apenas no início de 2007.

substituto do pátio, caracterizado pela presença de uma carpete, separando, tal como o pátio, o espaço doméstico do espaço público. E se o espaço pré-entrada das casas indianas é assim facilmente reconhecido, as suas portas distinguem-se das demais em diversos atributos. Há dois elementos quase sempre presentes, tanto nas *barracas* como nos prédios de realojamento: os autocolantes alusivos a divindades hindus na porta e um *tapete* de boas-vindas, de que já falámos. Um terceiro elemento, que tende a uma maior diversificação das suas formas mas mantendo o mesmo efeito visual, é uma fileira de folhas de mangueira encimando a porta. Esta fileira de folhas também se encontra à entrada dos templos, indicando uma separação entre o espaço profano e o espaço sagrado. As folhas de mangueira, difíceis de encontrar em Portugal (e noutros países da diáspora hindu) eram substituídas na Quinta da Vitória por folhas de nespereira, semelhantes às da mangueira. Tanto nas *barracas* como nos prédios, as folhas naturais têm sido substituídas, embora não sistematicamente, por folhas artificiais. Para lá da porta, a sala de estar, depois os quartos e, no fim, preferencialmente, a cozinha e a casa de banho. Muitas das casas hindus foram sendo divididas ou aumentadas, conforme o crescimento natural das famílias. Muitas famílias também optaram por alugar uma outra *barraca* no bairro, ou mesmo comprar aos anteriores moradores. Este tipo de situações, reflectindo as necessidades das famílias residentes na Quinta da Vitória, sobretudo das famílias hindus, tendencialmente multifamiliares, causaram grandes dores de cabeça aos técnicos que seguiram o processo de realojamento, uma vez que o recenseamento do bairro para efeitos de um futuro realojamento foi realizado em 1992, mas a composição e localização de muitos indivíduos dentro do bairro foi sendo alterada. O não acompanhamento da população do bairro e o desconhecimento das suas estruturas familiares contribuíram, como veremos nos capítulos dedicados à análise do processo de realojamento³⁶, para a escalada de boatos dentro do bairro e mal entendidos nos gabinetes relativamente aos hábitos dos moradores (principalmente no que toca à população hindu).

Quanto à população africana do bairro, a chegada verificou-se de acordo com diferentes fluxos migratórios dos diversos países africanos de ex-colonização portuguesa. Foram ocupando sobretudo a zona norte do bairro ao longo dos anos. Algumas famílias vieram logo na altura das independências (1975-1976), mas uma grande parte veio em meados dos anos 1980 (cabo-verdianos) e início dos anos 1990 (guineenses), reflectindo, tal

³⁶ Cf. nos capítulos 5 e 6.

como o caso dos indianos vindos de Moçambique, picos de desconforto social e político nos países de origem.

Ao contrário das casas de famílias indianas, a cozinha não está longe do olhar do visitante nas casas africanas. Surge a par com a sala de estar, por vezes confundindo-se. A zona do bairro com maior concentração de famílias africanas distingue-se por ter ruas mais estreitas do que o restante bairro, mas quase todas estas cimentadas, deixando um pequeno trilho para o corrimento das águas usadas. Tal como no caso das demais populações do bairro, as paredes exteriores são pintadas sazonalmente, sobretudo de azul ou verde. As casas têm muitas vezes pequenos espaços de usufruto exterior em frente às portas, com resguardos em cimento. Os hábitos familiares são facilmente reconhecidos no quotidiano do bairro (sublinhe-se, antes das primeiras demolições). Mulheres e homens trabalham. Apesar de as mulheres trabalharem, tal como as indianas, nas limpezas, as africanas tendem a fazer um maior número de turnos diários, pelo que a sua presença nas ruas do bairro à luz diurna é mais esporádica. E apesar de os homens trabalharem, tal como muitos dos indianos, nas diversas profissões ligadas à construção civil, os africanos tendem a ter tarefas menos qualificadas e a serem, por vezes, empregados por sub-empregados indianos do bairro. Deste modo, podem facilmente perceber-se as diferenças de estatuto social³⁷ entre estes dois grupos.

2.2.2. A INSTALAÇÃO DA REDE ELÉCTRICA – ANTES E DEPOIS

Quando visitei o bairro da Quinta da Vitória pela primeira vez, a electricidade já era uma presença quotidiana em todas as casas. Em Agosto de 1999, a Electricidade de Portugal³⁸ (EDP) vem colocar contadores de electricidade em todas as casas do bairro³⁹. Os moradores passam a ter luz regularmente. Até então, a electricidade chegava às casas casualmente, fruto das puxadas de luz a partir dos postes de electricidade que forneciam luz aos prédios da urbanização vizinha. Os moradores pagavam quantias mensais inexactas aos jovens que se aventuravam nos postes a puxar a luz ilegalmente. As visitas da polícia em busca dos infractores era constante e os cortes na iluminação também. Aliás, as primeiras notícias na comunicação social relativas à Quinta da Vitória

³⁷ Apesar do potencial teórico desta situação, a análise da relação de poder que resulta da constatação da presença de patrões e empregados no mesmo bairro *degradado* não está aqui em jogo.

³⁸ Actualmente Energias de Portugal, mantendo a mesma sigla.

³⁹ Apesar de os seus moradores atribuírem a chegada da luz a personalidades diversas, a colocação dos postes e das caixas de voltímetros foi contemporânea da chegada da luz a outros bairros degradados, como é o caso do bairro Quinta da Serra, no Prior Velho, ali próximo.

referem-se a incêndios causados ora por curto circuitos de ligações eléctricas arriscadas, ora pela utilização de velas à noite. A utilização do frigorífico era então impraticável, mas com a chegada da electricidade em 1999, os moradores do bairro em peso compraram frigoríficos para a conservação eficaz dos alimentos. Lembrando as minhas primeiras visitas, não era pois de estranhar que os frigoríficos ocupassem lugares de destaque nas casas, às vezes fora das cozinhas, para que pudessem ser vistos por todos os visitantes.

Se bem que a electricidade representasse o bem essencial mais indispensável para os moradores do bairro, outros bens faziam falta na Quinta da Vitória. As necessidades mais referidas pelos moradores eram, no ano de 2000, a necessidade de uma rede de esgotos, água canalizada e um campo de jogos para os mais novos. Esta última necessidade foi a situação mais vezes referida; o bairro social Dr. Alfredo Bensaúde veio resolver esta questão uma vez que contém um campo de jogos entre o primeiro e o segundo quarteirão.

Se a água e os esgotos eram condições remediáveis através dos chafarizes e das condutas grosseiramente colocadas nas ruas do bairro, um espaço lúdico para os mais jovens era mais difícil de alcançar. O campo de jogos dos Olivais (freguesia vizinha) era longe para ir a pé e a sua utilização pagava-se à hora; os relvados da Portela e do Ralis eram locais proibidos, não sem serem alvos de tentativas de utilização pelos jovens da Quinta da Vitória. A ausência de um campo de jogos era sinalizada como responsável pelas brincadeiras alternativas aos jogos colectivos, como o lançamento de pedras aos estores dos prédios vizinhos, situação essa mais vezes referida no bairro nos primeiros meses de trabalho de terreno pelos moradores. No entanto, já então os moradores nutriam uma grande expectativa pelo realojamento em habitação social, acontecimento que previam acontecer em qualquer altura. Por isso, aquilo que faltava no bairro e que continuou a faltar ao longo dos últimos anos, vinha sendo justificado pela iminência da demolição das *barracas* e realojamento dos seus moradores.

Falaram-me da necessidade de um sítio para jogar à bola, mas têm noção de que mais cedo ou mais tarde têm de mudar [ser realojados] e pensam que é difícil. O mais novo quer ir viver para um prédio. Eles dizem que os jovens ficam sem nada para fazer – deixam de estudar, depois não vão trabalhar e *ficam aí*. DC, 23/06/2000.

O contexto da chegada da electricidade ao bairro também levantou outras questões que não têm que ver com as infra-estruturas em falta na Quinta da Vitória, mas com a organização interna dos seus moradores. Logo em 2000, ao falar da electricidade, os moradores, quando simpatizantes da associação de moradores, com fraca representação no bairro, diziam que a associação tinha feito muito pela chegada dos contadores. Quando não se sentiam minimamente representados, atribuíam a responsabilidade da chegada da luz ora à Câmara Municipal de Loures, ora à Junta de Freguesia da Portela. Antes da electricidade legal no bairro, a população procurava obter a desejada luz, além dos meios informais referidos, através da associação de moradores. A associação de moradores da Quinta da Vitória chamava-se Apoiar 5⁴⁰, e tinha seis representantes, dois africanos, dois indianos e dois portugueses. Era esta associação que reivindicava direitos para os moradores do bairro junto das autoridades e das empresas de fornecimento de bens essenciais. Assim, depois da instalação dos contadores de electricidade, o bairro pareceu ficar sem motivos de luta, até porque a esperança de realojamento vinha sendo reforçada nas promessas eleitorais, sobretudo depois da aprovação do Decreto Lei 163/93 de 7 de Maio, que regulamenta o PER.

De resto, no primeiro ano de trabalho de campo no bairro, percebi de imediato o descontentamento da população em geral relativamente à utilidade de uma associação de moradores. E não foi por acaso que comecei a trabalhar na Quinta da Vitória, no âmbito do estágio do GARSE. E um dos objectivos do GARSE, além da caracterização geral da população hindu do bairro (uma vez que não tinham ainda na altura dados sobre a população hindu no concelho de Loures⁴¹), era perceber que tipos de organização existiam e quais os líderes dentro do bairro, uma vez o município de Loures já chegara à conclusão que a associação dos moradores da Quinta da Vitória era uma organização pouco representativa. A principal motivação da edilidade era encontrar pontos de contacto com quem dialogar na hora de dar informações sobre o processo de realojamento. Ao contrário do que era esperado, não encontrei líderes, nem se comprovou que fosse relevante na vida dos moradores do bairro. Os hábitos gregários da população estavam, e estão, mais centrados nas dinâmicas familiares e religiosas e,

⁴⁰ A Associação tinha representação noutros bairros e dedicava-se sobretudo às questões relacionadas com as populações dos cinco principais países africanos de origem dos imigrantes. Na Quinta da Vitória, esta associação juntava outras populações.

⁴¹ No fim do ano de 2000, o GARSE alarga o âmbito dos estudos sobre as comunidades hindus do município, promovendo estágios profissionais na Freguesia de Santo António dos Cavaleiros (Lourenço, 2001).

se quisermos, étnicas. Por seu lado, revelou-se ser mais importante para os moradores a presença dos técnicos da Câmara no bairro, situação essa que não foi, de facto, recorrente, como veremos nos capítulos 4 e 5.

2.2.3. A EXPO 98 – ANTES E DEPOIS

Se a vinda da electricidade foi um marco no tempo com influência directa no bairro e na vida dos seus moradores, a realização da Exposição Mundial de Lisboa, a Expo 98, um ano antes, foi um fenómeno à escala da cidade com consequências indirectas na Quinta da Vitória, mas não menos importantes para o seu quotidiano. São duas as situações que podemos destacar – uma que se prende com a visibilidade social do bairro e outra que se prende com as mudanças físicas que ocorreram na Quinta da Vitória, tendo em conta as obras relacionadas com a Expo 98.

Na altura da Exposição Mundial é feita uma reportagem na Quinta da Vitória, por ser um dos bairros de *barracas* mais próximos daquele ícone da *modernidade* portuguesa, e devido a uma parte da sua população ser hindu. Se um dos objectivos da Expo 98 era mostrar aos visitantes a diversidade das populações pelo mundo fora, ali bem perto também se encontrava uma parte do *exótico* tão procurado naquela exposição. O título da reportagem era “Lisboa. Ano 2054” (Brito, 1998), aludindo ao calendário hindu. A Quinta da Vitória só voltaria a ser alvo de notícias relevantes quando das demolições de 2006. Com essa reportagem e com a realização da própria Exposição Mundial, alguns dos moradores hindus ganharam uma consciência da importância que a sua forma de vida pode ter para a restante população do país. A reportagem é motivo de orgulho e mostrada aos forasteiros quando se mostram curiosos pela população hindu. Algumas raparigas moradoras do bairro participaram na Expo 98 fazendo desenhos de *mehendi* nas mãos e pés de visitantes do pavilhão da Índia. De resto, muitas mulheres passaram a trabalhar nas limpezas naquela zona da cidade, bem perto do seu bairro, tanto durante os meses da Expo 98, como posteriormente em vários edifícios da Parque Expo⁴².

Além de alguma visibilidade do bairro, depois de muitos anos em que a Quinta da Vitória passou totalmente despercebida, a Expo 98 teve outra implicação no bairro

⁴² A Parque Expo 98 S.A. requalificou cerca de 330 hectares na zona oriental de Lisboa junto ao rio Tejo, promovendo a realização da Expo 98 e a instauração de um grande leque de empresas na zona. Posteriormente à realização da Exposição, uma grande parte do espaço tem sido ocupada com construção civil.

devido às obras nos acessos à zona oriental da cidade e à ponte Vasco da Gama, uma das obras mais relevantes realizadas no contexto da Expo 98. A alteração do traçado das vias em redor do bairro, localizado a cerca de dois quilómetros do recinto da Exposição Mundial, implicou o realojamento de algumas famílias residentes no bairro, no que viria a ser o primeiro momento de realojamento. Tal como veremos mais pormenorizadamente no capítulo 5, este momento de realojamento não foi feito no âmbito do PER (embora tenha implicado famílias inscritas no PER), mas sim através da Lusoponte, empresa que financiou a construção da ponte Vasco da Gama e acessos necessários. Embora o protocolo entre a Câmara Municipal de Loures e o Instituto Nacional de Habitação tivesse sido assinado em 1995, o início dos realojamentos no âmbito do PER para a Quinta da Vitória estava apenas previsto para o ano de 2002⁴³. Os moradores da Quinta da Vitória que residiam imediatamente contíguos à faixa de rodagem em frente ao Ralis e cujas casas estavam no traçado da via, foram realojados a menos de 200 metros do bairro, no bairro camarário, que tinha sido erigido sobretudo com o intuito de realojar, anos antes, a população de um bairro degradado em Moscavide. É um bairro com casas apenas de dois pisos, semelhantes a vivendas, com diversas tipologias⁴⁴. Assim, além de manterem a zona de residência (uma situação ideal tantas vezes referida entre os moradores da Quinta da Vitória ao falar de um futuro local de realojamento), estes moradores foram viver para habitação social de baixa densidade e não para prédios de habitação social, que, por sua vez, têm uma conotação raramente positiva entre os moradores que aguardam o realojamento. Num dos poucos estudos sobre realojamentos que mencionam a Quinta da Vitória, é realçado que os moradores demonstraram uma grande satisfação com o bairro de realojamento, comparando com outras situações de realojamento analisadas no mesmo estudo (Cotrim et al., 2000).

2.2.4. O REALOJAMENTO PARCIAL – ANTES E DEPOIS

Contexto geral

O primeiro e único momento de realojamento de uma parte da população do bairro da Quinta da Vitória no âmbito do PER deu-se entre 2001 e 2002. No total, foram realojadas 100 famílias da Quinta da Vitória no bairro social Dr. Alfredo Bensaúde, um bairro construído imediatamente a Sul da Quinta da Vitória, mas já para lá da fronteira

⁴³ DMH – Loures, 1997, *Divisão Municipal de Habitação 1994-7*, Município de Loures, Loures.

⁴⁴ Foi neste bairro, aliás, que se veio a instalar, em 2000, o Gabinete de Intervenção Local (GIL), para, entre outras actividades, aplicar o processo de realojamento na Quinta da Vitória.

entre os concelhos de Loures e de Lisboa, ou seja, já na freguesia lisboeta de Santa Maria dos Olivais. Este bairro social foi erigido no âmbito do PER – Lisboa, com o intuito de realojar cerca de 300 famílias provenientes de diversos aglomerados residenciais de todo o concelho de Lisboa, com infra-estruturas muito insatisfatórias. O facto de este bairro de habitação social ter sido construído mesmo ao lado de um bairro degradado com uma população que aguardava realojamento também no âmbito do PER, fez com que a Câmara Municipal de Loures tivesse a iniciativa de propor um protocolo entre os dois municípios para realojar uma parte da população da Quinta da Vitória, uma vez que o realojamento da totalidade das famílias seria impossível. Assim, como será explicitado com outro pormenor mais adiante, os processos de 100 agregados familiares foram transferidos para a Gebalis (Gestão de Bairros Municipais de Lisboa, EP), para que esta empresa municipal pudesse completar o processo de realojamento das famílias em causa.

A construção do bairro social Dr. Alfredo Bensaúde, que começara no fim do ano de 2000, fez levantar o boato entre os moradores de que aquele bairro estaria a ser construído para o realojamento das famílias residentes na Quinta da Vitória. Muito embora os técnicos fossem esclarecendo os moradores nas reuniões familiares de que nada havia indicado nesse sentido, parecia evidente para a população que, se estavam a fazer um bairro de habitação social, só poderia ser para a Quinta da Vitória⁴⁵. O bairro cresceu até aos seis andares ao longo de todo o comprimento Este-Oeste da Quinta da Vitória⁴⁶, sendo a obra visível pelos seus moradores. Com muito pouca informação, alguns moradores iam sendo notificados que de facto seriam realojados naquele bairro, pelo que outros reavivaram as suas esperanças. O protocolo entre os dois municípios foi um processo pouco entendido pelos moradores e conotado com as eleições naquele período – as Autárquicas em Dezembro de 2001 e as Legislativas em Março de 2002. Ou seja, os moradores sentiram que esta situação fora instigada por motivos eleitoralistas. De facto, o protocolo foi impulsionado pela Junta de Freguesia da Portela, tutelada por Geni Neves e pela Vereadora da Habitação em Loures na altura, Teresa Leal Ferreira, ambas do mesmo partido político⁴⁷. Aos poucos, os moradores foram percebendo que apenas uma faixa do bairro da Quinta da Vitória, mais próxima do

⁴⁵ No capítulo 6 abordaremos esta questão do ponto de vista das expectativas dos moradores relativamente ao realojamento.

⁴⁶ V. Figura 2.

⁴⁷ De acordo com entrevista a uma técnica de Serviço Social (Entrevista, 12/04/2005).

bairro social que vinha sendo construído, seria alvo de realojamento e posterior demolição. E que o bairro social seria sobretudo destinado a população de Lisboa e não da Quinta da Vitória, já em Loures.

Como já foi referido, apenas 100 famílias foram realojadas no novo bairro social. As restantes 300, aproximadamente, continuaram a residir na Quinta da Vitória. O realojamento principal ocorreu no início do Verão de 2002. As demolições das casas verificaram-se durante esse Verão, dando início a um processo continuado de demolições parciais e respectivas remoções de entulho, sempre tardias. Este acontecimento, o do realojamento parcial das famílias residentes na Quinta da Vitória em 2002, marca uma viragem bem mais forte do que a da chegada da luz ou da realização da Exposição Mundial no final da década anterior. Esta viragem pode ser percebida através de uma análise das alterações no espaço do bairro e das alterações das sociabilidades.

Novos espaços, novos vizinhos

O realojamento parcial provocou a demolição das casas de um dos lados de uma das ruas principais do bairro, a rua A, e foram as pessoas que residiam nessas casas que foram contempladas. Entre finais de 2002 e meados de 2006, a quantidade de espaço que sobrou na sequência das demolições manteve-se; a utilização do mesmo é que foi sendo diferente ao longo do tempo. A rua A era a rua com maior actividade na Quinta da Vitória. Com a demolição das casas num dos lados dessa rua e com o realojamento parcial no vizinho bairro social Dr. Alfredo Bensaúde, o espaço onde estavam as casas foi sendo reinventado, apesar de ter sido delimitado com uma rede de arame. As pessoas abriram brechas na rede, fizeram hortas, casotas para cães, espaços de churrasco e capoeiras. No espaço da antiga rua fizeram-se pequenos campos de futebol, jogava-se críquete e malha. A rua de alcatrão que delimita o bairro social a Norte, mais próxima dos dois bairros em simultâneo, é, desde o realojamento de 2002, o espaço de circulação aparentemente mais vivido, tendo em conta a população no centro da análise. Em certa medida, a concentração da circulação nesse espaço dá-se por ser uma zona de fronteira entre os dois bairros. Contudo, uma observação mais atenta das interações de bairro faz sobressair uma zona do bairro que faz ligação entre o bairro de *barracas* e o do realojamento, no final da rua atrás referida, que é também a zona de acesso a uma das escolas. É aí que se situa o novo templo hindu. O realojamento no bairro social Dr.

Alfredo Bensaúde provocou também a alteração de determinados percursos dos moradores, nomeadamente no que diz respeito ao pequeno comércio. Algumas lojas da Quinta da Vitória conseguiram ser realojadas no bairro social, por isso os moradores passaram a dirigir-se ao bairro social para fazer pequenas compras do dia-a-dia. Mas como o espaço não é vivido sem as pessoas, é tempo agora de falar um pouco sobre as alterações nas sociabilidades, decorrentes do realojamento parcial.

O facto de apenas uma parte da população ter sido realojada não foi uma situação totalmente pacífica sobretudo para quem não foi realojado. A escolha da zona do bairro a realojar, por exemplo, levantou dúvidas sobre se haveria preferências que recairiam sobre determinadas famílias⁴⁸. Os moradores não realojados ficaram insatisfeitos por ter de continuar à espera de serem realojados e sentiram-se minorizados em relação aos seus vizinhos, com melhor sorte. As famílias realojadas também não se sentiram totalmente confortáveis com esta situação, uma vez que gostariam que todas as famílias tivessem sido realojadas em conjunto, porque já estavam habituados a viver juntos. Com o realojamento parcial, a hipótese de a restante população vir a ser realojada de forma dispersa no concelho de Loures aumentou.

O realojamento foi difícil. Foi mesmo difícil porque estando nós contentes, porque nos deram casas e tudo, dum lado estávamos tristes vendo outros que ficaram a chorar. Estávamos um pouco tristes. (Entrevista, 12/09/2005).

Eu acho que a câmara devia realojar as pessoas onde nós estamos já que conhecíamos uns aos outros, deviam realojar todos ao mesmo tempo. Ficou metade, agora nós não sabemos onde é que a [outra] metade vai. E meteram aqui os outros estranhos, doutros sítios, que nós não conhecemos e nós tentamos conviver com eles. (Entrevista a B. 12/09/2005).

Este último excerto de entrevista remete-nos para a grande mudança sentida pelos moradores que foram morar para os prédios de habitação social – o facto de terem novos vizinhos. A grande maioria da população lisboeta que veio morar para o bairro Alfredo Bensaúde são famílias ciganas, ocupando mais de dois terços dos fogos do bairro. Habitados a um bairro com populações de origens diversificadas, os novos vizinhos, por um lado, apenas vieram aumentar o leque de origens presentes e de formas

⁴⁸ Não foi alheio ao aumento dos boatos neste sentido o facto de uma das famílias cujo titular fazia parte da associação de moradores e outra família influente no bairro (dos responsáveis pelo templo) residir na faixa escolhida.

diferentes de ver o mundo (ilustrando com esta expressão recorrente na Antropologia⁴⁹ a ideia de pluralidade cultural) naquele território. Mas, por outro lado, exigiram novas capacidades relacionais, de forma a minorar o risco de conflito. As relações que se desenvolvem entre hindus e ciganos, por exemplo, são relações cautelosas. As pessoas sabem que têm modos diferentes de estar, mas não querem provocar conflitos uns com os outros. Às vezes quase que desistem, outras vezes inventam novas formas de estar, através de zonas de evitamento, de cruzamento. Esta situação não é específica do caso da Portela. Gullick (1991) refere que Merry (1981: 223)⁵⁰ descobriu no seu estudo uma série de estratégias de evitamento para prevenir os habitantes relativamente ao relacionamento com outros grupos étnicos em presença. Mais do que uma teorização sobre a gestão do conflito interétnico, os moradores gostariam que a Gebalis os ajudasse nesse contexto. Importa aqui talvez dar um exemplo do que sucede sistematicamente no dia-a-dia entre hindus e ciganos. No templo, as cerimónias religiosas provocam grande curiosidade para as crianças ciganas. O templo hindu, por seu lado, é um local privado, sobretudo quando estão a decorrer a cerimónias, de acesso restrito aos devotos hindus e a visitantes que pedem para o visitar nesses momentos. Um templo hindu, quando decorre uma cerimónia, é de facto um local que pode suscitar muita curiosidade para os não hindus, seja pela forma de adornar e louvar as divindades, seja pelos cânticos e respectivo acompanhamento instrumental, seja ainda, e talvez sobretudo, pelas performances que nele têm lugar. As crianças espreitam pela porta, aberta durante as cerimónias, e tentam entrar. Este é um jogo repetido e inofensivo. As crianças habituaram-se a ser repelidas no momento em que tentam entrar e os devotos habituaram-se à presença curiosa das crianças à entrada do templo, mas não cedem à sua entrada. Na observação do quotidiano do bairro, quanto aos adultos, a desconfiança inicial de parte a parte foi sendo substituída por avanços e retrocessos nas relações de vizinhança.

Aumento do sentimento de insegurança

A mudança de discurso sobre a segurança no bairro é uma das alterações mais salientes decorrentes do realojamento de 2002. As referências a problemas de segurança são muito mais recorrentes do que antes do realojamento. A insegurança é sentida tanto

⁴⁹ A expressão visão do mundo é abundantemente utilizada na literatura antropológica, com origem no vocábulo alemão *weltanschauung* (concepção do mundo), e aplicado tanto à cosmogonia como à ideologia de um dado grupo humano.

⁵⁰ 1981, *Urban Danger: Life in a Neighborhood of Strangers*, Philadelphia, PA: Temple University Press.

pelos moradores do bairro de habitação social recém realojados como pelos habitantes das *barracas* que continuam a aguardar o seu realojamento. As opiniões dividem-se entre atribuir o aumento de insegurança aos novos vizinhos do bairro Dr. Alfredo Bensaúde, ou aos jovens africanos do bairro da Quinta da Vitória e reflectem uma *visão etnicizada dos espaços de conflito* como lhe chama Malheiros (2005⁵¹) que, segundo o próprio, “(...) é indissociável da existência de fenómenos de estigmatização dos espaços e dos grupos nele residentes (...)”.

Os sinais dessa estigmatização e alguns acontecimentos singulares que dão consistência ao aumento do sentimento de insegurança estão patentes tanto no discurso quotidiano de moradores, como por vezes no de assistentes sociais com responsabilidades sobre o bairro. Um assistente social dizia-me, em 2005, que ao nível da segurança, desde o realojamento de 2002, *as coisas pioraram*, e atribuía essa situação aos agregados que tinham vindo de Lisboa (DC, 7/04/2005). Reflectindo inúmeras situações no terreno em conversa informal com diferentes moradores, uma moradora dizia-me que *desde que os ciganos foram para lá [bairro Dr. Alfredo Bensaúde] e que os pretos cresceram, está a ficar perigoso*. (DC, 20/06/2006).

Pelo menos desde *Soulside* (Hannerz, 1969) que a insegurança nos bairros residenciais é referida como um problema quotidiano dos moradores e como gerador de comportamentos como por exemplo o reforço da vigilância quando fora de casa (Hannerz, 1969: 23). Falando especificamente no aumento do sentimento de insegurança nos bairros de realojamento, as referências são antigas. Golger (1972) refere que o sentimento de insegurança nos bairros de realojamento pode ser verificado na medida em que os pais não deixam as crianças brincar nas áreas comuns e às vezes fecham-nas em casa durante o dia com medo que lhes aconteça alguma coisa se saírem (Golger, 1972:42). De resto, o aumento da sensação de insegurança pouco tempo depois do realojamento em habitação social é uma situação inúmeras vezes referida duas décadas mais tarde no contexto dos realojamentos em Portugal⁵², reflectindo uma preocupação comum na década de 1990 nas pesquisas que se concentraram nas

⁵¹ No resumo do projecto de investigação *Espaços e Expressões de Conflito entre Nacionais e Minorias Migrantes e Não Migrantes na AML*, coordenado por Jorge Malheiros (Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, CEG/UL), em http://www.oi.acime.gov.pt/modules.php?name=News&new_topic=12 (Consulta deste site ainda disponível em 22/10/2007).

⁵² Sem pretensões de exaustividade, podemos encontrar referências a esta situação específica em Capucha, 1992: 152; Pinto, 1994: 37; Guerra, 1998: 123; Pinto e Gonçalves, 2000: 110; Gonçalves e Pinto, 2001: 120; Pereira et al., 2001: 99; Farina, 2001: 128.

consequências dos realojamentos em bairros de habitação social, como veremos no capítulo seguinte.

Com o realojamento parcial não são só as pessoas que são tipificadas de maneira diferente; a sensibilidade à situação de coexistência varia e, mais sintomaticamente, a nomeação do espaço também. Importa, pois, destacar as alterações mais visíveis no quotidiano do bairro decorrentes do realojamento parcial. Relativamente às designações dos espaços residenciais que se diferenciam, ao nível local o discurso alterna entre *Quinta da Vitória*, *barracas* e *Portela* para designar a Quinta da Vitória, e *prédios* para designar o bairro social Alfredo Bensaúde. A transferência da população hindu, aquando do realojamento de 2002, do bairro da Quinta da Vitória para o bairro social Dr. Alfredo Bensaúde mostra bem o quanto a questão da localidade se altera com o processo construtivo do bairro, com a destruição da Rua A e com cem famílias realojadas. A designação *Portela* era, e é, a mais adequada (e mais utilizada) para falar daquele contexto residencial, antes singularizado na Quinta da Vitória e agora duplicado em Quinta da Vitória e bairro social Dr. Alfredo Bensaúde.

2.2.5. O TEMPLO DE JAI AMBÉ

O templo situado na Quinta da Vitória manteve as suas funções depois do realojamento parcial do bairro até Julho de 2004. Esta secção, que conclui o capítulo, procura explicitar a actividade religiosa dos hindus do bairro e sobre os diversos locais de culto na AML que, em última análise, determinam parte dos percursos de uma grande parte dos hindus nesta zona do país (sobre mobilidade na AML ver capítulo 3).

Uma primeira clarificação deve remeter para a distinção entre dois tipos de população hindus na AML consoante o local de culto mais frequentado (embora correndo o risco de oposições excessivas entre estas populações). Por um lado, uma população que frequenta sobretudo o templo de Radha-Krishna (Lumiar, Lisboa), um templo cujas divindades centrais são *vishnuítas*⁵³, no seu quotidiano religioso, cujos locais de

⁵³ Divindades hindus ligadas a Vishnu (uma das divindades centrais do *panteão* hindu). Na mesma ordem de ideias, as divindades *Shivaítas* estão ligadas a Shiva. Vishnuísmo e shivaísmo têm sido termos utilizados para designar a *adesão* confessional preferencial dos devotos hindus. No caso das comunidades hindus da Portela e de Santo António dos Cavaleiros, mas sobretudo nesta última, encontram-se elementos rituais Vishnuítas muito fortes, apesar de o templo ser consagrado a Shiva, que lhe dá o nome, de certa forma associados às adaptações rituais em diáspora. O trabalho académico de Inês Lourenço tem-se debruçado sobre esta comunidade e nela poder-se-ão encontrar informações complementares sobre estas e outras questões (Lourenço, 2003; 2004; 2007).

residência se sub-dividem numa parte que está concentrada em Santo António dos Cavaleiros e noutra parte, residindo em diversos concelhos da AML⁵⁴. Por outro lado, uma população que frequenta locais de culto com divindades centrais *shivaítas*, o templo Jai Ambé na Portela e o templo de Shiva, em Santo António dos Cavaleiros. Esta população encontra-se, em termos residenciais, concentrada em três zonas da AML. A mais numerosa é a comunidade hindu de Santo António dos Cavaleiros. As outras duas populações residem na Portela de Sacavém (Quinta da Vitória e Bairro Social Dr. Alfredo Bensaúde) e em Chelas (freguesia de Marvila, Lisboa, anteriormente residentes no bairro Quinta da Holandesa, no vale do Areeiro). Esta última população intercala entre frequentar o templo de Shiva e o templo de Jai Ambé. Esta distinção entre a população que frequenta sobretudo o templo Radha-Krishna e a população que frequenta os outros dois espaços de culto que, na verdade, se sub-divide em três populações, prende-se apenas com o facto de a primeira se encontrar mais dispersa no território do que a segunda. Não é, contudo, totalmente aplicável, uma vez que pelo menos as populações consideradas *shivaítas* frequentam também o templo Radha-Krishna, sobretudo para utilização dos seus espaços comuns para casamentos, mas também frequentam o templo durante o *norta*⁵⁵. Apesar da importância dos espaços de culto colectivos, todas as casas de famílias hindus possuem um templo doméstico (com dimensão variável) e a frequência do templo local não exclui a frequência dos templos localizados noutras zonas da AML. Nos diversos espaços de culto aqui designados podemos encontrar hindus residentes em qualquer das zonas assinaladas.

É difícil entender os hindus da Portela como uma população totalmente *destacável* da restante população hindu da AML. Grande parte da mobilidade desta população na AML está intimamente relacionada com a localização dos diferentes espaços de culto. Assim, não são só os percursos motivados pelas ocupações profissionais ou pelas demais necessidades diárias que dão forma à rede de mobilidades dos hindus da Portela. O papel das mobilidades motivadas pela religião confessada é, de facto, central. No contexto da mudança de local de culto na Portela, da *barraca* para um espaço no bairro social, esta explicação é importante porque o primeiro templo hindu em Portugal foi

⁵⁴ Esta população corresponde sobretudo à casta Lohana. Contudo, os diversos tipos de adaptação das castas em contexto diaspórico incluindo a exogamia de castas impedem uma correspondência total.

⁵⁵ O Norta, designação gujarati para Navratri, literalmente, nove noites, é dedicado à devoção de Durga nas suas diversas manifestações, em que uma das principais componentes é a realização de festas nocturnas com música e danças grupais.

precisamente o templo de Jai Ambé, na Quinta da Vitória, erigido em 1983. Os outros dois espaços de culto mais importantes da AML foram inaugurados na viragem do século: o templo de Radha-Krishna, no Lumiar, onde se localiza a sede da Associação de Solidariedade Social Templo Hindu de Portugal, foi inaugurado em 1998, servindo sobretudo a comunidade hindu *vishnuíta*. A primeira pedra do templo de Shiva, em Santo António dos Cavaleiros foi lançada no Verão de 2001, apesar de a Associação Templo de Shiva, que tem lutado pela construção de um templo naquela freguesia, ter iniciado as suas funções em 1984 e ter-se legalizado em 1991. O templo foi inaugurado no Verão de 2004, em instalações provisórias num pavilhão situado no terreno onde está prevista a construção do templo.

O templo de Jai Ambé, situado numa *barraca* da Quinta da Vitória, concentrou as funções rituais de toda a comunidade ao longo de quase duas décadas, mas durante esse tempo a família responsável pelo templo nunca sentiu a necessidade de formalizar a sua existência. Esta necessidade só foi sentida quando se realizou o pedido de cedência de um espaço no bairro social Alfredo Bensaúde para fins rituais (ver capítulo 7).

(...) depende donde forem realojados, se forem longe é difícil (...) se estiverem perto, ainda pode ser. Este *mandir* é muito importante, porque é inesquecível. Desde o princípio eles rezaram cá. (Entrevista, 12/09/2005).

(...) vamos continuar a vir aqui mesmo quando muita gente for noutros sítio. (Entrevista, 24/10/2005).

Falou do templo Ambé e que agora as pessoas nas grandes cerimónias gostam de ir ao Lumiar e a Santo António, porque o templo dos prédios de habitação social é pequenino e não anima tanto (situação recorrente no diário de campo). (DC, 08/07/2006).

(...) no [templo] antigo ia mais, dava mais jeito. Os casamentos eram realizados lá, os almoços eram realizados lá, mas agora vão vir aqueles nove dias do *norta*, vou no mandir, mas não é a este já. Porque este agora é muito pequeno. Prefiro ir no Lumiar [e] Santo António. Aquilo por acaso é mesmo grande. (Entrevista 06/10/2007).

Entretanto, os hindus da Quinta da Vitória continuaram a afluir ao templo de Jai Ambé, bem como muitos hindus residentes na freguesia da Marvila, Moscavide e mesmo de Santo António dos Cavaleiros (em situações rituais específicas). O templo de Jai Ambé é, sem dúvida, o templo *dos* hindus da Portela, mas há duas razões que põem em causa a afluência ao templo pelas mesmas pessoas: a incógnita que recai sobre o futuro das

famílias que continuam por realojar e o tamanho reduzido do novo templo, sobretudo para as ocasiões especiais do calendário religioso.

No sentido de sistematizar as principais linhas de reflexão deste capítulo, salientamos em primeiro lugar o processo de constituição do bairro, desde a construção das primeiras *barracas* na linha da Estrada Militar à semelhança do que aconteceu com outros bairros degradados, até à entrada de imigrantes seguindo o contexto pós-colonial que trouxe cerca de meio milhão de migrantes para as grandes cidades portuguesas. Em segundo lugar, a situação vaga de uma associação local com fraco grau de acção no bairro, exceptuando em situações específicas, mas ainda assim sem provocar consensos ao nível local; apesar disso, a associação de moradores era desejada como interlocutor do município. Em terceiro lugar, uma situação aparentemente menor na vida do bairro, a colocação de contadores de electricidade no bairro veio garantir a permanência da utilização da electricidade para todos os moradores; uma entidade supra-local, a EDP, integra o bairro na rede de um serviço público, aproximando os moradores dos mesmos deveres de outros urbanitas. Em quarto lugar, focalizámos a atenção no realojamento parcial de 100 famílias residentes na Quinta da Vitória que teve lugar em 2002, tema a que voltaremos já no contexto da aplicação do programa de realojamento no bairro. O bairro para onde foram morar estas famílias, o bairro social Dr. Alfredo Bensaúde, contíguo ao território da Quinta da Vitória, é habitado por uma maioria da população proveniente de vários bairros degradados do concelho de Lisboa, trazendo portanto novos vizinhos para o local. Em quinto e último lugar, apesar de invisibilizada, a Quinta da Vitória possui (pelo menos) uma característica que o distingue de outros bairros degradados. O único templo hindu até ao final dos anos 1990 estava localizado na Quinta da Vitória, pelo que este bairro exerceu até então uma função congregadora das comunidades hindus da AML em determinadas situações rituais.

CAPÍTULO 3. DO BAIRRO À CIDADE ALARGADA

Quando descrevemos a Quinta da Vitória no capítulo anterior, demos uma imagem de aldeia devido às suas casas de alvenaria, de pisos térreos, ruas e becos atravessados no quotidiano pelos seus moradores, num ambiente de permissão de brincadeiras das crianças na rua e da respectiva vigilância dos pais, uma imagem resultante do ambiente familiar do bairro. Se a intenção era apenas ilustrativa, a comparação ou atribuição de características de aldeia a espaços urbanos foi uma recorrência nos estudos urbanos de meados do século passado; os autores desses estudos de alguma forma procuravam comparar a situação dos novos moradores nas cidades com as situações de residência anteriores, em espaços rurais, dizendo que os padrões encontrados nos novos espaços (urbanos) reproduziam os padrões antigos (rurais). Não raramente, estas comparações acabavam por dar um cunho romanesco à vida dos novos urbanitas. Muitas vezes produzindo e reproduzindo uma ideia de *cultura da pobreza* (ver capítulo 1, secção 1.4), e marcando negativamente estes espaços urbanos, não podemos ignorar que – à época – o produto final tinha um pendor positivo nas descrições dos bairros e seus moradores. Na verdade, muito mais recentemente e pensando no contexto português, há estudos sobre bairros de habitação social que, ao falar dos antigos bairros de *barracas*, reimprimem uma ideia semelhante: uma sociabilidade feita de controlo social e de vigilância dos vizinhos garantindo a segurança de todos, que se perde com o realojamento (Pinto, 1994: 40).

Se no capítulo anterior esta imagem servia sobretudo para aproximar o leitor do ambiente do bairro antes do realojamento, este capítulo começa por colocar uma questão, *o bairro é uma aldeia?*, chamando a atenção para uma hipótese alternativa à visão generalizada sobre os bairros de *barracas*. As condições habitacionais destes bairros são a razão fundamental para a elaboração de políticas de realojamento. O aspecto geral dos bairros de *barracas* escondem, porém, os ambientes que encerram, como vimos no capítulo precedente. Assim sendo, aquela pergunta procura fazer notar o aspecto *humanizado* destes bairros, sem cair nos mesmos erros em que caíram as visões ecologistas de meados do século XX. Por isso, o argumento requer uma reavaliação do par conceptual comumente designado *continuum* rural-urbano. Continuaremos com uma abordagem sucinta sobre o percurso da utilização do termo *gueto*. Estas duas abordagens têm o objectivo implícito de fornecer pistas preliminares para em seguida

veremos mais claramente, por um lado, a que nível podemos pensar o bairro da Quinta da Vitória e suas populações em termos de segregação sócio-espacial e, por outro lado, tendo limitado o universo populacional em análise à população hindu do bairro, qual a conjuntura que levou esta população a fixar-se na Quinta da Vitória e a sua relação com outros espaços da cidade alargada. Resumindo, tanto o questionamento que nos podemos colocar sobre visões mais *humanizadas* (na ideia de aldeia) como nas visões mais *desumanizadas* (na ideia de gueto) contribuirão para dar o mote para pensar o bairro da Quinta da Vitória numa perspectiva que não pode deixar de ser relacional – com a cidade em volta.

3.1 O BAIRRO É COMO UMA ALDEIA?

Uma das ideias fortes que durante mais tempo atravessaram os estudos urbanos foi a de que as populações chegadas à cidade reproduziam os comportamentos e atitudes das suas aldeias de origem. Esta ideia decorre sobretudo da constatação acertada de que as grandes cidades cresceram à custa dos movimentos migratórios do meio rural para o meio urbano. Chicago, o berço dos estudos urbanos, era a capital dos trabalhadores nómadas que, no primeiro quartel do século XX, se deslocavam para Oeste em função do desenvolvimento da linha ferroviária nos Estados Unidos (Hannerz, 1980: 32). Robert Redfield, principal mentor da diferenciação entre a vida na aldeia e a vida na cidade, contribuiu para que outros investigadores tenham “encontrado” na cidade pequenas comunidades (*little communities*) com características semelhantes às que tinham antes de migrar para as cidades. O desenvolvimento deste conceito parte da descrição de uma comunidade que Redfield via como isolada, na localidade de Tepotzlan, no México¹, a que faltava, à semelhança doutros trabalhos da Antropologia clássica, levar em conta o contexto mais alargado. Mais tarde, em 1947, Redfield sublinha as diferenças entre sociedade *folk* e sociedade urbana, descrevendo esta última como heterogénea e secular, por oposição à primeira, descrita como homogénea e sagrada. A sua análise era baseada numa visão positiva das sociedades rurais. Ao contrário do que seria de esperar na época, em vez de enfatizar os aspectos supostamente negativos das cidades, como é em geral patente na literatura da época, Redfield idealizava o estilo de vida rural na cidade. Ou seja, a cidade continha nichos

¹ Robert Redfield, 1930, *Tepotzlan, a Mexican Village*.

que reproduziam um modo de vida rural, dando um cunho familiar a determinados espaços urbanos.

Apesar de um enfoque que hoje diríamos limitado, vimos que os contributos de Redfield para o desenvolvimento da Antropologia são incontornáveis, sobretudo no domínio dos estudos, então emergentes, das sociedades complexas. O autor teve também uma grande influência nos estudos urbanos das décadas seguintes. Por exemplo, Gans, autor basilar no estudo das minorias étnicas, intitulou a obra resultante do seu principal estudo como *Urban Villagers* (1962), reproduzindo esta ideia de *continuum* rural-urbano². Estes estudos colaboraram para o incremento da ideia de uma continuidade entre um suposto estilo de vida rural e outro urbano, ou seja, que na ida para as cidades, os migrantes formavam pequenas aldeias, reproduzindo as suas vivências rurais (Hannerz, 1980: 65).

O facto de estes estudos não incorporarem o contexto da sociedade mais vasta está relacionado com o momento da história da Antropologia em que foram realizados. Como já vimos no capítulo 1, os investigadores a trabalhar na cidade tendiam a fazer estudos com os mesmos quadros conceptuais que eram levados para estudar o *outro*. As preferências antropológicas iam para o estudo de comunidades de preferência desconhecidas, ou com aspectos culturais por identificar. A este respeito, Magnani, ensaiando o percurso dos contributos teóricos da etnografia urbana, fala do pressuposto de totalidade e de tentação da aldeia (Magnani, 2003: 9). Ao tentar estudar todos os aspectos de uma comunidade, como se estudássemos monograficamente uma aldeia, estamos a cair na tentação de pensar que estamos a estudar uma totalidade, quando é ao contrário, estamos a concentrar-nos em todos os aspectos de uma parte ínfima da cidade. Para os estudos urbanos, é mais indicado estudar menos aspectos da comunidade em causa e mais aspectos relacionais, uma vez que as pessoas não vivem isoladas num determinado contexto específico.

Anthony Leeds verificou uma tendência para a manutenção prolongada do paradigma segundo o qual determinados espaços urbanos eram estudados como aldeias, como enclaves rurais. Por isso constata, numa das suas pesquisas, que há situações vividas no

² Não obstante, Gans veio a lamentar (na introdução da edição de 1982 da mesma obra) que o seu livro tenha às vezes sido visto como um retrato romântico dos enclaves étnicos e uma defesa da *Gemeinschaft*, fora de moda (Gans, 1982: ix). Os contributos de Gans são, na verdade, muito mais vastos.

espaço urbano que não têm, segundo ele, contraparte no espaço rural. Um exemplo focado pelo autor é a vida associativa, como uma característica das favelas por ele estudadas, que não seria assim tão característica da vida rural. Embora seja discutível que a vida associativa seja mais própria das cidades do que das aldeias rurais, Leeds contribuiu, assim, para uma mudança de paradigma na Antropologia urbana. O autor parece considerar natural que a visão dos enclaves rurais tenha prevalecido durante tanto tempo. Ela dever-se-ia à permanência das relações próximas nas cidades, como é o caso da manutenção dos laços familiares e das relações de vizinhança, antes verificadas em grande parte das monografias clássicas. Mas Leeds esclarece que as relações são próximas porque elas *devem* ser próximas, tendo em conta a ecologia e demografia da favela (no caso do seu estudo em concreto) e a relação com o contexto supralocal (Leeds e Leeds, 1978: 44-5). Esta forma, então nova, de olhar para os grupos em estudo nas cidades, levou Leeds a sugerir a utilização do termo localidade em vez do de comunidade³. A localidade, assim perspectivada, invocaria muito mais o espaço e seus actores em termos relacionais. Dez anos depois de explicar a localidade como ponto nodal de interacção (Leeds, 1968), o autor explicita-a: “(...) o uso do termo «localidade» não nos obriga a postular uma unidade mínima ou máxima de organização como a «comunidade» (...)” (Leeds e Leeds, 1978: 32).

É verdade que as relações estreitas de uma dada população urbana migrada da sua terra de origem, de um espaço rural, dificultam a percepção de uma perspectiva alternativa à de enclave rural. Contudo, as relações mantidas entre ambos os contextos existem precisamente porque uma parte da população já não está no meio rural. Estas populações podem viver situações em contexto urbano que reproduzem as que eram vividas em contexto rural, o que é muitas vezes o caso de situações rituais, mas elas não são as mesmas. O que pode trazer confusão, como adverte Leeds, são as relações que se estabelecem e que se mantêm com a terra de origem. Mas estas situações não têm de ser analisadas à luz de uma hipotética comparação entre o espaço de origem e o de destino. Precavendo os seus leitores contra este tipo de comparações, Leeds e Leeds (1978) propõem um alargamento do quadro conceptual da antropologia urbana, sugerindo abordagens transdisciplinares para os problemas urbanos (Eames e Goode, 1977: 27). Assim, as relações que se mantêm com a terra de origem podem ser analisadas através

³ Uma parte da conceptualização a este respeito está explicitada no capítulo 1, sobre os estudos de Antropologia urbana então em consolidação.

de diversos tipos de análise, não necessariamente baseados numa diferenciação essencial entre o local de origem e o local actual de residência, mas, por exemplo, numa perspectiva de funcionalidade da manutenção dessas relações, como no caso do bairro de Alfama, estudado por António F. Costa, que sintetiza a importância dessas relações numa rica expressão, *um xadrez em dois tabuleiros*, explorando as relações com a terra de origem dos seus moradores ao nível da mobilidade profissional e do alojamento (Costa, 1999: 245-76).

A questão que se põe neste domínio relativamente à Quinta da Vitória não se concentra tanto nas supostas correspondências entre aquilo que as suas populações mantêm das terras de origem com as formas de vida no local que escolheram para viver, mas sim na utilidade de uma conotação rural ao olhar para o bairro (e, já agora, ao olhar para outros bairros de *barracas*). Isto porque, por um lado, os moradores hindus da Quinta da Vitória não provêm, na sua maioria, de um contexto rural recente⁴ e, por outro lado, porque os contextos de origem e de destino têm sobretudo correspondências por exemplo no contexto político (primeiro colonial, depois, pós-colonial), e são dificilmente comparáveis do ponto de vista da implantação no território. Assim, uma imagem de certa forma rural do bairro serve para fazer equiparar funções de controlo social e de vigilância em espaços rurais e/ou anteriores ao local de residência com as mesmas funções no espaço urbano em causa. Deste modo, sublinhe-se, a designação de aldeia aqui aplicada é uma designação de referência, sem conotação positiva ou negativa das funções em causa. E é ainda uma ideia que tem correspondência no bairro sobretudo quando ainda não tinha sido sujeito a alterações profundas no seu território no contexto do realojamento, cujas dinâmicas estão em análise ao longo deste trabalho. O bairro não é, pois, uma aldeia. Quando muito, *parecia* uma aldeia no início desta década e não tanto um bairro de *barracas* como foi catalogado.

3.2. O BAIRRO É UM GUETO?

A primeira tentação de resposta a esta pergunta retórica é: claramente não. Mas este *não* é uma resposta que corresponde a uma visão do conceito tal como ele é pensado hoje. A segunda tentação é de excluir uma resposta negativa se entendermos gueto como uma

⁴ A ruralidade do contexto de origem na Índia, sobretudo quando pensamos em Diu, é questionável, uma vez que esta localidade pode ser entendidas como espaço urbano, quando comparada com outras aldeias da ilha de Diu, mais pequenas. Diu é o centro urbano por excelência da ilha, onde se encontram os serviços e o comércio.

forma de cultura de certa forma isolada. Contudo, as formas de isolamento correspondem em grande parte ao tipo das relações com o exterior, sejam elas aparentemente débeis ou acentuadas. Esta secção do capítulo não revê exhaustivamente o conceito de gueto, nem pretende transformar uma resposta negativa à pergunta feita numa hipotética resposta positiva. Os parágrafos que se seguem procurarão antes tornar explícitos os aspectos que foram sendo atribuídos ao termo gueto ao longo do tempo, aspectos esses que poderemos convocar para pensar a Quinta da Vitória.

Para fazer uma curta revisão do termo proponho acompanhar dois contributos de Wacquant (2005a e 2005b), que sintetizam de forma muito clara a história do conceito e onde, pensando no capítulo anterior, podemos encontrar algumas correspondências. O autor descreve as diferentes acepções de gueto ao longo do tempo: (1) gueto indicava muitas vezes a relação entre etnicidade e pobreza nas cidades, uma noção que na segunda metade do século XIX estava bem distante da ideia de bairro degradado; (2) na transição para o século XX passou a significar a relação estreita entre segregação e sobrepovoamento, uma noção mais próxima daquilo que hoje entendemos como bairros degradados; (3) no pós-guerra houve uma *contração* do conceito que passa a ser associado a segregação étnica na cidade; por fim (4) mais próximo da visão actual, gueto passa a ser uma forma simplificada para designar espaços étnicos segregados, e os seus habitantes vistos como uma massa de população com comportamentos anti-sociais e com desemprego endémico, designando sobretudo os guetos negros norte-americanos (Wacquant, 2005a: 5-7). Repare-se, de início, que cada uma das diferentes formulações da designação de gueto ao longo dos séculos XIX e XX enumeradas por Wacquant tem alguma correspondência naquilo que hoje, *latu sensu*, se entende por gueto. Adiante, o autor revê a etimologia da palavra e refere que nas primeiras utilizações da palavra se fala de bairros destinados apenas a judeus por decisão política e religiosa onde, devido ao afastamento das zonas de decisão, emergiam funções urbanas específicas. O isolamento conduzia por um lado ao sobrepovoamento e à deterioração das casas, mas por outro lado conduzia também à consolidação cultural, como forma de segurança colectiva. As sinagogas tinham, além de funções rituais, funções de vigilância administrativa. A sua organização reforçava ao mesmo tempo a integração (no interior) e o isolamento (relativamente à cidade em redor) (*idem*: 8-10). Começam a esboçar-se, como se pode ver, as correspondências possíveis com os hindus da Quinta da Vitória. O templo do bairro, por exemplo, exerce não só funções rituais como funções de

integração, e verifica-se ali uma consolidação cultural que se prende, em grande parte, com o isolamento de certa forma imposto pelo exterior como veremos.

Mas quando um grupo desenvolve respostas adaptativas para colmatar funções sociais, devido à segregação relativamente aos centros de decisão, não quer dizer que possamos ver o gueto com uma forma natural como fazia Wirth (1928), de acordo com Wacquant, prosseguindo com uma visão crítica do conceito de gueto, nem quer dizer, salientamos, que vejamos a Quinta da Vitória como um gueto. O gueto, entendido de uma forma ou de outra, é produto de uma decisão política:

“Reconnaitre qu’il est le produit et l’instrument d’un pouvoir de groupe permet de réaliser que, dans sa forme accomplie, le ghetto est une institution à double face en ceci qu’il remplit des fonctions opposées pour les deux collectifs qu’il lie dans un rapport de dépendance asymétrique. (...)”

“(...) Les ghettos sont le produit d’une dialectique mobile et chargée de tension entre hostilité externe et affinité interne qui se traduit au niveau de la conscience collective par l’ambivalence. (...)”
(Wacquant, 2005a: 12).

Como é sobejamente sabido, a expressão visível destas respostas adaptativas por parte das populações de bairros de certa forma isolados dos centros de decisão está patente na associação da palavra gueto a espaços de conflito inter-étnico. Ou seja, os conflitos étnicos que surgem em bairros segregados são vistos como uma consequência social mais ou menos inescapável para os jovens que vivem em locais conotados com a ideia de gueto, onde a taxa de desemprego e a pobreza são elevadas⁵. Importa distinguir sumariamente entre segregação espacial ou urbana, que tem a ver sobretudo com a localização das actividades e funções específicas dos actores sociais, e a segregação social, processo mais difícil de medir, que deve ser explicitado de acordo com os contextos em causa (Brun e Rheim, 1994). Villanova (2001) dá particular relevo à segregação resultante do processo de urbanização periférica, explicando que a habitação social e respectivas melhorias de condições habitacionais escondem a segregação sócio-espacial. Além disso, a utilização do termo segregação e não do termo exclusão prende-se com o facto de este último estar conotado com processos mais estruturais da segregação sócio-espacial, como é o caso do afastamento forçado das populações para zonas periféricas da cidade. Procurando interpretar a razão pela qual persiste a

⁵ Lembramos a revisão sobre a utilização da expressão *cultura da pobreza* no capítulo 1 (secção 1.4.).

associação da ideia de bairro étnico a conflitos, Malheiros (2005) previu que os bairros-*problema* da AML assumiam, sobretudo, o carácter de guetos *de exclusão* e não de *guetos étnicos*, mesmo que se registasse uma sobre-representação das minorias nestes espaços (Malheiros, 2005: 4). Há, portanto, uma questão de segregação que subjaz a este problema, mais do que uma questão de concentração de diferentes populações. Apesar do facto de ser importante compreender o conflito nos bairros através do agravamento de situações de exclusão, esta não é uma situação com forte expressão⁶ na Quinta da Vitória. Por isso, esta acepção do termo gueto não tem correspondência no bairro em causa. A Quinta da Vitória é, ainda assim, um bairro segregado e as suas populações desenvolvem respostas adaptativas à sua situação. No caso da população hindu do bairro, a religião exerce funções de integração importantes; a ocupação com o ciclo do calendário religioso e as situações rituais quotidianas por um lado, e as preocupações morais derivadas de uma tradição familiar e social enraizadas na sua confissão religiosa por outro, enquadram cada elemento da população hindu do bairro num sistema mais vasto que engloba toda a população hindu da AML e, por arrasto, as populações hindus-gujaratis no Reino Unido. A segregação, deste modo, é apenas sentida quando são inevitáveis os contactos com a sociedade de acolhimento. É sobretudo nesse sentido que se pode falar de segregação porque, se a população se sente segregada na relação com as diversas instituições da sociedade de acolhimento, quer dizer que esta está, de alguma forma, a segregar aquela. Se é certo que há uma série de funções sociais e culturais colmatadas pela população hindu da AML – presente de diversas formas na sociedade de acolhimento – outras funções, como determinados aspectos da habitação, do emprego e da educação, já para não falar na oferta de bens essenciais, apenas podem ser proporcionadas pelas instituições da sociedade de acolhimento.

A proximidade com o conceito de gueto assim entendido é maior quando entendemos o gueto como local que preenche uma série de funções para a população que nele habita, mas esta designação não é suficiente, porque o preenchimento dessas funções não se limita ao espaço do bairro, transcende-o para outros espaços da AML. A rede de relações com outros bairros onde há uma grande percentagem de população hindu é intensa. Nesse sentido, o conceito de gueto não se aplica, mas a fixação a determinadas

⁶ O conflito inter-étnico na Quinta da Vitória expressa-se na verbalização do sentimento de insegurança, mas tem uma correspondência residual com a realidade do bairro.

áreas da cidade e mesmo a determinadas zonas das cidades dos países onde circulam na diáspora requer optar não necessariamente por um conceito, mas prestar-lhe a atenção devida através de uma abordagem específica, que passa, primeiro, por procurar entender melhor que segregação é esta e, segundo, por perceber que vantagens alberga a concentração residencial dos hindus na AML.

3.3. OS LIMITES DA SEGREGAÇÃO DA QUINTA DA VITÓRIA

3.3.1. SOBRE UMA EVENTUAL MUDANÇA DA FRONTEIRA ADMINISTRATIVA

Para tentar perceber até que ponto é que a Quinta da Vitória é um bairro segregado, devemos olhar para os seus contornos físicos. Embora um enfoque nos limites geográficos possa parecer superficial perante as explicitações prévias relativas ao termo *gueto* e à concentração residencial dos hindus (que explicitaremos mais adiante), a análise desses mesmos limites ajudar-nos-á a conhecer o conjunto de circunstâncias sob o qual apreciaremos o perfil da segregação espacial e social da Quinta da Vitória. O que propomos é olhar para o contexto político contemporâneo da fronteira local entre os concelhos de Loures e de Lisboa, exemplificando uma situação que, embora inimputável, contribuiu para a manutenção da situação de segregação espacial do bairro e, em consequência, da sua população.

O bairro da Quinta da Vitória pode ser visto como uma zona de vários tipos de limites geográficos que ali se sobrepõem e que têm implicações diversas na vida dos seus moradores. Há pormenores nesses limites do bairro que apenas se podem perceber se sobrepusermos várias leituras de mapas sobre este mesmo espaço. A escolha da fronteira administrativa entre o concelho de Loures e o da capital do país, naquele local, parece dever-se ao limite da antiga Quinta da Vitória, que ia desde o centro de Sacavém até à Estrada Militar, único sinal físico no território que, por si só, poderia justificar uma fronteira. Acontece que esta fronteira entre os dois concelhos foi posta em causa há cerca de uma década, em parte, precisamente, devido à ocupação pelas *barracas*, mas sem que a sua população fosse levada em conta. A proposta foi elaborada através do projecto de lei 166/VII de 30 de Maio de 1996 pela bancada do Partido Socialista (PS), onde se previa a alteração do traçado da fronteira específica entre a freguesia de Santa Maria do Olival (Lisboa) e a freguesia da Portela (Loures). Esta proposta indicava que a fronteira naquele local tinha-se tornado virtual, uma vez que o traçado da estrada da

Circunvalação (que aproveitara o traçado da antiga Estrada Militar) fora posto em causa com a construção do Ralis e das barracas da Quinta da Vitória. O traçado actual, que vigora ainda hoje, uma vez que o projecto não foi aprovado na Assembleia da República, fora decidido em 1955, quando a área ocupada pelo depósito de material de guerra de Beiroles deixou de pertencer ao concelho de Loures.

Na figura seguinte podemos perceber a fronteira entre os concelhos, assinalada com o sinal topográfico $+++$. A fronteira sugerida pelo projecto de lei em causa previa a revisão do traçado a cerca de 200 metros a Sudoeste daquela, simplificada através do traçado da Avenida Doutor Alfredo Bensaúde, assinalada a vermelho na carta e cujo troço mais perto da Quinta da Vitória está sublinhado a violeta.

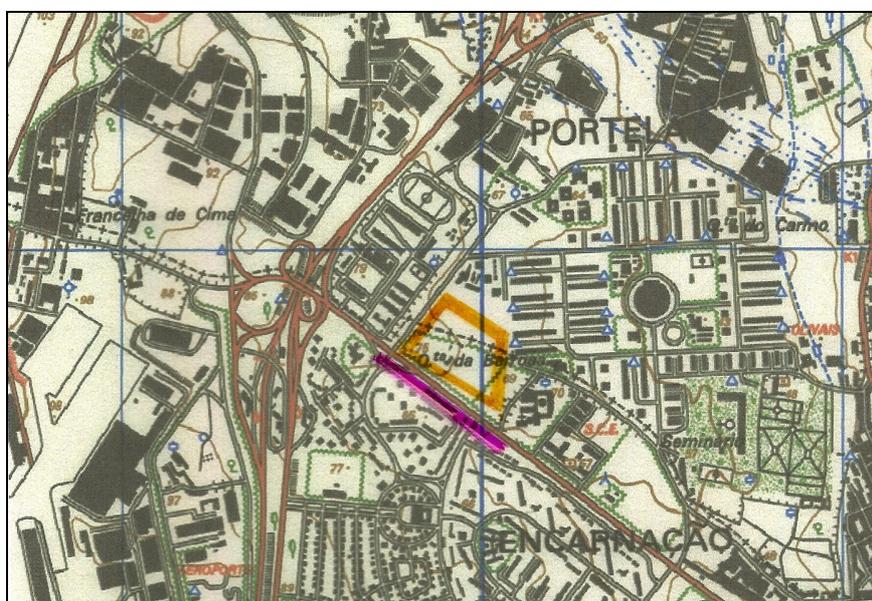


Figura 4 – Extracto adaptado da Folha 417 da Carta Militar de Portugal, Instituto Cartográfico do Exército⁷ (2001). Escala original: 1: 25000.

A questão que aqui importa é a delimitação local dos concelhos de Loures e de Lisboa, que, ali, separam as freguesias correspondentes da Portela e de Santa Maria dos Olivais. Como se pode verificar no sublinhado a amarelo, o bairro da Quinta da Vitória está por cima dessa fronteira. Uma das intenções do projecto de lei era simplificar a fronteira entre estas freguesias, acompanhando o trajecto da Avenida Doutor Alfredo Bensaúde, um novo acesso à Expo 98. As razões apresentadas para o projecto lei recaíam na intenção de beneficiar a freguesia de Moscavide relativamente à frente Ribeirinha, aproveitando os traçados então previstos para os acessos ao recinto da Exposição

⁷ Os sublinhados constantes na figura são da autora.

Mundial. No projecto de lei não constam razões de interesse para a população do bairro da Quinta da Vitória. Mas a verdade é que, se tivesse sido aprovado, a nova delimitação das freguesias traria vantagens para a população do bairro. Olhando um pouco mais para a frente no tempo, o protocolo para o realojamento parcial de 2002 (de uma parte da população do bairro da Quinta da Vitória no bairro social Dr. Alfredo Bensaúde) provavelmente não se teria realizado se ali tivesse deixado de existir território lisboeta, uma vez que o bairro social da Avenida Dr. Alfredo Bensaúde só foi ali construído porque havia um pequeno espaço lisboeta para construir. Caso contrário, a Gebalis teria de construir noutra zona da cidade. Mas imaginando que o espaço onde agora está o bairro social Dr. Alfredo Bensaúde se tivesse tornado espaço de pertença ao concelho de Loures tal como previa o projecto de lei, não só o concelho de Loures teria tido a possibilidade de ali erigir um bairro social para toda a população da Quinta da Vitória tal como os seus habitantes de facto esperavam, como os moradores ali realojados teriam menos dificuldades burocráticas do que as que viriam a ter, uma vez que não teriam de mudar uma série de documentos devido à mudança de concelho, situação resultante, por sua vez, da mudança de casa.

Esta situação específica da não alteração da fronteira, ou melhor, a não previsão de todas as implicações para a população local que poderiam resultar da alteração do traçado da fronteira local, que acabámos de explicitar, não reflecte uma conjuntura de segregação espacial consciencializada por parte das instituições públicas. Mas reflecte um esquecimento recorrente dos casos específicos das populações que habitam bairros de génese ilegal, que decorre, não raras vezes, da invisibilidade destes nos mapas oficiais⁸.

Voltando ao excerto da Carta Militar, podemos ver ainda a localização da Quinta da Vitória, que está sublinhada a amarelo. Detenhamos a nossa atenção em dois aspectos: além de o nome do local não ser exacto como já referimos anteriormente, a zona é mostrada como isenta de construção quando a área está, poder-se-ia dizer, sobreocupada. Relativamente ao primeiro aspecto, especifique-se que imediatamente a Sudoeste do bairro, surge o nome Quinta da Barbosa. De acordo com o *Diccionario Chorographico* (1947) esta Quinta não consta. A Quinta da Vitória, por sua vez, é uma entrada naquele dicionário para a mesma localização, com uma descrição que

⁸ V. capítulo 2, secção 2.1.3.

corresponde, em termos sumários, à descrição da DGEMN⁹, que abrange uma vasta área que se estende de Oeste (de Sacavém e Moscavide) a Este, na antiga Estrada da Circunvalação. O segundo aspecto a reter, é que apesar de a fotografia que está na origem desta carta¹⁰ ser contemporânea do bairro, ou seja, não é nem anterior à sua ocupação nem posterior às demolições mais marcantes (em 2002 e 2006), aquele espaço enquanto zona residencial não é assumido na realização da carta. Como se vê na figura, a carta indica as demais zonas residenciais em redor, mas exclui a Quinta da Vitória como zona residencial. Esta situação não é (invulgar) no que aos bairros de barracas diz respeito. Pelo contrário, ela é uma constante e é, aliás, transversal a outros espaços de excepção (Agier, 1999) para além destes bairros, como os campos de refugiados, referidos pelo autor Mas o que importa aqui sublinhar que a percepção da invisibilidade do bairro a um nível formal, como é o caso da carta militar, contribui para percebermos os contornos da segregação do bairro.

3.3.2. BAIRRO-FRONTEIRA: TRAVÕES À MOBILIDADE URBANA

O facto de o bairro se localizar no concelho de Loures, mas imediatamente além da fronteira com o concelho de Lisboa, estando por isso ainda inserido nas franjas de Lisboa-centro, adoptando aqui o critério do passe social, e estando localizado num dos limites da freguesia da Portela, para lá de um bairro construído de raiz para classe média alta, confere ao bairro uma situação de alguma centralidade urbana. Mas esta centralidade é limitada precisamente pela situação de fronteira entre dois concelhos. As fronteiras entre os dois concelhos são pontos de referência comuns no desenho dos percursos dos transportes públicos. Vejamos, por isso, o que sucede com os transportes para quem vive naquela situação de fronteira relativamente ao centro da cidade.

O exemplo dos transportes é importante na medida em que nos remete para o problema das acessibilidades dos residentes no bairro da Quinta da Vitória. O passe social

⁹ Além da Quinta da Vitória surge ainda a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória, capela da Quinta (Cf. Costa, 1947). Embora o Dicionário Chorographico tenha 61 anos relativamente à data da Carta Militar cujo excerto é mostrado na figura 4, a Quinta da Vitória já constava e esta entrada abrangia a zona que corresponde ao local que é apresentado na Carta Militar com a designação “Quinta da Barbosa”, perto da localização do bairro da Quinta da Vitória.

¹⁰ A elaboração das Cartas Militares são precedidas de ortofotomapas, que são fotografias aéreas de áreas com tamanho correspondente ao das cartas a realizar.

conhecido por L tem 4 modalidades gerais¹¹ (ver Figura seguinte). Detenhamo-nos nas que nos importam: a modalidade L, que inclui Carris e Metro no perímetro administrativo de Lisboa e a modalidade L1, que inclui uma franja com mais alguns quilómetros, incluindo outros transportes, como o comboio nas zonas onde este existe e outras redes de autocarro que não a Carris até um limite máximo geográfico (que se situa antes de se iniciar a modalidade L12). Como existe ali uma fronteira, o L *acaba* nos limites Oeste e Este do bairro da Quinta da Vitória (no Ralis e no início da Urbanização da Portela). Assim, para quem queira dirigir-se para a Urbanização da Portela, para o Prior Velho ou para Sacavém, terá de possuir outras modalidades de transporte. Esta situação não é exclusiva dos moradores do bairro da Quinta da Vitória porque o traçado das duas Estradas de Circunvalação, eixo Algés-Benfica e eixo Benfica-Sacavém, que correspondem à antiga Estrada Militar, contribuíram para a definição das fronteiras entre Lisboa e os concelhos vizinhos a Norte da capital. Por isso, as populações dos bairros construídos nessa linha deparam-se com situações semelhantes no que aos transportes públicos diz respeito. Temos assim, além da Quinta da Vitória, na freguesia da Portela, outros bairros localizados no concelho de Loures (de *barracas* e sociais) que pertencem a freguesias localizadas na fronteira com o concelho de Lisboa, cuja população tem condições de transporte semelhantes às que sucedem na Quinta da Vitória. Entre outros, podemos assinalar os bairros da Quinta da Fonte (freguesia de Apelação), Quinta da Serra (freguesia de Prior Velho), Quinta do Património (freguesia de Sacavém), e o Talude Militar (freguesia de Moscavide).

¹¹ A Rodoviária de Lisboa assinala, no seu sítio na Internet (www.rodoviariadelisboa.pt) 41 modalidades de passes sociais no início de 2008 para a AML e há também empresas de transportes públicos que não equacionam a possibilidade de passes.



Figura 5 – Mapa de Coroas do Sistema de Passes.

Fonte: Rodoviária de Lisboa, Janeiro 2008.

Embora possa haver implicações semelhantes para as diferentes populações dos bairros que assinalámos, detenhamo-nos nas implicações mais imediatas para os moradores da Portela, que são sobretudo trabalhadores no concelho de Lisboa, mas que são moradores do concelho de Loures. Não só têm de possuir mais do que um passe, ou uma modalidade de passe mais cara do que os moradores de Lisboa, como os acessos ao centro do concelho de Loures são limitados. Esta última situação atinge particularmente os habitantes do bairro da Quinta da Vitória, uma vez que têm de se dirigir às instituições escolares, municipais, de saúde, de justiça, entre outras, que se localizam no concelho de Loures. Para dar um exemplo quotidiano, quando os moradores do bairro precisam de se dirigir ao Centro de Emprego, a delegação do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) da área de residência fica no Prior Velho. A oferta da Carris é uma ligação perto do bairro para o Prior Velho (que implica possuir a modalidade de passe L1). No entanto, para se dirigirem à sede de concelho, onde se localiza, por exemplo, a delegação da Segurança Social correspondente àquela área, os moradores têm de se dirigir à cidade de Loures, mas é outra companhia de transportes

públicos que faz a ligação a Loures (Rodoviária Nacional), implicando outro passe social ou gastos isolados em bilhetes avulsos.

As deslocações para os diversos serviços públicos localizados sobretudo no concelho de Loures ganham particular destaque na situação do processo de realojamento no âmbito do PER em que uma grande parte da população da Quinta da Vitória se encontra ainda inscrita. Ou seja, além das tarefas quotidianas relacionadas com a cidadania comum, os moradores da Quinta da Vitória têm um acréscimo de deslocações aos serviços e diversas instituições estatais, no sentido de adquirirem documentação necessária para complementar os seus processos familiares de realojamento (ver capítulo 6). Assim, tendo em conta a situação geográfica do bairro e a sua situação conjuntural específica relativamente ao processo de realojamento, assistimos a uma necessidade acentuada localmente em termos de mobilidade: para o concelho de Lisboa e para o concelho de Loures.

As principais carreiras da Carris para o centro da cidade de Lisboa são o 45 (que faz o trajecto Prior Velho – Cais do Sodré) e o 5 (que faz o trajecto Prior Velho – Areeiro). Se em termos de mobilidade para o centro de Lisboa, embora demorada, os moradores do bairro têm as mesmas possibilidades que os moradores do bairro lisboeta de Olivais, em termos de acessibilidades ao centro de resolução de problemas de cidadania, a mobilidade é reduzida, tal como acontece, de resto, com a população habitante da Urbanização da Portela, com a diferença de que estes últimos têm um nível económico mais elevado e, por isso, mais carros próprios. A variedade de modalidades de passe social e a complexidade da rede de transportes para o centro de Lisboa implica ainda uma percepção das alternativas que não é comum para as pessoas que não trabalham ou que saem ocasionalmente do bairro. Como não podia deixar de ser, os moradores que necessitam de deslocar-se em transportes públicos para o seu local de trabalho, detêm um domínio mais vasto das alternativas do que os moradores que precisam de transportes ocasionalmente. Assim, quando os moradores não têm possibilidade de comprar um carro ou de tirar a Carta de Condução, encontram formas de mobilidade alternativa. Esta situação refere-se muito mais às mulheres hindus do bairro que não trabalham ou que estão numa situação temporária de desemprego do que a outras categorias da população residente.

3.3.3. MOBILIDADES ALTERNATIVAS: AS BOLEIAS

A solução encontrada para facilitar as deslocações para a sede de concelho ou para determinadas zonas da cidade de Lisboa no que à população hindu da Quinta da Vitória diz respeito são as boleias. As boleias são, contudo, irregulares. A possibilidade de encontrar uma boleia depende da disponibilidade de alguém que pertença à rede de relações de vizinhança. Por isso, uma moradora que precise de uma boleia, mais facilmente *aproveita* (termo local) a boleia do que *pede boleia* a alguém. Como as boleias são recursos frequentes, acontece amiúde esperar que alguém se ofereça para dar boleia. Assim, repetem-se situações em que uma pessoa refere o que precisa de fazer fora de bairro, mas *não tem boleia* e a sua interlocutora responde com uma oferta de boleia¹². Acontece também, sobretudo quando há festas religiosas nocturnas fora do bairro, as mulheres dependerem dos maridos e respectivos carros para se deslocarem aos templos de Santo António dos Cavaleiros (templo de Shiva), do Lumiar (templo de Radha-Krishna), ou, durante largos anos, ao Areeiro. No caso do Norte, que engloba noive noites onde as danças colectivas ganham um papel preponderante na devoção às divindades femininas *shivaitas*, e que é também a festividade mais assistida e participada pelos hindus, muitas mulheres gostariam de se deslocar a estes locais diariamente ao longo dos nove dias em que a festividade se realiza, mas vêm-se impedidas por falta de boleia. Os transportes não satisfazem estas deslocações porque, por um lado, são raros à noite e, por outro, a indumentária e parafernália próprias requerem cuidados especiais de resguardo que os transportes públicos não oferecem.

Boleias para onde?

Assim, as boleias não servem apenas propósitos afins das necessidades de qualquer cidadão, sobretudo quando os transportes públicos são insuficientes ou cuja oferta não satisfaz os moradores. As boleias são frequentemente utilizadas no caso das deslocações a determinadas zonas da cidade de Lisboa. A percepção da importância que as boleias detêm na mobilidade das moradoras levam-nos, literalmente, aos lugares mais frequentados, ou preferidos (se quisermos) pelos moradores hindus do bairro.

¹² Muito embora esta situação tenha acotecido muitas vezes como fazendo parte da relação investigadora-informantes, ela é também frequente entre actores no bairro, tanto na acção presente como quando as informantes relatam isso mesmo.

Deste modo, a resposta que as boleias dão às necessidades de deslocação é mais eficaz do que a resposta dada pelos transportes públicos. Podemos distinguir as deslocações assim realizadas preferencialmente em quatro tipos distintos¹³, mas nem sempre separados: como já referimos anteriormente, (1) as deslocações que dizem respeito à resolução de problemas quotidianos, como é o caso das idas à cidade de Loures, que centraliza uma série de instituições; como também já foi afluído, (2) as deslocações para os locais onde se realizam cerimónias religiosas de carácter cíclico ou irregulares, como é o caso dos casamentos; intimamente relacionadas com estas, (3) as deslocações às casas de familiares e amigos, seja para fins rituais, seja para cumprir funções familiares diversas; por fim (4), as deslocações aos espaços comerciais e de lazer. A não distinção entre as deslocações aos espaços comerciais e as deslocações aos espaços de lazer reflecte a observação recorrente de situações onde estes se mesclam. Os espaços comerciais /lazer mais frequentados são o Centro Comercial Vasco da Gama, na zona da Parque Expo, a cerca de dois quilómetros da Quinta da Vitória (antes de 1998 o Centro Comercial mais frequentado era o Colombo, em Benfica), e o Martim Moniz, junto à baixa da cidade de Lisboa (lojas de rua e centros comerciais). Importa referir que a deslocação para estes locais a partir da Portela quando feita de transportes não é complexa, mas a partilha de um transporte individual é preferencial. Mesmo depois de uma grande parte das lojas terem deixado de ser geridas por imigrantes de origem indiana e terem passado para imigrantes chineses (no início dos anos 2000), a oferta de produtos baratos e com muita variedade continua a existir naquele local. O Martim Moniz é muito frequentado para a compra de lembranças que se levam em viagem para visitar familiares tanto na Índia como no Reino Unido.

Exceptuando o primeiro tipo de deslocação enunciado acima, que diz respeito às visitas irregulares a diversas instituições do Estado e privadas, os restantes tipos explicitados envolvem de alguma forma a população hindu da AML no seu todo. As idas e vindas aos locais de residência de familiares e amigos, aos templos e às zonas comerciais e de lazer, quer sejam efectuadas através de boleias, que sejam nos carros próprios ou em transportes colectivos, reflectem uma rede de locais na AML onde circula a população hindu. A existência inequívoca desta rede pode conduzir-nos a diversas formas de interpretação. A mais comum prende-se com a constatação da importância da diáspora

¹³ A tipologia aqui tentada serve apenas propósitos descritivos, uma vez que este trabalho não comporta estudos estatísticos que sustentem uma evolução temporal destas situações nem, em consonância, uma hipótese tipológica.

indiana. Este é um campo da interpretação científica que muito tem contribuído para o desenvolvimento dos estudos das comunidades indianas espalhadas pelo mundo em geral e para o estudo das comunidades hindus-gujaratis em particular¹⁴. Se à partida a frequência das boleias parecia reflectir apenas uma solução face à oferta insatisfatória dos transportes públicos na cidade alargada, ela surge-nos agora como reforço da ideia de interacção intensa entre espaços residenciais onde habitam os hindus na AML, sobretudo onde há templos e lojas diferenciadas. Em última análise, as boleias confirmam a existência de uma rede de *clusters* étnicos intra e inter-urbana (internacional) de que falaremos adiante. A introdução do termo em inglês *cluster*, importado da Geografia (e.g., Bonnett, 1996: 870) que designa a concentração residencial, serve para não sobrecarregar a expressão epitomada.

A situação geográfica do bairro da Quinta da Vitória, tendo em conta a oferta de transportes públicos, é satisfatória em termos gerais, sobretudo se compararmos com outros bairros mais afastados da fronteira com o concelho de Lisboa. Contudo, os seus moradores vêm-se obrigados a adquirir diversas modalidades de passe social para satisfazer as necessidades de deslocação quotidiana. A população hindu do bairro desenvolve uma solução alternativa à utilização dos transportes públicos que são as boleias. A frequência da utilização deste tipo de mobilidade entre esta população, de acordo com o trabalho de campo desenvolvido junto da mesma população, permite, por um lado, verificar uma série de destinos diferenciados para onde esta população se desloca preferencialmente através das boleias e, por outro lado, conduz-nos à identificação de uma rede de *clusters* das populações hindus na AML. Ou seja, se os mapas da distribuição das populações etnicamente diferenciadas indicavam este tipo de concentração geográfica, são os quotidianos da população local que nos permitem confirmar a existência de *clusters*. Além disso, a diversidade de funções na mobilidade urbana que as boleias possibilitam sugerem que este tipo de deslocação, pelo menos no contexto da população hindu, deve ser devidamente considerada nos estudos sobre esta comunidade religiosa. As deslocações e, em última análise, a mobilidade urbana,

¹⁴ Sobretudo ligados aos estudos pós-coloniais, a análise da diáspora tem dado contributos claros para a compreensão da adaptação dos fenómenos religiosos das populações dupla e triplamente imigradas (transnacionais, de acordo com Basch et al., 1994) e das formas de *integração* nas respectivas sociedades de acolhimento. No caso português, a análise do processo migratório e adaptações religiosas foi inaugurado por Bastos e Bastos (2001), e tem sido amplamente desenvolvido com os contributos fundamentais de Lourenço (2003; 2007). Relativamente a esta última autora, podemos encontrar contributos referentes à mobilidade social específica das mulheres que a situação de diáspora permite.

serviram aqui como exemplo para explorar como se verificam no terreno a construção dessas alternativas de mobilidade.

3.4. ENTRE A SEGREGAÇÃO ESPACIAL E SOCIAL E VANTAGENS DA DIÁSPORA

Até agora procurámos compreender até que ponto podemos pensar o bairro da Quinta da Vitória e os seus moradores hindus como um espaço e uma população segregados. Depois de explicitar algumas correspondências (ou não) com a ideia de gueto, vimos como os limites espaciais do bairro não reflectem apenas as demarcações arquitectónicas mas também as administrativas e as funcionais, e suas implicações contemporâneas. Esta secção tem o objectivo de completar uma linha de pensamento que nos tem conduzido à constatação de uma segregação espacial que se fundamenta em factores específicos (a insuficiência dos transportes, os mapas que negligenciam o bairro como zona residencial, entre outros), mas também de procurar superar uma abordagem apenas concentrada na segregação, ou seja, mostrar que há saídas para a segregação em causa. No que à Quinta da Vitória diz respeito, é a aplicação do processo de realojamento que convoca alguns sinais de segregação social e mesmo espacial.

Importa compreender as raízes da rede de *clusters* étnicos intra e interurbana que aflorámos anteriormente a propósito das boleias, ou seja, cabe explicar a conjuntura que levou esta população a fixar-se na Quinta da Vitória e a sua relação com outros espaços da AML e mesmo com outros espaços europeus, concentrados no Reino Unido. Observemos o contexto migratório dos hindus da Quinta da Vitória, contexto esse que nos leva a um enquadramento mais alargado dos hindus da AML. Deste modo, perceberemos como o facto de estas populações se encontrarem nos seus espaços de residência, de ritual e de lazer nos leva a uma abordagem preocupada com as dimensões do espaço e das interacções urbanas, ajudando-nos a ultrapassar a própria abordagem da segregação do bairro, ou tal como enunciado antes, detectar melhor os limites da segregação.

3.4.1. CONTEXTO URBANO E MIGRATÓRIO DOS HINDUS DA QUINTA DA VITÓRIA

O contexto migratório dos hindus da AML está já largamente documentado e não nos queremos sobrepor aos contributos académicos nesse sentido (Ferreira, 1985; Bastos, 1990; Ávila, 1993; Malheiros, 1996; Bastos e Bastos, 2001; Lourenço, 2003; Cachado, 2003). Porém, importa fazer aqui uma abordagem sucinta deste contexto, uma vez que a

sequência de migrações no tempo fomentou a própria concentração residencial dos hindus em determinadas zonas da AML. Em termos muito gerais, os hindus da Quinta da Vitória reproduzem o esquema migratório da maior parte dos hindus residentes na AML. A primeira migração ocorreu, *grosso modo*, nas primeiras décadas do século XX do Estado do Gujrate (a Noroeste da Índia) para Moçambique (sobretudo Maputo, mas também Inhambane e Quelimane). A população proveniente de Diu (cidade e restantes aldeias da ilha) teve um contributo importante na construção das grandes cidades moçambicanas (Leite, 1996; Malheiros, 1996). A segunda migração ocorreu no contexto da guerra civil em Moçambique no início dos anos 1980, em virtude de um sentimento de insegurança crescente potenciado pela situação da guerra e de políticas de identidade nacional moçambicana que aceleraram a decisão de emigrar para Portugal (Bastos e Bastos, 2001). Assim, os referentes urbanos de origem da população hindu que se instalou no bairro da Quinta da Vitória são Diu e Maputo. Esta segunda migração, de Moçambique para Portugal, deu-se, em termos gerais, para a Grande Lisboa. Contudo, podemos encontrar uma população considerável no Porto e, sobretudo nos primeiros anos de migração, e associado à construção em massa na costa algarvia, para o Algarve (Olhão e Quarteira são as cidades mais referidas em relatos no terreno). A distribuição residencial dos imigrantes de origem indiana na AML é a questão que aqui nos importa.

No capítulo anterior distinguíamos duas populações hindus baseando-nos nas preferências rituais respectivas – *vishnuíta* e *shivaíta* – distinção essa que corresponde a locais de culto de frequência quotidiana preferencial (respectivamente, templo Radha-Krishna em Telheiras e templos Jai Ambé na Portela e de Shiva em Santo António dos Cavaleiros). Vimos também que a população que frequenta o templo Radha-Krishna está mais dispersa do que a população que frequenta o templo de Shiva, em Santo António dos Cavaleiros e o templo de Jai Ambé, na Portela. Ao nos debruçarmos sobre o tipo de habitação onde residem estas populações, vimos também que teremos de subdividir a população hindu da AML em três. Os frequentadores do templo de Radha-Krishna adquirem residências com um valor de mercado mais elevado do que as populações que se encontram mais concentradas residencialmente. Do conjunto da população Shivaíta, uma parte da população foi viver para dois bairros de *barracas*, o bairro da Quinta da Vitória (Portela, Loures), e o bairro da Quinta da Holandesa (Vale do Areeiro, Lisboa). Outra parte foi viver para a freguesia de Santo António dos

Cavaleiros, onde compraram casas a baixo custo, em virtude das políticas de construção massiva nos territórios suburbanos de finais dos anos 1970. A distribuição residencial destas populações AML indicada na Figura seguinte é importante para percebermos por onde circula esta comunidade na cidade alargada.

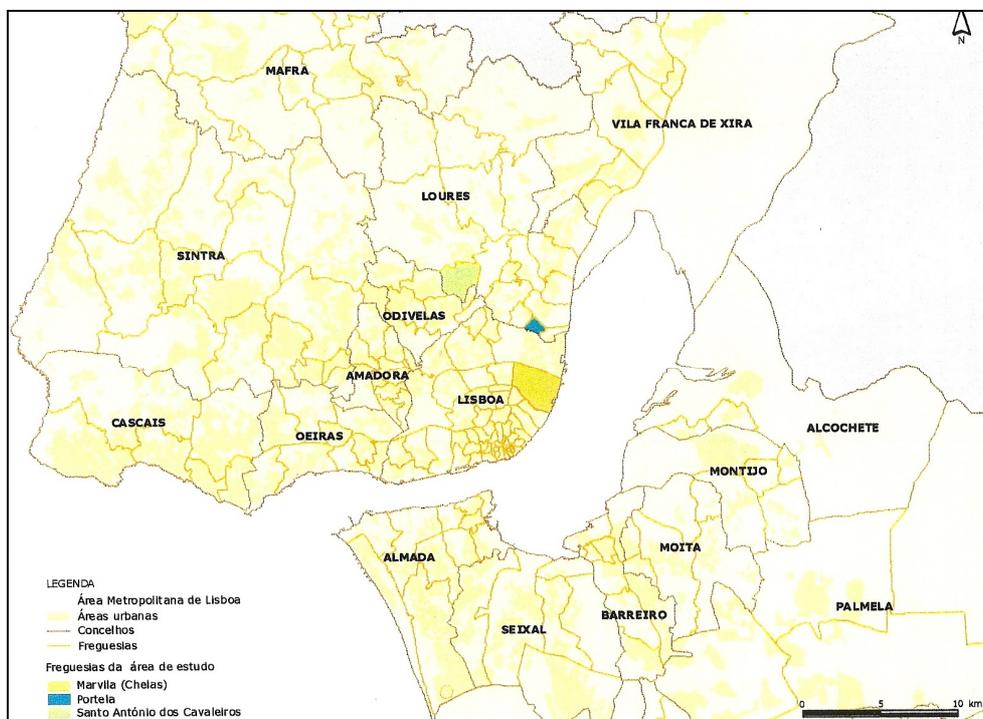


Figura 6 – Mapa da distribuição das populações hindus na AML, que frequentam os templos de Santo António dos Cavaleiros e da Portela.
Fonte: CESUR/IST, 2003.

Muito embora este mapa não nos diga muito sobre o nível sócio-económico das populações em causa, uma vez que a distribuição das populações no território das grandes metrópoles não nos conduz a uma diferenciação económica líquida, é interessante ter em conta os locais de residência destas populações no contexto de origem, na Índia. Se as populações que vieram viver para a Quinta da Vitória e Vale do Areeiro provêm sobretudo de Diu e aldeias adjacentes, as populações hindus de Santo António dos Cavaleiros e de grupos dispersos¹⁵ na AML provêm sobretudo de grandes cidades do Gujarate como Porbandar, Baunagar, Rajkot, embora também se encontrem famílias de Diu.

¹⁵ Como o ponto de vista adoptado na nossa interpretação é um ponto de vista que privilegia a Antropologia urbana como quadro conceptual dominante, correríamos o risco de cometer incorrecções desnecessárias sobre a complexidade que subjaz ao estudo das castas em geral e ao estudo das castas em contexto diaspórico em particular, tal como explicitámos no capítulo 2.

É interessante ainda constatar que as diferentes populações hindus da AML estiveram sob regimes coloniais diferentes. Assim, a população que foi residir para a Portela e o Areeiro esteve, *grosso modo*, sob regime colonial português, quando ainda viviam na Índia, e mantiveram-se sob o mesmo controlo político ao imigrar para Moçambique. Uma parte da população que foi residir para a freguesia de Santo António dos Cavaleiros esteve sob regime colonial britânico quando as suas famílias de origem residiam na Índia. Mas daqui não se deve concluir apressadamente que quem esteve sob regime colonial português tivesse pior *sorte* do que quem viveu sob regime colonial britânico. Ao nível da migração de Moçambique para Portugal, por exemplo, ambas as populações beneficiaram do mesmo estatuto (Ávila, 1993). A situação economicamente pouco vantajosa para a população que imigrou inicialmente a partir de um contexto colonial português em vez de britânico é apenas uma constatação¹⁶. O facto de a população que nos serve de universo de estudo ter tido um percurso de vida recente (últimas quatro a cinco gerações) sob domínio colonial português é relevante, isso sim, como pano de fundo para compreender as suas implicações no presente – sobretudo quando pensamos no contexto das interacções com instituições diversas da sociedade de acolhimento.

O percurso migratório dos hindus do bairro da Quinta da Vitória e das restantes populações hindus residentes na AML ajuda-nos a perceber a actual distribuição geográfica destas populações. Ora, tal como vimos para a questão das boleias, esta geografia está altamente interligada por uma continuidade de trajectos comuns ou extraordinários, e esta situação contribui para uma imagem, agora mais evidente, de uma rede de *clusters* étnicos que se estabelece no interior da AML. No entanto, esta rede transcende o território metropolitano nacional e cruza-se com outra rede localizada no Reino Unido, uma rede que facilmente se identifica geograficamente em partes de cidades onde residem milhares de hindus com um percurso migratório em tudo semelhante ao caso dos hindus residentes em Portugal. De facto, parte da população hindu residente na AML tem vindo a imigrar para o Reino Unido, aumentando a população hindu portuguesa naquele país e reforçando estas redes. No Reino Unido, os locais mais habitados pelas mesmas famílias que podemos encontrar em Portugal são Wembley (no subúrbio a Noroeste de Londres) e Southall (no subúrbio Sul de Londres)

¹⁶ Sobre os contornos das dificuldades económicas dos habitabtes de Diu no período final do colonialismo português na Índia, v. Cachado, 2003.

e ainda em Leicester, uma cidade a cerca de 300 km de Londres¹⁷. É neste sentido que cremos que faz sentido falar numa rede de *clusters* étnicos intra e inter-urbana internacional, uma vez que se trata de uma rede que se desenvolve, por um lado, no seio de uma mesma área metropolitana, a AML, mas que, por outro lado, a transcende para outras cidades, que neste caso são cidades britânicas.

3.4.2. CONCENTRAÇÃO RESIDENCIAL NA CIDADE ALARGADA – UMA REDE DE *CLUSTERS* ÉTNICOS INTRA E INTER-URBANA?

A utilização da palavra *clusters* não é, neste caso, a apologia da sua utilização, mas antes uma forma de descrever, visualmente se quisermos, o tipo de organização residencial destas populações no âmbito das grandes cidades. De facto, estas populações têm-se definido sobretudo dentro dos parâmetros do que constitui uma diáspora. Os hindus-gujaratis, entre outras populações de origem no sub-continente indiano com uma vasta história de migrações, são talvez das poucas populações transnacionais sobre a qual podemos denominar com segurança de diáspora, depois da diáspora judaica, o tipo-ideal para este conceito. Contudo, a expressão diáspora quando aplicada aos hindus, tem sido utilizada sobretudo no sentido de falar da integração, *latu sensu*, nas sociedades de acolhimento, através de estratégias económicas, da importância do estabelecimento de templos e da respectiva possibilidade de manter, adaptar, reestruturar, os ritos de passagem e outros rituais de carácter religioso, cumprindo o calendário hindu, entre outras vantagens que os grupos já estabelecidos oferecem aos recém-chegados. Muito embora a concentração residencial esteja patente nestas perspectivas, uma vez que, por exemplo, os templos servem sobretudo zonas onde residem muitas famílias hindus, os casos onde a habitação é uma variável importante como na Quinta da Vitória, chamamos a atenção para a relevância da concentração residencial como factor a analisar com maior acuidade. Assim, os *clusters* servem-nos de referência para lembrar, a cada momento, que as comunidades de que estamos a falar não são só comunidades diaspóricas, mas uma grande parte delas habita em zonas de concentração residencial étnica. A noção de redes diaspóricas, por seu lado, sugere a relevância dos trajectos e dos nódulos das redes em simultâneo. No caso em estudo, ao falar de rede de *clusters*, estou a colocar o acento tónico na relação com a cidade alargada e com as instituições

¹⁷ Há outras cidades no Reino Unido onde se podem encontrar grandes efectivos populacionais que fazem parte da diáspora hindu-gujarati, mas no caso das famílias hindus da Quinta da Vitória a escolha tem recaído sobretudo entre Leicester e Wembley. V. adiante, capítulo 5, secção 5.5.1.

que decidem sobre ela e a acrescentar a noção de mobilidade geográfica interna nos países da diáspora. Se quisermos sintetizar o que separa a rede diaspórica da rede de *clusters* étnicos é que a diáspora está para os países como os *clusters* estão para as cidades, ou seja, o referente da diáspora prende-se, na literatura, sobretudo com questões ligadas ao nacionalismo e o referente *clusters* aplica-se sobretudo às cidades – à malha urbana – onde de facto as populações residem. Enfim, uma e outra não se anulam; deste modo, a perspectiva apenas se alarga. A compreensão das dinâmicas da diáspora devem, a meu ver, não esquecer a concentração residencial nem a circulação entre estes espaços. Alarga-se, no caso das comunidades hindus-gujaratis às variáveis cidade e mobilidade intrínseca às redes de *clusters* e, oferece, ao mesmo tempo, a possibilidade a outras comunidades transnacionais sobre as quais a utilização do conceito de diáspora é mais polémica de serem incluídas nesta denominação do que o caso da diáspora hindu.

A percepção da existência de uma rede de *clusters* étnicos intra e inter-urbana advém, essencialmente, como vimos, da percepção da existência de locais na cidade alargada (no caso de Lisboa) e no Reino Unido onde reside uma parte substancial da população hindu portuguesa. Dito de outra forma, esta rede de *clusters* étnicos foi possível identificar devido à concentração residencial das populações hindus com origens idênticas e com percursos migratórios partilhados. Tudo isto, enfim, faz parte das dinâmicas da diáspora. Mas ao focalizar na dimensão urbana destes fenómenos, importa ainda reter-nos na questão da concentração residencial. Admitindo a presença de uma rede de *clusters* étnicos como ponto de partida nesta análise, o que também estamos a fazer também é olhar para a segregação espacial desta vez de um ponto de vista positivo. Aos poucos, os aspectos historicamente positivos do conceito de *gueto* vão ressurgindo, uma vez que esta rede de *clusters* étnicos e respectivas concentrações residenciais nos variados espaços urbanos nos conduz a reconsiderar a hipótese de uma auto-segregação espacial que não deve ser vista apenas como voluntária, porque o voluntarismo desta escolha é delimitado por constrangimentos que se relacionam com as próprias políticas de habitação dos países de acolhimento (Krausz, 1971) e com as vantagens que advêm do facto de residirem junto de outras famílias que falam a mesma língua e que oferecem serviços de entre-ajuda nos primeiros tempos após a chegada (Shaw, 1982). Contudo, não nos esqueçamos de que há aspectos de uma hetero-

segregação que realmente existe, mesmo que apenas percebida nas entrelinhas dos mapas.

Para a análise sobre a própria escolha do local de residência dos imigrantes, recorreremos mais uma vez ao caso dos sul-asiáticos no Reino Unido, uma vez que existem correspondências entre esse caso e o caso dos hindus residentes na AML, tanto a nível do contexto e percurso históricos como a nível cultural. A primeira evidência no Reino Unido a este respeito é que estas populações se agrupavam à chegada em determinadas zonas da periferia londrina e de outras cidades do Reino Unido. A literatura existente sobre o tema avança com algumas hipóteses explicativas (não exclusivas) para a concentração residencial. Shaw (1982) tem um ponto de vista abrangente relativamente a esta questão. Diz que a concentração espacial de um grupo pode ser determinada por forças positivas do grupo em questão ou por forças negativas que serão devidas à hostilidade e discriminação da sociedade de acolhimento; de qualquer forma, a concentração residencial, segundo Shaw, reflecte a relação entre o grupo minoritário e a sociedade em geral (Shaw, 1982: 113). Mas a razão mais apontada pelos autores britânicos a este respeito, com correspondências evidentes com uma visão do gueto como espaço que dá resposta a determinadas necessidades da população em causa, é a necessidade de manter as redes de apoio. Os autores apenas divergem nos contornos dessa razão. Apesar de dar um cunho nostálgico aos residentes dos bairros de *barracas*, é interessante o ponto de vista de Krausz (1971), que fala da concentração residencial como uma consequência do difícil acesso à habitação social – por isso, os recém-chegados compram casas baratas na mesma zona, mesmo que sujeitos à sobre-ocupação das casas, mantendo as redes de apoio: “(...) The newcomer feels more secure in his own quarter, and may wish, in a positive manner, to maintain his home environment and culture.(...)” (Krausz, 1971: 93). Como se verifica, a ligação entre a concentração residencial ou auto-segregação, e as redes que se estabelecem entre espaços onde há concentração residencial de uma determinada população, pode estar, como Krausz torna visível, intimamente relacionada com as dinâmicas específicas do acesso à habitação. Esta aceção é particularmente importante para o caso dos hindus da Quinta da Vitória, uma vez que as questões do acesso à habitação são transversais a todo o percurso de vida dos moradores, desde a sua chegada ao bairro até à actualidade, em que o processo de realojamento ainda não foi concluído.

Ainda dentro do contexto britânico e da produção teórica que se refere à concentração residencial dos sul-asiáticos no Reino Unido, propomos olhar para três contributos neste domínio. Stopes-Roe (1991), que identificou várias formas de apoio informal nas populações sul-asiáticas no Reino Unido, então sujeitas a discriminações diversas, destaca as redes étnicas como fonte de apoio social e como uma influência nos primeiros tempos no país de acolhimento (Stopes-Roe 1991:119;134), pelo que a concentração residencial é vista como uma vantagem e aproxima-a dos aspectos historicamente positivos inerentes ao conceito de gueto. Bianchini, procurando problematizar a cidade intercultural, refere:

“Settlement patterns in cities through the operation of the housing market, past zoning policies and voluntary clustering of communities have often interacted to produce socially and culturally segregated areas. (...)” (Bianchini, 2004: 78).

Num mesmo sentido, Robinson (1986), autor basilar para a compreensão da história da habitação para sul-asiáticos no Reino Unido, sugere uma correlação entre o desejo de manter a coesão social e o encorajamento político do *clustering* voluntário para explicar a concentração residencial destas populações (Robinson 1986:31-2). Ou seja, Bianchini e Robinson adoptam uma postura um tanto irónica relativamente a uma visão da concentração residencial como fenómeno voluntário por parte dos actores. De facto, é difícil certificarmo-nos sobre se as situações de *clustering* étnico são mais voluntárias ou mais decididas politicamente. Em síntese, a ideia de *clustering* voluntário foi útil durante os anos oitenta para olhar positivamente para as comunidades sul-asiáticas no Reino Unido, mas concordamos com a Geografia Social britânica recente, que tem colaborado para a superação de ideias rígidas sobre concentração residencial, com visões que privilegiam os contextos empíricos onde se verificam estas dinâmicas (e.g. Hopkins, 2007).

Se bem que os contornos da explicitação da dinâmica da concentração residencial sejam diferentes de autor para autor e de população para população, a ideia central de que as vantagens da coesão social encorajam a concentração residencial está já bem difundida e não levanta dúvidas substanciais. No entanto, o que tem sido pouco analisado para o caso das comunidades hindus é a relação entre as diversas comunidades residentes no mesmo país de acolhimento, que vivem em áreas residenciais distintas. Os estudos sobre diáspora hindu dão um valioso contributo sobre os aspectos culturais específicos e

sobre a diversificação das formas de adaptação e transformação dos fenómenos rituais¹⁸, mas raramente se pensa nestas dinâmicas como fenómenos que fazem parte da urbanização. Ou seja, se os aspectos culturais específicos são analisados satisfatoriamente, raramente se relacionam esses aspectos com as dinâmicas urbanas mais vastas. Relembrando para a geografia da diáspora hindu-gujarati, por exemplo, tanto no Reino Unido como em Portugal, facilmente percebemos a importância de estudar os mesmos fenómenos à luz de um enquadramento nos estudos urbanos. Cremos que uma análise da concentração residencial não necessariamente circunscrita a cada uma das comunidades ou a cada uma das cidades em causa, mas mais apostada numa visão panorâmica das diversas concentrações residenciais no espaço poderá enriquecer os estudos da diáspora hindu-gujarati em particular e das comunidades imigradas em geral.

Apesar de termos já dado um nome ao fenómeno que temos vindo a analisar, a designação de rede de *clusters* étnicos intra e inter-urbana procura, acima de tudo, fazer realçar a relação destas populações com a cidade alargada. Não pretendemos sintetizar uma expressão num hipotético conceito potencialmente transversal a outras situações; a intenção foi de encontrar uma expressão que designasse a situação em causa, situação essa que tem implicações nas interações urbanas da população hindu do bairro da Quinta da Vitória. De acordo com a análise que fizemos do contexto britânico¹⁹, com uma forte experiência ao nível das políticas sociais de habitação relacionadas com as políticas de imigração em geral e com as de imigração sul-asiática em particular, a concentração residencial dos hindus beneficia se for perspectivada pensando nos fenómenos de *clusterização*, mais utilizados na Geografia.

Finalizamos este capítulo com uma súpula das ideias em debate. Começámos por explorar a ideia de *continuum* rural-urbano no sentido de prevenir contra uma essencialização de um suposto ambiente familiar que encontrámos no bairro da Quinta da Vitória. Depois utilizámos os contributos recentes de Wacquant para melhor perceber uma ideia que o próprio autor sintetiza da seguinte forma: *se todos os guetos são segregados, nem todos os bairros segregados são guetos*. O autor advertia assim contra

¹⁸ No caso português, salientamos uma vez mais os contributos de Bastos e Bastos, 2001 e Lourenço, 2003; 2007.

¹⁹ Através de uma pesquisa preliminar em Londres (v. Introdução), que conto retomar em investigações futuras.

utilizações abusivas do conceito de gueto. Depois destas salvaguardas conceptuais, explorámos três vertentes para argumentar sobre os limites da segregação do bairro.

A primeira ideia que quisemos transmitir é que a Quinta da Vitória é um bairro segregado; embora não seja um gueto, tem características que correspondem a aspectos historicamente positivos dos guetos. A segunda ideia é que a Quinta da Vitória é segregada espacialmente no que diz respeito à oferta insatisfatória dos transportes públicos para o centro da cidade de Lisboa e para a cidade de Loures, situação solucionada em parte através das boleias por parte da população hindu. Por fim, uma terceira ideia é que aquela solução de mobilidade acentua, por sua vez, a existência de uma rede de *clusters* étnicos intra e inter-urbana que, enfim, corresponde à geografia da diáspora hindu-gujarati com nacionalidade portuguesa.

O capítulo que se segue dedica-se à apresentação do programa de realojamento enquanto política de habitação social, onde dedicaremos especial atenção à forma como este foi lido nos primeiros anos de aplicação por alguns técnicos e cientistas sociais. Deste modo, passaremos de um registo em que a relação entre o bairro e a cidade se fez (neste capítulo) a partir de uma leitura que segue os percursos dos seus moradores, para um registo que foca a atenção na produção política da cidade e como esta tem repercussões na vida dos habitantes que, já vimos aqui, não estão limitados ao espaço sobre o qual aquela política será aplicada.

CAPÍTULO 4. O PROGRAMA DE REALOJAMENTO. AMBIENTE HISTÓRICO, POLÍTICO E SOCIAL

O PER é uma expressão *cansada*. E não é por acaso. A quantidade de análises já produzidas sobre o Programa Especial de Realojamento gerou um cansaço académico relativamente ao tema¹. Por isso, evitaremos descrições exaustivas sobre a história e execução do PER ou sobre a satisfação residencial dos realojados. O objectivo principal deste capítulo é demonstrar que o PER foi um programa que, à medida que ia sendo implementado, suscitou muitas reflexões, como aliás não poderia deixar de ser, uma vez que é um programa com grandes aspirações, como veremos. Desde as análises críticas às intenções do PER, à análise sobre a satisfação residencial das famílias realojadas, passando pelos colóquios e encontros dedicados ao tema, cruzando com as perspectivas dos funcionários municipais a braços com a aplicação do programa, até às perspectivas científicas, o PER suscitou um grande número de trabalhos técnicos e científicos sobre a temática da habitação como até então nunca tinha acontecido. A análise sobre a aplicação prática do PER no caso concreto da Quinta da Vitória será feita nos próximos dois capítulos. Primeiro descrevendo o processo diacronicamente e depois analisando etnograficamente os processos familiares. Aqui, o espaço é dedicado a perceber como se chegou ao PER e os posicionamentos críticos que este despoletou nos primeiros anos da sua aplicação.

Começaremos por dar conta, sumariamente, da história da habitação social em Portugal para melhor enquadrar a iniciativa do projecto-lei que o sustenta; seguidamente analisaremos a forma pela qual técnicos e cientistas interessados e envolvidos nas questões relacionadas com a habitação social e com o PER mantiveram uma postura crítica relativamente a este Programa ao mesmo tempo que este vinha sendo implementado. Olhar criticamente para o PER e para os seus discursos é correr um risco, ou pelo menos estar sujeito às *armadilhas metodológicas* inerentes a qualquer análise crítica sobre as políticas de habitação, como refere Baptista (2001). As dificuldades prendem-se sobretudo com o facto de este tipo de análises obrigar a olhar

¹ Sem intenções de exaustividade, salientamos alguns trabalhos que foram publicados durante a implementação do PER, sobre o próprio ou sobre outros processos de realojamento em habitação social: Freitas, 1994; Gros, 1994; Guerra, 1994; João, 1994; Pinto, 1994; Cachada, 1995; Cabrita, 1995; Barros e Santos, 1997; Guerra, 1997; Rodrigues, 1997; Augusto, 1998; Freitas, 1998; Guerra, 1998; Marques, 1998; Morais (coord.) 1998; Guerra (coord.) 1999; Cotrim et al. 2001; Farina, 2001; Gonçalves e Pinto, 2001; Pereira et al. 2001; Vilaça, 2001; Freitas, 2002; Rodrigues, 2003.

para diversos tipos de discursos. Entre eles contam-se o discurso legislativo, os diversos discursos técnicos, políticos, sociais (sobretudo analisáveis através dos *media*) e ainda os discursos das populações alvo. O que experimentaremos a nível de análise crítica é procurar cruzar estes vários discursos, de forma a lidar tão justamente quanto possível com esta tensão entre discursos e práticas.

4.1. AMBIENTE HISTÓRICO E POLÍTICO DO PER

4.1.1. POLÍTICAS SOCIAIS DE HABITAÇÃO EM PORTUGAL

No domínio da história das políticas de habitação em Portugal, alguns contributos foram demasiado importantes para elaborar aqui de novo uma síntese histórica. Ao invés, daremos conta das histórias que já foram contadas a este respeito e dos principais contributos desses ensaios através de um quadro cronológico (em anexo). Seguimos os contributos, imprescindíveis a nosso ver, de Ferreira (1988), Gros (1994), Baptista (1999), e Vilaça (2001)². Como se pode verificar no anexo, o PER surge como resultado de uma política de habitação na sequência natural de outras antes forjadas. A Figura que se segue resume os programas de habitação entre os anos sessenta e finais dos anos setenta.

² Acrescentaríamos o contributo de Cardoso (1983), uma tese de doutoramento sobre políticas de habitação em Portugal, de que reproduzimos o quadro respectivo em anexo, mas cuja consulta não foi possível.

Programa	Data de início e fim	Sistema de ocupação	Principais Responsáveis	Acesso	Regras de Atribuição	Mecanismos de Financiamento	Traços Físicos	Índice de custo* média nac. = 100	Distribuição Regional pós 1960
Casas Económicas	1933 e 1972	propriedade resolúvel	Ministério das Corporações	limitado pelo rendim. idade prof. casam. Principal / /funcio. púb. empregados, trab. qualificados	regras numerosas grande poder dos gestores	Tesouro e Seguranca Social 4 a 5% juro; nenhum subs. seguros obrig.	categorias de aloj. mdias até altas - bairros de casas unifam.	90	Dis. Lisboa 67% Dis. Setúbal 8% Dis. Porto 6%
Casas para Alojamento	1938	arrendamento precário	Ministério da Habitao Autar. Locais	famílias pobres com necess. de realojamento	prioridade a casos de realojam.	Aut. locais. Fundo desem. subs. produo	padrões baixos, bairros pré-fabricados	38	Dis. Lisboa Dis. Porto 13%
Casas de Renda Econmica	1945 a 1972	propriedade resolvel e arrendam.	Fed. Caixas Previdncia Minist. Corp.	limitado a famílias de classe média (rend.)	numerosas regras diferentes	as mesmas que as Casas Eco.	cat. médias e altas, sem definio design	93	Con. Lisboa 45% resto Dis. Lisb. 25% Dis. Porto 5%
Casas para Pescadores	1946	arrendamento precrio	Junta Central Casas Pescad. Minist. Corp.	pescadores	_____	Empres. Banco Estatal e Fundo Desemprego	categ. média a baixa bairros	60	principais portos piscatrios
Porto	1958 a	arrendamento precário	C.M.P.	famílias desalojadas ilhas	listas elaboradas na base inq. s ilhas	Aut. Locais + subs. do estado + empr. bancários / Tesouro	padrões baixos bairros de prédios col. periferia da cidade	48	Con. Porto 100%
Casas para Funcionários	1961 a 1972	propriedade resolúvel e arrendamento	Caixa Nac. de Previdência e Minist. Finan.	funcionários públicos	dois sistemas: - um semelhante às Casas Eco; - um sem regras fixas	Sistema de Seg. Social dos Func. Públicos	padrões elevados sem normas de design	120	Mais de 80% no Concelho de Lisboa
Casas de Renda Limitada	1946 a 1973	venda aos ocupantes e arrendamento	Promotores e prop. privados	sem condioes classe média	sem regras (controlo dos prop. privados)	Finan. privado e deduoes fiscais sup. a média	qualidade média a alta, sem normas de design	95	Mais de 90% no Concelho de Lisboa
Casas de Renda Limitada após 73	1973	idem	Promotores priv. + Aut. Loc. + FFH e Bancos	reservadas a grupos de rendimento médio	concurso sob controlo Aut. Locais	Finan. privado + emprst. com baixo juro. deduoes fiscais	idem	idem	Dis. Lisboa 50% Dis. Setúbal 15%
CHE (e SAAL)	1974	habitao própria e arrendamento (menos)	Coop. e Assoc. de Moradores + FFH	membros das Coop. e Assoc. (colarinhos brancos e azuis mais bem pagos)	variáveis, em geral «1 chegado, 1 servido»	Poupanças dos membros - emp. com baixo juro e deduoes fiscais	padrões médios pequenos bairros prédios col.	78	Sobretudo Lisboa, Setúbal e distritos do Sul
FFH	1972 a 1981	propriedade resolúvel e arrendamento	FFH Minist. Habitao	antes 74/5: misto CE e CRE; depois: larga acessibilidade	antes 74/5: idem CRE depois: fórmulas fixas para ms cond. habitao	Subsídios OGE	antes 74: idem CE depois 74: idem CHE	sem dados	espalhadas pelo país
Empréstimos s CM	1974	venda aos ocupantes	FFH + Aut. Locais	semelhante às CRL	depois de 1973	Empréstimos a baixo juro às Aut. locais	idem CHE	sem dados	espalhadas pelo país
Casas Pr-fab./FFH	1976	propriedade resolúvel e arrendamento	FFH	retornados das ex-colnias	idem ao FFH depois de 1974	OGE	padrões baixos casas pr-fab.	sem dados	espalhadas pelo país

Figura 7 – “Título: Resumo dos principais traços dos programas de habitao social (1960-1980)”.

Fonte: Cardoso, 1983³

³ A figura foi reproduzida por Gros (1994: 84) e  original no trabalho de Cardoso, A. (1983), State Intervention in Housing in Portugal, 1960-1980, Thesis for the Degree of P.H.D. University of Reading, 1983: 133 (trabalho não acessível em Portugal).

Ao longo da história das políticas de habitação em Portugal, há algumas situações que, apesar da sua distância no tempo, demonstram proximidades curiosas e permitem verificar por vezes que as políticas mais recentes, e mesmo as críticas que possamos tecer acerca delas, não são inovadoras. Gostaria de começar por ressaltar uma constatação recorrente entre as políticas higienistas no início do século XIX e as políticas de habitação mais actuais, que se prende com as dificuldades burocráticas associadas à aplicação dos programas. Em 1913-4 Almeida Garrett diz que as ordens dos sub-delegados de saúde diluem-se de tal forma que nenhuma ordem chega a ser executada (Gros, 1994: 81). Noventa anos depois, Baptista (1999)⁴ diz que na habitação social, as “rotinas burocratizadas parecem ter substituído o espírito que dá sentido à iniciativa pública. (...)” (Baptista, 2001: 76). Isabel Guerra refere, por seu lado, que “A organização solidária dos «poderes locais» [no PER] é difícil devido à fragmentação das estruturas administrativas locais e à crescente competição entre cidades e regiões” (Guerra, 2001: 54). Apesar do tempo de quase um século que separa as políticas higienistas das políticas de realojamento, a sua execução⁵ é acusada de dificuldades burocráticas.

Outra semelhança que podemos encontrar é ao nível da nomenclatura que envolve as políticas de habitação em Portugal, donde destacamos as noções de *bairro social* e do par Casas Económicas/Casas Desmontáveis. A designação *bairros sociais*, hoje reconhecida como designação geral para os bairros de realojamento, surgiu na I República, no âmbito de uma política de habitação com o mesmo nome (Bairros Sociais) em 1918. Mais tarde, no contexto do Estado Novo, experimentaram-se alguns conceitos, tanto na escrita das leis como na sua aplicação. Cinco anos depois de iniciada o Programa das Casas Económicas (1933), surge o Programa das Casas Desmontáveis (1938), para famílias que não conseguiam aceder ao programa das Casas Económicas. Paraphrasing Baptista, as casas afinal não eram tão económicas quanto se previa (Baptista, 1999: 60). O objectivo das *casas desmontáveis* era que as famílias em situações mais graves de alojamento ali residissem provisoriamente até poderem

⁴ O autor discute amplamente o Programa das Casas Económicas (principal política de habitação durante o Estado Novo). Embora não discutamos aqui outros programas importantes para a história da habitação social em Portugal, seria interessante contrastar a longevidade da política das Casas Económicas com a curta vida do SAAL, que poderia, por si só, constituir matéria de fundo para analisar duas fases políticas e suas correspondentes em termos de habitação social.

⁵ Acrescentaríamos uma comparação na forma pensada destas políticas – a questão inerente da *limpeza*, no primeiro caso a saúde em pano de fundo; no segundo caso, os terrenos ocupados.

ingressar no programa das casas económicas ao longo do qual as prestações durante 25 anos os conduziram à posse da casa. Esta política daria mais tarde origem a políticas de realojamento. Com as devidas diferenças, a espera continuada destas famílias poderá assemelhar-se à expectativa de realojamento iniciada com as primeiras promessas políticas que acompanharam o lançamento do PER e ainda presente nas famílias PER que não desistiram de esperar por ver concretizado o seu direito a uma casa em habitação social⁶.

Fazendo agulha para as políticas de habitação elaboradas já em contexto democrático (pós-25 de Abril), e entrando directamente no panorama da aplicação de políticas de habitação para o caso do concelho de Loures, cabe mencionar que antes do PER houve pequenos programas com poucos fundos e com fraca aplicação territorial. É o caso da Auto-construção e do Auto-acabamento em meados dos anos 1980, que merece a nossa atenção por ter sido aplicado no concelho de Loures (de que a Quinta da Vitória faz parte) e por termos tido acesso à vivência pessoal de um técnico executor desse mesmo programa. O Engenheiro Fernando Flores Santos, que trabalhou quase 20 anos na Divisão Municipal de Habitação da Câmara Municipal de Loures⁷, descreve de forma entusiasmada a época e a aplicação do programa no concelho de Loures:

“(...) em 1985 (...) organizámos o nosso grande projecto, que era a chamada auto-construção e auto-acabamento. No fundo o que era? Eram terrenos municipais, onde fizemos os projectos. Havia um projecto-tipo, T2 e T3, coisas muito simples, devidamente orçamentado, sabíamos os

⁶ Poderíamos ressaltar outras semelhanças como (1) a participação dos municípios (durante o Estado Novo, em Lisboa e no Porto) na edificação de habitação social, em modalidades variáveis. A partir de 1959, DL 42454; (2) orientação para os mal alojados (barracas e partes de casa não especificadas nesse diploma); (3) localização excêntrica dos conjuntos de habitação social face à cidade (Charquinho, Pedralvas, Camarão da Ajuda, entre outros); (4) presença de técnicos de serviço social encarregados de seleccionar os agregados domésticos melhor posicionados para alojamento social definitivo; (5) nova residência como *locus* privilegiado para mudança de estilo de vida, acesso à educação, etc.

⁷ Uma das experiências pessoais do Eng^o Flores Santos foi precisamente no realojamento de umas *barracas* de Moscavide para muito perto do bairro da Quinta da Vitória, a Noroeste. Aliás, mesmo ao lado foram mais tarde construídas casas camarárias que realojaram uma franja de agregados familiares da Quinta da Vitória, cujas *barracas* ocupavam terrenos que faziam falta para o alargamento do troço da Estrada da Circunvalação em frente ao Ralis, que dá acesso à Avenida Alfredo Bensaúde, um dos troços que levam aos principais acessos à Expo 98. Este realojamento, bem como as obras de melhoramento das vias, foram realizados com o financiamento da Lusoponte. N^o *A avaliação dos impactes sociais da Ponte Vasco da Gama...* (Cotrim e al., 2000) analisa-se entre outros domínios, as questões da habitação (volume III) onde são analisados os bairros de realojamento da Quinta da Vitória, das Sapateiras, da Quinta da Fonte e Quinta do Património. De salientar que o bairro de realojamento da Quinta da Vitória é, entre os demais, aquele que obteve melhor nível de satisfação residencial (op cit: 113. e Cotrim et al. 2001:107). A proximidade com o anterior bairro de residência (Moscavide e o bairro – de barracas – da Quinta da Vitória) associada a uma construção de baixa densidade são as principais razões para a satisfação residencial acentuada.

custos, e (...) a filosofia era esta: *vocês tiveram mãos, saber e desenrasque para construir uma barraca, (...) então e se fizerem uma casa?* Geralmente trabalhavam na construção civil, e [dizíamos]: *vocês vão fazer uma casa e a gente faz o projecto, está aqui tudo.* [E dizíamos], *ah, mas a gente não tem dinheiro, [e nós] mas sabe fazer, não sabe? Então e se a gente der os materiais? Nós vamos gerindo os materiais à medida que a casa for crescer. E vamos fiscalizar minimamente para ver se (...) os materiais estão a ser bem aplicados,* para haver uma qualidade mínima na construção. E assim nasceu o processo de auto-construção. (...) não é um projecto único, foi *bebido* de outras experiências, nomeadamente a do Siza Vieira em Évora, mas (...) foi um grande projecto para nós, uma grande experiência. (...) O auto-acabamento o A.A., *A-Ha* como a gente lhe chamava, no fundo, era: (...) o processo praticamente era o mesmo [da auto-construção], só que *nós* Câmara fazíamos a estrutura, deixávamos a estrutura acabada, organizávamos o bairro (...) e os acabamentos tinham de ser acabados internamente ao gosto das pessoas. A distribuição topológica da casa era igual, e depois as pessoas pintavam, rebocavam, punham os armários. “Portanto, na auto-construção, (...) a filosofia no fundo passava por isto: pagavam à Câmara o investimento, ao longo de x tempo, e depois, em regime idêntico ao das cooperativas, em direito de superfície, (...) e as pessoas tinham uma casa para elas que podiam passar aos filhos. O auto-acabamento não era assim. Era uma casa que a Câmara construía, elas acabavam, e pagavam uma renda, diminuída, [a partir] da taxa de esforço da pessoa. Foi um projecto muito simples, um projecto, quer em termos de construção civil, quer em termos de arquitectura, quer em termos social, tecnicamente riquíssimo. Aqui, toda a gente estava envolvida no mesmo barco. Esta experiência envolveu-nos muito, só que tinha uma limitação. É que o território não permite andarmos a construir milhares de casas (...). E depois, nós íamos enfrentando agregados familiares que não estavam interessados em fazer isto.” (Entrevista, 12/12/2006).

Neste testemunho pessoal importa reter, por ora, o envolvimento dos agregados domésticos na construção ou no acabamento das casas e a percepção dos técnicos de que o *know how* dos moradores poderia ser aproveitado num programa de realojamento da população. Esta questão dos conhecimentos especializados na área da construção civil⁸ perpassou inúmeras conversas que estabelecemos no terreno – por um lado, relativamente a uma hipótese remota de reestruturação do bairro (por oposição ao realojamento), e, por outro, nas referências ao próprio processo de construção do bairro social e nas críticas de má construção da habitação social (no caso das famílias já realojadas). Infelizmente, e de acordo com o Eng^o Flores Santos, a Câmara não tinha terrenos para alargar o programa que, de qualquer modo, pegando nas suas palavras,

⁸ O caso específico de os hindus do bairro provirem sobretudo de famílias de pedreiros e de carpinteiros tal como expusemos no capítulo 3 é revelador a este respeito.

“não era com esta modalidade que íamos fazer frente aos problemas todos que havia de carências. (...) foi um processo, mais um, e teve um efeito (...) de 150, nem chegou a 200 [famílias]. (...) foi uma gota de água.” (idem, *ibidem*). Contudo, não quisemos deixar passar de lado uma das experiências mais marcantes a nível de participação dos moradores depois do SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local)⁹. Vejamos agora que acontecimentos contribuíram para a composição do projecto-lei que enforma o PER.

4.1.2. A EMERGÊNCIA DO PER

A partir de finais dos anos 1970, a construção clandestina aumentou muito em toda a AML. Um dos factores que contribuiu para este crescimento foi um vazio da promoção legal da habitação, na sequência de um acordo entre o governo português e o FMI¹⁰, que provocou a suspensão do lançamento de novos empreendimentos do sector público e cooperativo (Ferreira, 1988: 60). As taxas de juro aumentaram exponencialmente e a aquisição de habitação própria, motivada entre 1974 e 1976, ficou comprometida. A construção civil fruto desta conjuntura é sobretudo a construção de bairros clandestinos, que permitia satisfazer as necessidades familiares face à ausência de alternativas (Paiva, 1985: 75). Outros autores, na mesma altura, justificam a relativa facilidade *moral* da construção clandestina da seguinte forma:

“A origem rural recente de largas camadas da população portuguesa, um «duro» percurso de vida (...) quanto a condições de existência, ascensão profissional e social (...) predis põem e habilitam para o processo. Estes factores traduzem-se numa grande capacidade para o manuseamento de materiais e instrumentos, para suportar privações que facultem aforro e para criar redes de solidariedade e de cumplicidade para a materialização do processo e «contornar» a ilegalidade.” (Soares, Ferreira e Guerra, 1985: 67).

Esta visão justifica uma parte da construção clandestina associando-a sobretudo a um passado rural das populações. Mas, a meu ver, mais importante do que esta associação

⁹ Muito se escreveu sobre este programa realizado sob o espírito revolucionário que se seguiu ao 25 de Abril. Salientamos algumas referências importantes para perceber o SAAL, no seu conjunto. Um artigo do Arq^o Nuno Portas, “O processo SAAL: entre o Estado e o poder local” (1986), que resume as principais linhas de força do programa. Mais recentemente, o já referido documentário *As Operações SAAL* de João Dias (2007). V. também, sobre a arquitectura do SAAL, Bandeirinha (2007).

¹⁰ O objectivo deste acordo era desacelerar o endividamento provocado pelo excesso de créditos contraídos nos anos anteriores.

de factores, é a percepção da importância dos conhecimentos dos moradores, nomeadamente ao nível da construção, tal como já foi anteriormente referido.

Foi também nesta altura que mais cresceram os bairros de *barracas*, não só em virtude desta crise financeira, como também devido ao afluxo de imigrantes na sequência social das independências dos países africanos antes colonizados por Portugal¹¹. Muitos imigrantes sem capacidade económica assentaram em bairros de *barracas*, onde, numa situação de ausência de loteamento formal, compraram casas¹² ou terrenos a baixos custos aos primeiros ocupantes, refizeram ou construíram de raiz, e melhoraram a construção conforme a disponibilidade para adquirir melhores materiais.

Em meados dos anos 1980, o crescimento de bairros de *barracas* era notado por todos, muito embora esta percepção não tenha tido correspondência em termos de estudos que dessem conta da realidade dos bairros de *barracas* em Portugal. A importância desses estudos começou a ser notada já com o PER em curso. No caso da AML, estes bairros cresceram, em grande parte, em zonas inicialmente periféricas e actualmente (seguindo o processo de suburbanização da cidade de Lisboa, mais centrais (como é o caso do Areeiro, Chelas, Benfica, Lumiar). O número de bairros aumentou de forma extremamente visível. Salgueiro fala em 16585 famílias a viver em *barracas* na AML, no início dos anos 1980 (Salgueiro, 1985: 63). Além do concelho de Lisboa, os municípios limítrofes com maior número de *barracas* eram os da Amadora, Loures e Oeiras. Neste âmbito, o aumento da segregação sócio-espacial acentuou-se. Este contexto social contribuiu para um consenso político alargado relativamente à necessidade de uma política habitacional e de uma intervenção estatal forte. O Estado procurou intervir com o objectivo de acabar com a exclusão social e contribuir dessa forma para a diminuição da incidência da pobreza. A *pobreza* surge então como mote político (Guerra, 1994: 13). Um sinal claro desta aposta política é o Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza (PNLCP), no seguimento do II Programa Europeu de Luta

¹¹ No caso específico da AML, como já vimos, a construção das *barracas* terá beneficiado do estatuto equívoco da antiga Estrada Militar, onde os bairros cresceram fortemente.

¹² De acordo com alguns relatos na Quinta da Vitória, moradores indianos compraram, tanto na Quinta da Holandesa (Areeiro) como na Quinta da Vitória, casas entre os 200 e os 250 mil escudos (1250 euros aproximadamente) no início dos anos 1980.

Contra a Pobreza (Capucha, 2004: 88) e iniciado em 1990¹³, que, aliás, é referido no próprio DL que enquadra o PER¹⁴.

Contudo, ainda nos anos 1980, cabe referir o Plano de Intervenção a Médio Prazo (PIMP), um programa que projecta o realojamento de famílias residentes em habitações precárias imediatamente anterior ao PER. Legislado em 1987 (DL 226/87 de 06/06/1987), deu origem à construção de 9698 fogos até 1993 (Farina, 2001: 57), ano da legislação do PER. Segundo Fonseca Ferreira, no PIMP a “(...) lógica quantitativa prevalece em relação à visão de conjunto do problema habitacional. (...)” (Ferreira, 1988: 58), ilustrando a razão pela qual o programa falhou em grande parte. O mesmo autor coordena, em 1993, um *Livro Branco da Habitação*, onde comenta o período de finais dos anos 1980: “(...) não se conseguiu definir, muito menos realizar, uma política de habitação coerente e produtiva (...)” (Ferreira, 1993: 23). A versão preliminar do *Livro Branco da Habitação* é apresentada no Encontro Nacional de Habitação no início do ano de 1993¹⁵, um momento que faz parte do ambiente sócio-político que engendrou o Decreto-Lei que enquadra o PER. Além de fazer um estado da arte, o *Livro Branco da Habitação* faz sugestões precisas para o futuro próximo: “(...) impõe-se uma Lei-Quadro da Habitação (...) ao nível central, municipal e dos restantes agentes do sector.” (Ferreira, 1993: 9-10). Sugere-se mesmo que “(...) a Habitação é uma responsabilidade das Câmaras Municipais (...) e das forças do mercado em geral (...)” (idem: 25), antecipando uma das apostas da legislação do PER – o envolvimento dos municípios no realojamento, à semelhança do que se previra no PIMP, mas atribuindo-lhes maiores responsabilidades. Nos conceitos básicos para uma nova política de habitação, o *Livro Branco* refere como primeira característica da política de habitação a sua *dimensão social* (idem: 49). Nas propostas, fala-se da necessidade de construir 500 mil novas casas até ao ano 2000 e da criação de um parque social de aluguer alternativo às barracas e clandestinos (idem: 52). As propostas terminam sugerindo que o Encontro Nacional de Habitação onde o *Livro Branco* foi apresentado constituía uma “boa oportunidade para dar um novo impulso” (idem: 53-4). O *Livro Branco da Habitação*

¹³O PNLCP é fruto da Resolução do Conselho de Ministros, de 20 de Março de 1990.

¹⁴No DL 163/93 de 7 de Maio DR, I Série – A nº 106 07/05/1993: 2381 podemos ler: “A decisão agora tomada vem na sequência do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, lançado pelo Governo em 1991, através do qual estão em curso cerca de 100 projectos em todo o território nacional.”

¹⁵Mais precisamente, a 11 e 12 de Fevereiro de 1993. A consulta deste documento está disponível no Centro de Documentação do IGAPHE.

afigura-se assim, ao nível das intenções políticas, como mote para o PER, que seria legislado três meses mais tarde.

Importa finalizar esta secção com um apontamento mediático com influência reconhecida¹⁶ na conjuntura que leva à legislação do PER e que não queremos deixar passar em claro. O segundo mandato de Mário Soares como Presidente da República começa com uma Presidência Aberta na Grande Lisboa, onde as câmaras de televisão mostram a todo o país as franjas de Lisboa pontilhadas de bairros de *barracas*. De 30 de Janeiro a 14 de Fevereiro de 1993, Mário Soares viaja pelo país inteiro, mas a visita mais marcante foi aos bairros de *barracas* e clandestinos¹⁷.

4.1.3. O DECRETO-LEI 163/93 DE 7 DE MAIO – O PER

O PER foi legislado em Maio de 1993, através do conhecido DL 163/93 de 7 de Maio. Antes de explicar o conteúdo deste decreto, importa referir a legislação que posteriormente alterou este decreto inicial, como as alterações do DL 93/95 de 9 de Maio; a Lei 34/96 de 29 de Agosto; e o DL 1/2001 de 4 de Janeiro. O DL 163/93 de 7 de Maio foi ainda republicado no DL 271/2003 de 28 de Outubro. As duas principais alterações no sentido de fornecer um enquadramento legislativo mais actualizado ao PER foram legisladas no DL 76/96 de 20 de Junho e no DL 135/2004 de 3 de Junho. O primeiro, mais conhecido por PER-Famílias e com grande importância na aplicação do PER na segunda metade da década de 1990, legisla o regime de concessão de comparticipações para apoio à aquisição ou reabilitação de fogos por famílias abrangidas pelo PER¹⁸; o segundo, conhecido por PROHABITA, é o programa de financiamento para acesso à habitação, que regula a concessão de financiamento para resolução de situações de grave carência.

Como já foi referido, a decisão legal do PER vem na sequência do PNLCP a que se deu início em 1991 e que na altura da legislação do PER contava com cerca de 100 projectos

¹⁶ Alguns actores no terreno, à distância temporal de 15 anos, lembram este acontecimento como razão principal para legislação do PER.

¹⁷ Cf., em anexo, *Público* 01/02/1993 e 02/02/1993 e *Expresso* 13/02/1993. Nesta altura ganha força na opinião pública a associação entre bairros de *barracas* e pobreza (tema a que voltaremos *infra*).

Ainda a propósito da Presidência Aberta, assinala-se o posicionamento – em oposição – de Mário Soares em relação ao governo (cujo Primeiro Ministro era, então, Aníbal Cavaco Silva), desencadeando um debate nos *media* relativamente à possibilidade de o Presidente da República estar a imputar responsabilidades ao governo pelo *atraso* do País.

¹⁸ O PER-Famílias foi aplicado na Quinta da Vitória com sucesso reduzido. Contextualizaremos esta aplicação no capítulo que explora os processos familiares de habitação.

no terreno. No texto do decreto-lei do PER podemos encontrar três ideias fundamentais: (1) erradicar as *barracas*, (2) envolver os municípios de forma vinculada no processo, e (3) potenciar, com o realojamento, uma mudança no estilo de vida¹⁹ supostamente associado aos bairros degradados. Logo no início do texto que precede as alíneas do decreto encontramos uma frase chave para entender o fundamento argumentativo do decreto:

“A erradicação das barracas, uma chaga ainda aberta no nosso tecido social, e consequente realojamento^[20] daqueles que nelas residem impõem a criação de condições que permitam a sua total extinção.” (DL 163/93 de 7 de Maio DR, I Série – A n° 106 07/05/1993: 2381).

As *barracas* são vistas como uma *chaga social*, um problema que tarda a ser resolvido e que todos podem constatar. A solução explícita é a sua demolição total e respectivo realojamento das populações que habitam nesses bairros. Os artigos que compõem o decreto legislam sobre o envolvimento e responsabilidade dos municípios²¹ na execução do programa. Muito embora o compromisso das Câmaras tivesse já sido ensaiado noutras legislações (como no PIMP e mesmo durante o Programa das Casas Económicas durante o Estado Novo através de algumas figuras legislativas²²), é com o PER que esse compromisso se torna mais substantivo:

“A efectiva resolução do grave problema social de habitação exige que as autarquias locais envolvidas neste programa assumam claramente o objectivo da eliminação das barracas como uma das suas tarefas prioritárias, envolvendo o estabelecimento de um compromisso sério com a administração central e, sobretudo, com os cidadãos para a resolução deste problema.” DL 163/93 de 7 de Maio DR, I Série – A n° 106 07/05/1993: 2381

Além do objectivo principal da erradicação das *barracas* e do meio principal para o fazer – o envolvimento activo dos municípios – o PER tem a finalidade da alteração dos

¹⁹ A utilização deste termo não está no texto legislativo; decorre da percepção resultante da leitura de textos que acompanham os seminários nos anos 1990 e serve apenas para ilustrar o texto, sem compromissos teóricos com a expressão. V., a este respeito, e.g., Chaney, 1996.

²⁰ O DL aplica a expressão «realojamento em *habitações condignas*» (sublinhado meu), no Artigo 1.º § 2 - uma expressão que mereceria todo um trabalho de análise ideológica e de discurso a par dos estudos da evolução do conceito de *habitat*.

²¹ De acordo com Isabel Guerra, alguns municípios terão acolhido o PER como um *presente envenenado* (em conversa informal, registada em DC, 31/03/2008). No terreno, mais de 10 anos depois do início da aplicação do PER, alguns técnicos municipais referem que o Estado desresponsabilizou-se de certa forma da habitação social ao ter acabado com a possibilidade de endividamento das Câmaras (6.2.2.), que era uma das formas de dar prosseguimento aos processos de realojamento (e.g. DC 07/04/2005).

²² Cf., e.g., Baptista, 1999: 184-7.

estilos de vida das populações através do realojamento. A alteração dos modos de vida surge como solução para a exclusão social a que as populações estão sujeitas por habitarem nos bairros de *barracas*, seguindo a percepção política de então veiculada no texto legislativo:

“Complementarmente à resolução do problema habitacional, é oferecido aos municípios ou instituições particulares de solidariedade social um programa alargado de inserção social das comunidades envolvidas, visando a criação de condições a uma plena integração destas populações na comunidade e combatendo os problemas de criminalidade, prostituição e toxicod dependência, entre outros, a que a exclusão social motivada pela falta de condições habitacionais condignas as deixou votadas.” (idem)

Esta vertente do texto legislativo do PER traz implícita uma estigmatização social dos bairros de *barracas* e que as condições de habitação degradadas favorecem comportamentos desviantes, empolando a importância da acção social sobre eles. Esta circunstância não é singular no caso português; ela manifesta-se em vários países da União Europeia, sobretudo em virtude do Quarto Programa de Bases da Comissão das Comunidades Europeias (1994) que elabora documentos sobre a falta de controlo de indivíduos e grupos específicos socialmente excluídos ou discriminados (referido por White, 1998:148). As intenções de transformação dos estilos de vida não são, contudo, novidade com o PER. De tempos a tempos, de acordo com Baptista “(...) a mediação estatal, reguladora (ou não?) dos desequilíbrios sociais, surge procurando eliminar as condições habitacionais consideradas «intoleráveis» por gerações sucessivamente mais bem apetrechadas (...)” (Baptista 1996: 17). Desde o início do PER que os discursos e práticas têm contornos novos a este respeito, nomeadamente através do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, contemporâneo ao PER.

4.2. AMBIENTE SOCIAL DO PER

Para quem não esteve directamente envolvido no processo de execução do PER, é difícil compreender a riqueza e complexidade inerentes a este programa de realojamento. Ao realizar uma pesquisa sobre o PER, rapidamente percebemos que os anos 1990, sobretudo desde o DL 163/93 de 7 de Maio, foram anos de uma grande esperança por parte dos técnicos que ajudaram a levar a cabo o realojamento em diversos bairros da AML, relativamente ao cumprimento do objectivo principal, a erradicação das *barracas* e relativamente ao benefício que o realojamento constituiria para as famílias em causa,

que passariam a viver numa habitação com melhores condições do que as *barracas* onde viviam. Contudo, a par destas expectativas elevadas relativamente à execução do PER, estiveram também os avisos dos possíveis erros em que o PER incorreria, apontados desde o início pelos académicos. Os estudos de satisfação residencial no final dos anos 1990 e princípios dos anos 2000 dariam razão a esses avisos.

O período de expectativas de que falamos encontra-se espelhado numa sucessão de reflexões críticas realizadas sobretudo por técnicos mais próximos do terreno mas também por cientistas sociais. Descobrimos as exposições públicas destas reflexões nas actas dos seminários dedicados ao tema geral da habitação e na publicação de artigos, às vezes em números de revistas inteiramente dedicados ao tema, por cientistas sociais implicados (sobretudo sociólogos). E é por este grupo que começaremos, destacando duas publicações exclusivamente dedicadas às problemáticas em torno da habitação, o número 20 da revista *Sociedade e Território* (1994) e o número 3 da revista *Cidades, Comunidades e Territórios* (2001).

4.2.1. (DE ALGUMAS) REFLEXÕES PUBLICADAS

O momento mais marcante de publicação das reflexões científicas sobre as problemáticas associadas ao realojamento em habitação social – uma das principais prerrogativas do PER – é o número 20 da Revista *Sociedade e Território*, com o título *As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas* (1994)²³. Este número da revista parece constituir uma tentativa de alerta para os executores da legislação recentemente publicada. *As lições e prevenções* para o PER de Fonseca Ferreira, que abre o volume, são sinais claros dessa chamada de atenção para os possíveis erros em que o PER cairia. Ferreira vaticina: “O PER tem à partida todos os ingredientes para o desastre: construção massiva, realojamentos concentrados, populações de grande precariedade económica e com graves problemas sociais, serviço de administração burocratizados.” (Ferreira, 1994: 10). No artigo seguinte, que dá o título à publicação, Isabel Guerra começa por chamar a atenção para o *fracasso* de experiências anteriores ao PER de

²³ Antes de o PER ser legislado, já havia, claro está, reflexão crítica sobre habitação social em Portugal. A título de exemplo, chamamos a atenção para as referências seguintes, todas com o cunho do LNEC: Soczka, 1988; Bastos, 1990; Freitas, 1990; Machado et al., 1991; Soczka e Castro, 1991; Maia et al., 1992. Depois do início da implementação do PER, publicaram-se diversos estudos sobre habitação social e realojamento em Portugal (v. primeira nota deste capítulo). É ainda nessa altura que se multiplicam os estudos sobre a imigração em Portugal. Não é alheio a este facto que uma grande parte dos imigrantes das ex-colónias residiam/residem em bairros degradados e de habitação social.

realojamento densificado e para a *crescente heterogeneidade cultural dos bairros* (Guerra, 1994: 11). Os argumentos principais vão no sentido de apelar a “(...) uma estratégia de desenvolvimento social urbano da cidade (...)”, a um “(...) aprofundamento da concertação entre os parceiros (...)” e, enfim, por uma *intervenção* global (idem: 15-6). Os organizadores do volume convidam um especialista francês na matéria, Michel Bonetti, que escreve um artigo sobre a revalorização dos bairros sociais construídos nos subúrbios das grandes cidades francesas, com uma construção intensiva, que procurou reproduzir as unidades de habitação modernistas de Le Corbusier, mas em zonas menos favorecidas, com piores materiais e com menos espaço territorial para executá-las. Bonetti (1994) retrata a realidade francesa em meados dos anos 1990, e o seu artigo funciona como uma advertência do que pode acontecer se a construção de bairros na aplicação fosse intensiva: adviriam problemas sociais complexos, com necessidades de programas específicos de desenvolvimento social.²⁴

Afinal, todo o número da revista *Sociedade e Território* é dedicado às problemáticas em torno da habitação social, tornando-o numa publicação incontornável na história da reflexão crítica sobre a habitação em Portugal. É lá que são publicados os quatro *paradoxos do realojamento*, de Maria João Freitas, donde destacamos a sua chamada de atenção para o facto de muitos realojamentos tenderem para cumprir objectivos quantitativos – número máximo de famílias realojadas – em vez de procurar em primeiro lugar que a intervenção do realojamento seja feita em prol das populações-alvo (Freitas, 1994: 31)²⁵ e a autora alerta ainda para a possibilidade do *fechamento em casa*, quando as famílias mudam do ambiente familiar do bairro degradado para os prédios de realojamento (idem: 29), uma ideia amplamente corroborada nos trabalhos sobre satisfação residencial.

Uma outra publicação foi inteiramente dedicada aos temas em volta das políticas de habitação, já no início dos anos 2000. É o número 3 da revista *Cidades. Comunidades e Territórios*, editado depois de alguns projectos de realojamento no âmbito do PER terem sido aplicados. Por isso, as análises nele contidas são muito mais de avaliação do

²⁴ Importa referir que uma das teses principais deste autor prende-se com as dificuldades encontradas pelos trabalhadores sociais no terreno: o contacto com as populações é remetido para segundo plano, em função de um excesso de burocracia normalmente associado aos projectos de intervenção local (Bonetti, 1994).

²⁵ Muito embora tenhamos apenas destacado alguns dos contributos deste número, salientamos ainda Ferreira, 1994: 8-10; Pinto, 1994: 36-43; Quedas, 1994: 55-62; Coelho, 1994: 71-8; Gros, 1994: 80-90; Dias, 1994: 91-100.

que de projecção (como no caso da revista *Sociedade e Território*). O artigo de Maria João Freitas concentra-se na importância de uma comunicação efectiva entre técnicos e populações para tornar mais eficazes as políticas sociais de habitação (Freitas, 2001). A autora fizera parte da equipa técnica para a aplicação do PER no concelho de Cascais (Freitas, 2002), e é com conhecimento prático que fala destas necessidades. Numa mesma linha de reflexão que aponta para as preocupações da aplicação dos programas, Isabel Guerra fala das dificuldades práticas dos técnicos na intervenção urbana (Guerra, 2001), espelhando as preocupações levantadas por Bonetti em 1994²⁶. Outros temas como a satisfação residencial em situação de realojamento (Gonçalves, 2001), a coexistência interétnica (Castro et al., 2001) e, mais ao nível da reflexividade em si, as armadilhas teórico-metodológicas na abordagem científica dos temas relacionados com a habitação (Baptista, 2001), espelham uma década de reflexões profundas sobre o presente social, em que a habitação em geral e a habitação social em particular foram temas centrais no início dos anos 2000. É interessante verificar que esta publicação, posterior a algumas aplicações locais do PER, já vai apontando para a insatisfação residencial das populações recentemente realojadas. A *satisfação com a casa e a insatisfação com o bairro* diagnosticada, e.g., por Pinto (1994) relativamente a bairros sociais anteriores ao PER, é uma ideia corroborada nesta altura (Gonçalves, 2001; Cotrim et al. 2001). O volume conta ainda, curiosamente à semelhança do número da revista *Sociedade e Território* anteriormente focado, com o contributo de um teórico francófono, Jean-Michel Léger, sobre modos de habitar e arquitectura, onde debate a diferença de linguagem entre os projectos de arquitectura e as vivências das populações que vêm a habitar os bairros projectados²⁷.

Importa salientar relativamente a estes dois importantes volumes o seu tipo de publicação. O facto de os artigos neles contidos terem sido publicados em revistas temáticas permitiu uma certa abertura do debate sobre as questões de habitação. Alguns dos especialistas na área estavam também envolvidos nos próprios processos de realojamento, como pelo menos no caso do PER Cascais (Freitas, 2002) e do PER

²⁶ V. nota na página anterior sobre teses do autor.

²⁷ Esta temática viria a constituir objecto de reflexão de uma tese de mestrado em desenho urbano (Farina, 2001). Importa referir que Gans (1968) e Leeds (1978: 181) referem o distanciamento entre planeadores e moradores, apontando já para aquilo que viria a constituir-se como uma recorrência desta problemática no contexto dos bairros degradados.

Oeiras (Marques, 2007²⁸). De resto, a participação de cientistas sociais nas políticas de habitação postas em prática foi bastante maior no caso do SAAL, muito embora a comparação entre os dois programas deva ser cuidada, sobretudo pensando nas diferenças da conjuntura política de um e de outro. Vejamos em seguida algumas das considerações tecidas ao longo da aplicação do PER, invocando, para isso, alguns Encontros, Conferências e Colóquios dedicados ao tema em foco.

4.2.2. (DE ALGUMAS) REFLEXÕES PÚBLICAS

O Instituto de Gestão e Alienação do Parque Habitacional do Estado (IGAPHE) tem um pequeno mas rico centro de documentação onde realizei uma pesquisa, cuja preocupação fundamental era perceber como os técnicos foram analisando a implementação do PER. De seguida deter-nos-emos nos seminários a cujos textos tivemos acesso no centro de documentação citado. Importa aqui referir que, analisando-os não apenas como documentos com dados importantes, mas prestando atenção às comunicações e intervenções como textos que reflectem um certo estado de espírito dos que os dizem ou escrevem, podemos perceber algumas recorrências neste tipo de eventos.

Nos discursos que aqui analisamos distinguimos várias *nuances*, também presentes por vezes nas publicações anteriormente revistas: (1) como devem ser levadas a cabo as políticas de habitação social, que reflecte um tipo de discurso muito frequente nos textos sobre habitação social em geral; (2) uma grande esperança relativamente ao PER, que passa por críticas sobre algumas das acções de realojamento anteriores ao PER ou mesmo em relação ao trabalho realizado nos primeiros anos da implementação daquele Programa. A ideia principal a reter neste âmbito é de um nível de exigência e de expectativa muito elevado. Há, finalmente, um aspecto manifestamente mais reflexivo a levar em conta na leitura destes textos, que passa pela (3) constatação, na maior parte dos seminários e conferências, da utilidade deste tipo de encontros no sentido de partilha de opiniões e no cruzamento de experiências positivas e negativas. De facto, alguns destes seminários têm a função de manter activos os canais de comunicação

²⁸ Apesar de não constar das publicações analisadas, Margarida Marques, socióloga cuja área de interesse se tem centrado na imigração, interveio no PER Oeiras. A socióloga falou sobre a sua participação no PER Oeiras nas *Primeiras Jornadas da Habitação*, 24/02/ 2007, Teatro A Barraca, Lisboa, organizadas pela Plataforma Artigo 65º, na mesa de trabalho: “Habitação, um direito ou um negócio?”. Sobre a intervenção no Vale de Algés v. também <http://www.unesco.org/most/p97oeira.doc>.

entre experiências técnicas nas autarquias, numa mesma área de intervenção – a habitação social. O ano de 1995 é talvez o mais profícuo em reflexão sobre alojamento social e habitação social e é o ano que corresponde aos primeiros passos no PER levado à prática²⁹. Segue-se a análise de alguns seminários que exemplificam a reflexão sobre a habitação social em Portugal nos anos 1990.

Em 1994, o seminário *Pensar o Realojamento* é promovido pelo Centro de Estudos Territoriais (CET). Nele estão presentes representantes dos municípios da AML, no que parece ser um primeiro momento de reflexão entre autarquias interessadas no PER (algumas com acordos já estabelecidos com o IGAPHE/INH nessa data). O objectivo do seminário é:

“proporcionar um espaço de diálogo e de permuta de ideias e experiências sobre as questões do realojamento no contexto que se segue à apresentação de candidaturas ao PER...” (Seminário *Pensar o Realojamento*, 24/03/1994, Lisboa).

Uma outra preocupação patente neste e noutros seminários vai no sentido de que os realojamentos tenham em conta as populações, nas suas necessidades e características específicas. A mesma necessidade é sublinhada nos diferentes encontros:

“Atender às particularidades de cada processo de realojamento designadamente as que envolvem população com culturas próprias e de difícil assimilação em conceitos urbanos europeus e núcleos familiares não tradicionais ou com organização precária” (Seminário *Pensar o Realojamento*, 24/03/1994, Lisboa).

“(...) torna-se fundamental identificar as populações e conhecer efectivamente as suas necessidades concretas, atitudes, expectativas, de modo a compreender-se a especificidade das dissonâncias sociais destas populações alvo desta acção de realojamento. (...)” (Isabel Gonçalves, *Encontro sobre Habitação na Área Metropolitana de Lisboa. Comunicações*, Oeiras, 1995:48).

“(...) Quando se trata de bairros sociais, que têm de ser entendidos como locais onde residem populações que são especiais pela sua condição perante o trabalho, pelos seus rendimentos, pela sua cultura, então a gestão destes bairros tem de ser encarada também de maneira especial. (...)” (Eduardo Vilaça, *Conferência Habita Acção*, 1995 CESUR/IST).

“(...) Haverá que considerar grupos étnicos diferenciados (...) a merecerem análise específica no contexto do realojamento,

²⁹ No caso específico de Loures (concelho a que pertence o núcleo habitacional do Bairro da Quinta da Vitória), o protocolo entre o município e o IGAPHE/INH foi assinado em 1995.

nomeadamente a população africana, cigana e indiana. (...)”(Flores dos Santos, Encontro sobre Habitação na Área Metropolitana de Lisboa. Comunicações, Oeiras, 1995: 52).

Muito embora este propósito seja desejável entre os cientistas sociais (cf. Scott, 1998³⁰), sobretudo os preocupados com as especificidades locais (Abu-Lughod, 1991), levar a cabo esta intenção parece revelar-se difícil para os técnicos. O testemunho uma técnica da Câmara Municipal de Loures reflecte as dificuldades práticas do seu município e, mesmo antes dos realojamentos, fala na necessidade de *compensações* às populações por aquilo que não viria a ser feito de acordo com as expectativas.

“[o realojamento] (...) tem de ser feito com uma visão multidisciplinar. (...) Efectivamente o conhecimento da realidade sociológica das famílias não pode ser apenas para adequar habitações às famílias[,] até por isto: a pressão da necessidade de habitação e a falta de terrenos já aqui invocada estão a fazer com que não seja possível alojarmos com as características ideais de habitação. Nós temos que alojar em altura em Loures. (...) E não como as famílias estão a querer. Isto leva-nos a que nós temos de compensar os desajustamentos entre as características da habitação e as expectativas das famílias com um acompanhamento completo do ponto de vista sociológico. (...)”(Encontro sobre Habitação na Área Metropolitana de Lisboa. Comunicações, Oeiras, 1995: 59)

Outra questão relacionada com esta é a preocupação com a adaptação das populações a novos contextos residenciais, que se relaciona com a expectativa de mudança de modos de vida das populações que viriam a ser realojadas, e que é uma ideia veiculada pelo texto legislativo, como vimos anteriormente. Sublinhamos, nas citações que se seguem, as expressões mais afins desta linha de interpretação.

“(...) o choque do confronto com o novo relacionamento urbano poderá criar rupturas insanáveis (...) [E]sta integração não poderá apenas ser entendida no sentido restrito de obediência a conceitos padronizados (Manuel Madrugá, *Encontro sobre Habitação na Área Metropolitana de Lisboa. Comunicações*, Oeiras, 1995: 71)

“(...) seria muito importante que não tivéssemos em relação a este Programa Especial de Realojamento a perspectiva exclusiva de que temos de fazer habitação para tirar as pessoas das barracas. E [que]

³⁰ Na sua obra *Seing like a State...*, o autor mostra, entre outras coisas, a importância de perceber – tornar *legíveis* – as populações. Quando os Estados não fazem este trabalho, tendem a falhar nos seus objectivos. A relação causa-efeito não é, contudo, isenta de complexidade, uma vez que *conhecer para controlar* foi a filosofia mais praticada nos governos coloniais; mas a intenção do autor nesta obra foi, em parte, explicar o falhanço das principais formas de governar no século XX. Outras obras do mesmo autor tornam *legíveis* as populações, sobretudo no que toca às formas aparentes de subordinação resignada (1985; 1990).

tivéssemos muitas preocupações de como vamos fazer, que tipo de habitação e que tipo de trabalho é possível com essas famílias, para as integrar num outro tipo de vida. (...)”. (Daniel Branco, *Encontro sobre Habitação na Área Metropolitana de Lisboa. Comunicações*, Oeiras, 1995: 116)

Dentro da mesma linha, mas numa visão mais alargada, pensando nas faces negativas dos bairros sociais onde as pessoas são realojadas, Isabel Guerra refere, no III Encontro sobre programas de realojamento INH 1997, que há

“(...) a necessidade de deslocar a problemática tradicional da revalorização dos bairros de realojamento. Em lugar de a centrar na revalorização dos imóveis, deve colocar-se no centro as formas de gestão urbana tendo por objectivo a revalorização dos habitantes, desenvolvendo as suas capacidades e impulsionando novas dinâmicas sociais.”

Aos poucos, a leitura das apreciações tanto da Lei como da sua aplicação aponta para uma crítica geral que parece dizer que tendo em conta a história dos realojamentos na Europa (cf. Ferrand (dir.), 1990) e mesmo algumas experiências em Portugal, não faria sentido canalizar os fundos do PER para a construção de bairros sociais descaracterizados e reprodutores de exclusões prévias e novas³¹. Os momentos de partilha de opiniões e de discussão como os seminários que temos vindo a analisar, vão indicando a percepção, por parte dos intervenientes, de que não deveria haver habitação social intensiva.

“(...) a concepção inicial privilegiou a habitação e não previu os equipamentos sociais, culturais, produtivos ou outros (...) [nem que] o acesso a uma habitação digna não altera substancialmente as outras condições de vida da população (...)” (Isabel Guerra, no III Encontro sobre programas de realojamento INH 1997).

A leitura atenta das intervenções nos diferentes encontros analisados suscita um outro tipo de questão, que se prende já com a necessidade de controlar as famílias candidatas ao PER, sobretudo no que toca às famílias imigrantes. Alguns técnicos temem a

³¹ No caso português, as políticas sociais de habitação parecem beber muito da influência francesa. No entanto, ao invés de levar em conta os erros cometidos nos anos 1960 e 1970 e procurarem modelos próprios, as políticas portuguesas reproduzem, no PER, a habitação social europeia do pós-guerra, produzindo pequenos guetos nos subúrbios das áreas metropolitanas. Durante os anos 1990, os franceses produziam já um grande número de reflexões sobre a obsolescência dos grandes conjuntos residenciais de habitação social, com posturas cépticas relativamente à reestruturação dos bairros, e muitos fazendo a apologia da demolição dos bairros (cf. e.g. Dupuy, 1997; Kerhuel, 1995; Jegouz, 1995; Goussot, 1995; Raynouard, 1996). Os debates sobre a vida nos bairros precários e sobre a alteração dos modos de vida remonta, no caso francês, à década de 1970 (cf. e.g. Petonnet, 1968; Saily et al., 1976; Schoonbrodt, 1979), razão pela qual o debate português soa, por vezes, datado.

probabilidade de o PER fomentar a vinda de parentes das famílias imigrantes. Apesar de termos encontrado apenas uma referência nestes seminários relativamente a essa situação, ela é importante porque consubstancia um receio recorrente relativamente à imigração, que se prende com a suposta vinda de muitos imigrantes, que a sociedade de acolhimento não conseguirá, nesta acepção, integrar.

“(…) A expectativa face a um futuro realojamento consciencializada em toda a população a realojar cria motivações para reunir a família que permanece além-fronteiras. (…)” (Ivna Machado, Encontro sobre Habitação na AML, em Oeiras 1995: 73).

Embora discutível, parece haver aqui uma tentativa de controlo³² sobre a vida das pessoas, na medida em que, uma vez atribuída a casa, as pessoas que lá forem alojadas temporária ou definitivamente pela família abrangida não teriam, se estivessem numa situação de habitação comum e não de habitação social, de dar conta de quem lá mora. Levantamos esta questão também porque, pelo menos de acordo com algumas conversas informais com técnicos na área, a questão da sobreocupação, uma das causas apontadas para a necessidade de realojamento e abordada pelo discurso institucional (leis) e científico (artigos do meio académico) não é consciencializada totalmente pelos técnicos. Isto é, a vinda de parentes das famílias recenseadas para o realojamento de origem não nacional não é vista negativamente por poder vir a constituir uma nova situação problemática de alojamento, mas porque trariam imigrantes novos que não se enquadram no PER.

As perspectivas menos cépticas estão também presentes nos encontros. Num colóquio realizado em 1997, intitulado “A política da habitação”, Eduardo Vilaça faz uma resenha histórica da habitação em Portugal e conclui com um comentário relativamente à execução do PER, que pode ser interpretado como uma projecção positiva do Programa:

“(…) O aspecto mais positivo deste regime é a dinâmica que veio imprimir para uma resolução definitiva e coordenada do problema das barracas, por via da necessidade de apresentação de uma solução global e planificada (….) por parte de cada um dos municípios aderentes. (…)” (Eduardo Vilaça, Colóquio “A política da habitação”, CGD, promovido pelo Conselho Económico e Social 1997).

³² Evocaríamos aqui Foucault (1975), Cohn (1997), no sentido de conhecer para dominar, entreabrindo ecos pós-coloniais na relação burocrática (Nair, 2002) do processo de realojamento.

Outra perspectiva positiva, contra todas as dúvidas e críticas que vão sendo levantadas nos seminários: “(...) Para os mais cépticos [do PER], eu recomendaria a presença numa cerimónia de entrega das chaves (...)” (Jorge Morgado, III Encontro sobre programas de realojamento INH 1997). Este é um argumento de peso³³, muito embora escamoteie as implicações do PER que se vão tornando evidentes à medida que este vai sendo aplicado. No mesmo encontro, Eduardo Vilaça parece ser o diplomata entre os cépticos e os contentes:

“(...) Dantes tínhamos os programas de realojamento, que eram programas de construção, hoje estamos a tentar, todos, dar uma nova dimensão ao realojamento que é uma dimensão mais humana, uma dimensão mais social, uma dimensão mais virada para a questão da famílias e para a questão da pessoa (...). E é por isso que vemos crescentemente a preocupação dos municípios (...) que têm tido em tornar diferentes os programas de realojamento. (...) Depois deste PER teremos, com certeza, outro PER (...). As situações de carência (...) estão longe de estar resolvidas, mas entrámos no bom caminho (...)”.

Estes encontros funcionam também para debater a relação entre os técnicos que vão pôr (ou que já estavam a pôr) em prática o PER e as populações. Assim, uma das preocupações fundamentais nos seminários e conferências relaciona-se directamente com o papel de mediação do PER como exemplo para outras mediações desejáveis (a ele subordinadas ou não) entre população e instituições. O PER é idealizado com as funções de:

“(...) montar redes de comunicação e estabelecer circuitos de informação acessíveis e operacionais que sejam facilitadoras da interacção entre a população, os técnicos e as instituições que operam nas áreas de influência (...)” (Isabel Gonçalves, Encontro sobre Habitação na AML, em Oeiras 1995:44).

“estabelecer um fluxo de informação permanente entre as entidades e os moradores, entre os decisores e os técnicos.” (uma das propostas do Fórum “Exclusão social e Estabelecimentos humanos”, 1995).

A exposição das inquietações e das necessidades dos técnicos é importante não só quanto à sua enumeração (muitos dos técnicos que levaram a cabo os processos de realojamento não publicam as suas análises decorrentes do *trabalho de terreno* como o fazem os académicos que, aliás, também participam nestes encontros) mas também

³³ De facto, presenciar esses momentos (também assisti a uma sessão de entrega de chaves, em Junho de 2002 e descrita no capítulo seguinte), pode provocar o esquecimento dos aspectos negativos, tendo em conta a alegria das famílias. V. também fotografias 17 e 18.

quanto aos diversos níveis de análise que podemos realizar a partir destes dados. Adiante, com a interpretação dos dados relativos aos processos familiares de realojamento, os argumentos aqui esboçados adquirirão contornos mais claros.

Três reflexões são organizadas a partir destas secções. A primeira é que a reflexão crítica sobre a aplicação do PER denota diferentes *loci* do discurso: um, mais académico, tratando das análises e das propostas (publicadas) e outro, mais técnico, criticando a partir da experiência e das dúvidas (nos encontros públicos temáticos, onde os trabalhadores sociais³⁴ têm voz). A segunda é a reprodução e discussão de uma das principais ideias veiculadas no texto legislativo do PER, a da proposta de alteração dos modos de vida das populações. A terceira, que tentámos através da exposição das ideias mais sublinhadas em publicações periódicas e em encontros temáticos, é o próprio diálogo que sobressai entre estas duas vertentes. Em muitas das reflexões críticas já se antevia, antes dos realojamentos propriamente ditos, o que se veio a concluir sobre satisfação residencial no âmbito dos realojamentos do PER, ou seja que as populações ficam, *grosso modo*, satisfeitas com a mudança da sua situação habitacional quanto ao tipo de alojamento, mas insatisfeitas com os bairros sociais onde são realojadas.

4.2.3. REFLECTIR DEPOIS DAS REFLEXÕES

Finalizamos esta secção com algumas considerações sobre o PER, identificando os principais actores deste processo reflexivo e propondo algumas ideias que sintetizam o PER. Entre as personalidades mais chamadas a intervir no palco das reflexões sobre habitação social e realojamento ao longo dos anos 1990 destacam-se Eduardo Vilaça, Maria João Freitas e Isabel Guerra. São chamadas a participar em vários debates e conferências, e são, provavelmente, quem detém uma melhor noção de conjunto sobre estas temáticas. Participaram regularmente em conferências organizadas pelas universidades e em debates realizados nas Câmaras Municipais.

À medida que as leituras aumentam, o leitor dos textos analisados fica com a impressão de que as opiniões sobre as *coisas* feitas são em muito maior número do que as auto-críticas sobre trabalhos efectuados no terreno. Mas esta afirmação está também patente

³⁴ Esta expressão designa os vários tipos de técnicos que trabalham nos serviços camarários e outras instituições, públicas e privadas em prol de um dado universo populacional com algum tipo de carência. Embora designe sobretudo a profissão de Técnico de Serviço Social, incorpora outros ramos de formação superior (nomeadamente nas ciências sociais). V., e.g., Payne, 2002.

nos textos. Guerra (1994), a autora do título da publicação supra-citada, refere que a “intervenção integrada” – a suposta melhor maneira de agir nos processos de realojamento – terá sido elevada a *fórmula mágica* porque não é suficiente dizer para fazer (Guerra 1994:13).

Entre os textos analisados, há talvez duas frases que resumem a ideia principal que os dados acumulados fazem sobressair. A primeira é uma frase de António Fonseca Ferreira, que introduz uma das publicações mais emblemáticas da reflexão académica e técnica sobre realojamento³⁵: “*Ninguém poderá ser responsabilizado por não ter conseguido, mas sim por não ter tentado.*” (Ferreira, 1994: 10). Dita no início da aplicação do PER, esta frase expõe a consciência académica dos erros em que o PER viria a incorrer, mas denota também a percepção de que o Programa já começara e que havia que aplicá-lo o melhor possível. A segunda é retirada de um texto de Bonetti, um autor repetidamente citado entre os autores que analisam questões de habitação social e refere-se ao mito da requalificação dos espaços urbanos como panaceia para os problemas das populações que lá habitam. É uma frase que dá conta, talvez sem que o autor se dê conta, do estado de espírito patente na primeira frase: “(...) Leur déception et leurs critiques est à la mesure de leurs espoirs.(...)” (Bonetti, 1994: 19). Esta frase resume os textos analisados na medida em que ao longo dos anos 90 (de maior produção de textos relacionados com habitação social em Portugal) percebe-se um crescendo de esperança nas políticas de habitação, acompanhado do crescendo de propostas e análises críticas dos projectos entretanto levados a cabo. Além destas expressões-chave salientamos a recorrência de textos sobre satisfação residencial, onde ressaltam as mesmas ideias – fechamento e investimento económico na casa nova; perda das antigas sociabilidades; reprodução de exclusões sociais, nomeadamente manutenção de escolaridade baixa, dificuldade de acesso ao emprego, economias informais várias. O saldo é mais negativo do que positivo. Tentando salvar o único programa de realojamento com ambições radicais (*acabar com o flagelo das barracas*) levado a cabo como política de habitação social em Portugal, a obtenção de uma habitação apelidada de condigna, é, ainda assim, o factor mais recorrentemente assinalado como resultado positivo dos realojamentos.

³⁵ *Sociedade e Território* 20 – As pessoas não são coisas que se metam em gavetas, 1994.

O PER foi um processo que impulsionou numerosas reflexões críticas. Mas é a sua execução que levanta mais ânimos. Pudemos testemunhar uma parte da aplicação do PER num dos núcleos de Loures ao longo dos últimos anos na Quinta da Vitória, acompanhando os pequenos e grandes passos dos moradores e da Câmara de Loures. Nos dois capítulos seguintes concentrar-nos-emos na análise do processo de realojamento da Quinta da Vitória.

CAPÍTULO 5. O CURSO DO REALOJAMENTO NA QUINTA DA VITÓRIA

O PER levado à prática na Quinta da Vitória é o objecto central deste e do próximo capítulo. Num primeiro momento, contaremos a história do PER no bairro, convocando especialmente elementos etnográficos para a sua descrição, uma vez que uma parte do processo foi acompanhada de perto. Num segundo momento dedicar-nos-emos à análise de um conjunto de processos familiares de habitação da Quinta da Vitória, ou seja, os dossiers correspondentes a cada agregado familiar candidato ao realojamento ao abrigo do PER com vista a dar conta dos trâmites burocráticos do processo de realojamento, de difícil execução para os técnicos e de complexa percepção para os moradores.

Os objectivos específicos deste capítulo são apresentar os acontecimentos que têm a ver com a execução do PER na Quinta da Vitória e dar conta do ambiente no bairro no tempo em que realizei trabalho de campo. Para isso, começaremos por descrever o *percurso* histórico, desde o recenseamento feito pelo Centro de Estudos Territoriais em 1992 (CET, 1992a e 1992b) até aos eventos mais recentes relativamente ao processo de realojamento no sentido de sistematizar os acontecimentos¹. Resumidamente, os passos mais marcantes no processo de realojamento foram (i) a instalação de um gabinete técnico, o Gabinete de Intervenção Local (GIL) em 1999, cujas funções passam quase exclusivamente por questões inerentes ao processo de realojamento; (ii) o realojamento de cerca de 100 agregados familiares em 2002 para o bairro de habitação social Dr. Alfredo Bensaúde contíguo à Quinta da Vitória; (iii) as demolições de casas que ocorreram no Verão de 2006 e respectiva resistência. Será dado lugar de destaque à mudança do local de culto (2004) apenas no capítulo 7, uma vez que, embora tenha ocorrido no contexto do processo de realojamento, é um acontecimento que requer análise própria.

5.1. O RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO RESIDENTE (1992)

O recenseamento na Portela realizado em 1992 pelo Centro de Estudos Territoriais ainda antes do Decreto-Lei do PER indicia o interesse da Câmara de Loures em conhecer a população residente em bairros de *barracas*. Foi este recenseamento que serviu de base para o início do processo de realojamento. Todos os agregados e

¹ No capítulo 2, ao descrever o bairro e a população, alguns acontecimentos foram já mencionados.

respectivos elementos que então viviam no bairro teriam direito ao realojamento. Foram realizadas duas actualizações, em 2000 e em 2003, destas vezes já de acordo com o primeiro recenseamento, ou seja, levando em conta apenas as famílias que então tinham sido então recenseadas. Os agregados familiares ou os elementos isolados que chegaram entre o recenseamento de 1992 e a actualização dos dados do bairro por parte do município de Loures em 2000, ou foram incorporados nos processos já iniciados, ou não foram de todo incluídos, passando a ser considerados “não PER” a partir dos levantamentos que confrontam os dados actualizados com os dados do recenseamento.

Em 1992, o recenseamento representava uma primeira aproximação no que diz respeito aos problemas de habitação no bairro; uma aproximação sistemática, de porta a porta, englobando, em princípio, todos os moradores. Nessa altura foram recenseados 333 agregados familiares num total de 1556 residentes (CET, 1992a), perfazendo cerca de 10% do total das famílias do concelho de Loures a residir em bairros de *barracas*².

Também relevante no processo de recenseamento que, sublinhamos, constituiu o primeiro e provavelmente único esforço de sistematização de dados relativos a toda a população do bairro, são os casos omissos, relativos a moradores no bairro que não estavam presentes no momento do recenseamento ou que, por outra razão, temeram ser inscritos. A situação de não inscrição no recenseamento mais comum é relativa aos trabalhadores na construção civil que ficavam fora do bairro por períodos prolongados³. No caso da Quinta da Vitória, não são raras as situações de moradores hindus que passavam, à época, períodos longos de trabalho no Algarve, então em grande expansão na área da construção. Além desta situação, as dificuldades em compreender os objectivos do recenseamento, a par das dificuldades sentidas pelos recenseadores, uma vez que parte dos moradores não dominava a língua portuguesa, contribuíram para mais algumas falhas no recenseamento. No caso da Quinta da Holandesa, onde uma grande parte dos moradores pertencia a famílias hindus, Susana Pereira Bastos duvida se os recenseadores explicaram que o recenseamento se destinava a preparar um futuro

² Em 1995 os totais relativos aos bairros de *barracas* no concelho de Loures eram: 3610 *barracas*; 3904 agregados; 13940 residentes (IGAPHE, 1995: 40). No relatório da DMH de Loures 1994-1997, a contagem era já diferente: 4298 agregados; 3981 *barracas*; 15337 residentes (DMH, 1997: 21).

³ No Manifesto dos moradores dos bairros afectados pelas demolições de 2006 pode ler-se, a este respeito: “Muitos moradores, chegados aos bairros antes de 1993, não foram incluídos no PER. Nós, por exemplo, que somos trabalhadores da construção civil, fomos excluídos. O nosso trabalho exige frequentes deslocações durante dias seguidos aos locais das obras. Essa é a razão da nossa ausência do bairro e da nossa falta de informação durante o recenseamento.” (v. o Manifesto em anexo).

realojamento, uma vez que ninguém, no terreno, lhe falara de realojamento. Em resposta ao seu comentário, tecido no Seminário *Bairros Sociais. Novos rumos novas realidades* realizado em 1990 em Oeiras, dizem-lhe que houve muitas dificuldades no recenseamento porque as pessoas não falavam português⁴.

5.2. OS PRIMEIROS PASSOS DO PER NA QUINTA DA VITÓRIA (1995-2000)

A candidatura do município de Loures propondo aderir ao PER foi aprovada, e o contrato foi celebrado com o IGAPHE em Janeiro de 1995, englobando a Quinta da Vitória, que corresponde ao núcleo 5-PER do concelho de Loures. Depois do recenseamento de 1993, a seguinte tentativa de recensear a população do bairro foi apenas em 2000⁵, pouco depois de ter sido instalado, perto do bairro, um Gabinete de Intervenção Local (GIL). De 1995 a 2000, o principal acontecimento no âmbito do processo de realojamento foi o realojamento das famílias que residiam à beira da antiga Estrada da Circunvalação em frente ao Ralis, em 1998. Devido às obras de reestruturação das vias de acesso à Ponte Vasco da Gama, agregados da Quinta da Vitória e outros provenientes de Moscavide foram realojados no bairro de realojamento que adoptou o mesmo nome do bairro de *barracas*, Quinta da Vitória, financiado pela Lusoponte e localizado contiguamente ao bairro camarário. O bairro de realojamento Quinta da Vitória é contíguo ao bairro camarário e, por isso, é chamado localmente bairro camarário. Assim sendo, e tendo em conta que o bairro de realojamento e de *barracas* têm o mesmo nome, chamaremos doravante bairro camarário ao bairro de realojamento Quinta da Vitória, por questões de clareza do texto. O bairro camarário da Portela é sobretudo composto de habitações com apenas dois pisos, com logradouros grandes, e foi construído no âmbito do programa das casas de Auto-acabamento, em que a Câmara construía as casas e os moradores efectuavam os acabamentos interiores das casas, tal como referido no capítulo anterior. Os moradores da Quinta da Vitória, depois de verem alguns dos seus vizinhos a residirem naquele bairro, manifestaram (no decorrer do

⁴ No Seminário referido, a antropóloga também teve oportunidade de falar sobre as conclusões do estudo que fizera na Quinta da Holandesa (INH, 1990: 211), publicado nesse ano pelo LNEC (Bastos, 1990).

Noutro seminário, admite-se que se deveriam incluir as pessoas que não foram abrangidas pelo recenseamento: “É importante estar aberto para a criação de soluções quanto à situação de pessoas que não foram recenseadas (...) bem como ter em conta casos de pessoas que foram incorrecta ou insuficientemente informadas (...)” (Fórum “Exclusão social e Estabelecimentos humanos”, 1995).

Em todo o caso, os moradores nem sempre foram correctamente informados.

⁵ Tanto o levantamento de 2000 como o de 2003 (Costa e Romeiras, 2003) são actualizações dos agregados PER e não incluem os novos residentes no bairro.

estágio que realizei em 2000) o desejo de que o seu realojamento fosse feito em condições semelhantes: num bairro perto do seu actual local de residência e dos seus vizinhos, e de preferência em prédios com poucos andares (Cachado, 2000).

O primeiro sinal visível do PER no bairro foi a instalação do GIL⁶ no bairro camarário no início do ano de 1999. Uma das primeiras tarefas do Gabinete foi a actualização dos agregados familiares, em 2000. Começaram também os atendimentos às famílias no Gabinete e as visitas domiciliárias. Os processos familiares de habitação começavam a ficar recheados de documentos, pedidos pelos técnicos, primeiro para actualizar o efectivo de moradores e atender a pedidos de inserção de novos parentes nos processos e depois relativamente à situação profissional e escolar, como veremos na análise dos processos que faremos no próximo capítulo.

5.2.1. O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES JUNTO DA POPULAÇÃO DO BAIRRO

O ano de 2000 foi talvez o ano em que as expectativas dos moradores relativamente ao seu realojamento estiveram mais altas em parte porque outras instituições além do GIL reforçavam o seu papel junto da população, promovendo uma presença de técnicos no bairro sem correspondência noutras alturas. Enumeram-se de seguida as diversas instituições que tiveram uma presença mais forte nessa altura.

Da parte da edilidade, (1) o Gabinete de Assuntos Religiosos e Sociais Específicos (GARSE) esteve presente através de um estágio profissional em Antropologia (Cachado, 2000). Com o objectivo de conhecer melhor uma comunidade religiosa a residir num bairro precário, os seus propósitos distanciavam-se dos do GIL, com um papel de controlo da população para fins de realojamento. Contudo, para os moradores, aquele estágio despoletava reacções ambivalentes⁷, uma vez que tanto o GIL como o GARSE pertenciam (e pertencem) à Câmara Municipal de Loures, que os moradores entendiam como sendo a entidade detentora do poder de efectuar o realojamento e a quem estes Gabinetes transmitiriam informações sobre a população.

⁶ Os GIL são extensões da DMH da Câmara Municipal de Loures. O primeiro GIL a iniciar actividade foi o GIL da Apelação, em Janeiro de 1999.

⁷ Nos primeiros meses de terreno, em 2000, a minha identificação com a Câmara ora desencadeava confiança, uma vez que poderia ser uma interlocutora no processo de realojamento, ora desconfiança, uma vez que poderia informar a Câmara relativamente ao que conhecia/percebia no terreno.

Depois, ao nível dos projectos do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza (PNLCP), o (2) Centro Social e Cultural da Paróquia da Portela⁸, que prestava apoio social à população, desenvolveu nesse ano o projecto “Integrar Para a Mudança” que procurou dar continuação ao projecto realizado anos antes. Este projecto tinha uma vertente socioprofissional. Os objectivos específicos eram contribuir para a alfabetização das pessoas que não dominavam a língua portuguesa, dar formação em actividades domésticas, com vista a um realojamento previsto para breve. Em 2000, houve uma presença frequente de duas técnicas de Serviço Social daquele Centro Social e Cultural no bairro, sendo que uma delas, Hélia Correia⁹, veio a integrar a equipa do GIL, no final do ano seguinte.

Uma outra instituição, (3) a Associação de Intercooperação e Desenvolvimento (INDE), por seu lado, desenvolveu o programa “Integrar” em diversos bairros, incluindo a Quinta da Vitória, que tinha o objectivo de articular duas vertentes: o *Bairro Itinerante* que visava, sobretudo, a integração socio-económica (informação sobre emprego e formação profissional) e o *Projecto Andante*, que propunha o desenvolvimento comunitário através da capacidade que o projecto teria de articulação com a comunidade. Na prática o que se pretendia era que se formasse uma associação de jovens no bairro, o que não foi possível concretizar¹⁰.

Por fim, mas nem por isso menos importante, importa referir um (4) projecto de Saúde Pública promovido através do Centro de Saúde de Moscavide, com uma enfermeira que se especializava então nessa área da Saúde, e que visitava regularmente o terreno. Acompanhei o projecto de perto, seguindo muitas das suas visitas ao bairro, constatando que, ao contrário de outros projectos, este projecto de Saúde Pública, teve uma aceitação muito grande no bairro. As razões que então aponte para esta situação prendiam-se com o facto de a saúde ser uma área da vida com uma importância incontornável; nesse

⁸ Esta instituição é particularmente importante para a população hindu local pois durante largos anos cedeu as suas instalações para a realização de cerimónias religiosas, sobretudo casamentos (à semelhança do que se passou também, ao longo de mais de 20 anos, nas instalações da Paróquia de São João de Brito, em Alvalade).

⁹ Cujas Tese de Mestrado (Correia, 2004) tem sido referida em vários capítulos, bem como parte do conteúdo da entrevista.

¹⁰ De acordo com Manish Fernandes, então a desenvolver projectos comunitários na INDE, as razões para o fraco sucesso do programa deveram-se ao facto de o projecto ter sido pensado para vários bairros (pelo que a atenção àquela população não era total) e, por outro lado, porque aderiram poucas pessoas. O principal contributo foi na prestação de informações relativamente a emprego e formação profissional, um serviço que continuou a ser prestado, mesmo depois da conclusão do programa, já sem financiamento.

sentido, o desenvolvimento da confiança nos técnicos de saúde seria mais imediata do que o desenvolvimento da confiança relativamente a outros técnicos a actuar no terreno.

Além destas presenças no bairro, há que referir uma presença continuada, muito embora a sua importância seja tão grande em 2000 como nos restantes anos da vida do bairro, desde 1985. A (5) Obra da Fundação de N. Sra. da Purificação, a funcionar muito próximo do bairro, a Este da Quinta da Vitória, presta apoio à população sobretudo na área da educação, possuindo uma creche, Jardim de Infância e Actividades de Tempos Livres para crianças a frequentar o primeiro ciclo (até ao 4º ano de escolaridade). A nível de apoio social, a Obra distribuía, durante vários anos, comida e vestuário às famílias mais carenciadas e presta, ainda hoje, assistência social através de consultas de aconselhamento familiar.

5.2.2. A EDIFICAÇÃO DO BAIRRO SOCIAL DR. ALFREDO BENSÁUDE

Além da presença acentuada das instituições no bairro, a construção de um bairro social composto de 415 fogos para habitação social ao lado da Quinta da Vitória reforçou as expectativas dos moradores relativamente ao realojamento. A construção visível de três quarteirões de prédios de habitação, iniciada em 2000, provocou o boato de que aquele bairro seria para realojar os moradores do bairro, o que, de facto, parecia fazer mais sentido. Só muito perto da conclusão das obras, em meados de 2001, é que se soube que o bairro seria para moradores de bairros degradados no concelho de Lisboa, uma vez que aquele terreno pertencia já à capital. No entanto, a força dos boatos era maior do que as más notícias. Importa aqui referir que os boatos podem funcionar como uma das formas de expressão do *registro escondido* das populações subordinadas, à semelhança de outras formas elencadas por Scott (1990) como o disfarce, o eufemismo, a superstição, entre outras (Scott, 1990: 136-82). Tal como já referimos anteriormente (tema a que voltaremos adiante), uma parte das famílias da Quinta da Vitória viria mesmo a ser realojada naquele bairro, em 2002. Reforçados pelo facto de algumas famílias da Quinta da Vitória estarem indiciadas para o bairro social Dr. Alfredo Bensaúde, os boatos continuaram, até que as famílias vindas de Lisboa, sobretudo do bairro da Curraleira, se instalaram em cerca de três quartos da totalidade dos fogos. Uma vez que o grosso da construção do bairro e boatos associados se deu ao longo do ano de 2000, esse facto funcionou, juntamente com a presença visível e constante de

trabalhadores sociais no bairro, como mais uma *confirmação* de que o realojamento estaria para breve.

5.3. O REALOJAMENTO PRINCIPAL (2002)

Como já aflorámos no capítulo 2, o realojamento principal da Quinta da Vitória foi realizado entre o fim do ano de 2001 e meados de 2002. Embora tenha sido um realojamento no âmbito do PER, foi apenas através de um protocolo com o município de Lisboa e da Empresa Municipal da área respectiva (a Gebalis), e não apenas dependente da Câmara de Loures, que se puderam realojar 100 famílias da Quinta da Vitória para o bloco C do bairro social Alfredo Bensaúde¹¹ que, na figura seguinte, é o quarteirão mais à esquerda. Os dois municípios elaboraram um protocolo para este realojamento em Outubro de 2001. Rapidamente se concluíram os processos de habitação de 100 famílias da Quinta da Vitória. Primeiro foram realojadas 30 famílias, em Novembro de 2001, e as restantes 70 no início do Verão de 2002¹².



Figura 8 – Vista do projecto do bairro social Dr. Alfredo Bensaúde, Manuel Nunes Arquitectos, Lda.

Fonte: <http://ulisses.cm-lisboa.pt> (16/11/2006)

¹¹ Assim, tanto os dois momentos de realojamento da Quinta da Vitória no âmbito do PER (o que foi financiado pela Lusoponte e o que foi potenciado com o auxílio da Gebalis) incluíram parcerias entre a Câmara de Loures e outras entidades, fazendo com que os realojamentos não dependessem exclusivamente da responsabilidade da edilidade.

¹² De acordo com os técnicos de Serviço Social com quem falámos, não é alheio a este protocolo entre as duas edilidades e consequente rapidez no processo o facto de terem havido eleições autárquicas em Março de 2002.

A celeridade deste realojamento parcial contrasta com o restante tempo do processo de realojamento em geral. Para todos os efeitos, o início das expectativas de realojamento na Portela para os moradores começou em 1993¹³ e estava previsto terminar em 2007, de acordo com os aditamentos do Boletim Municipal de Loures de Março de 2005¹⁴. A técnica de Serviço Social então em funções no GIL da Quinta da Vitória justifica a rapidez destes 100 realojamentos:

“Nem sequer houve oportunidade de fazer a escolha das situações problemáticas. Tínhamos de libertar aquele espaço, independentemente se eram as pessoas carenciadas ou não. Porque se tivéssemos que ir às pessoas carenciadas, tínhamos feito um estudo e ficava tudo disperso. A condição de Lisboa era libertar aquela faixa”. (Entrevista, 12/04/2005).

Como se compreende pela citação, o protocolo exigia que a Câmara de Loures juntasse os processos de habitação das famílias inscritas no PER que residissem mais perto do próprio bairro de realojamento¹⁵. Esses processos foram entregues à Gebalis, que completaria o processo. Acompanhei sobretudo o segundo momento deste realojamento, em Junho de 2002, quando a Gebalis fez a entrega das chaves das novas casas, na sede da Caixa Geral de Depósitos, no centro de Lisboa. Dias antes houve uma reunião na igreja do Cristo Rei, junto ao Centro Comercial da Portela, para dizer como se iria proceder à entrega das chaves e quais os direitos e deveres das famílias realojadas. O dia 26 de Junho foi o dia da entrega das chaves. As famílias recebiam, à vez, as chaves e documentação do contrato de arrendamento social e saíam da sala com grande contentamento. A alegria demonstrada pelas famílias neste momento tem sido salientada como grande mais-valia dos realojamentos, e ajuda os técnicos a reduzirem a importância dos factores negativos do realojamento¹⁶. Não é para menos: algumas pessoas emocionam-se, mostram risos verdadeiros e luminosos; *são muitos anos à*

¹³ O protocolo para o início do PER em Loures só foi assinado em 1995, mas o facto de o recenseamento na Portela ter sido contemporâneo com a legislação do PER marca o início das expectativas de realojamento no bairro.

¹⁴ O Boletim Municipal (BM) de 18 de Março de 2005, aprovado em Assembleia Municipal, contém a reprogramação do PER, com nova calendarização para os realojamentos. Estavam previstos 100 realojamentos até final do ano de 2005; 68 em 2006 e 54 em 2007. No Boletim Municipal nº18, 2005: 27 pode ler-se que o PER estaria totalmente concluído no concelho de Loures até 2009.

¹⁵ Voltaremos à questão das *situações problemáticas* referidas no excerto da entrevista, no capítulo seguinte.

¹⁶ Voltamos a citar (v. capítulo 4) Jorge Morgado: “(...) Para os mais cépticos [do PER], eu recomendaria a presença numa cerimónia de entrega das chaves (...)” (III Encontro sobre programas de realojamento INH 1997).

espera, repetem, mostrando que adquirir finalmente uma casa em habitação social é uma conquista.

Comparativamente com a situação residencial anterior, o que representa o aluguer de uma casa num bairro de habitação social, no imediato? Representa ter água corrente, sem falhas, com a possibilidade nova de deixar a água correr em vez de a reservar em diversos utensílios para as suas várias utilizações; representa ter uma morada diferente, que pelo menos nos primeiros anos de habitação no novo bairro não está associado a pobreza e a más condições de habitação. No caso específico do realojamento das famílias hindus neste bairro, representa também continuarem a ter os mesmos vizinhos, manterem os seus percursos quotidianos. De facto, o que mudam são as condições do alojamento. Depois, para cada família, representa coisas diferentes – qualquer generalização seria excessiva¹⁷. Contudo, não resistimos a salientar as recorrências registadas nas primeiras impressões de moradores relativamente à casa: *sala grande mas cozinha pequena e paredes más*, tecendo curtas críticas à disposição da casa e à qualidade dos materiais, situações também já assinaladas por Correia (2004: 83-9). A preocupação mais relevante nessa altura para as famílias hindus, porém, era com a sagração do novo espaço doméstico, o ritual denominado *vastum*. As cerimónias de inauguração das casas deram-se nos dias seguintes, presididas pelos casais titulares das casas e ministradas pelo *maraj* que mais rituais celebrou ao longo dos anos na Portela, Kirit *maraj*. Outra prioridade constatou-se na compra de mobília nova. Em diversos casos, as famílias apenas mudaram efectivamente de casa depois de comprarem os móveis novos, que deviam ser, de acordo com os moradores que o manifestaram, de *boa qualidade, para durar*. A mobília antiga foi deixada na *barraca* que iria abaixo meses depois ou cedida a vizinhos.

Cerca de um mês depois deste realojamento, as *barracas* que pertenciam às famílias recém-realojadas e que, portanto, estavam vazias, foram demolidas. Toda uma faixa do território que o bairro ocupa foi demolida, vagando quase um hectare de terreno. O desolamento do bairro derivado destas demolições transpareceu nos moradores que ficaram por realojar. Mas além da demolição das casas de famílias realojadas no bairro Dr. Alfredo Bensaúde, foram também demolidas outras casas localizadas na mesma zona da Quinta da Vitória, casas de famílias que não preenchiam os requisitos

¹⁷ Deixamos esse exercício para as investigações que se centram na satisfação residencial.

necessários para o realojamento. Algumas famílias ficaram, assim, sem alojamento. Nem *barraca*, nem realojamento. De acordo com os discursos locais, houve famílias que foram retiradas de casa à força. Os agentes vieram em 10 carrinhas da Polícia de Segurança Pública (PSP). Ainda de acordo com o que nos foi relatado, ora de forma mais ressentida, ora de forma mais apaziguada, sem poder de resposta, entre as famílias tiradas à força estava uma mãe viúva e um bebé pequeno, e uma família inteira que tem dois filhos portadores de deficiência. Os seus bens foram apreendidos. A revolta demonstrada por alguns habitantes em curtos relatos viria a ser o primeiro sinal de que a adaptação e as estratégias informais nem sempre são as principais formas de agir na Quinta da Vitória. Como veremos adiante, em 2006, uma parte da população hindu viria a manifestar-se pelo direito à habitação.

No dia em que me descreveram as demolições forçadas em 2002, a população hindu recebeu no seu templo Moraribapu, um guru indiano, que veio acompanhado de Kantilal Jamnadas, o presidente da associação Templo de Shiva, de Santo António dos Cavaleiros. Apesar de o bairro não estar nos seus melhores dias, o guru foi recebido com grande empenhamento da população hindu. Além de se vestirem propositadamente para o receber, as crianças lançaram flores à sua passagem e foi conduzido até ao Jai Ambé *mandir*, onde abençoou o espaço. A sua visita foi curta e pouco atenta às necessidades dos moradores que se lhe dirigiam com grandes cumprimentos e demonstrada submissão dos devotos, o que contrastou com a recepção descrita. Este episódio serve para demonstrar a intersecção de variáveis concorrentes para perceber o processo de realojamento no bairro tendo em conta a população hindu e para olhar para as contradições aparentes de uma população a braços com um processo de realojamento complexo: o bairro perdeu uma *ordem* que tinha antes destas demolições, e os moradores recentes do bairro social têm pena dos moradores das *barracas*. Estes, por seu lado, sentem-se impotentes para melhorar a sua situação habitacional e resta-lhes a sujeição às autoridades, que pouco explicam sobre as demolições forçadas. Ainda assim, o tempo religioso é vivido tão intensamente como em alturas mais tranquilas para o bairro.

As *barracas* das famílias realojadas foram demolidas cerca de um mês depois dos realojamentos. A Quinta da Vitória, a partir das demolições do Verão de 2002, ficaria com uma nova imagem: um cenário de casas *partidas* (vocabulário local), convivendo com casas inteiras. As crianças passam a ter mais um espaço de brincadeira: os

destruções das casas, no período prolongado entre as demolições e a remoção dos destroços. Entre o realojamento de 2002 e a instalação do novo templo no bairro de realojamento no Verão de 2004, quase nada se adiantou para as famílias que ficaram à espera. Por um lado, as famílias realojadas verbalizam a incompreensão relativamente ao facto de as outras famílias continuarem à espera de realojamento. Por outro, as famílias que esperam são confrontadas por vezes com soluções que diferem em muito da solução que tiveram as famílias já realojadas: o realojamento isolado num dos bairros sociais do Concelho de Loures, onde casualmente vaga uma casa, e o PER-Famílias, uma figura jurídica que constitui uma alternativa ao realojamento em habitação social, já referida no capítulo anterior (e a que voltaremos no capítulo que analisa os processos familiares de habitação). Resumidamente, o objectivo era dar a possibilidade às famílias de adquirem um habitação a baixo custo, prevendo uma taxa de esforço¹⁸ para a família à volta dos 40%. O restante em dívida ficaria a cargo do IGAPHE e da Câmara de Loures. A maior dificuldade para a aplicação deste programa foi encontrar casas dentro dos preços máximos anunciados pelo diploma para cada tipologia. (ver desdobrável sobre Per-Famílias, em anexo). Já em 1999, no *Diagnóstico à implementação do programa PER nos municípios das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto*, as autoras referiam nas propostas e sugestões para o PER na AML que esta portaria deveria ser revista, uma vez que os valores estipulados eram muito baixos (Guerra et al., 1999: 95-6). O Engenheiro Flores Santos, em entrevista já referida anteriormente, sublinhava com conhecimento prático que “não há casas àquele preço, nem em segunda mão” (12/12/2006). No terreno, os informantes repetem que para conseguir casas aos preços sugeridos, tem de se ir para muito longe (e.g. DC 20/06/2006)¹⁹. Contudo, várias famílias tentaram comprar uma casa ao abrigo do PER-Famílias, mostrando-se apenas inclinadas para esta opção, ao perceberem que não havia alternativas²⁰.

¹⁸ A taxa de esforço corresponde, em termos latos, à percentagem de orçamento que é dispendida por um agregado no pagamento periódico de um imóvel adquirido por empréstimo bancário.

¹⁹ Neste dia em concreto o fiscal da câmara que acompanhou as demolições que se verificaram nesse dia reconheceu essa situação, ao mesmo tempo que criticou as famílias por não aceitarem os realojamentos isolados propostos pela Câmara.

²⁰ Esta afirmação resulta de uma *impressão* do técnico de Serviço Social do GIL, em Abril de 2004. Aliás, por mais do que uma vez, a DMH pediu aos técnicos de Serviço Social para sensibilizar as famílias para o PER-Famílias, precisamente porque o realojamento em habitação social era uma incerteza. Este facto foi constatado nos processos de habitação, que referem os pedidos de informação sobre como se processa o PER-Famílias e respectivos atendimentos que informam as famílias sobre aquele diploma.

5.4. DE UM LADO E DO OUTRO DO REALOJAMENTO. ADAPTAÇÃO EM DOIS BAIRROS CONTÍGUOS ESPACIALMENTE

As famílias hindus subdividem-se, desde o realojamento de 2002, em residentes das *barracas* e dos *prédios* (o bairro de habitação social) que correspondem aos dois lados do bairro, divididos por uma rede que passou a delimitar o espaço vazio deixado pelas casas demolidas, estabelecendo uma separação, que é posta em causa sobretudo pela comunidade hindu local. Continuando unidas pela frequência do mesmo templo e organização dos respectivos rituais do calendário religioso, o quotidiano das famílias hindus contribui para esbater as diferentes designações dos respectivos aglomerados residenciais onde moram. Se há algum factor inequívoco para apelidar esta população de comunidade, está nesta *contestação*²¹ quotidiana da separação artificial entre o bairro de *barracas* e o bairro social. As famílias de um lado e do outro têm vários pontos em comum recordados: a história da sua vida enquanto residentes no bairro da Quinta da Vitória e, em última análise, de pertença a este local. Esta pertença verifica-se sobretudo a partir do olhar dos não moradores: *da Portela* é como são conhecidos entre os hindus residentes noutras zonas da AML, quer residam nas *barracas* quer residam nos prédios. Para os técnicos de Serviço Social e para outros trabalhadores sociais, são a comunidade hindu da Quinta da Vitória, qualificada genericamente de *muito unida*, expressão recorrentemente utilizada pelos trabalhadores sociais que de alguma forma lidam com as famílias hindus da Quinta da Vitória e do bairro Dr. Alfredo Bensaúde. Por fim, do ponto de vista da pesquisa, ao analisar o período a seguir ao realojamento parcial de 2002, verificámos que as famílias hindus de um lado e do outro da rede vivem um processo de adaptação partilhado. Exploramos em seguida um primeiro tempo de adaptação, nos dois *lados* do bairro

5.4.1. VIDA NOVA NO BAIRRO SOCIAL

Do lado do bairro social Dr. Alfredo Bensaúde, as famílias adaptam-se à nova casa e aos novos vizinhos²². Adaptam-se, também, às várias contas para pagar; às avarias cíclicas das portas dos prédios, das caixas do correio e dos elevadores. Os elevadores

²¹ O destaque em itálico requer, aqui, explicitação: esta é mais uma contestação inconsciente, não referida pelos moradores, perceptível ao observador que denota uma fronteira entre os dois espaços residenciais a par de um atravessamento entre os dois espaços, feito sobretudo pela população hindu. Este tipo de contestação poderia entrar no registo escondido de Scott (1990).

²² V., a este propósito, capítulo 2.

dos prédios do bairro social, como de muitos outros bairros sociais, são elevadores adquiridos a baixo custo. Contudo, são elevadores com funções digitais. A excessiva pressão nos botões pode bastar para avariá-los. Adaptam-se, muitas vezes, a novas configurações do agregado familiar. Na situação anterior, nas *barracas*, muitos grupos domésticos hindus tinham uma composição extensiva, com pai, mãe, filhos (homens), noras e netos, reproduzindo o *ideal* tradicional da família hindu²³; nos *prédios*, os fogos são habitados por agregados familiares simples, apenas com pai, mãe e filhos, e já não com sogra e cunhadas (no caso de um ego feminino).

Um dos principais acontecimentos no início de vida no novo bairro foi relativamente à utilização das garagens²⁴. Cedo, os moradores descobriram que a utilização das garagens para estacionamento deveria ser pago. Por isso, as pessoas preferem estacionar os carros junto aos prédios, onde há estacionamento suficiente para o número de carros. Mas descobriram também que poderiam aceder às garagens através do elevador. Durante o ano de 2002 e 2003, os moradores utilizavam as garagens para festas de aniversário e outras festividades. Contudo, houve denúncias de que as garagens seriam por vezes utilizadas para consumo de drogas e as garagens foram fechadas. As garagens perdiam assim qualquer tipo de utilidade. Por isso, os moradores que vieram dos bairros lisboetas, sem espaço para o culto evangélico, abriram a parede que dá acesso a garagem para aí realizarem os seus rituais. Esta acção foi contrariada com a reposição dos tijolos, mas a insistência dos moradores acabou por manter a utilização da garagem para fins religiosos. É curioso notar que as instalações para o culto evangélico foram, durante anos (2002-2008) exactamente na *garagem* que fica por baixo das instalações do novo templo hindu, no rés-do-chão do prédio C1.

Quanto às sociabilidades das famílias hindus, registam-se poucas alterações. É novidade um campo de jogos entre o quarteirão B e C. No ano de 2003 havia apenas um café. No final do ano foi inaugurada uma loja no quarteirão B, de uma família hindu. Muitas das formas de convívio mantêm-se no bairro Quinta da Vitória, onde ainda estava instalado

²³ Contudo, sobretudo devido às implicações da imigração recente (e tanto na Quinta da Vitória como noutras zonas da AML, como ainda em Leicester, onde fiz duas pequenas incursões etnográficas), por vezes é o homem recém casado que se afasta da família de origem, invertendo situações de influência familiar sobre novos elementos por via do casamento. Conhecemos ainda diversas situações em que as mulheres depois do casamento mantêm um contacto muito próximo, mesmo geograficamente, relativamente à família de origem.

²⁴ Em conversas com outros investigadores na área e trabalhadores sociais, apercebi-me de que era recorrente que a utilização das garagens constituísse um conflito inicial nos bairros sociais.

o templo, dois cafés e uma loja. Nesse Verão, o percurso do *janmashtami*, uma cerimónia do calendário hindu que implica um cortejo à volta do bairro²⁵, realizou-se totalmente na Quinta da Vitória, sem passar pelos prédios. Nessa altura, a família que instalara o templo na Quinta da Vitória previa a mudança para o novo espaço ainda no Verão, mas o templo só viria a ser inaugurado em Julho de 2004 (ver capítulo 7). Só depois da instalação do novo templo é que o percurso do *janmashtami* passou a integrar uma passagem pelos prédios.

5.4.2. E VIDA NOVA NAS BARRACAS

Do lado das *barracas*, as famílias hindus começam a desconfiar das razões que levaram os técnicos responsáveis a escolher uma área do bairro em detrimento de outra para realojar. Os factos mais apontados para justificar esta desconfiança eram que tanto a família cujo titular era um dos representantes hindus da antiga associação de moradores do bairro, como a família responsável pelo templo na Quinta da Vitória foram realojadas no bairro social Dr. Alfredo Bensaúde. Esta coincidência levantava suspeitas entre os moradores das *barracas* que ficaram por realojar de que algumas famílias teriam sido beneficiadas em função da sua influência no bairro²⁶. Depressa se passaram a ouvir situações de famílias que deveriam ter tido prioridade no realojamento devido a condições de saúde complexas, mas as indignações demonstradas no terreno²⁷, sobretudo feitas de forma isolada e raramente dirigidas formalmente às entidades responsáveis, não tiveram respostas por parte dos serviços. Importa referir que esta postura individualizada por parte das famílias relativamente à manifestação das suas necessidades em termos de habitação e da sua indignação em termos da selecção de famílias para realojamento foi muito mais recorrente no bairro durante estes anos após o

²⁵ No *sravan*, o mês do calendário hindu com maior frequência de rituais celebra-se, entre outras importantes festividades, o nascimento de Krishna, o Janmashtami. Sobre a realização desta festividade no bairro v. capítulo 7.

²⁶ O solucionamento residencial acelerado para as famílias influentes dos bairros degradados é, de acordo com algumas activistas pelo Direito à habitação, uma situação comum, que visa dismantlar redes emergentes (ou potencialmente emergentes) de moradores que lutem pelo acesso à habitação.

²⁷ No Verão dos realojamentos e das demolições, houve moradores que me dirigiram queixas de forma exaltada e manifestando grande incompreensão face ao processo de realojamento que estava a ser levado a cabo para uns e não para outros. Estas posturas foram sendo acalmadas ao longo dos anos seguintes, mas houve momentos, em eleições ou noutras épocas de visitas de responsáveis políticos, que moradores se lhes dirigiram directamente. Estas formas verbalizadas de contestação realizaram-se sobretudo individualmente levando-me a interpretar, durante anos, que as famílias hindus do bairro levavam a cabo preferencialmente estratégias de contestação individualizadas, em detrimento de estratégias colectivas. Em 2006, v. 5.6., esta interpretação foi posta em causa, contribuindo para abrir o leque de possibilidades nas formas de responder à demora do processo de realojamento.

realojamento de 2002 do que uma postura das famílias em conjunto, que apenas se verificou quando das demolições em 2006. As famílias preferiram procurar manter aquela postura porque acreditavam que seria mais problemático se se revoltassem contra os serviços da câmara. Apesar de, em trabalho de campo, ter ouvido muitas vezes que *aqueles que levantam voz conseguem sempre*, as acções das famílias hindus para manter o seu direito ao realojamento ou para tentar acelerar o mesmo foram sobretudo muito informais, de forma individualizada, reflectindo de certa forma aquilo a que Scott chama o *registo escondido* (Scott, 1990, op. cit.). Relevamos aqui algumas situações para exemplificar: (1) oferta de doces no *ankut*, dia do ano novo hindu, no GIL; (2) convites aos técnicos de Serviço Social para ir a casa ver a situação habitacional e posterior oferta de pequenos lanches; (3) convites para assistir às festividades religiosas do calendário hindu²⁸. O convite para conhecer a casa por parte de um devoto hindu revela uma abertura rara ao seu espaço doméstico. Os que aceitam o convite são, como os demais visitantes, honrados com a prestação de uma comensalidade não partilhada, ou seja, aos visitantes é-lhes oferecido algum tipo de alimento, considerando-os com um grande respeito, de uma *superioridade* ritualizada, como tradicionalmente, por exemplo, as esposas fazem com os maridos – estes comem primeiro; só depois a esposa tomará a sua refeição, muitas vezes a partir do que foi deixado pelo marido. Estas situações, se por si mesmas revelam uma disposição pouco comum por parte dos moradores do bairro e, por isso, referidas em conversas e entrevistas com trabalhadores sociais, dificilmente são percebidas pelos técnicos com o significado que realmente têm. É um exemplo que serve para demonstrar a atenção especial que por vezes é dada, sem o retorno esperado, aos trabalhadores sociais implicados no processo de realojamento.

No ano de 2003, o GIL procede à actualização dos agregados familiares da Quinta da Vitória, o que é entendido pela população como um sinal de que o realojamento das famílias que ficaram por realojar estaria para breve mais uma vez. Este levantamento foi pedido pela Divisão Municipal de Habitação (DMH) em Fevereiro desse ano e tinha o objectivo principal de projectar as tipologias para os possíveis realojamentos. De acordo com as autoras do relatório, a necessidade do levantamento devia-se ao “(...) elevado grau de mobilidade das famílias, ou elementos das mesmas, para fora do bairro e até mesmo no interior deste.” (Costa e Romeiras, 2003: 1). A preocupação com a

²⁸ Cf., também, Cachado, 2005, onde desenvolvo um texto preliminar sobre estratégias de resistência e de adaptação aos processos burocráticos por parte da população hindu da Quinta da Vitória.

mobilidade das famílias indianas foi uma constante dos serviços do GIL. Importa aqui referir que de facto algumas famílias inscritas no PER encontraram alternativa residencial ao longo dos anos de espera pelo realojamento, mas sobretudo a partir de 2002, quando se deu o realojamento mais intenso no bairro e quando as famílias que ficaram por realojar começavam a perder esperanças relativamente à sua possibilidade de realojamento efectivo. Ao encontrar alternativa residencial, estas famílias cediam as suas casas a familiares ou a pessoas com outro grau de afinidade com mais necessidades. A alternativa residencial mais comum foi a imigração para Inglaterra, sobretudo Leicester e Londres, onde apesar das más condições iniciais (como a sobreocupação) as famílias preferem viver, devido sobretudo a três ordens de factores: (1) a celeridade do Estado inglês na cedência de aluguer social de casas; (2) a facilidade de encontrar emprego e (3) o peso simbólico deste destino migratório (cf. Bastos, 2006). Estas situações levaram os serviços a *vigiar*²⁹ a população hindu, fenómeno a que voltaremos no capítulo seguinte, ao analisar os processos de habitação.

As visitas ao bairro por parte do GIL com esta finalidade foram efectuadas em Março e Abril desse ano³⁰. No relatório refere-se que os agregados “não PER” não foram considerados para a projecção de tipologias de casas. Os totais identificados eram, então, 275 agregados PER e 65 agregados “ausentes” (que não residiam nas *barracas* com carácter permanente, de acordo com as autoras). Tendo em conta que o número de agregados identificados na actualização de 2000 foi de 446 (Correia, 2004), faltava ainda realojar, em 2003, quase 40% dos agregados (38.34%). Outro dado importante a reter deste relatório são os números totais da população: 993 indivíduos (incluindo agregados não PER) residiam no bairro em 2003, face aos 1556 anteriores (CET, 1992b).

Mas esta iniciativa camarária apesar de aproximar pontualmente o GIL do espaço do bairro e dos seus moradores é contemporânea com um afastamento efectivo do GIL relativamente ao bairro. O gabinete abandona as suas instalações no bairro camarário da

²⁹ O termo aqui adoptado parte do inglês *surveillance*, que em português significa vigilância. O vocábulo inglês aqui é importante devido às interpretações críticas das relações de poder em contexto colonial (e.g. Cohn, 1997) importantes para perceber, no caso do contexto histórico dos hindus do bairro, a raiz das relações de subalternização face às instituições públicas. O itálico serve aqui para sublinhar estes possíveis níveis de leitura.

³⁰ Infelizmente não acompanhei este processo, uma vez que não tinha acesso às informações sobre as acções do GIL no bairro. Além disso, a minha presença no bairro nesse ano foi muito pontual devido à redacção da dissertação de mestrado.

Portela e vai para o Prior Velho, onde já funcionava o GIL da Quinta da Serra³¹ e de outros pequenos núcleos habitacionais situado no Prior Velho. No final do ano de 2003, a DMH juntamente com os técnicos em funções no GIL consideraram que não havia condições para trabalhar nas instalações da Quinta da Vitória (bairro camarário). Por um lado, na necessidade de reduzir custos para a autarquia e face ao facto de não estar previsto para breve novo realojamento parcial, e por outro, porque o GIL da Quinta da Vitória laborava isoladamente de outros contextos residenciais, este gabinete fechou e passou a funcionar no GIL do Prior Velho, juntamente com outros técnicos e com outros bairros. Primeiro o GIL no Prior Velho tinha instalações próprias, depois passou para as instalações da Junta de Freguesia. De acordo com um técnico de Serviço Social em funções no GIL desde o realojamento de 2002 (na altura como “observador”), a mudança para o Prior Velho foi importante para fomentar a troca de experiências e a ajuda mútua em dúvidas a nível técnico (DC Instituições, 04/04/2005). Eram maiores as vantagens em trabalhar juntamente com outros colegas ocupados com outros bairros, mas com situações por vezes semelhantes, do que trabalhar isoladamente, embora mais próximo do contexto residencial em si.

As informações que corriam nesta altura no bairro (em meados de 2004) fundamentadas em reuniões que algumas famílias tinham tido no GIL, era que a Câmara teria dito que não haveria grandes novidades nos próximos anos relativamente a realojamento e que, por isso, poderiam mesmo realizar pequenas obras de beneficiação das casas. Algumas famílias hindus adaptaram-se a esta situação, optando por se organizar para emigrar para Inglaterra deixando as suas casas vazias. Outras continuaram no bairro da Quinta da Vitória, à espera da mesma solução que lhes fora de alguma forma prometida desde o início do PER.

5.5. INDEMNIZAR EM VEZ DE REALOJAR (2005-2007)

Em Março de 2005 começaram a correr novos boatos no bairro Quinta da Vitória sobre novidades no processo de realojamento. Ouvia-se dizer que indemnizariam as famílias que estivessem inscritas no PER devido à suposta urgência do proprietário

³¹ Importa referir que a Quinta da Serra, um bairro com dimensões semelhantes às da Quinta da Vitória, tem sido alvo de um estudo antropológico aprofundado, com um enfoque sobre a urbanização informal e a arquitectura em contexto pós-colonial, por Eduardo Ascensão (Ascensão, 2008).

relativamente ao terreno. Um técnico da Câmara Municipal de Loures conjecturava³² que o Padre Brandão, da Sogiporto, proprietário do terreno, já tinha a ideia de indemnizar a população há vários anos, mas esta ideia só veio a ser incorporada pelo município de Loures em 2005. A construção das *barracas* foi permitida pelo proprietário, sobretudo depois do 25 de Abril, altura em que a ocupação dos terrenos era uma constante e os proprietários não queriam ser acusados de fascistas. As indemnizações poderiam ser uma alternativa num quadro em que houvesse oferta de casas a preços baixos para que a aplicação do PER-Famílias fosse maior, mas o que se veio a introduzir no bairro foi a aplicação de indemnizações sem acompanhamento da situação de habitação seguinte à da aceitação do dinheiro e da saída das casas. Nessa altura, algumas famílias haviam sido notificadas para realojamentos isolados, em bairros distantes da Portela, no concelho de Loures, situação que, no terreno, era invariavelmente vista como indesejável. As casas das poucas famílias que aceitavam o realojamento recebiam o edital para serem demolidas; outras começavam a ser notificadas para demolição por estarem *vazias*.

O município considerava *vazias* as *barracas* “não-PER”. Nestas *barracas* “não-PER” não era suposto haver reocupação habitacional do espaço deixado vazio pelas famílias que tinham encontrado alternativa residencial. As demolições de *barracas* que se enquadrassem nestas situações, gerou o medo de perder as casas, por parte das famílias que residiam nas casas de seus familiares que entretanto tinham encontrado alternativa residencial. Os técnicos que foram nessa altura ao terreno procuraram as casas *vazias*, no caso de ocupadas, perguntaram onde estavam os donos e se as pessoas lá residentes pagavam alguma renda. Estes moradores eram então informados de que não havia solução para os agregados familiares “não-PER”. Relativamente às *barracas* com famílias inscritas no PER, algumas famílias começaram a ser questionadas relativamente à sua disponibilidade para receber uma indemnização em vez do realojamento em habitação social, o que vinha corroborar aos poucos o rumor espalhado no bairro.

³² Comprometemo-nos a não divulgar a autoria destas informações, registadas em Diário de Campo/Instituições, 2006.

5.5.1. ALTERNATIVAS DOS MORADORES: ALUGAR UMA *BARRACA*, SUBALUGAR UMA CASA DE REALOJAMENTO OU EMIGRAR

Face às respostas ineficazes para o realojamento das famílias na Quinta da Vitória, surgiram no bairro relatos que corroboram as suspeições da Câmara quanto às alternativas residenciais e outros que corroboram a expectativa de realojamento. Por vezes, estes relatos acontecem dentro do mesmo agregado familiar ou as duas situações sobrepõem-se. Constatámos algumas situações que dizem respeito a famílias realojadas que alugam as suas casas que ainda não foram deitadas abaixo e outras, de famílias imigradas depois de terem sido realojadas, que procuram alugar as suas casas de habitação social a seus familiares. Apresentamos de seguida dois casos que exemplificam estas constatações.

C. vivia com o filho na casa dos pais, uma *barraca* que era pequena para demasiadas pessoas (10 no total). Foi viver para outra *barraca* com o filho, que era uma *barraca* de um “português”, que a vendeu ao primo dela. O primo entretanto foi para Londres e agora é ela que vive lá. Em Março de 2005, houve um técnico da Câmara que foi a esta *barraca* e perguntou-lhe se queria dinheiro pela casa, apesar de aquela *barraca* não ser PER, uma vez que já lá não estava a viver a família recenseada para o PER. Referiram-lhe três tipos de indemnização, dependendo do tipo de agregado: 2 mil, 5 mil e 10 mil contos. C. ficou na dúvida porque por um lado precisava do dinheiro e por outro preferia uma casa. De qualquer maneira, a *barraca* viria abaixo cerca de dois anos depois e C. foi indemnizada. Sem alternativa residencial, C. guardou o dinheiro e vive actualmente na casa do tio, que entretanto imigrou para Londres, pagando-lhe a renda, numa casa no bairro social Dr. Alfredo Bensaúde. Por sua vez, o tio de C. deixou a sua *barraca*. A chave dessa *barraca* ficou com C., para que esta alugasse a casa a terceiros: “Sabe como é, a gente para a Câmara diz que emprestou casa, mas aluga”. O antigo dono da *barraca* conseguiu comprar uma casa na Urbanização da Portela, mas quer manter o direito a uma casa de realojamento, num bairro social. A justificação prende-se com o facto de a renda da habitação social ser baixa e ter condições para receber familiares que vêm de longe. Neste segundo caso, o antigo dono aluga a *barraca* a alguém através de outra pessoa, com esperança de manter o direito ao realojamento.

Num segundo caso, H. paga o aluguer de uma *barraca* a J. que por sua vez também aluga outra *barraca*. O que acontece é que a *barraca* que J. aluga é, de facto, dos tios

(que emigraram), mas com piores condições de habitabilidade do que a *barraca* que escolheu para si. No final, estas casas foram abaixo, as famílias “não-PER” ficaram sem alternativa residencial e as famílias inscritas no PER foram indemnizadas, com ou sem alternativa residencial. Outras situações referem-se ao bairro social Dr. Alfredo Bensaúde. Os emigrantes que deixam as casas de realojamento vazias levantam por vezes a hipótese de as arrendar a residentes do bairro de *barracas*, já que estes últimos não têm alternativa. Nalguns casos, os recém-emigrados arriscam essa situação (de subaluguer) mas alguns candidatos receiam aceitar essas propostas porque têm conhecimento de situações que são denunciadas aos serviços da Câmara, uma vez que o bairro fica mesmo em frente ao bairro de *barracas* e todos se podem aperceber (e apercebem-se) das mudanças residenciais. Apesar de os contratos de arrendamento, quer sejam em habitação social, quer não sejam, dizerem que o alojamento é destinado exclusivamente ao arrendatário e seu agregado familiar e que é proibida a sua sublocação total ou parcial, o controlo é mais elevado no caso da habitação social. Ou seja, o subaluguer, situação comum nas cidades, tanto nos bairros degradados (Almeida, 1992) como noutros bairros, é mais fácil quando o controlo social é menor do que em espaços como a Quinta da Vitória e bairro social Dr. Alfredo Bensaúde.

Em contraste com as tentativas de continuar a viver na Portela (nas *barracas* ou nos *prédios*), seja subalugando uma *barraca* ou uma casa nos prédios de habitação social, seja esperando teimosamente pelo realojamento ou recebendo a indemnização, em contraste, então, as pessoas que escolhem emigrar para o Reino Unido, encontram emprego rapidamente (sobretudo em fábricas e lojas) embora se sujeitem inicialmente a condições de habitabilidade precárias, pagando alugueres elevados e vivendo em elevada sobreocupação dos alojamentos – uma família por divisão é uma situação recorrente entre os imigrantes recentes. Em menos de um ano, porém, muitas famílias conseguem alugar uma casa a preços reduzidos³³.

Para terminar, ilustramos com o diário de campo uma situação complexa, denunciando ao mesmo tempo o aproveitamento da situação por parte de alguns moradores e a desordem do método de inquirição por parte dos serviços camarários:

³³ A possibilidade de alugar uma casa a preços reduzidos em Inglaterra era mais facilmente conseguida por famílias em que a mulher é titular do agregado (mais conhecidas por mães solteiras). Actualmente, de acordo com relatos no terreno, esta situação deixou de ser vantajosa, devido a novas leis inglesas. Amiúde, moradores da Quinta da Vitória que fazem visitas a familiares em Inglaterra, ficam com vontade de emigrar.

H. disse que a vizinha de L. perdeu o direito à casa, porque a câmara foi lá a casa, e como não estavam lá as pessoas que alugaram a *barraca* e têm lá estado a morar (e que diriam, como acontece por vezes, que os donos [residentes que construíram a casa de raiz] vinham mais tarde), os funcionários da câmara perguntaram aos vizinhos sobre aquela casa. Os vizinhos disseram que os donos da casa já não moram lá. A Câmara acatou a resposta e a família, anteriormente indiciada para o realojamento ao abrigo do PER, terá perdido o direito à casa. H. contou-nos isto e colocou-se uma questão importante: *mas a Câmara leva a sério o que o vizinho diz?* Quer dizer, não é suposto que a Câmara confirme a informação dada pelos vizinhos sobre um agregado familiar? (DC, 06/12/2005).

5.5.2. AS PROPOSTAS DE INDEMNIZAÇÃO VISTAS PELOS MORADORES: *O DINHEIRO VOA E A CASA NÃO*

O bairro Quinta da Vitória, núcleo 5 do PER Loures, estava previsto ser realojado no âmbito do PER, através de realojamentos em habitação social e através do PER-Famílias. Ambos os processos foram ali de difícil aplicação. O primeiro por diversas razões, sendo a mais conhecida (publicamente) a falta de terrenos para a construção de habitação social e o segundo porque não havia oferta suficiente de casas a preços reduzidos. A solução das indemnizações, que surgiu cerca de dez anos depois³⁴ de se ter iniciado o PER em Loures parecia ser a solução possível para aquela população.

O técnico vê as indemnizações como uma saída que talvez seja boa porque é um processo rápido, na medida em que a experiência diz que, tendo poucos recursos e não vendo as coisas a terem um resultado, as famílias vão ver o dinheiro como a “sorte grande”. O “talvez” vem porque [ele] considera que quando as famílias não têm hábitos de poupança podem gastar o dinheiro todo e depois ir pedir na mesma à Câmara que lhes resolva a situação. (DC Instituições, 04/04/2005).

No entanto, muitos moradores preferiam o realojamento (e muitos continuam à espera, em meados de 2008³⁵), porque sempre ouviram falar no realojamento e porque sabem que a indemnização é dinheiro que se esvai depressa. Como ouvi dizer várias vezes na Quinta da Vitória a respeito desta solução: “o dinheiro voa e uma casa não”.

³⁴ A solução era, contudo, reivindicada já por alguns autarcas já em 1999, de acordo com o *Diagnóstico sobre a implementação do programa PER nos municípios das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto* (Guerra et al., 1999: 95).

³⁵ As últimas notícias que tive a este respeito por parte dos informantes, é que estaria a ser efectuado um sorteio para as famílias inscritas no PER que se mantiveram à espera de realojamento para serem realojadas em vários bairros sociais do concelho de Loures e que não poderiam recusar esta oferta, sob pena de ficarem de fora do programa (DC 12/06/08).

No início de 2005, a Câmara tem o objectivo de saber se a população aceitaria este tipo de solução³⁶ e em meados desse ano está já a aplicá-lo. Sem bairros sociais com casas suficientes para realojar as famílias inscritas no PER, e o facto de o PER-Famílias não ter vingado no bairro, as indemnizações pareciam ser a solução mais adequada para o município³⁷.

O valor das indemnizações varia consoante o número de elementos do agregado familiar indicados no processo de habitação PER, levando a que os moradores contestem, no terreno, o facto de agregados familiares pequenos serem indemnizados com quantias maiores do que no caso de agregados familiares grandes. Importa dizer que as informações recolhidas no terreno referem-se a valores ora em euros, ora em *contos*, e variam entre 5, 10 e 15 mil euros, ou 2, 5 e 10 mil contos (o que corresponderia a 10 mil, 25 mil e 50 mil euros), bem como referindo-se a quantias tanto por agregado como por elemento do agregado, revelando contradições entre os valores e reflectindo, por isso, falta de informação clara. O controlo exercido ao longo dos anos em que o processo de realojamento foi levado a cabo relativamente aos aumentos do número de elementos dos agregados familiares (através das actualizações) contrasta com a ausência de controlo no momento da indemnização, que parece seguir apenas as indicações constantes do processo, não necessariamente correspondentes à realidade, uma vez que a prioridade passara a ser, precisamente, a indemnização.

A proposta das indemnizações às famílias quando realizada no terreno, foi feita, de acordo com as informações recolhidas no local, excluindo, quase invariavelmente, a visibilidade do município (como entidade responsável pela aplicação desta solução alternativa ao realojamento) no bairro. De acordo com um fiscal da Câmara, as indemnizações foram sugeridas directamente às famílias pelo Banco proprietário do terreno. Alguns moradores referem por seu lado que um dos vizinhos colaborou activamente no processo de proposta de indemnização, apesar de associarem essa colaboração à Câmara e não ao proprietário. O mesmo morador foi também indicado

³⁶ Situação que me foi transmitida em dois momentos distintos ao nível da autarquia (DC instituições, 31/03/2005 e 07/04/2005), consentânea com os boatos que corriam na mesma época no bairro (DC 17/04/2005).

³⁷ Quando das demolições de 2006, alguns moradores também referem que as indemnizações são soluções fáceis para a Câmara de Loures.

como principal denunciador³⁸ dos casos de subaluguer das casas de habitação social no bairro social Dr. Alfredo Bensaúde. O morador em causa manifestara a sua discórdia relativamente às demolições de casas de famílias não PER no Verão de 2002, demolidas quando do realojamento no bairro social Dr. Alfredo Bensaúde. Ou seja, o município manteve-se, assim, resguardado na burocracia (parafraseando Bonetti, 1994), longe do bairro, enquanto que um morador, que outrora contestou o descomprometimento da Câmara relativamente à aplicação efectiva do PER, era a cara visível das indemnizações. No terreno, algumas pessoas acusam-no de denunciar à Câmara quais as *barracas* que tinham sido ocupadas e subalugadas.

5.6. A DEMOLIÇÃO DE BARRACAS EM 2006 – RESISTÊNCIA INESPERADA

Em Abril de 2006 algumas *barracas* recebem editais a dizer que vão ser demolidas. São casas onde, na maior parte dos casos, vivem famílias não recenseadas em 1992 ou partes de famílias recenseadas nessa altura que entretanto cresceram e já não cabem na *barraca* anterior. Nessa altura corria a informação no bairro de que a Câmara informara junto de alguns bairros que não deitariam casas abaixo sem que as pessoas que lá vivessem não tivessem alternativa de alojamento. As demolições ocorrem dois meses depois, sem avisos de demolição com data certa, numa tentativa de *limpar* uma área considerável do bairro. Com a demolição das casas das famílias indemnizadas, a Câmara ordenou também a demolição³⁹ das casas *vazias*. O aluguer ou ocupação das casas por outras famílias ou familiares da família recenseada é considerado ilegal à luz do processo de realojamento, que prevê a demolição imediata da casa vaga. Mas é precisamente o não seguimento desta regra⁴⁰ que leva as famílias que o necessitem a ocuparem as casas deixadas vagas.

³⁸ Sem confirmação possível quanto à veracidade dos factos, o que é aqui interessante é a aglutinação de funções *expiatórias* por parte deste morador. Sobre as razões da função de *informador* dentro de um grupo de alguma forma subordinado v. Scott, 1990: 127-9.

³⁹ A legislação que enquadra as demolições está consagrada no DL 445/91 de 20/11, artº 58º, nº1, que dá a possibilidade ao município de ordenar demolições em contextos diversificados.

⁴⁰ A regra está legislada no Art. 5.º do DL 163/93 de 7 de Maio (PER): “Os municípios têm ainda de assumir, no acto de adesão, que se comprometem a: a) Proceder a uma fiscalização rigorosa de ocupação do solo na respectiva área, por forma a neutralizar de imediato a eventual tentativa de construção de qualquer nova barraca, garantindo a sua pronta demolição (...)”. O não seguimento desta regra pode ser interpretado à luz de vários factores. De acordo com o trabalho de campo ao longo dos últimos anos, o não cumprimento das demolições deve-se sobretudo ao desconhecimento da realidade quotidiana do bairro por parte dos técnicos, que raramente se deslocam ao terreno, uma vez que outras tarefas os ocupam a tempo inteiro. Mas a percepção da ausência de alternativas para os moradores colabora também

As principais demolições ocorreram em dois dias particularmente intensos na Quinta da Vitória, os dias 20 e 21 de Junho de 2006. Quando cheguei ao bairro no primeiro destes dias havia polícia, escavadoras, pessoas a assistir às demolições. As pessoas com quem falei inicialmente disseram que ninguém estava à espera, informação esta que não foi corroborada da mesma maneira ao longo do dia. Uns tinham sido informados meses antes mas sem data concreta. Outros sabiam do dia em concreto e por isso não foram trabalhar, para garantirem a guarda dos bens que tinham dentro das casas notificadas. As pessoas que não foram notificadas regressaram dos seus locais de trabalho pelo mesmo motivo. A população foi avisada de que a *barraca* onde estava o templo antigo iria ser demolida também, pelo que a família responsável pelo templo estava em peso a tirar o material de apoio às cerimónias que lá ficava armazenado, para não ir abaixo. Na Travessa dos Grilos, uma pequena rua que atravessa o bairro entre a antiga Rua A e a Rua B, estava uma família hindu – uma mãe e três filhos à porta de casa. O marido estava no trabalho e a esposa sabe que ele não vai ficar contente quando souber que a *barraca* onde moram está para ir abaixo. O marido veio para a Quinta da Vitória em 2002. Quando chamou a mulher e os filhos, em meados de 2004, alugaram uma *barraca* na Travessa dos Grilos, a um senhor que já foi realojado. O caso da *barraca* está em Tribunal. A senhora envergava os papéis do Tribunal, não fossem os homens que estavam a *partir* as casas quererem partir a casa dela também. Alguns moradores consideraram que se o caso estava em Tribunal, a Câmara não podia mandar a *barraca* abaixo. Esta família, uma vez que não estava inscrita no PER não tinha, aos olhos do município, direito nem a indemnização nem a realojamento; tinha família a residir em Chelas (Marvila), mas a casa dos familiares não tinha espaço para tanta gente.

Os boatos são mais fortes e mais prementes do que no dia-a-dia comum do bairro. Neste dia, o principal boato refere-se à razão pela qual estavam a acontecer aquelas demolições: o terreno teria sido comprado ao antigo proprietário por um Banco conhecido e teria sido por isso que o processo acelerou de repente. Quando questionei os trabalhadores nas demolições relativamente à sua entidade patronal (DC 21/06/2006), estes trabalhavam para uma empresa contratada pelo banco, pelo que não foi a Câmara que procedeu às demolições em si.

para um desprendimento relativamente a esta regra. As demolições coercivas são evitadas pelas autarquias até à real urgência (a nível do usufruto das propriedades, por exemplo) de vagar um terreno.

Na zona Sul do bairro, junto à Urbanização da Portela, estava uma *barraca* acabada de demolir. Além dos destroços estavam todos os bens de um casal de cabo-verdianos idosos “não-PER”, sem ter para onde ir. Esta situação de manifesta impotência foi retratada pelos jornalistas que passaram de manhã pelo bairro, e a capa do jornal Público do dia seguinte ilustra-a (ver notícia em anexo).

Neste dia reforçam-se as tomadas de decisão por parte das famílias relativamente à possibilidade de receberem indemnizações. Em frente à casa de uma das minhas informantes privilegiadas anos antes estava a cunhada dela que trabalha nas limpezas dos prédios da Portela. A família dela está no PER, mas hesitam agora entre o PER-Famílias e a indemnização. Queriam ficar, disseram, *aqui mesmo*. Não quiseram a casa do PER que a Câmara tinha para eles (e outros moradores do bairro) na Quinta da Fonte (Apelação) ou na Quinta do Mocho⁴¹ (Sacavém). São bairros longe, de que têm medo, porque são bairros mal afamados. Relativamente ao PER-Famílias, a moradora em causa diz que para conseguirem *uma casa pelos preços que eles têm, tem de ir para muito longe*. Eles já estão *habitados ali* (outra expressão utilizada no bairro) e acham que para conseguir emprego na futura zona de residência é muito difícil, uma vez que já mantêm empregos há mais de 15 anos.

Uma outra informante evidenciou algum receio de que a casa em que está a viver actualmente venha abaixo, pois apesar de ela estar inscrita no PER, habita noutra *barraca*⁴². Disse-me que estava arrependida pois acabara por não enviar a carta que me pedira para escrever meses antes, onde pedia ao GIL para não mandarem a *barraca* onde ela vive abaixo até terem solução para o agregado familiar dela. A necessidade da carta surgiu no seguimento do aviso que puseram na barraca. Mas, tal como ela me disse na altura, o aviso já tinha sido feito, mas demorou a chegar a informação.

À tarde as demolições continuavam. Apesar de pacíficas, as demolições foram vigiadas pela polícia, que trouxe uma carrinha e que controlou os movimentos da população. A

⁴¹ Apesar de o nome correcto da urbanização de habitação social ser Terraços da Ponte, o nome do bairro degradado onde as famílias realojadas nesta urbanização residiam, Quinta do Mocho, mantém-se no discurso dos moradores.

⁴² A casa onde inicialmente vivia é composta (em 2006) de três agregados familiares (mas chegaram a viver ali 4 agregados familiares, 7 adultos e 5 crianças). As crianças resultantes desses agregados cresceram, e as três divisões não chegaram para albergar 9 pessoas. O agregado familiar mais pequeno, composto por duas pessoas, mãe e filho, viu-se na necessidade de alugar uma outra *barraca*, até porque era o agregado mais independente. Anos antes, cerca de 2000, o quarto agregado desta casa inicial alugou também uma *barraca* no bairro durante alguns anos e depois conseguiu comprar uma casa fora do bairro.

lusalite é levada tanto pela empresa como por pessoas do bairro que irão vender. Aliás, nestes dois dias vi sempre pessoas de um lado para o outro com peças para reaproveitar, desde ferramentas a bocados de alumínio. Homens sozinhos, ou casais, acumulavam peças velhas e vasculharam lixo. Nas conversas proliferou ainda o problema dos ratos, que aumentam com as demolições, cujos destroços demoram a ser removidos.

Relativamente às casas que estão encurraladas no meio de outras e onde a escavadora não chega, os telhados são serrados e martelados, bem como algumas paredes interiores, e os destroços ficam ali. Uma moradora disse, a dada altura, *também quiseram deitar abaixo as barracas porque queriam construir qualquer coisa e não construíram nada*, referindo-se ao descampado que sobrou do lado Norte da antiga rua A em 2002. O pai dela desvalorizou, dizendo que é mesmo assim, que estas coisas demoram.

Na travessa do Grilo estava o fiscal da Câmara a quem aproveitei para perguntar no meio de conversa de ocasião quais são afinal as alternativas para as famílias inscritas no PER, mesmo já sabendo mais ou menos. Em resposta, reconhece que o *plafond* que a lei prevê para as casas do PER-Famílias não dá para comprar casas nesses valores, pois a avaliação é de um valor e os proprietários não descem ao valor da avaliação pois sabem que podem vender mais caro. Mas critica as pessoas que não aceitam a habitação social na Quinta do Mocho e na Apelação. Confirmou a questão do Banco, que oferece 5 mil euros, mas só às famílias inscritas no PER, e que é o banco que está a falar com as pessoas, e ainda que esse facto facilita o trabalho da Câmara que têm poucas saídas ou nenhuma para a população.

Das várias conversas nesses dias, apercebo-me de uma recorrência. Que os que têm direito a PER ou já realojados, aceitam as demolições como algo que tinha de acontecer mais cedo ou mais tarde e chegam a criticar quem opta por alugar uma *barraca* (pagando uma renda a outrem) sabendo que não vai ter direito a nada. Por outro lado, essas mesmas famílias estão cansadas de esperar e de ver soluções diferentes que nunca mais chegam. Os que não têm direito têm medo, estão apressados em arranjar alternativa, falam menos ou nada, sentem-se injustiçados. Uns e outros, acham que se é para fazer alguma coisa com o bairro, que fizessem de uma vez e que dessem alternativa às pessoas ao mesmo tempo. De tempos a tempos, estes trabalhos de demolição dão um ar de guerra ao bairro, confirmam o distanciamento em relação à Câmara, sobretudo

porque as informações que chegam são poucas e com pouco conteúdo, enquanto os rumores são rápidos e recheados de pormenores.

No dia seguinte, a Quinta da Vitória era capa do jornal Público, tal como já foi referido. Os trabalhos de demolição continuavam na Quinta da Vitória. No dia anterior disseram-me que a demolição do antigo templo seria para este dia. Quando cheguei fui com uma moradora do bairro social dar a volta ao bairro para ver como andavam as coisas. A polícia não nos deixou passar para ver as demolições. Tivemos de ir dar a volta à rua B. No lado Sul do bairro, perto da Urbanização da Portela, estava um ajuntamento de população. Estavam lá activistas da Associação Solidariedade Imigrante (Solim), que conhecia de vista. Uma das raparigas, disse que o problema maior ali nem eram as pessoas que ficavam sem a *barraca*, que não estão inscritas no PER, mas as que estão no PER e nunca mais vêem a sua situação resolvida.

Continuámos a percorrer o bairro. Quando chegámos ao pé de mais polícias e do fiscal, o fiscal *utilizou-me* como mediadora dos hindus, por causa da questão de tirar o *pipro* (uma espécie de figueira, sagrada, que estava plantada ao lado do antigo templo há mais de 20 anos, e ao qual não havia acesso senão por dentro do templo, onde os devotos faziam *puja* pelos falecidos). O fiscal disse que no dia anterior os *indianos* tinham desaparecido, não percebeu se sempre estavam interessados em tirar de lá a árvore ou não. Eu apressei-me a dizer que os *indianos* aperceberam-se no dia anterior de que a demolição do antigo templo ainda iria demorar e que os trabalhadores iam-se embora, e que portanto tinha havido ali uma falha na comunicação mas que continuavam interessados em retirar a árvore para outro sítio. Assim, estivemos à espera que as máquinas chegassem ao muro que impedia o acesso à árvore. O *pipro* foi levado até ao fim da antiga Rua A (ver fotografia 55, em anexo) e foi plantado no seguimento da linha de árvores que tinham sido plantadas no jardim perpendicular às linhas dos prédios.

O início destas demolições coincidiu com um pico de luta de um *movimento social* recém-criado na cidade de Lisboa, a Plataforma Artigo 65 – Habitação para Tod@s, que foi criado em Março de 2006. Desde a sua constituição, a Plataforma procurou unir esforços de várias associações de moradores e de imigrantes, bem como da sociedade civil e de algumas forças políticas⁴³. Um dos grupos componentes da Plataforma,

⁴³ Entre os signatários da Plataforma podemos encontrar os seguintes subscritores: APEDC (Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Comunitário); Associação Acupunctura Urbana; Associação Socio

fundado cerca de um ano antes da Plataforma, é o Grupo de Trabalho “Direito a Habitar” (DaH), da Associação Solidariedade Imigrante (Solim). Com forte inspiração no *Droit au Logement* (DAL) francês⁴⁴, a principal actividade no ano de 2006 foi lutar pelo direito à habitação das pessoas que residiam em *barracas* e que não tinham alternativa habitacional, uma vez que este era então o problema mais actual no que diz respeito à habitação em Portugal. Além da Quinta da Vitória, outros bairros da AML tiveram demolições nesse ano, sobretudo de *barracas* de famílias “não-PER”⁴⁵. Optando por formas de intervenção paralelas às formas mais institucionalizadas da Plataforma Artigo 65 (de que também fazem parte, sublinhe-se), o DaH parece aproximar-se da definição de movimentos sociais elaborada por Escobar e Alvarez (1992), sobretudo quando dizem que estes grupos podem ter formas de acção institucionais e extra-institucionais (Feixa et al., 2002: 10).

5.6.1. INTERVENÇÃO DO DAH NA QUINTA DA VITÓRIA

Reuniões de acção e protesto no bairro

Algumas das⁴⁶ activistas do DaH foram constantemente notícia no ano de 2006, pela sua resistência à polícia em vários bairros, em cima dos telhados das casas cuja demolição estava prevista⁴⁷. Desde o início de 2006 que se verificaram demolições de *barracas* de famílias sem alternativa residencial em diversos bairros, sobretudo na AML, e o DaH levou a cabo uma série de acções nos bairros, procurando impedir as demolições e chamando a atenção dos *media*. O bairro Quinta da Vitória não foi

Cultural da Quinta da Serra; Associação Vamos Renovar Lisboa/Lisboa Abandonada; Associação Tempo de Mudar (para o desenvolvimento do Bairro dos Lóios); CIDESC (Centro Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais); Comissão de Moradores das Amendoeiras; Comissão de Moradores da Azinhaga dos Besouros; Comissão de Moradores da Estrada Militar; Comissão de Moradores do Fim do Mundo; Comissão de Moradores das Marianas; Comissão de Moradores da Quinta da Caiada; Comissão de Moradores da Quinta da Vitória; Comissão de Moradores Justiça e Paz; Ordem dos Arquitectos; Direito à Habitação (Solidariedade Imigrante); Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados; SOS Racismo.

⁴⁴ O *Droit au Logement* tem uma linha de acção que aposta na visibilidade mediática das acções, escolhendo formas de reivindicação que chamem a atenção dos *media*.

⁴⁵ O caso do bairro da Azinhaga dos Bezouros é um dos casos mais noticiados na imprensa e outros *media*, donde se destaca o documentário realizado por Nathalie Mansoux (2008), *Via de Acesso*.

⁴⁶ A utilização do feminino reflecte o testemunho no terreno, de que o grupo de trabalho Direito à Habitação da Associação Solidariedade Imigrante na Quinta da Vitória (e noutros bairros) fazia-se representar sobretudo por mulheres. Da população, a forte participação das mulheres é também de realçar.

⁴⁷ A Associação SOS Racismo compila diariamente notícias que se prendem com questões relativas às comunidades imigrantes em Portugal. Desta compilação, seleccionámos as que dizem respeito às demolições em vários bairros da AML no ano de 2006 (v. Bibliografia).

excepção das acções do DaH⁴⁸. Logo após as primeiras demolições, em Junho, algumas activistas dirigem-se ao bairro para perceber que demolições estavam a ser levadas a cabo e qual o grau de receptividade da população para acções de luta. Observando atentamente as reuniões entre o DaH e os moradores que acorriam às reuniões, é impossível não comparar com a presença anterior de outros trabalhadores sociais. Desde técnicos com responsabilidades directas no processo de realojamento, com incursões raras no terreno (salvo raras excepções), passando por Assistentes Sociais de algumas associações e outras instituições de solidariedade social que ali realizaram projectos no âmbito do PNLCP, até às polícias e mesmo os jornalistas, é evidente a diferença na forma de comunicar com a população. Possivelmente devido ao hábito de trabalhar com populações imigrantes, as activistas da DaH-SOLIM interagiram facilmente com a população *multiétnica* da Quinta da Vitória. Não escondendo nunca os seus objectivos – alargar o seu movimento e respectivas acções de luta – as activistas propunham que a própria população do bairro se organizasse e que a vontade de lutar teria de partir da população, e não apenas das activistas. Foram sinceras desde o início – não iriam dar casa a ninguém; apenas ajudariam a lutar se a população quisesse lutar. E uma parte da população, ainda que pequena, quis. Ora, é precisamente essa adesão que constituiu surpresa para mim, sobretudo no que toca aos moradores hindus que se envolveram na luta, uma vez que o acompanhamento de perto do bairro e da sua população ao longo dos últimos anos não indicava a possibilidade de envolvimento numa luta conjunta pelo direito à habitação.

Em reflexões anteriores sobre as dinâmicas vividas pela população hindu em processo de realojamento (Cachado, 2005) argumentava que a população hindu, perante a demora do processo de realojamento, desenvolveu estratégias de adaptação e de resistência que procuravam ultrapassar as complexas burocracias próprias do processo. Nessa altura, a população hindu da Quinta da Vitória parecia encaixar-se bem na *cidade informal* de Laguerre (1994), pois as práticas informais dos hindus procuravam contornar os problemas que o sistema formal não resolvia⁴⁹. Assim, apesar de alguns casos isolados de famílias que se dirigiram directamente aos serviços centrais da autarquia, a maioria das famílias hindus, se lutou pelo seu realojamento foi através de práticas informais. Aliás, a população hindu quase sempre foi vista pelos Assistentes Sociais como uma

⁴⁸ Cf. em anexo algumas notícias sobre a Quinta da Vitória que saíram nesse Verão.

⁴⁹ A acção individual das famílias prender-se-á ainda com o facto de estas serem tratadas caso a caso no processo de realojamento, tal como veremos no capítulo seguinte.

população pacífica, que “não dá problemas”. Tendo em conta que os hindus não lutavam activamente pelo seu direito ao realojamento, podíamos concluir que esta população, à semelhança de outras em situações idênticas, se *resignava* perante a impossibilidade de fazer frente às decisões lentas das instituições⁵⁰. Por isso, o seu envolvimento activo na luta pela habitação na Quinta da Vitória, ainda que envolvendo apenas uma parte da população, não pôde deixar de ser uma surpresa⁵¹.

As activistas do DaH-SOLIM também não esperavam uma luta muito participada na Quinta da Vitória. Com uma população *multiétnica*, ao contrário de outros bairros etnicamente mais homogéneos onde desenvolveram acções de protesto, o diálogo não foi fácil. As diferentes populações tinham também desconfianças mútuas devido sobretudo à antiga associação de moradores, actualmente fora de actividade, mas também ao desconhecimento mútuo das suas culturas. Por um lado, os hindus são vistos pelos seus vizinhos, moradores no bairro, como uma população *sempre em festa* e com sinais exteriores de opulência, além do facto de serem os donos das poucas lojas existentes no bairro de *barracas*. Alguns dos africanos do bairro são empregados de indianos, contribuindo para esta diferenciação de estatuto entre estas populações. Os moradores hindus (influenciados por uma história de guerra no seu país de acolhimento anterior – Moçambique) vão alimentando, por seu lado, estereótipos de violência relativamente à população africana residente na Quinta da Vitória, sobretudo relativamente aos jovens (antes crianças *bem comportadas*). A população *branca*, com origens no interior do país e primeiros moradores no bairro são vistos pelos demais moradores como os menos asseados e com casas em piores condições de habitabilidade. Estas imagens geradas entre as diferentes populações contribuíram para alguma desconfiança de parte a parte, dificultando a luta conjunta pelo direito à habitação. Este direito à habitação teve, no terreno, diferentes significados, trazidos pela DaH-Solim:

⁵⁰ A resignação, referida por vários autores para explicar a pouca acção dos moradores dos bairros degradados (v., e.g., Drummond, 1981), pode ser, contudo, apenas aparente. Estamos de acordo com Scott (1990) ao falar do *registo escondido*, no contexto da resistência subtil. A não acção pode ser, contextualmente, uma forma de resposta à ausência de respostas.

⁵¹ Esta situação no bairro, aliás, levanta reflexões quanto à metodologia etnográfica. O tempo de acompanhamento do bairro, se tivesse terminado em 2005, na altura das primeiras reflexões sobre as implicações do processo de realojamento no quotidiano hindu do bairro, teria arredado da análise esta – nova – possibilidade de resistência mais visível do que até então. Cabe aqui citar Scott, a propósito da surpresa que as lutas mais visíveis podem constituir para cientistas sociais e para quem controla/governa: “Social scientists, not to mention ruling elites, are often taken by surprise by the rapidity with which an apparently deferential, quiescent, and loyal subordinate group is catapulted into mass defiance (...) precisely because they are unlikely to be much aware of the hidden transcript from which it derives much of its energy. (...)” (Scott, 1990: 224).

(1) a manutenção do direito a uma casa por via do realojamento para as famílias PER; (2) o direito a uma casa, independentemente do seu estatuto face à Câmara; (3) a manutenção do direito a viver na *barraca*, seja ela alugada, comprada ou construída de raiz por uma família. É de sublinhar que uma das principais razões para o desejo de continuar a viver no bairro (ou de conseguir alternativa residencial perto dele) prende-se com o local de trabalho, muitas vezes próximo de casa, ou com acessos facilitados. De acordo com a experiência das activistas do DaH-Solim, as populações dos outros bairros onde se desencadearam processos de resistência às demolições tinham, na sua maioria, associações de moradores estáveis, o que, associado ao facto de as populações desses bairros serem etnicamente mais homogéneas, garantia melhor o envolvimento dos moradores na luta⁵².

As primeiras reuniões na Quinta da Vitória foram muito interessantes tanto para quem as observava como para as activistas que as promoveram. Muitos moradores falaram pela primeira vez em público em prol dos seus direitos, naquilo a que o DaH-Solim chamou de “partir pedra” na participação dos habitantes do bairro. Nos círculos de moradores formados nas reuniões distinguiam-se subgrupos de indianos e de africanos, subgrupos de homens e de mulheres, a quase ausência de moradores brancos, mais distantes do círculo, observando de fora e tecendo comentários desconfiados (o que não é de estranhar, uma vez que, depois de tantos anos no bairro, baixaram as expectativas em relação a quem vem do exterior do bairro). Os africanos e indianos participaram nas reuniões, alguns parecendo experimentar, pela primeira vez, falar em público. Esta atitude menos desconfiada deveu-se também à forma de actuar das activistas nas reuniões: os participantes na reunião atropelavam-se ligeiramente na tomada de palavra, mas as activistas esperavam pacientemente pela sua vez em vez de imporem palavra. Não houve sinais evidentes de autoridade das activistas sobre os moradores participantes; as próprias activistas referiram por diversas vezes (no terreno e em entrevista) a possibilidade do facto de muitas das acções sobre as populações desfavorecidas incorrerem num risco de “paternalismo”, e procuravam não repetir o mesmo nestas acções específicas. É visível que as activistas do DAH pretendiam que as pessoas se organizassem onde ainda não havia organização formal, ou onde esta era

⁵² Não queremos, contudo, dizer, que a heterogeneidade étnica de um bairro está relacionada com dificuldades de interacção entre os moradores de etnias diferentes; pelo contrário, ao viverem juntos, demonstram uma elevada capacidade de interacção positiva. Muito embora as interacções possam ser mais elevadas dentro de cada população que compõe o bairro, a reduzida interacção entre diferentes populações não implica necessariamente hostilidade entre si.

ineficaz. Ao longo das reuniões, as activistas davam reforços positivos às intervenções dos moradores, sugeriam como agir nos dias seguintes sem se imporem; pelo contrário, distanciavam-se das tarefas principais. A postura das activistas indicava que gostariam, no máximo, que a população espelhasse a força de vontade que elas mesmas levavam aos bairros, que as pessoas lutassem pelos seus direitos, desejo esse confirmado posteriormente em conversas e entrevistas informais com activistas. Procuraram apoiar a população sem impor uma fórmula única. Começaram por propor o levantamento de agregados “não-PER” pela Comissão de Moradores ali formada. Referiram depois que a autarquia tinha uma parte da lei do seu lado, e que a luta não iria ser fácil, mas que os moradores tinham do seu lado o direito à habitação, consagrado na Constituição Portuguesa, no artigo 65º.

A constituição da Comissão de Moradores na segunda reunião revelou um pouco do ambiente de relação tendencialmente igualitária que as activistas criaram com os moradores. Os primeiros moradores a oferecerem-se para a comissão foram antigos membros da associação de moradores. As activistas lembraram que podia haver pessoas que também quisessem representar o bairro e que não estavam na comissão proposta e sugeriram uma votação para eleger a comissão de moradores, porque esta devia ser “a escolha do bairro e não só de alguns”. Começaram então a surgir pessoas que se autopropunham, nomeadamente mulheres indianas jovens, contrariando o costume de deixarem as decisões familiares para os maridos ou para as sogras. Contudo, além desta confiança demonstrada através da participação, surgiram também vozes de desconfiança que acabaram por servir de alavanca da luta. Para melhor ilustrar esta situação, recorro aqui a um excerto do diário de campo:

“Um morador, deslocado da roda, e aproveitando um silêncio no burburinho da reunião, diz ‘se eles vierem partir [demolir] amanhã, o que é que vai fazer por nós?’ Esta pergunta era para uma das activistas, uma pergunta personalizada, provocadora, desconfiada quanto à eficácia desta reunião. Talvez reflectisse as palavras que muitos não tinham coragem de perguntar. Mas o ambiente da reunião era de conjunto, e percebia-se um excesso de individualismo nesta pergunta. Ela ripostou que não era ela que ia fazer ‘alguma coisa’ por ‘vocês’. Eram ‘vocês’ os que iam fazer qualquer coisa, se quisessem. Esta resposta foi aprovada pelos demais presentes. (...)”

“Uma das activistas presentes advertiu que a comissão que estava agora a formar-se não era para tratar do problema pessoal de alguns, mas os problemas de todos. E, relativamente ao aproveitamento da associação já

existente no bairro, perguntou se todos concordavam. Ouve-se um sim, meio hesitante, meio confiante.” (DC, 25/06/2006).

Dias depois desta reunião, os moradores participaram numa acção local de defesa das casas contra a demolição das *barracas* supostamente vazias. As activistas trouxeram as faixas com palavras de ordem como “Atirar famílias para a rua não é solução” e convocaram jornalistas. Além de um canal de televisão privado, a TVI, vieram também jornalistas da Agência Lusa, do Correio da Manhã e do Diário de Notícias. Os moradores subiram com as activistas aos telhados para defender as casas (ver fotografias 70 e 71 em anexo). Com a ajuda da então deputada do Partido Socialista Helena Roseta, um dos principais rostos da Plataforma Artigo 65º, colaborou, através dos seus contactos e tendo em conta a acção de luta da Quinta da Vitória, para que a acção provocasse a suspensão das demolições, o que foi, sem dúvida, uma vitória para os moradores, e que os motivou a continuar a participar.

A exposição desta situação de empenho na luta pelo direito à habitação num espaço afastado dos centros de decisão como é a Quinta da Vitória corrobora a afirmação de Boal (1998), quando diz que a segregação não tem de ser sempre entendida como um factor negativo (Boal 1998:109). Em determinados casos, o contexto de segregação pode permitir desenvolver formas alternativas de acesso a bens e serviços. Na mesma ordem de ideias, White (1998) refere que a exclusão é um conceito relativo: as fronteiras são muitas vezes vagas e fluídas. Os indivíduos nos grupos potencialmente excluídos podem adoptar estratégias que fortalecem a sua participação e cidadania (White, 1998:158).

Teatro do Oprimido e almoço de convívio

Além dos momentos das reuniões, houve dois outros momentos no bairro que juntaram a população, com a luta pelo direito à habitação em pano de fundo. Uma acção de Teatro do Oprimido, promovida também pela DaH-Solim com o auxílio de uma especialista na área (Gisella Mendoza) e um almoço cuja confecção foi feita por famílias de etnias diferentes, juntando sabores diferentes na Quinta da Vitória. Importa referir que participaram nestes eventos sobretudo as famílias que quiseram de alguma forma envolver-se no processo de luta pelo direito à habitação. Resumidamente, o Teatro do Oprimido caracteriza-se pela realização de peças de teatro de rua, onde o objectivo é dar a voz aos espectadores, que vão substituindo os actores, dizendo o que

consideram mais adequado numa dada situação simulada na peça (v., e.g., Boal, 1975). Preparado na sede da Solim, horas antes da realização do evento, os activistas escolheram como tema inicial para a peça, a organização de uma festa, aproveitando o facto de que os moradores tinham previsto a realização de um almoço para aquele dia, que anularam à última hora. As personagens iniciais eram três: a primeira, que sugere uma festa no bairro e luta pela sua realização; a segunda, que concorda com a ideia da festa e que apoia a primeira personagem, mas pouco faz pela sua realização efectiva; e uma terceira personagem, que coloca entraves à realização da festa, sobretudo desculpando-se por falta de tempo.

Chegados ao bairro, os participantes iniciais tiveram alguma dificuldade em juntar os moradores. A peça de Teatro do Oprimido realizou-se num pátio do bairro que resultou de demolições recentes, configurando uma situação de rua singular. Depois de explicada esta iniciativa e de começada a peça, depressa alguns moradores quiseram experimentar substituir a primeira personagem, primeiro a medo, depois com mais confiança, tentando convencer as outras personagens a organizar a festa. Esta foi uma das expressões utilizadas:

“[a organização da festa] Tem de começar de alguma parte. Começa com 4, 5 pessoas...”; “É preciso ter pessoas em quem confiar”; “Se alguém quiser fazer sozinho não consegue. Porque estás sozinho.”; “A união faz a força.” (DC, 07/10/2006).

Porém, além das expressões de motivação, surgiam as de dúvida: “Como é que se consegue essa confiança se a gente não se conhece?”. E, perante esta interrogação, o tema da festa transforma-se rapidamente no tema da luta pela habitação no bairro. Um morador disse, em jeito de resposta: “Se uma pessoa tiver uma casa [se conseguir uma casa através da luta], amanhã 20 pessoas vão vir comigo. Porque aí vão ter confiança”. E outro acrescentou: “Antigamente tinha demolição, ninguém conseguiu parar; agora conseguimos parar” (ver fotografias 75, 76 e 77 sobre este evento em anexo). Mais tarde nesse dia, no balanço do teatro, já só com os participantes que vieram da Solim e com Gisella Mendoza, todos concordaram que o objectivo tinha sido atingido. Salientaram-se os comentários sobre o facto de o assunto das demolições ter sido colocado muito rapidamente, ou seja, que os participantes identificaram prontamente o assunto principal. Uma das activistas da Solim sublinhou que na situação do teatro os moradores

manifestaram as suas opiniões mais abertamente do que nas reuniões realizadas no bairro.

Uma semana depois do Teatro do Oprimido, realizou-se um almoço no bairro, naquilo que terá sido a primeira festa conjunta das várias populações do bairro: africanos, indianos e *portugueses* almoçaram juntos. Este almoço resultou de uma intenção manifesta meses antes, quando das primeiras reuniões com o DaH, que desencadearam o entusiasmo pela realização de um almoço no bairro⁵³. Esta iniciativa era para ter sido realizada na semana anterior, mas como a casa de um dos entusiastas pelo almoço tinha ido abaixo dias antes, acabou por não se realizar. A peça representada no Teatro do Oprimido, cujo tema inicial era a realização de uma festa, terá contribuído para que o almoço se realizasse apenas uma semana depois. Os alimentos para o almoço vieram sobretudo dos moradores mais activos na luta pelo direito à habitação no bairro. Os activistas presentes no almoço deliciaram-se com as iguarias confeccionadas pelos moradores. Depois do almoço, alguns moradores africanos presentes aprenderam danças indianas (ver fotografias de Jose Tomas Pujol C. 4 a 7, em anexo).

Participação da população na manifestação pelo Direito à Habitação

A manifestação realizou-se no centro da cidade de Lisboa no dia 25 de Fevereiro de 2007, trazendo para a rua a acção iniciada cerca de um ano antes sobretudo pela Plataforma Artigo 65º - Habitação para Tod@s. Semanas antes os moradores dos bairros Marianas, Azinhaga dos Bezouros, Estrada Militar, Quinta da Vitória, Fim do Mundo e Quinta da Serra fizeram um manifesto conjunto (ver anexo), onde denunciam, entre outras coisas, que “O Governo fez promessas e apresentou soluções que nunca cumpriu” e é reivindicado o respeito pelo direito à habitação e a suspensão das “(...) demolições das casas onde moram pessoas que não têm alternativa habitacional (...)”. Nesta manifestação fez-se uma petição, para entregar na Assembleia da República, para que esta tomasse medidas legislativas e políticas no âmbito do direito à habitação. O texto da petição saiu dos trabalhos do dia anterior, no Teatro A Barraca, local em que se realizaram as *Primeiras Jornadas da Habitação*, onde além de técnicos especializados na área, participaram activistas e membros de associações localizadas em bairros com problemas habitacionais diversos.

⁵³ Nas reuniões, a proposta do almoço surgia como uma espécie de agradecimento às activistas e como oportunidade para mostrar as diferentes gastronomias.

A manifestação começou pelas 15 horas, na Praça da Figueira, o ponto de encontro. Ao todo, estiveram presentes cerca de três mil pessoas. Percorreu a Rua do Carmo em direcção ao Chiado, onde se subdividiu, devido à presença de alguns carros da organização: uma parte foi pela Rua da Trindade e a outra pelas esplanadas (que está vedada à passagem de carros) até se juntarem de novo no Camões. O desfile desceu depois a rua do Alecrim; virou, no Cais do Sodré, para a Rua dos Remolares, depois para a Travessa da Ribeira Nova até chegar à Praça de São Paulo, no Cais do Sodré, onde se encerrou o percurso, sempre em ambiente de festa.

De entre os grupos com presença mais importante, importa referir o do bairro dos Lóios e das Amendoeiras, contra as medidas da Fundação D. Pedro IV, que tendo comprado os terrenos destes bairros sociais, aumentou exponencialmente as rendas, gerando uma onda de contestação muito participada. O percurso foi animado também por um grupo de imigrantes brasileiros, que ao som de samba, iam dançando sem descanso. Alguns moradores da Quinta da Vitória tentavam seguir o esquema da dança. Conteí seis moradores de origem indiana e seis de origem africana. Uma das participantes com quem falei, disse-me que era a primeira vez que tinha vindo à Baixa de Lisboa⁵⁴. Entre outros participantes salientavam-se a participação das Associações Solim e SOS Racismo, bem como dos jovens do partido político Bloco de Esquerda. Os moradores doutros bairros estavam dispersos. A presença da Associação de Moradores da Quinta da Serra, perto da Quinta da Vitória, tinha uma faixa própria. Moradores de diferentes bairros traziam um telhado de papel à cabeça (ver fotografias de Paulete Matos, em anexo).

* * *

Já referimos antes que o processo de realojamento na Quinta da Vitória estava previsto ser terminado em 2007. Quando iniciei a investigação, imaginei por isso que presenciaria a conclusão do processo de realojamento do bairro e os últimos dias do bairro. Em meados de 2008, algumas famílias continuam a ser indemnizadas, desistindo aos poucos do realojamento e a outras é-lhes novamente oferecida a possibilidade de realojamentos isolados (não um conjunto de famílias do bairro, mas uma família de

⁵⁴ Nesta singularidade da sua vida, está patente a segregação espacial do bairro onde habita, mas esta situação não deve ser interpretada apressadamente como tal. Como já referimos anteriormente, a mobilidade dos hindus da Quinta da Vitória na AML é grande. Se a Baixa não é uma opção entre as deslocações lúdicas preferenciais, outros centros (de grande comércio, por exemplo) são-no.

cada vez) em diferentes bairros sociais do concelho de Loures, onde vão vagando casas (como na Quinta da Fonte, Apelação e nos Terraços da Ponte. A participação da população na contestação relativamente às demolições e pelo direito à habitação resultou na suspensão das demolições no bairro e distendeu os dias de vida da Quinta da Vitória.

Este capítulo é sobre o PER. Um programa público discutido, criticado e colocado em marcha em vários locais. Programa incidente nas condições de alojamento, através do qual se pretendia alterar condições de existência e atenuar desigualdades sociais. Todavia, uma vez colocado em prática, os seus efeitos ultrapassam largamente este propósito. A morfologia do bairro altera-se com demolições, mudanças de residência, desinstalação do comércio e do templo. Em segundo lugar, a intervenção do PER contribui para colocar em relação duas categorias de actores, os realojados e os que ficam por realojar, contribuindo para o aparecimento de fronteiras materiais e simbólicas entre espaços e populações, os daqui e os dali, os que ficaram e os que foram. Através do PER, é colocado um gabinete de intervenção no bairro, que depois desaparece. A política pós realojamento parcial e demolições mais recentes também contribui para o refazer do bairro. Além da imagem caótica do bairro, a observação etnográfica no decurso do programa revela a mobilidade residencial interna e revela ainda estratégias dos moradores face à ausência de soluções no curto prazo. Formou-se ainda um contexto de intervenção de activistas que, ao desenvolver estratégias de luta com os moradores do bairro, fá-los ingressar no plano da participação política ou pelo menos, no campo das estratégias formais de luta por direitos.

Se no capítulo em presença olhámos para a sobreposição entre a história recente do bairro e o decorrer do processo de realojamento, no capítulo seguinte estará em análise um conjunto de processos familiares de habitação – a atenção estará focada no processo administrativo, nos contornos burocráticos deste mesmo período (*grosso modo*, 1993-2006). É o outro lado do PER posto em prática.

CAPÍTULO 6. O PROGRAMA DE REALOJAMENTO A PARTIR DE DENTRO. OS PROCESSOS FAMILIARES DE HABITAÇÃO

O bairro da Quinta da Vitória, além do seu nome próprio, detém outras denominações cuja utilização depende do contexto em que o bairro é referido, tal como foi explicitado no capítulo 3. No caso do bairro enquanto conjunto residencial incluído no PER, o bairro da Quinta da Vitória é também conhecido por *núcleo 5*, número atribuído ao bairro pelos serviços municipais de Loures, de forma a distingui-lo, a nível administrativo. Este número faz parte da referência de cada processo familiar do bairro candidato ao realojamento. Os processos familiares são identificados por estas referências, pelo nome do titular e pela morada constantes nas capas. Os dados neles contidos, são, a um primeiro olhar, mais propensos a uma análise quantitativa. No entanto, como veremos pelas suas componentes e conteúdos, os processos contêm informação mais próxima da que é recolhida no terreno *per se*, exigindo serem trabalhados como os dados recolhidos entre os informantes no terreno. Por isso, este capítulo propõe uma análise dos processos familiares¹, baseada numa perspectiva etnográfica sobre os mesmos, isto é, entendendo-os como mais uma parte do terreno (Béliard e Biland, 2008: 106²). Os processos familiares de habitação são, portanto, uma

¹ O resumo do percurso de investigação no GIL que se segue omite os nomes dos intervenientes, no sentido de salvaguardar possíveis susceptibilidades. O acesso aos processos familiares justifica um breve relato. Sobre a pesquisa de processos familiares de habitação, tinha conhecimento de dois trabalhos onde este tipo de pesquisa foi realizado, nomeadamente por uma técnica de Serviço Social da autarquia de Loures, precisamente sobre a Quinta da Vitória mas destinada a uma dissertação de mestrado em Serviço Social (Correia, 2004), bem como a pesquisa para uma tese de mestrado em Desenho Urbano realizada por Monica Farina (2001) sobre um bairro de habitação social, onde efectuou uma pesquisa dos processos familiares do bairro. Por isso a pesquisa sobre os processos familiares não era uma situação nova por parte de investigadores. Com um parecer da minha orientadora enderecei o pedido da dita pesquisa ao Presidente da Câmara Municipal de Loures, no sentido de ser encaminhado para os serviços competentes. Ao fim de três meses obtive uma reunião com o então vereador da habitação e assistente, que anuíram na minha pesquisa. Meses depois combinei iniciar a pesquisa com o técnico de Serviço Social no Gabinete de Intervenção Local da Quinta da Vitória, situado no Prior Velho. Depois de consultar cerca de 50 processos ao longo de duas semanas, a continuação da consulta dos processos foi posta em causa devido à ausência de uma autorização por escrito. Depois de nova reunião, desta vez com a responsável pela entidade de que então o GIL dependia directamente (a Divisão Municipal de Habitação), consultei ainda mais 15 processos. Procedi ainda ao pedido de pesquisa dos processos de famílias realojadas no bairro social Dr. Alfredo Bensaúde junto da Gebalis, que me respondeu com legislação relativamente à confidencialidade dos dados relativos a pessoas. Optei por não continuar a insistir sobre esta questão, não obstante a minha declaração (sublinhada pela minha orientadora) no sentido de respeitar as fontes, não as divulgando sempre que fosse assim acordado e a utilizá-las exclusivamente para a concretização do doutoramento.

² Os autores referem que a análise de documentação como é o caso de processos individuais tem sido explorada tanto por historiadores como por sociólogos e que podem constituir-se como um utensílio de análise suplementar para multiplicar os pontos de vista sobre os sujeitos em causa e sobre o funcionamento das instituições, bem como da relação entre estas e as populações sobre quem são constituídos os processos. Além de complemento na investigação, podem ser objectos de pesquisa em si.

peça fundamental no processo de realojamento. Os dados neles contidos dizem respeito à população moradora do bairro da Quinta da Vitória e, por isso, acrescentam informação sobre a vida de um bairro e de uma população que atravessa um processo de realojamento. Além disso, os processos esclarecem muito sobre a relação entre a população e a instituição municipal. Como veremos, além de cópias de documentação pessoal respeitante aos vários elementos de cada agregado familiar, os processos contêm ainda, a título de exemplo, as fichas de atendimento às famílias que descrevem o conteúdo das reuniões entre os técnicos de Serviço Social e um ou mais elementos de cada família. Cartas dirigidas ao município e despachos internos da Câmara Municipal são também dados constantes nos processos, reflectindo, burocraticamente³, aquela relação.

No caso dos processos familiares que analisaremos, podemos falar do controlo do aumento do agregado ou da mobilidade geográfica das famílias. Além disso, os processos compilam um manancial de dados que nos dão informações importantes sobre o bairro e suas famílias no sentido de percebermos melhor o curso social e urbano do bairro a partir do momento em que as instituições envolvidas na política habitacional e social nele intervêm. Não é minha pretensão fazer uma etnografia histórica a partir dos processos, uma vez que não os consultei a todos, mas parece-me imprescindível o exercício de análise dos processos consultados.

O acesso a uma série, ainda que limitada, de processos familiares e respectiva análise aprofundada contribuiu não só para confirmar a sua riqueza de dados, levando-me a pensá-los como parte integrante do terreno, mas também permitiu observar uma parte do *resultado prático das intenções dos discursos dos dirigentes ligados à habitação* (Baptista, 2001: 77), uma vez que não estamos apenas no domínio da análise das intenções legislativas, mas podemos também confrontá-las no terreno. Assim, esbatem-se as já anteriormente referidas *armadilhas metodológicas* de que nos fala o mesmo autor (Baptista, 2001) para se referir às dificuldades inerentes à análise de temas relacionados com a habitação em Portugal. É verdade que ao dizer isto o autor tinha em mente os bairros de realojamento, ou os resultados de outras políticas de habitação, mas

Noutro registo, Ladurie (1975) procurava já fazer uma etnografia sobre a organização de uma aldeia cántara a partir dos processos da inquisição.

³ Em português, o vocábulo burocracia refere-se especificamente ao processo administrativo dos bens públicos, embora se refira também, por extensão, à complicação e morosidade no desempenho do serviço administrativo (Ferreira, 1986: 295).

os processos familiares do PER e respectivos dados, dados esses que são úteis às autoridades competentes sobretudo até ao momento de realojamento, demonstraram ser uma fonte imprescindível para perceber como o realojamento estava a ser levado à prática. Ora, na Quinta da Vitória enquanto terreno, pudemos perceber como as intenções dos discursos dos dirigentes ligados à habitação foram levados à prática, uma vez que o seu quotidiano nos ia informando sobre as alterações físicas, sociais e culturais no território, sobre a morosidade do processo de realojamento para aquele bairro e sobre as próprias relações complexas entre população e instituições responsáveis pela aplicação do PER. Os processos familiares de habitação concentram este tipo de informações de forma singular. Como veremos ao longo deste capítulo, os processos incluem várias linguagens, dos moradores expectantes aos decisores autárquicos, passando pelos técnicos que foram mediando os dois lados.

A sequência de secções deste capítulo acompanha o percurso de investigação dos processos em causa. Assim, começaremos por dar conta da pesquisa que foi feita no Gabinete de Intervenção Local (GIL), onde consultei os processos em causa. Identifiquei os pontos mais recorrentes nos processos e algumas situações que fazem parte do quotidiano dos técnicos presentes no gabinete onde tive oportunidade de consultar os processos. Prosseguiremos com a descrição e análise dos processos familiares. O seu rico conteúdo parece poder subdividir-se, a uma primeira aproximação, em dados quantificáveis para uma posterior análise qualitativa e em dados de índole qualitativa *a priori*. No entanto, os dados mais quantificáveis contêm, por vezes, panos de fundo que se vão descortinando quando comparados com os dados do terreno, tornando-os mais qualitativos a cada revisão efectuada sobre eles⁴. Ainda quanto à descrição e análise dos processos familiares, não deixaremos de analisar parcelarmente as diversas componentes dos processos, nem de reflectir sobre alguns processos em detalhe, que contam autênticos percursos de vida familiares. Mas o objectivo final deste capítulo é demonstrar como os processos familiares de habitação reflectem processos de vigilância, de forma por vezes excessiva, sobre as famílias hindus candidatas ao PER. Para isso, teremos como objectivos específicos perceber a colocação em prática do PER num bairro concreto, numa população concreta (objectivo

⁴ A sistematização dos dados quantificados a partir dos processos familiares foi útil para ter uma noção de conjunto e está patente nos anexos, mas a análise posterior à quantificação dos dados contidos nos processos não pode ser entendida como análise quantitativa ou estatística, o que requeriria maior exaustividade numérica. Se o objectivo inicial foi olhar qualitativamente para os dados contidos nos processos, a análise feita sobre estes dados impunha-se como qualitativa.

que percorre todo o capítulo); enumerar os diversos tipos de controlo burocrático das famílias candidatas ao realojamento através da análise das diversas componentes dos processos; e compreender as relações entre *administradores* e *administrados*⁵ neste contexto, incidindo sobretudo sobre casos particulares – nomeadamente através dos tipos de atendimento feitos no GIL e de exemplos de cartas dirigidas aos serviços.

6.1. A EXPLORAÇÃO DE UM ARQUIVO

6.1.1. A PESQUISA NO GABINETE DE INTERVENÇÃO LOCAL

Quando comecei a consultar os processos familiares no GIL estava preparada para ver a sua totalidade. No entanto, a minha pesquisa foi encurtada e apenas consultei 65 processos num total de 446, o que corresponde a 15% do universo total. Entre os processos analisados, 50 são de famílias de origem indiana ou moçambicana. Sabendo que os processos de agregados familiares com estas origens são, na totalidade 213, a pesquisa realizada incidiu sobre cerca de 24% da totalidade dos processos familiares de agregados hindus. Além de uma análise dos processos que será feita adiante, o processo de pesquisa em si mesmo permitiu-me identificar situações úteis para a compreensão da relação entre o GIL e as famílias candidatas ao PER, bem como pormenores relativos ao processo de realojamento que de outra forma seria difícil alcançar. Referimo-nos por exemplo à situação de “duplicação” de processos; às reacções dos técnicos aos pedidos específicos feitos pelas famílias; à forma como é percebido o “desdobramento” do agregado familiar pelas famílias; e à própria dinâmica quotidiana do GIL, onde realizei a pesquisa.

Nos processos familiares uma das coisas que inicialmente me chamou a atenção foi a constatação feita pelos serviços relativamente a famílias que tinham mais do que um processo familiar de realojamento. Os casos de “duplicação” referem-se a famílias que surgem duas vezes no recenseamento mas nas situações de duplicação de um nome em famílias diferentes, a dúvida também surge. A informação sobre mobilidade residencial dentro do bairro é uma das situações que encontrei com mais frequência no tipo de atendimentos feitos às famílias (ver em anexo). Importa dizer que duas pessoas podem

⁵ Com uma conotação de similitude com a relação entre observadores e observados, a escolha do par *administradores/administrados* reproduz a sugestão de uma mesa de trabalho do X Congresso de Antropologia, *Culturas, Poder y Mercado* em Sevilha (Setembro de 2005) onde participei com uma comunicação. A mesa chamava-se “Política cultural: iniciativas de las administraciones, respuestas de los administrados”.

de facto ter o mesmo nome, uma vez que os nomes hindus são compostos preferencialmente por apenas um nome próprio e pelo nome próprio do pai. Num caso em concreto, uma família de origem indiana estava inscrita no recenseamento da Quinta da Vitória, e surgia também inscrita no recenseamento da Quinta da Holandesa, no Areeiro, em Lisboa. Esta situação vem sinalizada no processo familiar da família em causa com a presença de uma lista de casos de “duplicação” realizada em Outubro de 1994 e de um pedido feito pelo IGAPHE aos municípios para actualizar regularmente os dados das “duplicações” e que estes sejam enviados ao IGAPHE para centralizar a informação e para discriminar estas situações consideradas de *oportunismo* por parte das famílias:

“o significativo número de candidatos a duplo alojamento (...) vem reforçar a ideia de que será necessária muita atenção de todas as entidades envolvidas no PER para destrinçar as situações de efectiva carência dos casos de puro oportunismo”. IGAPHE, 18 de Outubro de 1994, carta dirigida ao presidente da Câmara Municipal de Loures (assinado pelo vogal do conselho directivo).

Esta prática por parte dos serviços indicia uma necessidade de controlar os dados relativos à população candidata a realojamento, para que não fossem futuramente atribuídas duas casas em habitação social para uma mesma família. Mas para além da “duplicação” dos processos por agregado, os processos procuram ainda controlar a mobilidade residencial de um ou mais elementos de cada família. Importa aqui referir uma situação verificada recorrentemente no terreno que tem que ver com a mobilidade residencial das mulheres recém-casadas que, por vezes, acarretam a mudança de todo um agregado familiar. São situações que, não reflectindo os casos de “duplicação” de que falamos aqui, podem gerar dúvidas para os técnicos que aplicam o PER no terreno e que são de difícil explicação por parte dos moradores.

Ao analisar processos familiares de realojamento, fui-me apercebendo que a situação mais comum patente nos processos relativamente à alteração dos agregados familiares era o pedido de “desdobramento” do agregado, seja por via do nascimento, seja por via do casamento, situação esta intimamente relacionada com a prevalência das famílias extensas, referida anteriormente. O crescimento natural das famílias pode implicar duas figuras específicas do PER: o “desdobramento” do agregado e a “integração” de um elemento no agregado. O “desdobramento” diz respeito às famílias extensas identificadas no recenseamento – assim, por exemplo, uma *barraca* onde residiam, em

1992, três famílias nucleares terá, teoricamente, direito ao realojamento em três fogos distintos. No caso da “integração”, o PER admite, mediante a recepção de documentação que o comprove, a inclusão de membros da família, por via do casamento e do nascimento. Em termos de realojamento, esta admissão de novos elementos poderá reflectir-se na determinação final da tipologia da casa. Ou seja, se para uma família estava inicialmente previsto um T2, a “integração” de uma criança pode provocar a alteração da tipologia para um T3. Nos casos de casamento, podem acumular-se as figuras de “integração” e de “desdobramento”, muito embora não seja líquido que assim aconteça. Nestes casos, podem contar para a decisão final critérios subjectivos – como necessidades económicas ou problemas de saúde existentes num agregado familiar.

Nos casos de “desdobramento”, os serviços pedem documentação que comprove essa situação e documentação de identidade dos novos elementos, bem como, consoante o caso, documentos que informem sobre a situação profissional ou escolar dos novos elementos. No terreno foi-me referido várias vezes pelos moradores que haveria a possibilidade de terem mais uma divisão no futuro alojamento em habitação social ou mesmo mais um fogo por família devido à situação de “integração” de uma pessoa no agregado familiar. Esta suposição por parte dos moradores advém da confusão entre os termos “desdobramento” e “integração”. Tal como referido acima, a “integração” refere-se apenas à admissão de um novo elemento da família por via do casamento ou do nascimento; estes novos elementos são “integrados” nos processos familiares e o realojamento é pensado de acordo com o crescimento da família, desde que os novos elementos estejam devidamente inscritos e desde que tenham juntado a documentação necessária para o efeito. Ou seja, resumindo, embora a “integração” de um elemento não implique necessariamente um “desdobramento” de um agregado, alguns moradores têm esperança que sim. Estes conceitos são simples de entender para os técnicos mas não para a população. Os pedidos de “integração” e de “desdobramento” são, de acordo com os técnicos, muito recorrentes entre as famílias hindus. O facto de estes pedidos se verificarem sobretudo na população hindu reflecte a presença de famílias extensas nesta população; a fraca ocorrência de pedidos de “desdobramento” por parte de famílias das demais populações do bairro reflecte que os filhos destas famílias, quando casam, saem mais facilmente do agregado familiar principal, encontrando mesmo alternativas residenciais, o que vem espelhado nos processos através de atendimentos em que o

técnico e o titular de uma família falam da exclusão de um dos elementos do agregado por esse motivo.

Uma outra situação com que me deparei na pesquisa efectuada no GIL foi a de algumas verbalizações, por parte dos técnicos, relativamente às dificuldades no confronto com famílias com necessidades especiais, em relação às quais não conseguem soluções céleres em termos de realojamento para estes casos. Os casos específicos de necessidades especiais, como pedidos para acelerar o processo de realojamento no caso de situações de saúde graves, só para referir o tipo de situação mais comum, contrastam, de acordo com os técnicos, com os pedidos de aceleração do processo de realojamento feito por famílias que têm menos necessidades específicas quando comparadas com as que têm mais necessidades. Este tipo de situação configura uma estratégia por parte das famílias candidatas a realojamento no sentido de lhes ser prestada uma atenção especial. Estas estratégias são desenvolvidas aproveitando o estatuto de pobreza com que foram catalogados por viverem num bairro de *barracas* e, igualmente, o facto de o programa assim o prever. A sua situação de subordinação a um Estado protector não é nova para as famílias hindus (e não só). Desde o colonialismo que convivem com formas de paternalismo por vezes semelhantes. De certa forma, o desconhecimento do contexto quotidiano dos bairros de *barracas* e das famílias que neles vivem conduziu a um discurso social e político sobre estas populações levando à utilização de termos como *flagelo das barracas*, *chaga social*, como vimos nos capítulos precedentes. Estas estratégias utilizadas pelas famílias hindus, vistas pelos trabalhadores sociais como oportunismo não são senão o aproveitamento deste contexto complexo onde começaram por ser vítimas⁶ e com o qual hoje se deparam no seu processo de realojamento.

Voltando às situações de carência ou de problemas de saúde que poderiam ser minorados com o realojamento, os técnicos têm de enfrentar a máquina burocrática do município, muitas vezes sem soluções para as famílias em causa, provocando em simultâneo um sentimento de impotência face à resolução de situações específicas e uma certa revolta face às famílias exigentes sem necessidades especiais. Um dos técnicos que trabalhava no GIL à data da pesquisa dos processos referia que há estratégias informais para alcançar os objectivos tanto do lado da população como do

⁶ Seguindo as propostas de Scott (1985; 1990) relativamente à resistência subtil e ao *registro escondido*, influenciaram-me para este argumento a proposta de análise do poder colonial de Cohn (1997), bem como de Assayag (2001) sobre o nacionalismo indiano.

lado das instituições, no caso, do GIL (DC, 20/01/2006). Num outro dia desabafava: “os técnicos sentem-se *comprimidos*” pela falta de soluções e as situações mais sensíveis “são as situações humanas. Temos de ter um certo distanciamento, mas às vezes é difícil” (DC, 24/01/2006). Ao se envolverem com uma situação específica os técnicos desenvolvem as suas próprias estratégias, que neste caso visam atingir objectivos face a um sujeito hierarquicamente superior na escala do processo de realojamento. Resumindo, as famílias fazem pedidos específicos aos técnicos do GIL, que por sua vez fazem pedidos específicos à Divisão Municipal de Habitação e à verificação da habitação. Por vezes, gera-se uma cumplicidade entre o trabalhador social e a família a quem pede toda a documentação necessária para o processo de realojamento, o que permite, por seu lado, conhecer as famílias e mesmo as suas casas, como veremos, aliás, na secção sobre as visitas domiciliárias.

6.1.2. DOS PROCESSOS ÀS CASAS

Uma vez que a documentação presente nos processos pertence, em termos legais, às famílias, não pude fotocopiar exemplos de cada tipo de documento presente no processo. Por isso, elaborei uma série de tabelas Excel onde inseri os dados, por vezes transcrevendo partes de documento, donde excluí os nomes das pessoas implicadas e os números dos processos. As citações que surgem adiante são retiradas dessas tabelas. Tal como já foi referido anteriormente, os processos a que acedi seguiram a disponibilidade dos mesmos, para não obstaculizar a necessária consulta pelos técnicos responsáveis. Os processos que me foram facultados subdividem-se em quatro categorias, digamos assim, que acompanham os momentos de pesquisa, de acordo com a sequência dos processos que consultei e que podem ser confrontados na figura que se lhes segue: (1) onze processos seleccionados por um técnico; (2) 27 processos cujas famílias teriam atendimento em breve para serem realojadas no curto-prazo⁷; (3) quinze processos de agregados familiares já realojados no bairro social Alfredo Bensaúde; (4) doze processos vistos aleatoriamente depois de nova autorização⁸.

⁷ Estes eram processos dos agregados indiciados no início de Janeiro de 2006 para irem ao GIL do Prior Velho, ou seja, aqueles que actualmente levantam menos problemas e a quem seria sugerido o realojamento em dois bairros de habitação social no Concelho de Loures.

⁸ V. processo de pesquisa no início deste capítulo.



	1º momento de pesquisa – processos seleccionados por um técnico
	2º momento de pesquisa – processos de famílias com atendimento eminente
	3º momento de pesquisa – processos de famílias realojadas em 2002
	4º momento de pesquisa – processos vistos aleatoriamente

Figura 9 – Adaptação do mapa do recenseamento CET, 1992. Projeção espacial dos processos familiares de habitação analisados de acordo com as fases da pesquisa.

Depois de *territorializar* os processos, pode-se facilmente reparar em alguma concentração espacial dos mesmos. No primeiro e segundo momento de pesquisa, os processos correspondem a situações de iminente resolução. De facto, parte das casas localizadas naquela zona do terreno foram demolidas em meados de 2007. O terceiro momento incide sobre casas demolidas em 2002, quando do realojamento parcial e o quarto momento de pesquisa recai sobre famílias que continuaram virtualmente à espera de realojamento. Assim sendo, apesar da limitação no número de processos consultados, estes espelham tanto a distribuição no espaço como a variedade de tipos de casos. Entre os processos consultados, é evidente a recorrência de processos de famílias de origem indiana (49), o que por sua vez reflecte a sensibilidade do técnico de Serviço Social do GIL que me facultou os processos de acordo com o objecto de estudo que lhe descrevi. Uma breve reflexão: a figura anterior é o resultado da projecção espacial das famílias cujos processos analisei, no que se afigura como uma acção de controlo sobre o território observado à semelhança dos processos de mapeamento nos trabalhos clássicos de Antropologia, tornando mais ambígua a posição de uma investigadora que procura

desconstruir um processo de controlo e vigilância. Para uma leitura mais atenta da figura, há que referir que cada processo corresponde a uma casa ou a uma parte de casa recenseada em 1992, pelo que uma mesma casa assinalada no quadro contém, por vezes, mais do que um processo.

Às fichas de recenseamento foram dados números, um número para cada *barraca*. Assim, para além da numeração de correio, ficou associado a cada casa (e, portanto, a cada família, fosse ela extensa ou não) um número correspondente ao processo PER, configurando uma duplicação da numeração das casas e, cumulativamente, situações de confusão na entrega do correio, referidas no terreno, sobretudo quando os carteiros mudam localmente. A numeração de uma casa correspondente a um processo de realojamento indicava – inicialmente – que os residentes nas *barracas* numeradas pelo recenseamento seriam realojados. No entanto, as pessoas que foram viver para o bairro depois de 1993 não *herdaram* o direito de realojamento apesar de residirem em *barracas* recenseadas. Esta foi só uma das confusões geradas entre os moradores da Quinta da Vitória, potenciada pela escassa informação (ou de compreensão difícil) sobre o processo de realojamento.

6.2. A ANÁLISE DOS PROCESSOS

6.2.1. DE QUE É COMPOSTO UM PROCESSO FAMILIAR

Como todos os dossiers organizados cronologicamente, os processos familiares de habitação consultam-se de trás para a frente, se quisermos conhecer a totalidade do seu conteúdo. O primeiro documento a entrar no processo é a ficha elaborada para o recenseamento em 1992 e que é igual em todos os processos familiares. Cada ficha contém o número do núcleo/bairro, que no caso é o 5; o número da *barraca*; o número correspondente a cada agregado dentro da *barraca* (que na maior parte dos casos é agregado 1, mas pode ser o agregado 2 ou 3, o que sucede no caso de *barracas* com mais do que um agregado, ou seja, no caso das famílias extensas⁹); o nome de cada elemento do agregado familiar; o grau de parentesco relativamente ao titular e a indicação de qual dos elementos é titular; o sexo (feminino ou masculino); as datas de nascimento; as nacionalidades; os números dos documentos de identificação mostrado

⁹No caso dos “desdobramentos”, os números dos processos são, por isso, decimais. E.g., 70.1; 70.2; 70.3, para uma casa onde residem três agregados familiares.

na altura do recenseamento (Bilhete de Identidade, Carta de Condução, Passaporte ou Número de Identificação Fiscal) e a tipologia da casa (a maior parte das vezes sem indicação, uma vez que os inquéritos não foram completados com visitas ao interior das casas). Embora sem dados, fazem ainda parte desta ficha a *morada de realojamento*, a *data do realojamento* e a *situação anterior*, uma vez que as fichas aplicadas nos inquéritos eram iguais para outros bairros que o CET recenseou (CET, 1992a; 1992b), independentemente de já terem sido realojados ou não, demonstrando um esforço de sistematização de dados relativos à habitação e às populações.

Continuando a ver o processo na sua ordem cronológica, na maior parte dos casos analisados o documento que se segue é relativo à primeira actualização do PER no bairro, em 2000, corroborando de certa forma a quase completa ausência de técnicos no terreno entre 1995 e 2000. A tabela da ficha em causa tem várias linhas para inserir os dados relativos a cada elemento do agregado, nomeadamente nome, parentesco em relação ao titular, nacionalidade, documento de identificação entregue, *situação agregado* (PER ou “não-PER”) e observações. Esta ficha tem também uma tabela intitulada *agregado familiar registado (não residente)* para o caso de famílias que tenham mudado de *barraca*. Por fim, vem a data da actualização cuja variável tem o sugestivo nome *data do controlo*.

A partir destes dois documentos, a sequência do processo familiar varia consoante os casos, mas estão quase sempre presentes os Avisos; os registos de Visita Domiciliária, por vezes com registo fotográfico; fotocópias de documentos entregues; fichas de pedidos de documentação e de recepção de documentação; cópias de editais colocados nas portas das *barracas*; fichas de atendimentos; despachos internos da Câmara que fazem sentido para um dado processo; cartas dirigidas ao GIL ou a outros serviços da Câmara Municipal de Loures com pedidos específicos, desde troca de *barracas*, passando por pequenas obras, até urgência no realojamento. Quando o processo não foi concluído em 2002 (por altura do realojamento de 100 famílias do bairro), consta ainda do processo a ficha de actualização do agregado de 2003 (quando da última actualização). A ficha de actualização do agregado em 2003 inclui, além dos dados pedidos tanto no recenseamento de 1992 como na actualização de 2000, o rendimento da família e a tipologia adequada para o agregado em questão. Nestas fichas, por vezes vêm agrafadas outras, para os casos de “duplicação”, ou seja, quando um ou mais elementos do agregado tem o seu nome noutra registo, quer do bairro, quer doutro

bairro. Quando a família foi realojada em 2002, existe uma ficha que especifica a tipologia da casa atribuída à família realojada. As fichas dos realojamentos de 2002 têm um cabeçalho onde consta o protocolo ao abrigo do qual foi feito o realojamento no bairro Alfredo Bensaúde (entre a Câmara Municipal de Loures e a Câmara Municipal de Lisboa em 30/10/2001). Além da morada nova, da tipologia da casa e da discriminação dos elementos do agregado familiar realojado, consta ainda uma alínea sobre problemas de saúde relevantes.

6.2.2. RELAÇÕES ENTRE PROCESSO E HISTÓRIA FAMILIAR

A partir da documentação contida em cada processo, registei uma série de dados qualitativos a partir dos quais elaborei pequenos resumos da história de cada processo, procedendo à descrição resumida do conteúdo de cada um deles, o que veio a formar pequenos resumos da história daquelas famílias enquanto candidatas ao realojamento. Assim, como os processos começam em 1993 e a minha pesquisa foi feita em 2006, os processos analisados podem contar 13 anos de histórias familiares. São histórias baseadas em conjuntos de documentos específicos para um possível realojamento, mas que dão muita informação sobre o percurso diacrónico das famílias no bairro.

A análise dos documentos contidos nos processos revela que muita da informação recolhida no terreno tem eco nesta documentação, confirmando aquela quase sempre. Os documentos permitem identificar o ano de chegada a Portugal no caso das famílias imigradas, sobretudo através da data do Número de Identificação Fiscal (NIF) ou da inscrição na Segurança Social, indicada no cartão, que quase sempre é fotocopiado e entregue ao GIL. Por seu lado, o Atestado de Residência passado pela Junta de Freguesia, que implica a presença de duas testemunhas que confirmem as informações declaradas é também uma fonte útil para perceber o momento de chegada ao bairro, pelo menos do titular. No caso das famílias hindus, através dos processos, pode confirmar-se que chegaram ao bairro, na maioria, no início dos anos 1980. Além disso, a maior parte dos processos torna evidente, por um lado, se a família aumentou através de nascimentos ou de casamentos, uma vez que os pedidos de integração de indivíduos no agregado familiar também constam nos processos, e por outro lado se a família diminuiu através do casamento ou de óbito, ou mesmo nos casos de imigração, uma vez que a documentação relativa a estes acontecimentos também está presente nos processos, através da situação de exclusão do PER de um ou mais elementos de um

agregado familiar. É interessante constatar que quase todos os processos indicam situações de nascimento e alguns de casamentos. Os problemas de saúde, quando existentes, estão igualmente referidos através de atestados médicos e de declarações da Segurança Social¹⁰. As situações de desemprego e de respectivas procuras de trabalho são também fáceis de identificar através da documentação entregue relativa ao Instituto do Emprego e Formação Profissional. Entre a documentação entregue a este respeito, por vezes acontece surgir para um mesmo indivíduo, várias situações profissionais ao longo do processo¹¹ (uma vez que apesar das expectativas tanto dos técnicos como dos moradores relativamente ao realojamento, este tardou a chegar e, para muitos, não chegou). Podemos ainda, devido às fichas quer do recenseamento quer da actualização, saber que profissões têm os moradores, e por vezes para que empresa trabalham, quando consta alguma documentação por parte da entidade patronal, pedida pelo GIL. Os processos permitem, finalmente, *visitar* muitas das casas, uma vez que muitas das visitas domiciliárias por parte dos serviços da Câmara são acompanhadas de fotografias das várias divisões das casas. A intimidade com estas famílias produzida pela documentação presente nos processos, sobretudo a documentação deste tipo, levanta desafios metodológicos semelhantes aos que a observação participante desencadeia, sobretudo ao nível da ética.

Algumas histórias familiares

Apesar de julgar excessivo apresentar percentagens, creio que será útil falar de algumas recorrências encontradas nos processos a cuja consulta tive acesso. Encontrei muitos casos em que as famílias se mantêm estáveis ao longo dos anos, desde o recenseamento, e que a sua situação face ao realojamento ainda não está resolvida em Janeiro de 2006. Esta situação dá conta da situação de espera prolongada das famílias candidatas a realojamento. Muitos dos processos indicam crescimento ou redução do número de elementos do agregado como já foi anteriormente explicado neste capítulo, o que pôde ser verificado através de pedidos de acréscimo de um ou mais elementos ao agregado

¹⁰ A questão da saúde é importante na medida em que há alguns anos atrás a Quinta da Vitória evidenciava problemas de alcoolismo e de tuberculose. No primeiro ano de trabalho de campo uma Enfermeira fez ali o seu trabalho final de especialização em Saúde Pública e pude acompanhar de perto uma família em que um dos elementos tinha tuberculose. Além da mulher que tinha esta doença, viviam na casa o marido, o irmão do marido e a esposa, a sogra, e dois filhos e um sobrinho. Esta doença é de difícil ultrapassagem sobretudo para quem vive em casas sem água canalizada e/ou com uma rede de esgotos ineficaz, como era o caso. A diversidade de funções da mulher em casa dificultava a manutenção da higiene. Sobre questões da saúde entre as mulheres hindus cf. Monteiro (2007).

¹¹ Sobre a documentação relativa à situação profissional, v. adiante 6.2.3.

familiar candidato ao PER e dos respectivos documentos comprovativos – fotocópias de certidões de casamento e de nascimento, Bilhetes de Identidade dos bebés, outros documentos de identificação dos recém-casados, etc. Para termos uma ideia dos vários tipos de histórias que os processos contam, apresentamos de seguida alguns dos resumos que fiz dos processos¹²:

Caso 2: O agregado mantém-se estável desde 1993. No entanto, em Janeiro de 2006, a sua situação ainda não está resolvida. Há, contudo, um aviso do GIL para o titular comparecer nos serviços no início de Fevereiro.

Caso 7: Recenseados 8 elementos em 1993. Em 2000 só estão 3, os outros não estão, situação essa que é confirmada em 2002. Família na Portela desde 1982, a julgar pelo NIF do titular. Um dos filhos casou e trouxe esposa da Índia. Tipologia atribuída: T2.

Caso 15: Agregado relativamente estável, com nascimento de um filho e com a morte do titular. Condições da casa consideradas boas no Verão de 2002. De acordo com o atestado da Junta de Freguesia, residem no bairro há 20 anos. Com tipologia adequada atribuída T3 para 4 pessoas.

Caso 17: Desde 1988 na Portela, de acordo com atestado da Junta de Freguesia. Cunhada do titular acabou por sair da casa; pedido de inclusão de uma filha que nasceu entretanto. O senhor insiste com os serviços sobre realojamento; refere esperança em ser realojado no bairro ao lado; a actualização do agregado em 2003 coloca finalmente a filha mais nova no PER. Tipologia final atribuída: T3.

Caso 19: Agregado estável desde 1993. Titular faz um pedido de habitação antes do PER, em 1990, situação essa arquivada na divisão de habitação da Câmara Municipal de Loures e incluída no processo. Tipologia final atribuída T3.

Caso 28: É um processo extremamente burocrático, com mais de 100 páginas, em que se pedem sucessivas informações a diversas instituições sobre elementos do agregado para confirmar se têm outra casa ou não, e onde se denotam várias linguagens em presença, dificultando a compreensão das situações de parte a parte. O casal separou-se e a ex-mulher foi viver com os filhos. O titular casou de novo com uma portuguesa e teve uma filha. Caso de violência doméstica entre o primeiro casal, com recurso à polícia. Não tem tipologia ainda atribuída em Janeiro de 2006.

Caso 42: Agregado estável desde 1993. Foram realojados em 2002. Titular com doença coronária, registo de enfarte. De acordo com atestado JF moram lá desde 1984.

¹² Retirados das tabelas que elaborei a partir da consulta da documentação contida nos processos.

Caso 46: Foram realojados em 2002. Tipologia: T3. Pelo menos desde 1989 na Portela. Família que tenta PER-Famílias mas que, por ter dívida ao Estado, desiste. Pedem um espaço comercial, que não obtêm até à data do realojamento.

Estes casos sintetizam algumas situações comuns e outras específicas, vividas pelas famílias candidatas ao PER desde o início dos anos 1990 até ao momento da pesquisa. Ilustram, por isso, o período de tempo que tem vindo a ser tratado neste conjunto de capítulos. O motivo principal desta exposição de casos é que eles mostram que o tempo prolongado que separa o recenseamento de uma família até ao realojamento implica as mudanças que ocorrem numa família ao longo de 13 anos: pessoas que nascem, pessoas que morrem, pessoas que casam, pessoas que saem do agregado familiar para outros agregados, entre outras situações. Não podia deixar de ser assim. O facto de o processo de realojamento demorar o tempo que tem demorado (nove anos para o caso dos realojados em 2002 e mais de quinze anos para quem ainda espera) implica, por isso, trabalho acrescido também para o município. As sucessivas actualizações e pedidos repetidos de documentação prendem-se com a situação de alterações comuns nos agregados familiares. Assim, a sensação de controlo constante que a população manifesta (*para que é que querem tantos papéis?! é uma das expressões que muitas vezes ouvi no terreno*), controlo esse que de facto visível através da diversificação da documentação entregue, sem resultados correspondentes para as famílias, e a necessidade efectiva de controlo constante, por parte da autarquia, devido à falta de respostas a dar à população, ocorrem em ciclo vicioso enquanto o realojamento não se concretiza.

Um instrumento específico – PER-Famílias

O PER-Famílias, uma figura jurídica complementar ao PER elaborada para dar apoio à aquisição ou reabilitação de fogos por famílias abrangidas pelo PER e já referida antes, é um tema muito presente nos processos familiares. A frequência deste tema é mais relevante nos processos de famílias que não foram realojadas em 2002. O PER-Famílias passou a ser uma saída preferencial desde a restrição ao endividamento das autarquias aprovada no Orçamento de Estado para 2003¹³. Quer dizer, face à ausência de fogos

¹³ No Orçamento Rectificativo de 2002 (Lei 16-A/2002 de 31 de Maio) o endividamento das Câmaras foi reduzido para metade do que até então era possível. Apesar disso, havia excepções para o caso da habitação social, excepção essa que foi mantida na Lei 32-B/2002 de 30 de Dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado (O.E.) de 2003. No ano seguinte, o quadro legal restritivo relativamente ao endividamento das autarquias manteve-se (na Lei 107-B/2003 de 31 de Dezembro, que aprovou o O.E. de

para realojamento para a população candidata ao PER que ficou por realojar depois de 2002, o município e, mais concretamente, a Divisão Municipal de Habitação, procuraram, ciclicamente, divulgar o PER-Famílias como resposta prioritária. Uma das prerrogativas da sugestão do PER-Famílias aos agregados candidatos ao PER é a co-responsabilização das famílias na resolução da sua própria situação de habitação, diminuindo a sua dependência em relação ao Estado. As sugestões para aderir ao PER-Famílias parecem ter surtido efeito no bairro, uma vez que nos processos surgem frequentemente os atendimentos em que a família “pede informações sobre o PER-Famílias” (expressão utilizada para descrever o tipo de atendimento). Noutros atendimentos que tenham o PER-Famílias como assunto principal, os técnicos fazem propostas de candidaturas com as famílias, informam sobre condições financeiras específicas, explicam os procedimentos, e por vezes inviabilizam uma candidatura ou vêm-se confrontados com famílias que não pretendem aderir por não encontrarem habitação no valor referido pela portaria.

Além de ser difícil conseguir encontrar uma casa dentro dos valores definidos, o processo burocrático associado ao pedido de empréstimo bancário para aquisição de uma casa ao abrigo do PER-Famílias exige, como nos demais pedidos de empréstimo para aquisição de habitação, que a família tenha a sua situação com a Segurança Social e com as Finanças regularizada. É preciso ter a garantia de que o titular vai continuar a trabalhar – daí a declaração da entidade patronal; declarações da Segurança Social e das Finanças a confirmar a regularização dos descontos correspondentes. Surgem por vezes atendimentos em que uma pessoa se dirige aos serviços para dizerem que têm dívidas ao Estado e que por isso não podem formalizar a candidatura ao PER-Famílias, reivindicando a manutenção do direito a serem realojadas devido a dificuldades financeiras.

A adesão ao PER-Famílias implica ainda que nenhum dos elementos da família tenha adquirido entretanto nenhuma casa ou mesmo terreno para posterior construção, sob pena de essa família ser excluída do PER. Assim, o PER-Famílias implica que nenhum elemento da família tenha encontrado uma alternativa residencial, e se isso se verificar, a dedução dos serviços é que aquela família já não precisa deste tipo de apoio. Apenas

2004), revogando a exceção para a habitação social, o que levou a Associação Nacional de Municípios Portugueses a contestar o facto de a exceção se manter para as dívidas contraídas relativamente ao Euro 2004 e não para a habitação social .

um caso deste tipo foi encontrado entre os processos analisados indiciando uma diminuta ocorrência destes casos.

6.2.3. DOCUMENTAÇÃO REQUERIDA ADMINISTRATIVAMENTE

O maior conjunto de material que cada processo contém diz respeito à documentação entregue aos serviços do GIL. Para um total de 65 processos analisados, contam-se 952 entradas respeitantes a fotocópias de documentos entregues, o que implica uma média (para este universo) de 17 documentos por família. Os documentos mais comuns entregues por todas as famílias são a declaração de rendimentos (IRS), que é útil aos serviços para poder calcular a renda a pagar numa casa de habitação social e o Atestado de Residência passado pelo Junta de Freguesia, que confirma a antiguidade da residência no bairro (que tem de ser anterior a 1993). Os documentos mais frequentemente apresentados são os que dizem respeito à identificação pessoal, como o Bilhete de Identidade e o Passaporte (às vezes cumulativamente), pelo que uma parte substancial da documentação entregue atesta a composição da família e suas alterações ao longo dos anos. Os adultos que fazem parte de uma família entregam habitualmente ainda fotocópias do cartão do Serviço Nacional de Saúde, do cartão do Número de Identificação Fiscal, do cartão de eleitor e de um recibo de vencimento. A documentação mais presente nos processos relativamente às crianças inclui a declaração da matrícula na escola e a certidão de nascimento.

A maior parte dos processos apresenta ainda a fotocópia de pelo menos um cartão da Segurança Social, que ajuda a confirmar a data a partir da qual os moradores do bairro contribuem para aquela instituição e, portanto, muitas vezes é uma forma de perceber a altura em que começaram a trabalhar, coincidente com a entrada em Portugal. Além desta documentação encontram-se Declarações da Entidade Patronal, Autorizações de Residência (para quem não tenha a nacionalidade portuguesa), confirmação da Segurança Social relativamente aos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (anterior Rendimento Mínimo Garantido, até 2003)¹⁴, Declarações Médicas para o caso de situações de saúde graves ou para confirmar a impossibilidade de trabalhar, confirmação da Segurança Social relativamente à Pensão de Invalidez, Declarações do IEFP relativamente à inscrição de elementos do agregado familiar que se encontrem

¹⁴ Para o universo em causa, não me foi possível determinar quantas famílias eram beneficiárias do RSI, uma vez que esta documentação apenas parecia ser solicitada face a um realojamento eminente.

desempregados, Certidões de Casamento, Certificados diversos dos Registos Centrais, Certidões das Finanças confirmando que um determinado agregado não necessita entregar o IRS e Certidões de Doméstica, que são declarações escritas por mulheres que não trabalham fora de casa. A estas mulheres é-lhes solicitada a entrega de uma carta que diga que apesar de estar em condições de saúde para trabalhar, prefere não o fazer. Muitas vezes, antes desta declaração, o processo apresenta documentação relativa à sua situação profissional. Os serviços pedem primeiro à utente que se desloque ao Centro de Emprego para pedir uma declaração que comprove que está inscrita, uma vez que declaram não estarem empregadas. Os processos revelam ainda a dificuldade que este serviço levanta relativamente a passar uma declaração. Para o próprio IEFP, a inscrição no Centro de Emprego basta; para o processo familiar a declaração do IEFP explicitamente para provar a situação de desemprego é importante e deve ser acompanhada de uma declaração da Segurança Social confirmando que um determinado utente não auferir nenhum subsídio de desemprego. É somente face à permanência da situação de desemprego e por vezes de desistência repetida face a ofertas de emprego que a hipótese do trabalho doméstico é levantada pelos serviços. Ainda no âmbito da situação face ao emprego, no terreno os informantes revelam muitas vezes uma confusão entre IEFP e Subsídio de desemprego (pago pela Segurança Social) ao utilizarem a expressão *Centro de Desemprego*; mas esta é apenas uma confusão aparente, pois as visitas tanto ao IEFP como à Segurança Social são frequentes. A expressão utilizada pelos informantes sugere uma conotação irónica nem sempre inconsciente, que não queríamos deixar passar em claro.

Na sequência do que foi dito anteriormente, é de destacar que as exigências burocráticas do processo de realojamento relativamente à documentação entregue implicam que os agregados familiares se dirijam a serviços públicos específicos pedir documentação para entregar no GIL e que se dirijam ao GIL periodicamente. A maior parte dos documentos entregues não permite identificar quais deles foram pedidos aos respectivos serviços propositadamente para poder entregar ao GIL, mas foi possível verificar uma grande quantidade de casos em que a data da documentação entregue era posterior ao pedido daquela documentação específica, sugerindo que as diligências para adquirir boa parte da documentação ter-se-ão verificado posteriormente aos pedidos de entrega de documentação feitos pelo GIL. Assim, para dar um exemplo óbvio, é pedido a uma família a documentação que comprove o nascimento de uma criança e o BI dessa

criança tem uma data de emissão posterior à data do pedido da apresentação do documento em causa. O vaivém de visitas aos serviços é referido no terreno com muita frequência, seja devido ao excesso de documentação exigida, seja devido às dificuldades de compreensão das informações prestadas e de alguns tipos de documentação, de cartas enviadas a casa, ou mesmo a dificuldade de acesso aos serviços públicos. As referências a estas situações no terreno são frequentemente acompanhadas de pedidos de auxílio à compreensão de documentação diversa e mesmo pedidos de ajuda na deslocação a alguns serviços para que a informação ali prestada seja devidamente compreendida.

Por seu lado, os trabalhadores sociais, nomeadamente os técnicos de Serviço Social que trabalham com a população, referem uma *relação complicada* com a população, mas conseguem prever resultados positivos a longo prazo, sobretudo no que toca a potenciar supostos novos hábitos. Esta previsão, da mudança de hábitos, está também patente na construção das políticas de habitação social (ver capítulo 4). A ideia principal é que a exclusão social associada às populações residentes em bairros de *barracas* seria ultrapassada com o realojamento¹⁵; não esqueçamos que esta é uma das prerrogativas principais do PER. No Livro Branco da Habitação do início do ano de 1993, já citado para contextualizar o PER, pode ler-se: “A penúria de habitações e o marasmo das políticas sociais estão na origem de fenómenos de segregação das comunidades imigrantes e étnicas, ameaçando o desenvolvimento de fenómenos racistas e xenófobos (...)” (Ferreira, 1993: 7). A forma encontrada para ultrapassar a segregação destas populações é através da habitação social. Isabel Guerra diz que a exclusão social, através do idioma da pobreza, ganha honras de “cidadania” no início dos anos 1990 (Guerra, 1994: 12). Tal como vimos no capítulo 4, os investigadores que reflectiram sobre estas temáticas sobretudo durante os anos 1990 perceberam rapidamente que os realojamentos não alteravam, por si só, hábitos de vida supostamente relacionados com a segregação socio-espacial dos bairros degradados. Esta discussão pareceu então ficar fechada, e as alternativas passaram a estar centradas nos projectos de intervenção nos bairros que, aliás, estavam previstos no PER. O que é interessante verificar num bairro como a Quinta da Vitória, que viveu um processo de realojamento prolongado e sem fim à vista para parte dos seus moradores, é que o próprio processo coagiu, de certa

¹⁵ Seguindo a tradição anglo-saxónica de exclusão social associada à não realização dos direitos de cidadania (cf. Henriques, 1999).

forma, a população a adquirir hábitos de *cidadania*. Ou seja, não o realojamento em si e a mudança de casa, mas sim o processo de realojamento pode contribuir para a desejada cidadania¹⁶. Sublinhamos, contudo, que é uma cidadania forçada. A repetição das situações burocráticas e as dificuldades associadas não contribuem para que os utentes dos serviços desejem voltar aos mesmos serviços.

Procurando expor melhor este argumento, o próprio processo de realojamento obriga a que as pessoas participem no processo e percebam que essa participação é importante. A necessidade de entregar documentos e as reuniões por causa do realojamento impelem à presença mais assídua destes cidadãos nos diversos gabinetes de serviços públicos do que se não houvesse processo de realojamento. Apesar de um excesso burocrático, que se verifica na documentação repetida nos processos familiares de habitação, o processo de realojamento parece conseguir atingir um objectivo através dos meios para atingir um fim, mais até do que a consecução do realojamento em si. Assim, a contraponto das prerrogativas das políticas de habitação que falam da mudança de casa – da *barraca* para a habitação social – como um contributo contra a exclusão social destas populações, e *inesperadamente* no seio do processo burocrático, é que esta população em específico obtém ganhos de cidadania, porque passa a conhecer alguns dos serviços públicos que de outra forma não conheceria, e procura entender as linguagens burocráticas (pela necessidade). Esta situação é particularmente relevante para uma boa parte das mulheres hindus do bairro, que estando a trabalhar em casa têm mais tempo do que os maridos para realizar não só as tarefas burocráticas do quotidiano (finanças, escola, saúde, entre outras) mas também as tarefas extraordinárias relacionadas com o processo de realojamento¹⁷. Correia (2004) ao falar da posição dos técnicos de Serviço Social como intermediários entre os decisores e a população, referia já que a mediação pode contribuir para a aquisição de cidadania e transformar os indivíduos em usuários de bens e serviços (Correia. 2004: 27). E se a autora se referia ao papel de mediação entre população e decisores inerente às funções do Serviço Social, é importante também atentar ao papel de mediação exercido por outros actores como os próprios serviços onde a população se dirige, uma vez que a facilitação do processo de aquisição de

¹⁶ Embora concordemos com Ferreira quando diz que a cidadania como participação social é um *embuste sociológico*, no sentido em que “(...) não parece haver plena cidadania ... em situações de exclusão urbana (...)” Ferreira, 2000: 33.

¹⁷ Sobre este aspecto em particular, apresentei uma comunicação intitulada: “Hindu Women and Housing Problems: A Case-Study on the Outskirts of Lisbon”, na Fifth International Convention of Asian Studies, Agosto de 2007.

documentação específica e, no caso de haver um/a investigador/a científico/a no bairro, o papel do/a investigador/a, uma vez que a relação de confiança desenvolvida (preferencialmente) com os moradores, potencia situações de inter-ajuda.

6.2.4. VISITAS DOMICILIÁRIAS

As visitas domiciliárias são uma componente do processo de realojamento. Depois de se efectuar uma visita à casa de uma família, com o objectivo de avaliar as condições de habitabilidade das casas e de *controlar* (a expressão é utilizada por um técnico de Serviço Social) a composição dos agregados – quantas pessoas moram de facto numa dada casa –, é preenchida uma ficha com dados adquiridos nas visitas. Nos processos consultados, a maioria das visitas domiciliárias com registo foram realizadas nos Verões de 2001 e de 2002. O controlo do número de residentes é referido nas fichas com a expressão *actualização do agregado*. No caso da população hindu, a informação relativa a estas situações complexifica-se, uma vez que as crianças podem morar com os pais mas dormir na casa dos avós ou dos tios por exemplo, dependendo, precisamente, das condições que as casas oferecem. As suspeitas por parte dos técnicos aumentam quando, por exemplo, as famílias dizem que dormem duas pessoas num quarto onde só há uma cama de solteiro. Contudo, estas situações existem de facto, sobretudo nas *barracas*, quando há sobreocupação das casas. Os sofás das salas de estar servem muitas vezes de camas alternativas, às vezes ao longo de anos seguidos, situação que foi encontrada amiúde no terreno. A actualização do agregado é importante também para confirmar o aumento do número de elementos do agregado, quando as famílias requerem a integração de mais um elemento. O registo das visitas domiciliárias nos processos é muitas vezes acompanhado de um anexo com fotografias *polaroid* das casas. Nos processos, uma das referências mais comuns é quanto às condições da habitação – pode-se dizer que na maior parte das fichas das visitas domiciliárias consta a indicação de *boas condições* de habitabilidade, embora por vezes as fotografias mostrem tectos ou paredes com muita humidade, só para utilizar o exemplo mais evidente. As boas condições das casas assinaladas pelos técnicos que as visitaram revelam que a maior parte das casas do bairro são construídas em alvenaria e que as famílias foram fazendo melhoramentos ao longo dos anos. O que varia nas observações às visitas domiciliárias é quanto às condições de higiene da casa, consideradas *boas*, *médias* ou *más*. Por fim, as visitas domiciliárias contribuem para o cálculo da tipologia de uma casa em habitação social adequada a cada família, ou seja, o número efectivo de

elementos do agregado é o que conta para determinar se a família necessita, por exemplo, de uma casa com dois ou três quartos.

A situação das visitas domiciliárias aumenta a expectativa de realojamento da população. Tendo em conta a escassez da presença dos técnicos no terreno, estas situações, sobretudo quando feitas a uma grande parte do bairro, levam a população a pensar que o realojamento está para breve. De facto, o realojamento parcial de 2002 verificou-se depois de uma série de visitas domiciliárias, contribuindo para este argumento referido no terreno em forma de boato. Apesar de os boatos potenciarem ansiedade por parte dos técnicos em dar respostas informadas à população, a informação que eles detêm relativamente à consecução do realojamento é escassa. Além disso, podem também reagir com desconfiança em relação à população, nomeadamente relativamente à população hindu que, dizem, voltam *de Londres*¹⁸ nas alturas de recenseamento e de visitas domiciliárias, para poderem manter o direito ao realojamento.

6.2.5. ATENDIMENTOS ÀS FAMÍLIAS E RECEPÇÃO DE CARTAS DIRIGIDAS À AUTARQUIA

O registo dos atendimentos às famílias no GIL e as cartas dirigidas aos serviços da Câmara Municipal de Loures pelas famílias candidatas são os documentos mais ricos que se encontram nos processos familiares de habitação. Revelam, no que toca aos atendimentos, a forma como o técnico regista a reunião com um ou mais elementos de uma família. Os atendimentos podem acontecer por pedido das famílias ou por convocação do GIL. Neste segundo caso, os atendimentos servem sobretudo para entrega de documentos e explicação de determinadas situações relativas ao processo de realojamento de cada família. Se os atendimentos forem pedidos pelas famílias, estas procuram geralmente o fornecimento de informações diversas relativamente ao processo de realojamento. Quanto às cartas dirigidas aos serviços da Câmara, muitas vezes estas servem para formalizar pedidos específicos feitos nos atendimentos.

¹⁸ Apesar de, tal como foi referido antes, os moradores que encontram alternativas habitacionais no Reino Unido irem morar não só para os arredores de Londres como para outras cidades inglesas, os técnicos de Serviço Social reproduzem a expressão *Londres* utilizada localmente pelos utentes para se referirem à imigração para o Reino Unido.

Atendimentos às famílias

Uma grande parte dos atendimentos tem a função principal de actualizar o agregado quanto à sua composição, seja por pedido dos serviços, seja por vontade própria das famílias. Importa referir que um atendimento pode acumular vários tipos de informação, uma vez que as situações estão interligadas, como veremos de seguida, em alguns resumos que executei a partir das descrições de atendimentos feitas pelos técnicos que ilustram estas e outras situações:

Situação 1: Entrega de documentos; utente perguntou quando iria ser realojado; explicou-se que no momento apenas se estavam a actualizar processos.

Situação 2: Situação do agregado - filho de utente saiu da barraca y, (...). J. e família na barraca y desde 1996. Pagam 30 contos a um vizinho que fica de entregar a renda aos proprietários. Solicitam desdobramento do agregado. Razões apresentadas: são famílias autónomas; há vários anos que não vivem juntos; dificuldade em habitar num mesmo espaço no futuro. Foram informados dos critérios do realojamento e que a situação será analisada pelos serviços.

Situação 3: Utente pediu que lhe explicassem PER-Famílias. Explicou-se mas também se explicou que, por ter saído da barraca onde fora registado, mesmo tendo crescido o agregado, iria perder o direito ao realojamento, a menos que voltasse à barraca inicial.

Situação 4: Não pretendem aderir ao PER-Famílias. Não encontram habitação no valor referido pela portaria. V. quer desistir do PER, vai viajar para Londres, com situação profissional mais favorável. Pretendem desdobramento do agregado pois A. e D. têm problemas de relacionamento, e que fizeram pedido directamente à Câmara através do patrão de A. Aguardam resposta.

Situação 5: O utente gostaria de ser realojado antecipadamente devido a problemas com o agregado a. "foi-lhe explicado que não existem fogos para realojamentos antecipados e que não há ainda data nem local previstos para os realojamentos do núcleo 5". Pediu esclarecimentos sobre PER-Famílias e foi explicado.

Situação 6: Diz que não tem água em casa, e que o chafariz é longe da sua residência, pedindo uma puxada de água para sua casa. A técnica informou que isso não é possível e que *os residentes é que têm de gerir entre eles*.

Situação 7: Sra C. reside com filha N. A outra filha, H., não reside - comprou casa em Miratejo em Junho. C. vive com 79€ por mês.

Situação 8: C. veio com B. ao atendimento. B. está recenseado no nºx; têm uma filha em comum, N., com 2 anos. Vivem na barraca x mas dormem também na z. A filha fica muito com a avó durante o dia. C. solicita a integração da filha no processo z.

Como vimos, as situações destacadas que surgem nos atendimentos sublinham algumas questões já enunciadas previamente, como é o caso, por um lado, da mobilidade residencial dentro do bairro, da imigração de um ou mais elementos do agregado e do crescimento natural das famílias (por casamento ou nascimento); e por outro lado sobre situações de carência diversas – no abastecimento de água, carência econômica devido a salários baixos auferidos nas suas ocupações profissionais, na precariedade da habitação e questões graves de saúde. Os atendimentos reflectem também as diversas situações que se prendem com a adesão ou não ao PER-Famílias e pedidos de informação sobre o processo de realojamento em si.

Recepção de cartas dirigidas à autarquia

"Sem que possa parecer um abuso da minha parte, solicito a V/Exas (...)" (excerto de uma carta dirigida ao GIL).

Tal como foi dito anteriormente, as cartas muitas vezes reflectem a versão formalizada de muita da informação contida nos atendimentos. Destacam-se, no universo de processos analisados, (1) os esclarecimentos prestados à autarquia relativamente à ausência prolongada da *barraca* onde residem, e (2) os pedidos de diversa ordem. Entre estes, destacaria os pedidos de aceleração do processo de realojamento, de autorização para obras de melhoramento das casas, pedidos para que o realojamento seja feito num determinado piso dos prédios por motivos de saúde, e os pedidos de cedência de espaços comerciais no bairro de realojamento por parte de famílias que tenham pequenos comércio na Quinta da Vitória. Apresentamos, à semelhança do que fizemos com os atendimentos, alguns excertos de cartas que constam nos processos e que transcrevi, no sentido de ilustrar as situações apresentadas:

Situação 1: "Tendo já sido realojadas muitas famílias no âmbito deste protocolo, entre elas meus familiares. Por esta razão venho requerer os bons ofícios V.Exa^a que o fogo que me seja atribuído esteja no lote *ab* e *ac*, por motivo da minha Saúde [sic], que eu sofro de problemas auditivos conforme junto (...)"

Situação 2: Em resposta a um edital da Câmara que excluía o agregado *b* do PER: "Em aditamento acima referenciado (edital, dita barraca nº*b* de A. T., e S. (...)) os mesmos faziam parte do nosso agregado familiar que

no recenseamento feito em 1992 a CM de Loures desdobrou por uma barraca autónoma (PER *b*) cuja na realidade, ela fazia parte da família, sendo em parentesco cunhada (irmã da minha esposa) e concunhado (o marido da A.). Acontece que nos últimos dois anos já não são residentes em Portela, e que a mesma pode ser omitida da barraca nº *b* PER o alargamento do meu agregado familiar, com o casamento dos meus filhos e nascimento dos netos, levou a minha cunhada a sair de casa."

Situação 3: carta à vereadora, a pedir espaço comercial: "(...) tendo tido conhecimento por vosso comunicado do protocolo assinado entre esta Câmara e Câmara Municipal de Lisboa, e nele constando espaço comercial por esta razão peço a V.Exa^a um espaço para um mini-mercado."

Situação 4: carta de I. a explicar porque ampliou *barraca*: "Eu necessitei da ampliação porque tenho 3 filhos menores, e não tenho espaço para acomodação das crianças; e para armazenar os produtos que vendemos no quintal. (...) fui várias vezes assaltado e necessito desta ampliação para garantir a segurança dos produtos (...)".

Situação 5: carta de K. ao presidente da Câmara Municipal de Loures: "Venho por ter recebido um Edital nº *d* da barraca *s*, eu K. morador da rua A *t*, inscrito no PER-Famílias. por *mutanças* de ter 14 pessoas (CATORZEPESSOAS). Por não ter espaço fui obrigado pedir ajuda ao meu cunhado R. para ceder a barraca de nº *s*, eu K. mora desde 1994, e sou casado com U. e mais três filhos. (...), na barraca *t* já morava desde 1983, fizemos obras. (...) os fiscais já vieram pedir a Identificação".

Situação 6: dirigida ao presidente da Câmara Municipal de Loures, "(...) venho por este meio requerer a V. Excia., que se digne de conceder-me uma casa onde possa viver condignamente. Vivo na traseira de uma barraca na Portela. Não tem electricidade, água e etc, sem condições de habitabilidade, com a minha esposa e a minha filha recém nascida. Esta traseira da barraca foi-nos cedida por um amigo, porque nós não tínhamos onde habitar, foi-nos cedida (...) no prazo de seis meses, portanto já passaram seis meses e fomos já avisados para sair da barraca no prazo de 60 dias. De momento não temos onde habitar (...) se digne conceder uma ajuda e tentar solucionar a minha situação, distribuindo-me uma casa, queira nos arredores da Portela ou mesmo em Loures ou em Santo António dos Cavaleiros."

Contextualizam-se agora algumas das situações referidas nas diferentes cartas. Na situação 1, o pedido de realojamento num determinado lote evidencia a preferência do utente por ser realojado perto da família que já foi realojada. Na situação 2, a descrição dos graus de parentesco – de uma família notadamente hindu – é feita de forma a justificar a exclusão de um dos elementos do agregado candidato a realojamento, mas demonstra ao mesmo tempo o crescimento natural da família, a ser considerado pelos serviços. Na situação 4, o utente explica a razão pela qual procedeu a obras de

beneficiação da casa, uma vez que estas não estão previstas durante o processo de realojamento. Contudo, tendo em conta a demora do processo, algumas famílias procederam a pequenos melhoramentos para não agravar as suas condições de habitabilidade. Na situação 5, o utente tenta evitar que a casa onde reside seja deitada abaixo, depois de receber um edital. Sublinha a sobre-ocupação da casa onde vive, para justificar a mobilidade entre *barracas* de vários elementos da sua família e de esclarecer os serviços quanto à antiguidade dos sub-agregados no bairro. Esta carta suscita uma informação por parte do GIL, dirigida à Divisão Municipal de Habitação, propondo a suspensão da demolição. A situação 6 revela uma situação de precariedade da habitação, não só a nível de habitabilidade, como de ausência de alternativas de alojamento no curto prazo. Acresce que as situações de *cedência* de *barracas* que a carta refere, implicam, a maior parte das vezes, o pagamento de uma *renda* ao dono da habitação em causa, mesmo que seja considerada por uns e por outros como *simbólica*. Além deste último exemplo, encontramos outros que utilizam um destinatário de carta hierarquicamente superior aos serviços do GIL, como é o caso das cartas dirigidas ao Presidente da Câmara ou à Vereação da Habitação, ou escritas pelo patrão ou pela Junta de Freguesia. Numa carta escrita pela Junta é utilizado o argumento da ausência de soluções céleres quanto ao realojamento do bairro: "Como é do conhecimento de V. Exa não se vislumbra o realojamento daquelas famílias a curto prazo. Pensamos que, se houvesse essa possibilidade de mudança, seria um contributo para as suas melhoras". Nos casos em que os utentes pedem a outros que intervenham por eles, torna-se evidente que está a ser utilizada uma estratégia para alcançar o objectivo descrito nas cartas, fazendo recurso a hierarquias.

Muito embora os técnicos responsáveis pelo processo de realojamento no bairro estejam numa posição intermédia entre a população e os decisores autárquicos, a falta de informação de que a população ora se queixa, ora tenta colmatar com a produção de boatos, acontece igualmente entre os decisores e os técnicos de Serviço Social responsáveis pelo processo de realojamento. Uma das pessoas que entrevistei (em 2004) refere que quando não sabia que resposta dar a perguntas feitas pelos moradores, ficava de falar com os seus superiores hierárquicos e pedia à/ao morador/a para passar pelo gabinete de novo. A mesma técnica refere que a preocupação em tentar obter informações junto dos decisores camarários é mais uma tarefa que um técnico pode escolher fazer; em síntese, não são apenas os moradores que de alguma forma

pressionam para a obtenção de informações relativas ao desenrolar do processo de realojamento, mas os próprios técnicos, quando empenhados, podem pressionar outros serviços para desbloquear o processo.

“Havia situações muito precárias, casas mesmo quase a cair (...) pelo menos aos nossos olhos e nessas situações vinham pedir que fizéssemos pressão na Câmara, porque nós não podíamos dar a casa, mas que pelo menos fizéssemos pressão para que acelerassem o processo de realojamento (...)” (Entrevista, 12/04/2004).

Numa outra situação, logo no início do trabalho de terreno em 2000, ao explicar o meu estágio profissional na Quinta da Vitória a uma técnica de Serviço Social trabalhadora no GIL, fui interrompida: “é sempre assim”, disse-me, e referiu que há muita falta de informação por parte da Câmara, embora não mencionasse gabinetes específicos. Contou que já ouvira falar no trabalho que realizava na época, mas que ainda não recebera nenhum ofício.

6.3. VIGILÂNCIA DAS FAMÍLIAS INDIANAS?

“(...) Detectadas situações de imigração para Inglaterra em 2000. (...)” (Excerto transcrito de um atendimento).

No contexto da diáspora hindu-gujarati portuguesa, o percurso migratório está actualmente direccionado para o Reino Unido. As comunidades sul-asiáticas em geral e hindus-gujaratis em particular estão bem enraizadas em grandes cidades inglesas e mesmo na Grande Londres, de tal forma que o visitante esporádico a uma família que resida em Inglaterra, se apercebe facilmente que os percursos preferenciais seguem as zonas de concentração residencial hindu-gujarati, onde, de resto, bens de primeira necessidade podem ser encontrados, bem como comércio específico para as comunidades religiosas (todo o tipo de utensílios dos templos e todos os bens materiais indispensáveis para a realização dos diferentes ritos de passagem e para o cumprimento do calendário religioso). Os residentes recentes falam sobre a celeridade do processo que mediou entre habitar um quarto subalugado e ser-lhes atribuída uma casa arrendada em habitação municipal. Entre os casos que tivemos conhecimento, nenhum deles ultrapassou o ano e meio. Para as famílias hindus-gujaratis residentes na Quinta da Vitória, à espera de uma casa em habitação social há mais de dez anos, a realidade britânica causa um grande impacto. Os processos analisados evidenciaram, por um lado, a frequência de viagens das famílias ao Reino Unido e, por outro lado, o controlo dos

serviços sobre estas viagens. Contudo, no terreno, evidenciam-se mais as viagens para fins rituais e para compras (uma vez que no Reino Unido a importação de produtos indianos é muito elevada) do que para encontrar alternativa residencial.

Estamos portanto a sugerir que um posicionamento de controlo por parte dos serviços responsáveis pela execução administrativa do PER pode advir da constatação da imigração e do facto de alguns elementos das famílias candidatas encontrarem alternativas residenciais. Se os técnicos têm conhecimento destes casos, suspeitam que haja outros que não são revelados pela população. Perante os dados que foram previamente analisados, creio que estamos em posição de dizer que no bairro há uma vigilância das famílias hindus. Não podemos dizer se são mais controladas do que as restantes comunidades uma vez que os processos familiares de habitação dessas populações que analisámos são em muito menor número e não nos permitem aferir uma comparação definitiva. Mas de acordo com os dados recolhidos no terreno, nos processos e nas entrevistas com diferentes técnicos, os dados referem a comunidade hindu como economicamente mais favorecida relativamente às outras populações. A referência às viagens e a desconfiança inerente relativamente a uma possibilidade de existência de alternativa habitacional é constante, tanto em conversas informais com técnicos de Serviço Social como nos processos consultados.

A vigilância e controlo de que são objecto os beneficiários de ajudas sociais e a suspeição a que estão sujeitos foi evidenciada, por exemplo, por Dubois (2007). O autor refere que a o reforço das tecnologias de controlo desde meados dos anos 1990 foi iniciado no Reino Unido e na Holanda e depois generalizadas a outros países europeus. Entre as tecnologias, são referidos os ficheiros cada vez mais informatizados, as convocatórias e as visitas domiciliárias. É curioso constatar a semelhança entre os mecanismos de controlo de cidadãos que procuram emprego e cidadãos que aguardam o desfecho de um processo de realojamento. Ambos são beneficiários de um tipo de ajuda social, ambos procuram manter o direito que lhes foi atribuído por outrem. Dubois concebe as práticas burocráticas sugerindo o mesmo tipo de interpretação que se faz da legislação: das noções *moles* às decisões *duras*. Ou seja, as leis tendem a ser distinguidas entre o que está no livro (*law in books*) e a sua aplicação (*law in action*). O autor sugere ainda que podemos ser tentados a pensar numa era da vigilância quando percebemos os meios cada vez mais sofisticados de controlo dos comportamentos dos beneficiários, encurtando a distância entre o controlo burocrático e o controlo social: o

controlo, diz Dubois (na esteira de Foucault), pode ser perspectivado como uma prática burocrática de verificação da justiça da aplicação de um benefício social (Dubois, 2007: 12). E apela a mais trabalho etnográfico nestes meios, no sentido de revelar a forma como se opera a regulação das condutas e, em consonância, compreender melhor as características das transformações do estado social.

Os processos contam a história das famílias recenseadas no PER. Uma primeira leitura permite dizer que a história que contam é uma história de burocracia excessiva ligada aos processos, e de pouca informação clara sobre a utilidade e necessidade de entrega de tantos documentos. As cartas dos moradores espelham a não compreensão dos processos. A longevidade dos processos espelha a demora do próprio realojamento e as esperanças que vão sendo dadas. Uma vez que a informação era pouca ou quase nula, os momentos de visita ou de reuniões ou de pedido de entrega de documentação potenciavam as expectativas de realojamento. Nos relatórios das reuniões surge muitas vezes a assistente social a dizer que explicou ao morador que ainda não sabe quando vai ser o realojamento e que estão só a cumprir ordens, ao pedir aquela documentação. Uma segunda leitura leva-nos a perceber a burocracia associada como um excesso de vigilância, não exclusivo do processo de realojamento, como vimos no contributo de Dubois (2007), mas que parece ser direccionada especificamente às famílias hindus cujas viagens associadas à diáspora são por vezes percebidas pelos técnicos como procura activa de alternativa residencial sobretudo no Reino Unido, em simultâneo com o desejo de manter o direito a uma habitação social em Portugal. Uma terceira leitura concentra-se nos resultados práticos de um processo burocrático que corresponde a um processo longo de realojamento. E os resultados práticos mostram duas dinâmicas em simultâneo, de certa forma, paradoxais. Por um lado, muitas famílias continuam à espera de um alojamento em habitação social. O objectivo final de arrendamento social conduziria as populações alvo, de acordo com os objectivos da lei do PER, a uma melhoria da sua condição de vida – devido às melhores condições de habitação e devido ao facto de os bairros de realojamento preverem, pelo menos no início, um desligamento das condições de segregação e de exclusão social a que estariam sujeitos nos bairros de *barracas*. Ferreira, em 1994, referia algo sobre os processos de realojamento que continuou a fazer sentido ao longo de pelo menos toda a restante década, “(...) nos processos de realojamento, o «apoio social» tem tido como objectivo mudar os hábitos e comportamentos das populações, «educando-as» para viverem nas

novas casas” (Ferreira, 1994: 10). Em última análise, a espera pelo realojamento significa a espera por um incremento de integração e de cidadania, porque o alojamento social prevê, supostamente ao contrário do que acontece nos bairros de *barracas*, o pagamento de contas de consumo de energia, um contrato de arrendamento, o cumprimento de regras adstritas aos inquilinos de um prédio, entre outras.

Por outro lado, o processo de realojamento prolongado, além de se consubstanciar em expectativas goradas e renovadas, transparece na replicação de documentação nos processos familiares de habitação. As famílias, neste processo, são instigadas a pedir documentação a diversas instituições, por vezes repetidamente, e de certa forma a conhecer os trâmites próprios dessas diversas instituições. E nesse processo, e é aí que reside um potencial paradoxo, há, por hipótese, ganhos de cidadania. Uma cidadania forçada através de um processo burocrático (*é sempre preciso mais um papel*, uma expressão utilizada no terreno para resumir uma reunião de atendimento no GIL), mas de todos os modos, facilitando o processo de conhecimento sobre o funcionamento da (em última análise) cidade. Não é nossa intenção analisar o grau de cidadania nem de tecer juízos, uma vez que as questões mais vastas relacionadas com a cidadania transcendem este trabalho. Mas de todos os modos é interessante verificar que afinal a cidadania pretendida através do realojamento (não obtido para muitos moradores) tem sido vivenciada através dos meandros mais burocráticos do processo de realojamento. De qualquer forma esta é só uma constatação. Se houver fórmulas para o incremento da cidadania, não me parece que este passe pela obrigatoriedade de um cidadão em visitar repetidamente uma série de serviços públicos onde devem requerer documentação, a maior parte dela, ilegível.

* * *

O extenso volume de reflexões produzidas sobre habitação social e realojamento em Portugal na passada década de 1990 deu azo a um excesso ou mesmo *cansaço* do tema. As novas abordagens, além de necessitarem de uma grande capacidade de síntese dessa história, requerem uma mudança de enfoque. Propusemos ao longo deste capítulo e dos dois anteriores uma análise cuja tónica seja posta em aspectos dinâmicos inerentes ao processo de realojamento. Ou seja, procurámos perceber como acontece um processo num núcleo habitacional específico, no bairro em si e na forma como as famílias candidatas são perspectivadas pelos serviços. Destacaram-se, ao longo destes capítulos,

linguagens diferentes: a linguagem de especialistas na área da habitação social, que tecem as suas próprias reflexões para serem levadas em conta pelos executores do programa; a linguagem das mudanças que o bairro vive enquanto dura o processo (processo esse que ainda não terminou na actualidade – 2008); a linguagem burocrática, *metis* para a execução do PER que é ao mesmo tempo obstáculo na comunicação. Tentámos, enfim, seguir o repto colocado no Fórum “Exclusão social e Estabelecimentos humanos” (1995): “(...) é necessário ultrapassar o secretismo que envolve todo este processo (...)”.

CAPÍTULO 7. UMA COMUNIDADE ENTRE DOIS BAIROS – PRÁTICAS RELIGIOSAS EM SITUAÇÃO

Ao iniciar trabalho de campo no bairro da Quinta da Vitória estava atenta aos sinais presentes no bairro a respeito da comunidade hindu ali residente. Se o objectivo do estágio que realizei em 2000 fosse estudar a população que mais se destacava no bairro, rapidamente identificaria a população hindu, uma vez que os sinais visuais da sua presença no bairro sobressaem naquele conjunto residencial. Em parte, são as próprias casas que se destacam facilmente das casas de famílias de outras populações que habitam o bairro. Há sinais evidentes que identificam se a família residente numa determinada casa é de origem portuguesa ou de origem africana, tal como acontece com as casas das famílias de origem indiana (ver capítulo 2). Contudo, qualquer visitante do bairro, sobretudo antes do realojamento parcial de 2002, poderia pensar facilmente que aquele bairro teria uma população hindu francamente maioritária. Aliás, a força dessa impressão é tal que, apenas depois de conhecer os resultados do recenseamento feito em 1992, é que percebi que o cálculo que fizera baseada na percepção do quotidiano do bairro, em que estimava uma presença de cerca de dois terços da população hindu e cerca de um terço para as demais populações, estava errado. Na verdade, a população hindu é maioritária (47%¹) mas longe dos dois terços imaginados. No entanto, esta percepção inicial, apesar de obviamente baseada em considerações de carácter extraordinariamente subjectivo, é indicativa do quanto sobressai esta população no bairro, face aos demais moradores.

Além de ser fácil de distinguir as diferentes origens das famílias habitantes do bairro através da observação das casas, mesmo que as vejamos apenas por fora, os moradores hindus, sobretudo as mulheres, também se destacam pela indumentária. Mais uma vez, é claro que, também para as demais populações, podemos encontrar formas de vestir diferenciadas, sobretudo se visitarmos o bairro aos fins-de-semana, em que a população feminina africana se destaca pela sua indumentária tradicional. Mas no dia-a-dia, a prevalência, entre a maioria das mulheres hindus, em vestir *saris* e *panjabis*, salvo as raparigas mais novas, solteiras, que têm vindo a adoptar outro tipo de vestuário², faz

¹ Sobre a percentagem das várias populações no bairro, v. capítulo 2.

² Apesar de ser um vestuário *ocidental*, não tem de ser visto como *imitando* de certa forma as raparigas da sociedade de acolhimento. Os filmes de Bollywood, com forte influência nos estilos de vida da diáspora indiana, têm vindo a mostrar personagens com vestuário ocidentalizado. A utilização do vestuário

sobressair esta população no quotidiano do bairro. Além dos percursos comuns a toda a população do bairro, a população hindu, sobretudo as mulheres, vão regularmente ao templo. Nos dias mais festivos, além da presença de muitas famílias do bairro, vêm famílias hindus doutras zonas da AML para os rituais. A participação nos rituais no templo da Portela por parte de outras populações hindus na AML foi mais importante até 1998, quando foi inaugurado o templo Radha-Krishna no Lumiar, mas diminuiu sobretudo depois da inauguração do templo de Shiva em Santo António dos Cavaleiros, em 2004. Contudo, uma vez que a população de Marvila (Bairro do Armador e Olaias) não tem um templo próprio, muitas vezes a população hindu desta freguesia lisboeta opta pela Portela para os rituais principais do calendário hindu. O templo da Quinta da Vitória ocupou uma posição de centralidade ritual para as comunidades hindus da Área Metropolitana de Lisboa até final dos anos 1990. Dez anos depois, as práticas religiosas da população hindu no bairro ainda intensificam a sensação, para o observador comum e também para os outros moradores, de que esta é a população numericamente mais importante. Mas esta *impressão* vai além da questão da percentagem da população. Há um capital simbólico (Bourdieu, 1989³) dos hindus no bairro. A manifestação nos espaços públicos do bairro de algumas das suas práticas, por oposição a uma menor presença de rituais que tenham lugar fora dos espaços domésticos realizados pelas outras populações ali residentes, faz sobressair aquela comunidade.

Assim, tendo em conta que o bairro assiste, no seu quotidiano, a rituais mais ou menos inesperados, o observador externo também não fica alheio a esta situação depois de visitar a Quinta da Vitória algumas vezes. São mais ou menos inesperados, porque os outros moradores, não estando a par nem do calendário hindu nem das datas dos casamentos, confrontam-se muitas vezes com as festividades hindus quando menos esperam, sobretudo as que têm um carácter público, isto é, as que de alguma forma passam pelas ruas do bairro. Ao longo dos anos, os comentários dos moradores que assomam às portas para ver o que se passa revelam a sua surpresa de certa forma

ocidental actualmente não deve ser totalmente entendida como um certo mimetismo das raparigas *ocidentais tout court*; deve antes levar em conta a forte influência dos filmes indianos. V., sobre transformação e adaptação das práticas culturais de género na diáspora, Lourenço (2007).

³ Muito embora, em termos gerais, Bourdieu fale de capital simbólico como o resultado de uma conjunção de factores que engloba o estatuto social, o património e a história do grupo a que pertence, aqui estamos a pensar também no facto de a própria visibilidade social dos rituais (a que não são alheios os factores enunciados) potenciar a percepção da existência de capital simbólico. O autor desenvolve a noção de capital simbólico em diversas obras. Uma síntese dos contributos desta noção pode ser encontrado em O'Neill, 2006: 218-9.

calculada: *os indianos andam sempre em festa*, é das frases mais repetidas. A par desta e doutras afirmações semelhantes, alguns moradores mostram, por um lado, curiosidade, perguntando indirectamente (dirigindo-se a mim): *isto é para quê?* e, por outro lado, admiração pelos fatos e pormenores dos rituais. Por vezes, alguns moradores não hindus revelam, também indirectamente, o seu desagrado relativamente à proliferação de festividades hindus. As queixas mais frequentes, às vezes participando junto da PSP ou da Câmara Municipal de Loures, são relativas ao *norta*, quando ao longo de nove dias a comunidade se junta no templo, implicando, além de rituais diurnos, rituais nocturnos com danças e música que podem prolongar-se até perto da meia-noite. Actualmente, a comunidade faz sempre um pedido de autorização para poder realizar estas festividades, mas ainda assim surgem queixas. Recentemente, um dos rituais realizados no espaço público do bairro, o Holi, que consiste, fisicamente, numa fogueira e de que falaremos adiante neste capítulo, foi objecto de uma queixa junto da PSP, pondo em causa a realização de um ritual que naquele bairro se realiza há 25 anos, sempre no mesmo local, desde que o templo foi instalado no bairro (em 1983)⁴.

Respeitando uma escolha narrativa e interpretativa que acompanha a comunidade hindu da Quinta da Vitória ao longo dos últimos anos, abrangendo um período que coincide com o processo de realojamento do bairro, este capítulo debruça-se sobre alguns aspectos particulares que ocorrem ao longo desse mesmo percurso. Por um lado, a mudança do local de culto de uma *barraca* para o rés-do-chão de um dos prédios do bairro social Dr. Alfredo Bensaúde. Por outro lado, o Holi e o Janmashtami, rituais realizados no espaço público que se praticam no bairro desde a instalação do templo e

⁴ No ano corrente (2008), o Holi realizou-se a 21 de Março, num feriado (Sexta-feira santa). Alguém fez queixa à polícia pelo facto de se estar a fazer uma fogueira (que é feita todos os anos no mesmo local, actualmente descampado, e com a vigilância permanente dos devotos até que se apague totalmente) e a PSP foi ao bairro levantar o auto por volta das 22:30h. No dia 16 de Maio os representantes da comunidade hindu receberam uma carta da Câmara de Loures, informando que a comunidade teria de fazer prova do licenciamento da fogueira no prazo de 10 dias úteis. No dia 21 de Maio, o representante da comunidade, com a colaboração do Presidente da Associação de Solidariedade Social Templo de Shiva, enviou à autarquia uma carta explicando sumariamente o ritual e respectiva segurança prestada ao fogo ritual, bem como indicando que passariam a pedir autorização para licenciar o ritual. No dia 21 de Julho, foi enviada uma carta da autarquia em resposta, informando que seria aplicada uma “pena de admoestação”. Os representantes da comunidade, mediados por mim própria (que assim interferi, a seu pedido, no processo) falaram com o GARSE no sentido de perceber o que representava a “pena de admoestação”, bem como o que teriam de fazer. No dia 25 de Agosto, O GARSE informou que a comunidade teria de passar a pedir o licenciamento antecipadamente, para evitar situações análogas no futuro. Importa no entanto sublinhar que a fogueira, realizada no final do Inverno, não oferecia qualquer tipo de perigo, nem para os intervenientes, nem para as casas (que se encontram longe do local deste culto), nem para as outras populações culturalmente diferenciadas residentes quer na Quinta da Vitória, quer no bairro social Dr. Alfredo Bensaúde.

que continuarão, seguramente, até o bairro ser totalmente demolido⁵. Estes aspectos particulares são situações rituais que escolhemos analisar, interpretando dados de terreno que serão melhor compreendidas à luz dos materiais que temos vindo a apresentar ao longo deste trabalho. Fá-lo-emos seguindo a proposta de Agier (1996) quando advoga que a análise situacional desespacializa a pesquisa urbana: ela liberta o observador do contrato monográfico habitual na etnografia. Porque não são os limites espaciais que definem a situação, mas os da interacção (Agier, 1996: 44).

7.1. ANÁLISE DE SITUAÇÃO

A análise de situação tem sido particularmente útil nos trabalhos de Antropologia urbana, pelo menos desde Gluckman (1949) quando analisou o ritual de abertura de uma ponte na actual África do Sul. A situação foi entendida pelo autor como ponto de partida para uma análise histórica e social mais vasta da sociedade em Zululand (cf. Hannerz, 1983:133). Mais tarde, Mitchell (1956) viria a escrever uma das interpretações mais lidas de todos os tempos na Antropologia, a análise da dança de *kalela*, uma dança muito popular no Cooperbelt, que continuava a ser representada pelos migrantes na cidade⁶, e cuja performance incorporava elementos miméticos da estrutura social da comunidade europeia local (Mitchell, 1966 (1956): 226). Mas, perante a percepção da presença destes novos elementos, Mitchell não caiu na tentação de concluir simplisticamente que a dança do *kalela* em contexto urbano seria uma adaptação, optando antes por dizer que se tratava de uma dança tribal, uma vez que era dançada por elementos de uma tribo⁷ (Bisa). Hannerz (no seu trabalho de síntese sobre a Antropologia urbana até ao final dos anos 1970), cita Mitchell, aqui reproduzido:

⁵ No caso do bairro da Quinta da Holandesa, no Areeiro, mesmo depois das demolições quase totais, a realização de alguns rituais manteve-se no local até cerca de 10 anos depois. Aproveitando a permanência do local onde outrora se encontrava um grande pátio interior (v. o documentário *Swagatam*, de Catarina Alves Costa), algumas das famílias que ali residiam, quando havia um casamento, realizavam ali o *guit*, expressão que significa música (do sânscrito *sangita*) utilizada para designar a noite de danças (uma das componentes do casamento hindu). Além disso, a figueira sagrada (*pipro*) que lá foi plantada no final dos anos 1970 continuou a ser objecto de culto (em devoção aos antepassados e rituais específicos no mês de *sravan*) até 2006.

⁶ É curioso notar que Mitchell identifica uma problemática relacionada com a habitação entre os *performers* da dança. A lista de espera pelo alojamento na cidade provocou uma dispersão das tribos pela cidade, pelo que a dança tinha ainda a vantagem de juntar a população migrada (Mitchell, 1966 (1956): 235).

⁷ A este tipo de afirmação não é alheio o contexto académico de Mitchell, discípulo de Gluckman, que dissera a famosa frase: um *urbanita africano é um urbanita, um mineiro africano é um mineiro* (Gluckman, 1969), no sentido de que é importante conhecer o contexto em que as comunidades se encontram.

“I start with a description of the *kalela* dance and then relate the dominant features of the dance to the system of relationships among Africans on the Copperbelt. In order to do this I must take into account, to some extent, the general system of Black-White relationships in Northern Rhodesia. By working outwards from a specific social situation on the Copperbelt the whole social fabric of the Territory is therefore taken in. It is only when this process has been followed to a conclusion that we can return to the dance and fully appreciate its significance” (Mitchell, 1956: 1 in Hannerz, 1983: 133)⁸.

Aqui pode perceber-se a importância que veio a ter a análise de situação para a análise antropológica da cidade. As situações escolhidas podem funcionar simultaneamente como pontos de partida e como pontos de chegada, ou seja, partindo de uma situação, um investigador é levado a perceber o contexto social, histórico, político do grupo cuja situação é analisada e, depois disso, voltar à situação, com um novo olhar.

Mais recentemente, outros autores compreenderam que determinadas situações rituais poderiam contribuir para apreender o conjunto do grupo estudado e das cidades onde este habita; os elementos que compõem uma situação não são apenas elementos passíveis de uma descrição etnográfica, eles podem contribuir para perceber melhor o tempo de uma comunidade que escolhemos conhecer melhor. Graça Cordeiro, ao estudar o bairro da Bica, percebeu que analisar as marchas ajudaria a “(...) destrinçar alguns dos elementos que contribuem para a construção da noção de *bairro popular* (...)” (Cordeiro, 1997: 321). A análise deste ritual anual e da sua organização levou Cordeiro a perceber que as marchas na Bica têm um papel fundamental

“(...) na produção de um espaço de diálogo, de troca, de comunicação entre mundos segmentados, fortemente segregados no quotidiano urbano (...). Trata-se de um fenómeno cultural (...) produzido por camadas sociais que vivem uma relação de dominação, inventando estratégias de sedução, de *chamar a atenção*, de *ser conhecido* (...)” (Cordeiro, 1997: 323).

Fundamentalmente, é esta também a função identificada noutros rituais urbanos reconhecidos como situações que congregam funções importantes para as comunidades estudadas por outros autores. Também em Lisboa, Costa (1999), com um trabalho de campo prolongado no bairro de Alfama, analisa uma prática cultural que, à semelhança

⁸ O conhecido artigo de Mitchell referenciado ao longo do trabalho a partir de uma tradução francesa está também traduzido e interpretado em português por Bastos (2000).

do caso de Cordeiro, seria facilmente identificada pelo *senso-comum*⁹ como elemento fundamental para perceber o bairro e a sua população – o fado¹⁰. Mas é justamente o estudo prolongado de uma *sociedade de bairro* (como vem a chamar-lhe), que leva o autor, anos depois de ter começado o seu trabalho sobre Alfama precisamente por tentar perceber as “(...) representações do fado no ‘imaginário colectivo’ (...)” (Costa, 1999: 121), a debruçar-se sobre os locais de produção desta prática, percebendo que as sessões de fado amador são “(...) situações de produção cultural fortemente ritualizadas. (...)” (Costa, 1999: 124) constituindo-se, enfim, como “(...) um dos principais ingredientes (...) da identidade cultural de Alfama.” (Costa, 1999: 128).

Os estudos de Costa (1999) e Cordeiro (1997) contribuíram para um conhecimento sobre a cidade mais aprofundado do que até então se produzira, ao fazer o enfoque da pesquisa, por um lado, em bairros que, embora com limites variáveis, são facilmente identificados no imaginário da cidade de Lisboa, e por outro, em situações ritualizadas específicas agregadoras de elementos fundamentais que constituem e diferenciam os grupos, revelando as complexas dinâmicas das sociedades urbanizadas.

Regressando ao percurso diacrónico que a comunidade hindu da Quinta da Vitória atravessou ao longo do processo de realojamento, já analisado em diversas vertentes, a mudança do local de culto surge como um dos principais acontecimentos para os moradores hindus do bairro. Esta mudança foi provocada pelo próprio processo de realojamento. Por isso, não poderíamos deixar de nos concentrar na análise desta situação particular que, apesar de ter um momento alto, que corresponde ao dia em que as principais representações divinas foram mudadas do templo antigo para o novo, deve ser analisada no seu todo, desde o realojamento parcial da população em 2002. O acompanhamento do processo de mudança do local de culto desvelou as implicações diversas para a população hindu do bairro.

7.2. O TEMPLO DE JAI AMBÉ. MUDANÇA DO LOCAL DE CULTO

Muito embora já desde os anos 1960 os cientistas sociais reclamem a sua própria presença nos territórios sobre os quais se prevê intervir urbanisticamente (Villanova,

⁹ Não esquecendo que “Social and cultural anthropology is ‘the study of common sense’. Yet common sense is, anthropologicalle speakinh, seriously mis-named. (...)” (Herzfeld, 2001: 1).

¹⁰ V. também Brito (1983) “O fado: um canto na cidade”, entrevista a Joaquim Pais de Brito, por Graça Cordeiro, Clara Afonso e Mário B. Fernandes.

2007: 11), incluindo nos casos de habitação social, o bairro social Dr. Alfredo Bensaúde não foi desenhado para a população da Quinta da Vitória e muito menos especificamente para a população hindu. Como já foi referido anteriormente, o bairro social lisboeta previa realojar populações vindas apenas do concelho de Lisboa. E os principais objectivos dos projectistas seguiram as preocupações sociais implícitas no PER, pelo que quaisquer requisitos culturais específicos não estavam calculados.

“(…) A concepção arquitectónica procurou, não apenas realojar em melhores condições a população, dadas as precárias condições que disfruta, mas igualmente aproveitar, para através de uma oferta de qualidade ambiental cativar a população contrariando a tendência generalizada (às vezes pouco verdadeira) de vandalismo gerador de diversos problemas (...). (...) os pressupostos do projecto passam por uma imagem rigorosa, simples e assumidamente repetitiva, permitindo uma economia de escala que possibilite ultrapassar as exigências mínimas dos programas PER, ao nível das áreas, acabamentos, conforto global, e uma melhoria na criação e tratamento dos espaços exteriores e dos equipamentos de apoio. (...)”, Boletim nº 9 *Lisboa Urbanismo*, 2000.

Assim sendo, a instalação de um templo hindu não estava prevista inicialmente. No entanto, ao realojar uma parte considerável da população hindu no bairro social diante da Quinta da Vitória, a família que outrora instalara o templo de Jai Ambé na Portela, teve a preocupação de assegurar que o templo continuasse a servir a população hindu, mesmo após a *barraca* que o albergou durante mais de 20 anos ter sido demolida.

Depois do realojamento de 2002, as incógnitas sobre os realojamentos e demolições futuras no bairro aumentaram. Por isso, tornava-se igualmente uma incógnita o momento em que o templo seria demolido, uma vez que era considerada uma *barraca*, como as demais casas do bairro. As diligências para que fosse cedido um espaço para fins religiosos no bairro social foram iniciadas ainda antes do realojamento junto dos técnicos de Serviço Social, mas só depois do realojamento é que foi dado andamento ao pedido¹¹. A realização das mais diversas actividades religiosas manteve-se no templo instalado na Quinta da Vitória até que o novo templo fosse consagrado. Com a colaboração da Associação de Solidariedade Social Templo de Shiva (sediada em Santo

¹¹ As preocupações relativamente à existência de um espaço de culto no bairro de realojamento foi manifestada no terreno desde que a família responsável pelo templo soube que ia ser realojada (no final do ano de 2001). Estas preocupações foram transmitidas junto dos técnicos em funções no GIL, mas como o bairro social para onde foi realizado o realojamento parcial de 2002 se localiza já no concelho de Lisboa, as diligências formais foram feitas já depois do realojamento propriamente dito.

António dos Cavaleiros), o espaço foi cedido formalmente pela Gebalis, com uma renda simbólica inicial de 60 euros, a partir de Junho de 2003, altura em que a chave do espaço cedido foi entregue¹².

A formalização do pedido de cedência de um espaço junto da Gebalis requeria que os proponentes estivessem formalmente ligados a uma associação de carácter religioso¹³. Assim, na ausência de uma associação no bairro, a população hindu juntou-se estrategicamente à Associação de Solidariedade Social Templo de Shiva para dar andamento ao processo burocrático necessário para a cedência de um espaço. Desde 1983 que a comunidade hindu da Quinta da Vitória entendida enquanto comunidade religiosa tinha um carácter sobretudo informal, ou seja, não estava organizada formalmente numa associação local. Assim, foi necessário formalizar-se para cumprir os requisitos burocráticos relativamente à cedência de um espaço para o culto hindu. A formalização ocasional desta comunidade enquanto grupo reconhecido juridicamente assemelha-se, de certa forma, à situação de luta pelo direito à habitação em meados de 2006, de que falámos anteriormente (ver capítulo 5). Esta formalização pontual de formas de agir que geralmente são informais é desenvolvida por exemplo por Laguerre (1994), que explora as vertentes de uma *cidade informal*. Parafraseando Laguerre, a comunidade hindu da Quinta da Vitória, de carácter informal, viu-se na necessidade de formalizar parcialmente a sua estrutura para ser levada a sério pelo sistema formal (Laguerre, 1994: 86). Mas além desta constatação, as palavras de Laguerre fazem também sentido para o nosso caso quando diz que ao participar no sistema, os membros das minorias étnicas estão em desvantagem, porque têm de obedecer a regras que não ajudaram a criar; porque lhes falta poder e acesso a recursos através dos quais poderiam obter mudanças positivas; além disso, muitos membros de minorias étnicas têm menos capacidade de lidar com processos burocráticos devido à sua prévia socialização em famílias e comunidades minoritárias; e, por fim, porque mesmo quando são bem-vindos ao sistema, nem sempre são de facto aceites como iguais (Laguerre, 1994: 141).

Assim, formalmente, o templo agora sediado no bairro social Dr. Alfredo Bensaúde é uma *sucursal* do Templo de Shiva (em Santo António dos Cavaleiros), muito embora o

¹² Apesar de a chave ter sido entregue ao Presidente da Associação Templo de Shiva, Kantilal Jamnadas, o mesmo entregou a chave de imediato à família que gere o espaço, gesto este que foi muito saudado.

¹³ A legislação relativa encontra-se na Lei da Liberdade Religiosa (Lei nº 16/2001 de 22 de Junho), sobretudo no Capítulo IV – Estatuto das igrejas e comunidades religiosas, Artº 33º Personalidade jurídica das pessoas colectivas religiosas, bem como nos artigos seguintes.

templo da Portela mantenha o seu nome original, de acordo com a divindade central (a *murti* de *Jai Ambema*) que foi trazida primeiramente da Índia para Moçambique e depois de Moçambique para Portugal, seguindo o percurso migratório da família responsável pelo templo.

Este espaço, no rés-do-chão do Lote C1 do bairro social carecia de acabamentos quando as chaves foram entregues, uma vez que a responsabilidade dos acabamentos dos espaços para fins associativos ou comerciais determinados no projecto do bairro é dos seus utilizadores. As obras de acabamento e de decoração foram realizadas no primeiro semestre de 2004, sobretudo aos fins-de-semana, pelos homens da família responsável pelo templo e outros colaboradores. Alguns dos participantes nas obras tinham também participado na construção do templo na Quinta da Vitória cerca de 20 anos antes, recordando por isso momentos semelhantes aos que eram agora vividos. Uma moradora explica: “(...) ajudei a construir a nossa casa, a fazer aquela casa do vizinho também, e esse *mandir* também, todos nós ajudámos. Naquela época era assim: nós tínhamos uma obra para fazer, todos ajudavam (...)” (Entrevista, 24/10/2005). O chão do novo espaço foi adornado de ladrilhos rosa claro, bem como o espaço dedicado aos altares, e as paredes pintadas da mesma cor até meia altura. Uma vez que o espaço tem a forma da letra L, um dos lados não podia ser utilizado como espaço central de ocupação do templo pelos devotos e foi aproveitado para cozinha e arrumações. Este espaço veio a revelar-se pequeno para arrumar todo o material do templo, pelo que grande parte desse material manteve-se armazenada no antigo templo até às demolições de 2006. Actualmente, sem outro espaço, nem a possibilidade de utilizar as garagens como arrecadação, todos os bancos corridos, as cadeiras, utensílios de cozinha diversos como panelas grandes, alguidares, fogões e outros materiais essenciais para a realização das festividades que envolvem toda a comunidade, estão acumulados no templo novo. A família responsável pelas actividades do templo ainda empreendeu diligências para conseguir a cedência de um segundo espaço no bairro para a arrumação deste material mas a Gebalis declinou o pedido.

No decorrer das obras, o espaço tinha já um pequeno local de devoção, com a representação de *shiva-parvati* (um dos principais casais divinos do panteão hindu) numa representação emoldurada, e alguns objectos essenciais para que se pudessem fazer pequenos *puja*, no local que viria a ser a zona de altar. Como já foi referido, nesta altura os rituais quotidianos e cerimónias do calendário hindu continuavam a realizar-se

no templo situado na Quinta da Vitória, apesar das condições precárias do local. As senhoras que frequentavam mais assiduamente o templo na *barraca* mais assiduamente nos últimos meses da sua utilização, temiam a derrocada do tecto devido à acumulação das águas da chuva. Uma vez que a mudança do templo estava prevista para breve, deixaram de se realizar pequenas obras de melhoramento no templo antigo, como foram feitas durante os mais de 20 anos da sua utilização.

A mudança do templo ocorreu num domingo, dia 4 de Julho de 2004¹⁴, durante a manhã. O templo situado na Quinta da Vitória recebera, dias antes, novas representações das principais divindades, em estatuetas de mármore. O filho mais velho da família responsável pelo templo, fora a Londres semanas antes, para adquirir peças que representam Ambema, Ganesha, Shiva-Parvati e Vishnu, para serem instaladas no novo templo quando da inauguração¹⁵. Foi realizado um *havan* (ritual do fogo, ver glossário), presidido por Kirit *maraj*. Os devotos iam chegando ao templo onde se assistia à sua última celebração, vindos do próprio bairro e de outras localidades tal como Chelas e Santo António dos Cavaleiros; nesse dia o templo de Jai Ambé voltava a ter uma centralidade como tivera antes da existência de outros templos hindus na AML. Depois desta cerimónia, as estatuetas novas representando as divindades foram levadas pelos homens, com mais de mil devotos atrás, cantando alegremente *bhajan*¹⁶ para celebrar a ocasião. A nova representação de Vishnu foi levada depois, por ser muito pesada. Foram precisos três homens para a retirar e transportar ao longo do percurso entre o templo antigo e o templo novo. O cortejo foi acompanhado pelo grupo de música local, formado por moradores da Quinta da Vitória. Algumas senhoras estavam contentes e tristes ao mesmo tempo – contentes com a inauguração do novo templo e tristes porque deixariam de rezar no espaço que as acolhera por mais de 20 anos. À chegada ao novo templo, realizou-se outro *havan*, para a instalação das divindades no altar. É de salientar que tanto o *havan* no antigo templo como no novo foram celebrados com grande animação por parte do oficiante e por parte dos devotos. Os *havan* por

¹⁴ Neste dia ao fim da tarde viria a ser o jogo de futebol da final do Euro 2004, realizado em Portugal. Tal como na maior parte das localidades do país, na Quinta da Vitória e bairro social Dr. Alfredo Bensaúde viam-se muitas bandeiras portuguesas penduradas nas janelas. Neste dia em particular, o ambiente era de grande expectativa em relação ao jogo desse dia.

¹⁵ Alguns meses depois, em 16 de Janeiro de 2005, foi também instalada a *murti* de *Saibaba*, numa cerimónia organizada por um grupo de devotas de Santo António dos Cavaleiros. As recentes pesquisas de Lourenço (autora já referida por diversas vezes) contemplam a análise sobre a devoção a Saibaba pela comunidade hindu de Santo António dos Cavaleiros.

¹⁶ Sobre papel da música para a diáspora hindu-gujarati ver Roxo (2008).

vezes revelam um carácter de maior seriedade do que neste dia. No *havan* no antigo templo, os *mantras* declamados antes do *aarti* foram envolvidos por uma atmosfera silenciosa como acontece noutras situações, mas (de acordo com a minha experiência nestas ocasiões) este período da cerimónia foi mais prolongado do que o habitual¹⁷. O presidente da Associação de Solidariedade Social Templo de Shiva¹⁸, Kantilal Jamnadas, compareceu a esta cerimónia e ao almoço que foi servido após. Toda a família responsável pelas actividades do templo dedicou-se à distribuição dos alimentos, preparados horas antes. Como é habitual nas refeições servidas após situações rituais, as diversas componentes da refeição são vegetarianas. O almoço foi semelhante aos almoços servidos nos casamentos.

A instalação do templo no bairro social Dr. Alfredo Bensaúde foi um dos elementos chave neste período do processo de realojamento. Tal como foi referido previamente, as famílias hindus dos dois lados do bairro (bairro social e bairro de *barracas*) continuaram, desde o realojamento parcial, unidas através da partilha do mesmo espaço de culto e da participação nos mesmos rituais. A vida nova nas *barracas* depois do realojamento parcial é uma vida de expectativa face ao realojamento. A qualquer altura podiam ser realojados, mas os sinais da autarquia não indicavam esse realojamento. Então, nos primeiros tempos após o realojamento parcial, gerou-se alguma tensão provocada pelo facto de uma grande parte da população da Quinta da Vitória ter ficado por realojar. Como também já foi focado, nessa altura formava-se um sentimento de insegurança provocado pelos muitos boatos sobre (e apenas alguns reais) assaltos, supostamente perpetrados pelos jovens africanos da Quinta da Vitória, bem como sobre a insegurança gerada pelo facto de haver uma grande comunidade cigana. A colocação da rede para separar os bairros não aumentou a distância entre os dois bairros, mas parecia querer separar duas realidades. A população hindu, fonte das minhas informações sobre a realidade e sobre os boatos, vivendo nos dois lados do bairro, atravessa estes locais tal como os demais moradores para ir a lojas ou para visitar

¹⁷ É nesta altura do ritual que costumam dar-se as chamadas *possessões*. Nos *havan* que têm lugar no último dia do *navratri* (a festa das nove noites em devoção a *durga*), algumas mulheres são *possuídas* por uma das nove manifestações da *durga*, em que *ambema* (a montada de *durga* sobre um tigre) é uma delas. A responsável pelo templo incorpora esta divindade na maior parte dos rituais que incluem a declamação de mantras. Foi notória a duração mais prolongada do que o habitual desta incorporação. Note-se que estas anotações de pormenores rituais seguem principalmente a experiência de terreno e que os termos como *possessão* e *incorporação* servem sobretudo para nortear o leitor no tipo de situação.

¹⁸ Curiosamente, o Templo de Shiva, em Santo António dos Cavaleiros, foi inaugurado formalmente em 18 de Julho de 2004, duas semanas após a inauguração do novo templo Jai Ambé *mandir*, cerca de dois anos depois da cerimónia de sagração do local.

vizinhos e familiares (exceptuando os novos vizinhos que vieram dos bairros lisboetas, que vivem apenas no bairro social), mas marca presença através da realização de cerimónias, donde se destacam as que têm visibilidade pública, quer se realizem na Quinta da Vitória, quer se realizem no bairro social Dr. Alfredo Bensaúde. Nos dois anos entre o realojamento parcial e o realojamento do templo, o facto de o templo ter ficado na *barraca*, tal como as pessoas ficaram nas *barracas*, foi positivo, porque funcionou como uma espécie de compensação. O realojamento do templo em 2004, uma vez que a localização do bairro social é mesmo diante do bairro de *barracas*, não causou grandes alterações às vivências religiosas quotidianas. É certo que os padrões de circulação interna do bairro, nos percursos das casas para o templo, mudaram, mas o templo enquanto espaço de confluência da comunidade hindu local, manteve essa mesma função depois do realojamento.

Como tem vindo a ficar claro, o espaço do bairro vem sofrendo alterações ao longo dos anos devido ao processo de realojamento. Zonas residenciais do bairro desaparecem, nasce um bairro social, os espaços demolidos são reapropriados. Se até cerca de 2000 o bairro mantinha uma unidade espacial, essa unidade foi desaparecendo para dar lugar a adaptações permanentes por parte dos moradores. Mas, pelo menos aparentemente de forma independente do processo de realojamento e das alterações no espaço do bairro que este tem vindo a provocar, o calendário hindu-gujarati continua a ser cumprido com o mesmo rigor de sempre. Tanto as cerimónias privadas como as públicas seguem o seu ritmo habitual. No dia-a-dia, os moradores da Quinta da Vitória passaram a conviver com a constante actividade religiosa da população hindu, que leva as ofertas ao templo e traz alimentos abençoados (*prasad*) quando acabam os rituais. O vaivém quotidiano, sobretudo das mulheres, entre as casas e o templo, a que a população da Quinta da Vitória se habituou, foi começando também a ser observado pelos moradores do bairro social, pela comunidade cigana, cujas crianças não escondem a grande curiosidade pelos deuses, pelos rituais *estranhos*, pelas festas que acontecem na rua. Desde o realojamento do templo em 2004 que a comunidade cigana convive, à semelhança das populações de origens *africanas* e *portuguesa* residentes na Quinta da Vitória, com estes rituais, e desde essa altura a Quinta da Vitória ficou mais silenciosa, já não se ouvem os pequenos sinos que assinalam a chegada dos devotos ao templo, nem o grupo de

mulheres que canta *bhajan* nos *agiyaras*¹⁹, mais ou menos quinzenalmente, nem o *norta* que juntava cerca de duas centenas de devotos no templo²⁰, dançando e cantando nas nove noites em que dura a celebração. Agora estas cerimónias realizam-se no templo localizado no bairro social, afastando a população da Quinta da Vitória não hindu deste quotidiano e trazendo uma nova população a conviver com o calendário hindu.

Ao início, a gestão da curiosidade das crianças relativamente às cerimónias (realizadas no templo ou nos espaços públicos tornados sagrados ciclicamente) era de certa forma complexa, uma vez que estas testavam sistematicamente os limites da participação nos rituais. Tentavam entrar no templo e por vezes chegavam mesmo a entrar calçadas (quando a regra é descalçar-se antes de entrar no templo, porquanto os sapatos trazem as impurezas da rua e o templo deve manter-se um espaço sagrado, não compatível com a impureza), e riam nos momentos que deveriam ser de silêncio. É muito rara, contudo, a contrariedade a estas investidas infantis. Os devotos hindus continuam a realização dos rituais; não estão alheios, e comentam *a lata que eles têm*, mas não interferem. Assim, sem resposta ao seu desafio, as crianças desistem e continuam a brincar noutros locais do bairro. Esta postura mantida pelos devotos hindus na gestão do seu espaço sagrado terá sido um ponto importante na gestão das relações de vizinhança²¹. A comunidade cigana tem também o seu espaço ritual, finalmente formalizado em meados de 2008²², e a dedicação religiosa da comunidade cigana é prezada pelos hindus.

¹⁹ Os *agiyaras* (onze, em Gujarati) são assim chamados localmente por assinalarem o dia 11 de cada metade dos meses hindus. Nesses dias, as mulheres prestam devoção às suas divindades preferidas, contam histórias (*vrat*) e cantam *bhajan*, antes de fazerem *aarti*. Com uma forte função de sociabilidade feminina, sobretudo entre as mulheres mais velhas, os *agiyaras* contribuem para a reprodução da religião e para a manutenção dos laços afectivos resultantes da vizinhança, por vezes mais antiga do que o bairro (ou seja, iniciada em Diu, Índia e/ou Maputo, Moçambique).

²⁰ Como já foi referido, a mudança do templo para o bairro social Dr. Alfredo Bensaúde é coincidente no tempo com a inauguração do templo de Shiva em Santo António dos Cavaleiros. Desde essa altura, e também porque o templo da Portela é agora mais pequeno (cerca de metade do espaço), os devotos deslocam-se mais vezes ao templo de Shiva ao longo das nove noites que dura o *norta* do que acontecia antes. Outros factores contribuem para a diminuição da presença de devotos no Jai Ambe *mandir*, como a diminuição da própria população hindu da Portela. Confrontada com a ausência de alternativas habitacionais, muitas famílias têm vindo a desistir do processo de realojamento, alugando casas noutras localidades ou mesmo imigrando, preferencialmente para Inglaterra (v. capítulo 5).

²¹ É de realçar que, ao contrário do que seria de esperar, o principal bode expiatório não se concentra na comunidade cigana local; antes concentra-se nos jovens africanos da Quinta da Vitória. Sobre preconceito relativamente às comunidades ciganas nos bairros sociais cf., e.g., Castro et al., 2001.

²² Desde o realojamento das famílias antes residentes em diversos núcleos residenciais degradados do concelho de Lisboa em 2002 até 2008, a comunidade cigana realizou os encontros religiosos na garagem do Lote C1. Actualmente, a Igreja Evangélica local tem finalmente um espaço legalizado, no rés-do-chão do Lote C7 do bairro.

À semelhança das cerimónias com carácter privado, realizadas no templo e em casa, as principais cerimónias públicas do calendário hindu continuam a executar-se ano após ano, apesar das grandes alterações aos espaços do bairro e do local de culto. Os principais rituais com carácter público são o Holi e o Janmashtami, o primeiro no fim do Inverno (entre Fevereiro e Março) e o segundo no Verão, geralmente no mês de Agosto.

7.3. O HOLI

No calendário gregoriano, a data do Holi²³ varia de ano para ano, uma vez que o calendário hindu é lunar e está sujeito às várias fases da lua. Em todo o caso, o Holi realiza-se em Fevereiro ou Março, no dia de lua cheia do mês lunar *phalgun*, celebrando o início da Primavera. De acordo com uma informante privilegiada, o Holi tem a função de *queimar* as coisas negativas, e, em consonância, de purificar. A história que me foi contada localmente reproduz em termos gerais a mitologia associada a esta festividade²⁴:

Havia um rei que não acreditava em deus. Ele dizia que ele mesmo era deus. O filho dele acreditava em deus e o pai não gostava. Dizia para todos rezarem a ele, porque ele é que dava alimento. A irmã do pai tinha um poder de imortalidade. Então o pai disse à irmã: senta no fogo com o meu filho. Ele morre e tu não. Deus partiu a promessa, apareceu, e salvou o filho e queimou a tia, e aí o pai começou a acreditar em deus. Nesse dia nós queimamos as coisas más para poderem aparecer as boas. As sementes [que são colocadas nos tali] são sementes de cultivo, significa que tem de haver sempre alimento. (DC, 27/08/2008)²⁵

O Holi começa ao fim da tarde. É realizado sempre no mesmo local. Actualmente, depois das demolições parciais, o Holi realiza-se num descampado do bairro da Quinta da Vitória, numa zona de ligação entre este e o bairro social. Depois de prestar devoção a *ganpati* (Ganesha), que protege o início de todos os rituais, acende-se uma fogueira,

²³ V. no complemento fotográfico, as fotografias da autora nº 16, 31-33, 43, 86-8 e as fotografias de Tiago Ganhão.

²⁴ De acordo com a mitologia, a história que é lembrada neste dia é a de um rei-demónio que forçou a população a prestar-lhe devoção. No entanto, o seu filho, Prahlad, desobedecia-lhe, mantendo-se devoto de Vishnu. Então o rei quis matar o próprio filho e ordenou a sua irmã, Holika (raiz do nome do ritual) a entrar no fogo com Prahlad, uma vez que ela tinha o poder de não ser atingida pelo fogo. Ela entrou no fogo com Prahlad, mas Vishnu interveio e ela acabou por morrer, enquanto que a criança foi salva. Esta história retrata o poder que a fé tem para ultrapassar todos os obstáculos, mesmo os mais difíceis.

²⁵ Já me tinham contado a história outras vezes, provavelmente com outros pormenores, mas desta vez assentei-a num caderno, uma vez que foi necessário explicar a importância deste ritual à Câmara Municipal de Loures, que recebera uma queixa de polícia sobre a realização de uma fogueira (v. a 4ª nota deste capítulo).

que dá uma grande visibilidade ao ritual para os moradores de ambos os bairros. As famílias começam a aproximar-se do fogo. O espaço à volta da fogueira subdivide-se em dois grupos, o lado feminino e o lado masculino, à semelhança do que acontece no templo, embora esta separação nem sempre seja absoluta. O perímetro do espaço ritual vai sendo ocupado pelos pequenos rituais realizados por cada família. São colocados pratos cerimoniais (*tali*) onde se podem distinguir vários tipos de grãos crus e fritos, simbolizando a renovação dos excedentes agrícolas. Outras componentes do prato como tâmaras, manteiga clarificada (*ghi*), algodão, folhas de mangueira (idealmente) incenso, são elementos importantes para prestar devoção. Estes elementos são dispostos em pequenas linhas no chão, onde as pipocas se destacam facilmente; o incenso e as velas de *ghi* são acesas. São as raparigas que realizam preferencialmente esta tarefa, ajudadas pelas mães e mulheres mais velhas. O *tali* traz ainda um coco (um fruto sempre presente nas cerimónias hindus, com propriedades de fertilização e de regeneração) e um pote cerimonial (*kumb*) com água. Pode também ser adicionada outra fruta, como a banana. As mulheres dão cinco voltas à fogueira com o coco e vão deitando a água em volta. No fim o coco é partido e depositado no fogo, que o *abençoa*, e será consumido depois de assado, um *prasad* muito apreciado. Os homens dão também voltas à fogueira, com os filhos mais novos ao colo envoltos num lençol branco, simbolizando a inversão da história que deu origem ao ritual. Estes pais, ao contrário do deus demónio, acreditam em deus e levam os seus filhos ao colo, futuros devotos leais.

Quando todas as famílias já realizaram estes rituais, então começa uma brincadeira com pós coloridos, não só entre as crianças mas também entre os adultos. Por isso, o Holi é também conhecido por festival das cores. Na Índia, os devotos realizam esta parte da festa no dia seguinte (*dhuleti*), vestidos de branco, e em pouco tempo ficam totalmente pintados com estas tintas inofensivas. Muito embora em Portugal esta componente não seja muito forte, podemos observar na Quinta da Vitória brincadeiras com pós coloridos entre amigos, que nos fazem lembrar o Carnaval (curiosamente não muito distante no calendário) e com uma das suas funções, o descuramento ritual do cumprimento dos papéis sociais. As tintas e também água são projectadas nos cabelos, face e roupas de todos; estas brincadeiras afastam-se do fogo espalhando-se pelo bairro. Cada um, neste dia, tem direito de quebrar as regras de evitamento relacional (como pode acontecer entre cunhados ou entre mais velhos e mais novos, só para dar um exemplo). A fogueira

é guardada por alguns homens até que se apaguem as últimas brasas, o que às vezes se prolonga pela madrugada.

Desde que o Jai Ambé *mandir* foi instalado no bairro em 1983 que o Holi se realiza, sempre no mesmo local. Mesmo depois do realojamento do templo no bairro social Dr. Alfredo Bensaúde, a cerimónia continua a realizar-se na Quinta da Vitória. Inicialmente realizado numa pequena clareira localizada na Rua A, perto do templo, depois das demolições, embora no mesmo local, o Holi realiza-se numa zona agora sem casas. Antigos residentes do bairro vêm ao Holi na Quinta da Vitória, que é *muito animado*, de acordo com os participantes. Importa, aliás, salientar aqui a expressão que se repete nas festividades hindus, que é a tradução para português de uma expressão gujarati de regozijo (*bahu maja pade*): *anima muito!*

7.4. O JANMASHTAMI

O Janmashtami²⁶, realizado no Verão, festeja o nascimento de Krishna. Embora o seu nascimento seja apenas comemorado à meia-noite desse dia, o Janmashtami integra também um ritual de carácter público, em que a população, depois de ir ao templo, vai em cortejo pelo bairro, cantando. Os bebés rapazes mais novos representam Krishna; são levados à cabeça em cestas decoradas e protegidos por sombrinhas. Se o ritual em Portugal, que se realiza entre o fim de Agosto e o início de Setembro, obriga normalmente à protecção em relação ao sol que se faz sentir, o pequeno Krishna, de acordo com a mitologia hindu, necessitou de protecção face a uma grande tempestade, atravessada pelo seu pai adoptivo, para o salvar de um dos demónios mais terríveis, *kamsa*, que ordenara a morte da criança²⁷. A propósito, na Portela disseram-me por diversas vezes que a história de Krishna é parecida com a de Cristo, encontrando, como

²⁶ V. no complemento fotográfico as fotografias da autora nº 13-5, 19, 27, 40, 44-6.

²⁷ A história, contada por Dubois (1906) a partir de diversos *puranas* (um conjunto de 18 grandes textos que reproduzem a cosmogonia teórica dos dois grandes poemas Ramayana e Mahabharata [Garrett, 1999: 453]) narra, muito resumidamente, o seguinte: Kamsa expulsou o seu pai da cidade onde este reinava, e cometeu muitas injustiças sobre o seu povo. A Terra, cansada da violência do tirano, tomou a forma de uma vaca e foi à procura de Brahma e pediu-lhe para que Kamsa deixasse de atormentar. Brahma foi com a Terra ter com Shiva e disse-lhe o que ouviu. Foram os três ter com Vishnu. Vishnu perguntou a Brahma se este não teria prometido algum favor especial a Kamsa. Brahma disse que Kamsa só poderia ser derrotado se fosse morto pelo próprio sobrinho. Por isso, disse a Vishnu para entrar no ventre da irmã de Kamsa (Devaki). Kamsa apercebeu-se de tudo e mandou vigilar Devaki e o seu marido Vasudeva. Mas Devaki deu à luz prematuramente. O dia do nascimento foi o 8º da lua de Sravan. Informada de que Kamsa queria matar a criança, Devaki conseguiu escapar à vigilância e o marido levou-o para outra cidade. Ao mesmo tempo tinha nascido uma rapariga e as crianças foram trocadas. Yasoda, mãe da rapariga, não deu por nada e educou Krishna como seu filho (Dubois, 1906: 624-7).

fazem habitualmente para descrever outros rituais, paralelos com as tradições da sociedade de acolhimento²⁸.

O Janmashtami começa a meio da tarde, no templo, onde é feito um altar especial para Krishna, que nascerá à meia-noite desse dia, o oitavo do quarto minguante do mês de *sravan*. Por isso, o altar está tapado. Depois do *aarti*, a população sai para a rua, iniciando um cortejo pelo bairro. A afluência da população a este ritual depende muito da data a que calha o Janmashtami. Quando coincide com o fim-de-semana, há muito mais gente do que quando recai sobre um dia útil. O número de crianças carregadas à cabeça em alcofas simbolizando Krishna varia também consoante o número de bebés rapazes nascidos num determinado ano. De qualquer forma, independentemente do número mais ou menos elevado de participantes, o cortejo do Janmashtami é sempre muito animado na Portela. Nos últimos anos, o grupo de música já não toca (o seu principal mentor já não reside na Portela), mas as senhoras mais velhas levam os pequenos instrumentos com que tocam no templo e acompanham, com eles, os *bhajan* que cantam ao longo do percurso. Começando e acabando no templo, o cortejo dá a volta às principais ruas do bairro, a Rua A e a Rua B, com música e cantos, e que começa e acaba no templo. Durante o percurso, em que virtualmente todos os vizinhos podem ver passar o cortejo, há uma série de paragens preparadas antes do ritual. São os momentos mais esperados pelos mais novos. Entre postes de electricidade, penduram-se recipientes cerimoniais de barro a cerca de dois metros de altura, que contêm folhas de mangueira (idealmente), leite de coco, arroz, flores e moedas. Com um taco de críquete ou uma vara, os recipientes são quebrados, e quem assiste de perto é abençoado com o leite. As crianças hindus acorrem em busca das moedas, observadas a média distância pelas crianças não hindus, que não participam neste ritual e que, no fim, procuram alguma moeda esquecida. O cortejo do Janmashtami, enquanto o templo permaneceu na Quinta da Vitória, mesmo depois do realojamento parcial da população (ou seja, entre 2002 e 2004), realizou-se apenas em volta das duas principais ruas do bairro. Depois da

²⁸ Assim, por exemplo, o Divali, no fim do ano hindu e conhecido como a festa das luzes, onde entre outras componentes, os devotos trocam ofertas, é comparado com o Natal; o Holi é comparado com o Carnaval e, por vezes, os jejuns com a Quaresma. Além disso, uma vivência actual que *junta* ambas as religiões passa pela devoção a N. Sra. de Fátima, tanto nos templos domésticos como no Santuário de Fátima (Leiria). As viagens a este local são feitas pelo menos uma vez ao ano, numa excursão organizada. As hipóteses explicativas sobre a devoção a N. Sra. de Fátima têm sido discutidas entre os investigadores que se debruçam sobre as comunidades hindus, ainda sem produção teórica sobre o assunto. Importa referir para completar este apontamento que a relação entre estas duas religiões é antiga no contexto de origem desta população e este facto não deve ser esquecido em interpretações que, como aqui, põem lado a lado tradições religiosas.

instalação do templo no bairro social, o cortejo passou a incorporar o arruamento atrás da primeira fileira de prédios, que dá acesso à principal entrada do templo. Terminado o cortejo, há mais um *aarti* no templo.

À noite, o ritual realiza-se no templo. A maior parte das pessoas começa a chegar pelas 23:30h. A música sobe de volume e por vezes o grupo de homens e de mulheres que cantam disputam a animação musical. À meia-noite as pessoas levantam-se de repente e lançam amendoins e arroz para os presentes ao som dos *bhajan*. O *prasad* é colocado junto do altar consagrado a Krishna. O altar é destapado e depois todos os presentes podem ir embalar o berço de Krishna. Entre o *prasad*, que além de frutos frescos e secos, inclui algum alimento doce, uma tigela de leite coalhado é passada pelos devotos, para se deliciarem com o alimento preferido de Krishna enquanto criança. No templo da Quinta da Vitória, a festa terminava apenas por volta da uma e meia da madrugada. Apesar desta parte do dia sagrado não se realizar na rua, a animação no templo é ouvida pelos vizinhos.

7.5. OS RITUAIS PÚBLICOS

Os rituais hindus que seleccionámos²⁹, o Holi e o Janmashtami, realizam-se entre o bairro de *barracas* da Quinta da Vitória e o bairro social que lhe é contíguo. Além desta característica, o que têm estes rituais em comum? O principal elemento em comum é o facto de se realizarem nas ruas dos dois bairros contíguos e, dessa forma, contribuírem para a diferenciação cultural da sua população hindu, face a outras populações que, apesar de marcarem presença no quotidiano, não realizam rituais com a mesma visibilidade no bairro. Tal como já referimos, antes do realojamento, o Holi era feito na rua A, perto do antigo templo, numa eira em frente a uma casa. Desde as demolições de 2002, continua a ser feito na mesma zona, na antiga rua A, ou no que resta dela. Por isso, actualmente, este ritual pode ser avistado dos prédios sem a participação dos vizinhos não hindus. Só as crianças, do bairro de *barracas* e do bairro social, se atrevem a aproximar-se do fogo, de tal forma curiosos com as linhas de sementes e velas no chão à volta de uma fogueira, que chegam a invadir o espaço ritual. Relativamente ao Janmashtami, o segundo ritual em causa, pudemos verificar uma alteração no trajecto

²⁹ Embora tenhamos seleccionado estes dois, outros rituais, como algumas sequências rituais dos casamentos, podem passar pelas ruas do bairro. No entanto, estes últimos não envolvem idealmente toda a população hindu como no caso do Holi e do Janmashtami.

desde que o templo mudou de sítio. Actualmente a volta abrange uma parte do bairro social. O ritual continua a ser participado e animado como dantes. Tal como o Holi, é observado à distância pelos vizinhos, que repetem que os hindus *andam sempre em festa*. Além disso, outros rituais não realizados especificamente na rua, tornam-se visíveis através das idas e vindas dos vizinhos entre as suas casas e o templo, levando ofertas e trazendo alimentos abençoados (*prasad*).

Em 2004, o ritual da mudança de local de culto da *barraca* para o bairro social, frisamos, numa cerimónia extraordinária ao calendário hindu, sublinhou a importância da comunidade hindu localmente, não tanto para a restante população do bairro da Quinta da Vitória, que já se habituara à preponderância cultural dos hindus ao longo dos anos (mais de 20), mas sobretudo para a nova população no bairro social, espacialmente contíguo. Além deste ritual excepcional, o espaço público do bairro é marcado pela presença marcada das duas principais festividades realizadas nas ruas do bairro. Tendo em conta a descrição que fizemos do Holi e do Janmashtami, um leitor leigo na matéria poderá (assim creio) experimentar de certa forma a mesma *estranheza* provocada entre os vizinhos que assistem, nas entradas das suas casas, ou aproximando-se dos devotos. Para quem vê e que não pertence à comunidade hindu, a continuidade da realização destes rituais, apesar das alterações na população e nos espaços, confirma um capital simbólico detido pelos hindus, sobre as demais populações que habitam naquele espaço que envolve a Quinta da Vitória e parte do bairro social³⁰. A continuidade da execução destes rituais públicos antes e depois do realojamento parcial e (de forma mais relevante do que a visibilidade da comunidade hindu local e o poder simbólico confirmado pelas cerimónias) o predomínio cultural no espaço público em dois momentos no calendário hindu conferem-lhes uma vantagem face à morosidade do processo de realojamento e suas implicações. Como? Por um lado, os hindus realojados no bairro social não sofrem do *efeito de concha* descrito por Freitas (1994) para as populações realojadas em bairros sociais como um “(...) duplo fechamento espacial e societal num espaço vital com fronteiras bem definidas e bem mais restrito (...)” (Freitas, 1004: 30) do que a situação residencial anterior. Por outro lado, os hindus que ficaram por realojar, além de, como

³⁰ A produção de capital simbólico nas ruas através de cerimónias religiosas foi analisada noutra contexto (Cachado, 2008), seguindo o repto do Projecto de investigação *A Cidade e a Rua*. Autores como Cabanel (2005) e Benveniste (2005) analisaram a ocupação estratégica do espaço público por diferentes comunidades religiosas (o primeiro, sobre as procissões católicas no século XIX, contrariando as tendências laicas e protestantes da época e o segundo sobre a apropriação simbólica do espaço em volta de uma sinagoga pela população judaica de um *grand ensemble* francês).

vimos no capítulo 5, nem sempre se resignarem ao andamento lento do processo de realojamento, não acentuam a sua situação de segregação espacial a que estão sujeitos por viverem num bairro degradado e deixado para o fim do PER. Ao contrário, a participação continuada nos rituais públicos sublinha o seu capital simbólico. Resumindo, são duas as ideias fundamentais que decorrem da análise das situações rituais: (1) a população hindu marca o espaço dos dois bairros, o de *barracas* e o social de forma ritual e ritualizada. Mas mais do que o poder simbólico que detêm no bairro, (2) as vantagens da manutenção destas práticas são para a própria população.

Agier comentou uma vez que “tributários de um *a priori* ecológico, os estudos urbanos opuseram simultaneamente a rua à casa” (Agier, 1996: 55). No caso dos bairros sociais em Portugal, os estudos sobre a utilização do espaço público que contrariam uma visão negativa dos fenómenos urbanos são muito escassos – com algumas exceções como o já referido estudo de Mónica Farina (2001) sobre um dos bairros sociais de Chelas (Marvila). Como vimos, o interesse analítico dos rituais escolhidos, mais do que a descrição em si, é a centralidade que esses rituais possuem para a população que os realiza e para a população que o observa. E isto faz pensar que cem anos depois de “A metrópole e a vida do espírito” (1997[1903]), há algo em Simmel que parece continuar a fazer sentido. Dizia ele que, “para muitas pessoas, a estratégia de captação da atenção de outrem continua a ser a única forma de preservar alguma auto-estima e de salvaguardar o seu sentido de lugar”. É algures no meio destas ideias – e observando os rituais – que se percebe o poder simbólico captado pelos hindus no bairro. A principal forma de diferenciação em relação às outras populações é feita através de elementos culturais fortes. Mas a segunda parte da afirmação de Simmel (a salvaguarda do sentido de lugar) é igualmente importante para a interpretação que estamos aqui a avançar, sobretudo relembrando as mudanças no espaço do bairro decorrentes das demolições parciais. A adaptação às alterações nos espaços do bairro e à demora burocrática e política de completar os processos de realojamento faz-se também através da convivência nestas práticas rituais.

CONCLUSÃO

O processo de tradução, dizia Rabinow (1984), é uma das artes centrais e tarefa crucial do trabalho de campo. A objectividade necessária das ciências sociais contribui para limitar a sua *arte* implícita. Mas a objectividade, um rumo a manter, é desafiada pela subjectividade que as relações com as pessoas no terreno de pesquisa potenciam. É difícil manter um sentido prático continuado quando se trata de pessoas que vivem um quotidiano em mudança permanente. Uma forma de tentar abarcar os sentidos do terreno proporcionados pelas pessoas com quem trabalhamos é-nos proporcionada pelos enquadramentos teóricos. Mil e uma formas são possíveis para nos ajudar a traduzir. A arte está entre escolher e preterir. Aquilo que outros escrevem, sobre outras pessoas, outros terrenos, às vezes as mesmas pessoas, às vezes terrenos semelhantes, ajudam-nos a segurar a racionalidade necessária. A produção de reflexões nos temas centrais para as nossas investigações auxiliam-nos a dividir a investigação em tarefas – metodológicas e de interpretação. Como se conclui um trabalho de síntese?

Finalizada uma pesquisa que procura entender o curso de um realojamento, um processo que compreende um princípio e um meio, mas que não compreende o seu desfecho, encontramos-nos perante a inevitável comparação entre este processo e o processo de investigação, da ciência como trabalho permanentemente em progresso, sempre susceptível de ser refutado, ultrapassado, melhorado. Se há *arte* na tradução, passa também por aí, pelo seu *atributo* de, depois de tornada pública, já não pertencer ao seu autor.

Acompanhar o presente de um bairro em vias de realojamento passa por perceber como vive um conjunto de pessoas esse mesmo processo. Em inglês, a expressão sugestiva *twilight zone* para designar o tempo de espera por que passam as pessoas em lista de espera para obter uma casa em habitação social, que se traduz em português por *quinta dimensão*, contribui (passo a ironia) para nos aproximarmos do ambiente do curso do realojamento. A população hindu continua à espera do realojamento. Espera (ou desespera, nalguns casos) por um presente prometido durante anos. No caso da Quinta da Vitória, uma parte da população inscrita no programa de realojamento desde o início dos anos 1990 espera ainda hoje por uma casa em habitação social.

Em síntese, o curso do realojamento é um trajecto sem fim à vista. As condições favoráveis para que outros bairros degradados tenham visto o seu processo de realojamento chegar ao fim e, concomitantemente, para que a sua população tenha sido realojada, prendem-se fortemente com constrangimentos intrínsecos à pertença dos terrenos onde estes bairros se inserem, ou seja, com questões de propriedade. Na verdade, uma parte dos bairros cujos residentes já foram realojados deve o desfecho deste processo ao facto de os proprietários dos terrenos implicados terem beneficiado da localização *recente* dos seus terrenos. Antes desvalorizados economicamente, estes terrenos passaram, com o crescimento urbano acelerado, de uma situação de periferia a uma localização crescentemente central. Nas últimas décadas, os lugares antes suburbanos ganham uma centralidade na escala metropolitana (Champion, 2001). Após anos de incerteza sobre o que fazer com os terrenos ocupados, os seus proprietários puderam beneficiar desta dinâmica. A urgência dos proprietários para vagar os seus terrenos e poderem aí construir é curiosamente contemporânea da aplicação do PER. Uma parte das populações moradoras nos bairros inscritos no PER afectados por esta dinâmica ao nível da gestão do solo urbano foi realojada. Uma outra parte dos bairros cuja população viu chegar a bom porto o seu realojamento usufruiu da urgência do Estado em realizar algumas obras públicas de grande envergadura, como foi o caso da Expo 98 e da necessidade que este evento convocou em termos de vias de acesso àquela zona renovada da cidade.

Em conversa com uma especialista na área da habitação, a Prof^a. Doutora Isabel Guerra dizia-me que alguns municípios entenderam o lançamento do Programa Especial de Realojamento como um “presente envenenado”, fazendo alusão à possibilidade de financiamento que os municípios teriam ao selarem o compromisso com o Estado, no sentido de realojar em habitação social as populações habitantes em bairros degradados no seu território. Este *presente* do Estado aos municípios demorou a ser usufruído. E enquanto se assinavam os primeiros protocolos entre o IGAPHE e as Câmaras, a legislação sobre o PER ia sendo melhorada. Tendo começado com a perspectiva de um tipo de oferta residencial (o realojamento em bairros de habitação social), os decretos-lei legislados posteriormente ao PER foram acrescentados no sentido de aumentar as possibilidades de tipo de realojamento. A questão do PER-Famílias é a figura legislativa mais importante neste sentido, muito embora de fraca aplicação no bairro da Quinta da Vitória. O realojamento parcial ocorrido em 2002 potenciou uma esperança na

população, que já vinha crescendo desde o início do processo de realojamento, de serem realojados como as famílias abrangidas por esse realojamento parcial, no bairro social Dr. Alfredo Bensaúde, diante do bairro da Quinta da Vitória.

De facto, os técnicos foram levados a lidar com uma grande carga de legislação, ao mesmo tempo que tinham em mãos um desafio, o realojamento, que desde o início foi conduzido sob grande insegurança perante métodos, aplicação, mas também com certezas sobre a necessidade de melhorar as condições de habitabilidade das populações alvo. Além deste misto de certezas e de inseguranças sobre a aplicação do PER, os municípios conheciam mal estas populações, os seus quotidianos, as formas como viviam os bairros, o nível real da precariedade (ou não) das suas casas e dos seus bairros. Os técnicos implicados no PER foram-se dando conta de tudo ao mesmo tempo e raramente com competências específicas. No caso do município de Loures, o GARSE tem contribuído para reduzir o desconhecimento das comunidades imigradas (de que uma boa parte reside em bairros degradados e em habitação social), mas de acordo com o que me foi dado perceber no terreno, a sua ligação à Divisão Municipal de Habitação era, no início desta década, insuficiente e pouco estratégica neste sentido. Ainda assim, o desafio foi abraçado pelos técnicos que puseram o realojamento em prática, e, pelo menos no caso do núcleo da Quinta da Vitória, não devem ser totalmente responsabilizados pelo fraco grau de eficácia do processo de realojamento; o reduzido número de técnicos especializados face às exigências do processo burocrático associado ao processo de realojamento, não permitia de facto uma incursão no terreno mais sistemática, a menos que aquelas tarefas fossem preteridas em função deste. Como diz Domingues, a *Cidade-Providência* investiu um grande esforço nas políticas públicas redistributivas (como é o caso da habitação social) mas os seus resultados demonstraram “(...) profundas disparidades de cobertura e de eficiência.(...)” (Domingos, 2003: 174). A colocação em prática das políticas sociais de habitação revela, enfim, grandes dificuldades encontradas pelos técnicos.

A proposta para o trabalho por ora concluído foi expor um presente prolongado. Este presente é enunciado de forma multi-dimensional. Para este tempo, concorre, no caso de um bairro em vias de realojamento, a política social que propõe a aplicação do realojamento e a sua própria execução na prática. Na base do Programa Especial de Realojamento, a pobreza (substituída discursivamente pela expressão exclusão social) e a segregação sócio-espacial surgem como condições *sine qua non* destes bairros. Um

apriorismo. Se é verdade que as pessoas com quem trabalhei no terreno podem pertencer às chamadas classes sociais mais desfavorecidas, elas não são contudo desprovidas de formas de encontrar saídas, alternativas e estratégias de adaptação à sua suposta condição. Aliás, é em parte devido às formas que encontram para ultrapassar no quotidiano a condição por que são catalogados, que a máquina administrativa em volta do processo de realojamento duvida por vezes da necessidade de esta população ser realojada. Mas o momento presente determina que é tempo de lembrar que este processo não levou em conta alternativas ao PER. Não se averiguaram as reais possibilidades de reconstrução e melhoramento das infra-estruturas do bairro (necessidade política que só veio a ser levada minimamente a sério com a figura da *qualificação e reinserção urbana dos bairros críticos*). O processo de realojamento previsto na lei foi sendo levado a cabo, lentamente, sem chegar ao fim nem modo de voltar ao princípio. Repetindo uma frase já citada antes que demonstra a mistura entre expectativas e reconhecimento das dificuldades do processo por parte dos seus diversos intervenientes: “(...) Leur déception et leurs critiques est à la mesure de leurs espoirs.(...)” (Bonetti, 1994: 19). É uma afirmação que parece conservar o sentido quando se ensaia uma conclusão sobre o que foi analisado a propósito de um processo de realojamento prolongado.

A compreensão das formas de agir dos técnicos, ligados à autarquia (a quem prestam serviço) e ao Estado (através da legislação que aplicam), passa por perceber o enredo da relação de dominação que estabelecem com a população em causa, uma vez que esta depende daqueles para a consecução do processo de realojamento, que aguardam. Para o caso que estudei, corroboro a afirmação de Bonetti (1994) quando afirma que face ao desconhecimento sobre as populações, e mesmo face aos receios decorrentes desse mesmo desconhecimento, os técnicos se escondem atrás da burocracia; o autor fornece assim uma imagem acertada daquilo que podemos encontrar num Gabinete de Intervenção Local. Mesmo com os esforços de humanizar um espaço onde as complexidades administrativas imperam, são os dossiers que se destacam: dossiers sobre pessoas, dossiers sobre legislação, dossiers apenas legíveis aos seus manuseadores autorizados. A *pessoa burocraticamente definida*, como dizia Bourdieu (1990: 36), faz ali todo o sentido. O controlo sobre uma população através da vigilância a cada indivíduo agudiza a relação de subordinação que se subentende num processo de realojamento, em que as famílias precisam dos técnicos como intermediários no processo de realojamento; este controlo, diz Scott (1990) vai rasurando algumas das

hipóteses de resistência por parte da população em causa. E os habitantes concordam, quando falam sobre como lidar com esta espera e perante a falta de informação: *é melhor não fazer barulho*, ouvi por diversas vezes. Mas nem por isso o registo escondido (Scott, 1990) foi totalmente eliminado. Pelo contrário, a população sempre engendrou formas de resistência subtil (Scott, 1985) e de registo escondido. Na maior parte do tempo do processo de realojamento, o que se pôde registar foi precisamente a parte escondida da resistência. A resistência através dos boatos, do disfarce, do queixume. E através da reivindicação daquilo que foi prometido. Como se ouve no bairro: *dizem que vão fazer e depois não fazem nada e é só promessas*. Conforme diz também o autor aqui em destaque, só porque uma parte dos protestos são reivindicações de que os dominantes cumpram o seu papel, não deixam de ser reivindicações e de assim constituir uma massa crítica contra o poder dominante (Scott, 1990: 92). E é isso mesmo que se pode entender na Quinta da Vitória – uma esperança de realojamento nasceu com as promessas do PER no início dos anos noventa. Ao longo dos anos e em alguns momentos, a expectativa de que o realojamento estaria para breve aumentava. Alguns moradores, ao protestarem, mais ou menos abertamente, não parecem propriamente resistir, porque apenas reivindicam, tantas vezes indirectamente, o cumprimento daquilo que um dia foi prometido. Entender estes pequenos protestos nas entrelinhas de boatos e queixas veladas no dia-a-dia permitem-nos perceber porque uma ou outra família protesta mais abertamente, ou porque se junta uma parte da população a um movimento social recém formado (o DaH-Solim) e sobe aos telhados das casas para impedir que a empresa contratada para demolir as casas faça o seu trabalho.

* * *

Este trabalho coloca questões múltiplas. Pretendeu estudar a conjuntura de um bairro, através de uma janela de observação, a comunidade hindu local, enquanto grupo que pertence à diáspora hindu-gujarati, e que vive, como as demais populações locais, esta conjuntura de realojamento prolongado. Procurei fornecer dados sobre uma grande diversidade de variáveis concorrentes para a percepção dessa mesma conjuntura, que permitirão ao leitor fazer as suas próprias interpretações para lá daquelas que foram sugeridas nos capítulos anteriores. Saliento aqui três dimensões, que ajudam a sintetizar o trabalho realizado. A dimensão dos tempos, a dimensão das resistências e a dimensão das fronteiras. Cada uma delas tem conteúdos, dispostos abaixo.

Os tempos. Por um lado, o tempo do processo de realojamento, que é um tempo de espera, um tempo prolongado, um tempo presente – onde o passado joga um papel de influência e onde o futuro (que aqui significa a expectativa de realojamento) é por vezes sonhado, por vezes interrompido. Mas este tempo é, na prática, o tempo do trabalho administrativo implícito no processo de realojamento, um tempo que depende de superiores hierárquicos na autarquia, que depende de novos pormenores legislativos do PER, que depende de poucos técnicos para muitos processos familiares. É um tempo burocrático, ou administrativo. Este tempo é necessariamente diferente do tempo dos moradores do bairro, e muito divergente do tempo da população hindu em particular. O tempo desta é um tempo que tem uma história antiga de migrações e de escolhas de percursos de vida. Um tempo que depende das viagens, mal percebidas pelo tempo dos técnicos que procuram executar o processo de realojamento. Viagens para outros tempos, às vezes tempos futuros, porque as viagens para novos contextos de migração (no caso, o Reino Unido) mostram vantagens ao nível da habitação. E a habitação não é senão o problema – de espera – que continua sem fim à vista para muitos. Este é também um tempo que depende das necessidades múltiplas das famílias, que cresce com elas, e mais uma vez este tempo interage com o tempo administrativo, através de documentação que comprove a passagem do tempo nos agregados familiares – cédulas de nascimento, certidões de casamento, comprovativos de empregabilidade ou de desemprego, entre outros, todos indicadores de tempo. Estes tempos são os tempos da relação entre administradores e administrados, um tempo com nódulos de tensão, que nos levam à segunda dinâmica que transcorre este trabalho.

As resistências. Estas são as dos moradores que vivem o processo. Começaram por ser observadas resistências subtis, depois resistências no domínio do registo escondido, depois resistências abertas, inesperadas. Scott avisa: a resistência está sempre a acontecer. Só não a vê quem não observa. Para vê-la, é preciso estar lá, escutar a criatividade da resistência. As resistências encontram diferentes manifestações no terreno. Descobrimos primeiro que a presença de um antropólogo no terreno e, no início da investigação, a presença de alguns técnicos de serviço social que realizavam projectos de luta contra a pobreza, era aproveitada pelos moradores no sentido de lhes pedir que solicitassem informações à Câmara Municipal sobre o processo de realojamento em geral e sobre o seu caso em particular. Depois, a escassa informação que o município ia fornecendo à população, sobretudo através das reuniões familiares

no GIL, propagava-se, no terreno, em forma de boatos incontrolláveis, devolvidos de tempos a tempos aos trabalhadores do GIL, que por sua vez não podiam confirmar informações do que se *ouviu dizer*. Ainda no que toca à relação entre técnicos e famílias, alguns moradores, no sentido de perceber melhor o processo e, por vezes, procurar acelerar o seu caso específico, alimentaram algum convívio informal com técnicos do GIL. Estas foram algumas das estratégias encontradas pelos moradores para tentar colmatar o vazio de informação por um lado e a ausência de técnicos no terreno por outro. Em última análise, os convites de moradores aos trabalhadores sociais para visitar as suas casas podem ser lidos como a prova da necessidade de que os técnicos estejam no terreno. São as pessoas que pedem essa proximidade. Além das estratégias mais veladas a olho nu, há ainda as estratégias inesperadas, como as sinergias criadas com um grupo de trabalho de uma associação pelos direitos dos imigrantes (a Solim) e com outros moradores. Na prática, esse momento da vida do bairro mostrou a saída de algumas mulheres das casas para o espaço público (uma situação que, analisada por si só, poderia consubstanciar-se em centro da análise), onde falam em nome doutros moradores. E revelou o envolvimento de alguns homens que, sem alternativa residencial, acreditaram por momentos na participação política – na reivindicação de um direito – como melhor estratégia para manter uma casa e/ou vir a residir num fogo social. Nesse momento, passou-se a fronteira ténue entre o registo escondido e o registo público da resistência.

As fronteiras. A fluidez das fronteiras como seu atributo quase inato reenvia para as diversas possibilidades intrínsecas às fronteiras visíveis e invisíveis no espaço urbano.

“(...) crossing borders can also lead to misunderstandings and unease, because borders can keep shifting, complicating both our sense of categorical closure and our assumptions about agency (...)” (Herzfeld, 2001: 249).

Observámos como há vários níveis de fronteira que se sobrepõem neste bairro (que afinal são dois bairros), tanto as que têm um carácter simbólico como as que possuem uma expressão física (Smith, 1995: 141): i) a fronteira entre dois concelhos (Lisboa e Loures); ii) a fronteira (esta sobretudo simbólica) da antiga Estrada Militar, em cuja linha de trincheiras a Quinta da Vitória foi construída; iii) a fronteira entre o bairro e a cidade alargada, acentuada na oferta insatisfatória de transportes; iv) a fronteira entre países, que se esbateu no espaço europeu, situação com repercussões nas viagens entre

Portugal e o Reino Unido, mas que se cimenta nas viagens à Índia ou a Moçambique; v) a fronteira entre o bairro de *barracas* e o bairro de realojamento, repercutindo para a fronteira física de um espaço vazio provocado pelas demolições, e ocupado criativamente pela população, através de hortas, de acumulação de ferro velho, e dos percursos entre os dois espaços residenciais. E, destes últimos, destacam-se os percursos dos rituais públicos da população hindu, que sublinham a fronteira entre uma população maioritária, os moradores hindus e as outras populações residentes. Outros rituais do calendário hindu (*os hindus andam sempre em festa* como dizia uma moradora) sublinham ainda o franqueamento da fronteira entre o bairro e a cidade, porque obrigam à circulação das famílias hindus entre vários espaços de culto, entre diversas zonas de concentração residencial de população de origem gujarati.

Todas estas fronteiras, que aqui funcionam também como reflexo e razão da segregação espacial do bairro (e da sua objecção) são percebidas pela população no quotidiano, quando as fronteiras referidas criam algum tipo de constrangimento às tarefas da população em causa. Mas, como sugerem os rituais públicos, saliente-se, são também franqueadas através de uma diversidade de estratégias de resistência à demarcação dos espaços. E, agora regressando ao tempo, as estratégias de adaptação ao tempo de espera, umas mais evidentes e sinalizadas no tempo e nas acções do que outras, (respectivamente, num *registo* de carácter mais *público* e outro em *registo escondido*, aqui de novo com Scott, 1990) também são formas de franquear a fronteira da segregação. Estas são percebidas precisamente através do cruzamento sistemático das fronteiras enunciadas antes. A população hindu fornece-nos uma visão múltipla sobre este tempo prolongado, a partir do território, ele mesmo flexível, derivando do tempo social e político que o acompanha.

No caso português, as dinâmicas da comunidade hindu da Quinta da Vitória enquanto grupo que pertence à diáspora hindu-gujarati cruzam-se inequivocamente com os aspectos das decisões políticas ao nível da habitação para populações imigradas ao longo de um contexto social e político que está intimamente relacionado com as reconfigurações populacionais resultantes das independências das ex-colónias portuguesas (1975-1985, *grosso modo*), ou seja, com o facto de o governo ter tido de lidar com grandes contingentes de imigração. Instaladas as comunidades em vários pontos da cidade alargada, aos poucos a percepção da multiculturalidade (chavão para os discursos sobre a integração das comunidades imigrantes aplicada amiúde em

projectos de luta contra a pobreza, que ganham novos nomes e novas valências, decorrentes da experiência acumulada), essa percepção gera a necessidade de conhecer melhor estas populações, num tempo contemporâneo à execução do PER.

O colmatar desta necessidade foi, como já referido, ensaiado pelo GARSE, que proporcionou uma série de estágios profissionais a recém licenciados, primeiro sem ligação institucional como no caso do estágio que realizei (Cachado, 2000) e posteriormente através de um protocolo com o ISCTE (e.g., Lourenço, 2001; Pereira, 2005; Raposo, 2005, entre outros). Desta forma, o GARSE e o município confirmavam a sua intenção de compreensão dos fenómenos culturais em diferentes zonas do concelho. Apesar das boas intenções, a repercussão destes estudos na prática é limitado. Ainda assim, aponta para a tentativa de aproximar dois pólos que se têm mantido (e a meu ver, infelizmente) tão distanciados: o do conhecimento social e cultural das populações e o das políticas sociais que afectam essas populações. Muitas vezes, a negligência do primeiro compromete o segundo (Scott, 1998). A dissociação entre estes dois tipos de conhecimento prende-se em parte com a continuação da probabilidade de se reproduzirem práticas de compromisso entre antropólogos e detentores de poder político, semelhantes às que foram levadas a cabo no período colonial em que o conhecimento como poder consubstanciou a subalternização das populações (Cohn, 1997). As condições em que hoje se podem desenvolver estudos junto das comunidades antes de se legislar e de se interferir sobre as populações são necessariamente diferentes do que há umas décadas atrás; embora com alguns ecos na actualidade, os constrangimentos que tinham os antropólogos que trabalharam em contextos coloniais não fazem tanto sentido. Estes estudos parecem ser especialmente importantes nos contextos metropolitanos, em que a urbanidade é acentuada na vastidão dos territórios, interligados por grandes vias de circulação. As comunidades imigrantes residentes nas grandes cidades não estão isoladas, tal como nos ensinam os primeiros passos da Antropologia urbana, num local onde tentem reproduzir um modo de vida deixado na terra de origem. Por isso, as escalas de observação devem ser não apenas a do *terreno* que se visita mais vezes, mas também a dos terrenos visitados pelos informantes, o do trabalho, o do lazer, o das instituições locais e supra-locais. E outros terrenos, os terrenos dos dossiers, o terreno das bibliotecas, todos com o mesmo valor na tabela dos dados que se juntam para o trabalho de interpretação.

Foi precisamente devido à necessidade de pesquisar através destas escalas que se foi tornando evidente uma linha condutora na vida da população com quem escolhi trabalhar. A linha da mobilidade urbana. A mobilidade entre áreas de concentração residencial hindu-gujarati é motivada pelas redes familiares em geral e pelas práticas religiosas em particular. A mobilidade desta população pode contrariar, por um lado, o efeito de segregação e, por outro, o efeito de concha que a residência em bairros sociais potencia (de acordo com Freitas, 1994). Lévy (2000) refere um estudo em que o suposto fechamento nos bairros difíceis foi contrariado pelos moradores desses bairros, que não falam da necessidade de melhorar os transportes como uma das primeiras necessidades, ao contrário do que seria de supor (Lévy, 2000: 160). São as estratégias informais para colmatar a necessidade de transportes que permitem reduzir a segregação ou o fechamento. Estes são novos espaços de pesquisa, para lá do bairro, nos caminhos entre as cidades, à boleia da mobilidade acentuada dos hindus.

GLOSSÁRIO GUJARATI

Aarti – oração cantada no final dos rituais no decorrer da qual as ofertas às divindades são abençoados por estas

Ambé – divindade feminina central do templo da Portela, uma das manifestações da deusa Durga, montada num tigre. O mesmo que Jai Ambema

Bhajan – cânticos cantados em grupo

Durga – divindade feminina central, de inúmeras manifestações, a quem se dedica o Norta

Ganpati – o mesmo que Ganesha, uma das divindades centrais do panteão hindu, o primeiro a quem se dirigem as preces em qualquer ritual

Ghi – manteiga clarificada utilizada na alimentação e como meio de combustão das velas rituais

Guit – literalmente, música, expressão também utilizada para designar os momentos musicais, com ou sem danças de grupo

Havan – ritual onde a purificação através do fogo é central. Para a sua realização, além de um pujari, é essencial a presença de um casal que o auxilia

Holi – festividade hindu realizada no bairro no início da Primavera

Jai Ambé – Forma comum de designar a deusa Ambé

Janmashtami – festividade hindu que celebra o nascimento de Krishna

Kumb – pote cerimonial de barro ou de cobre

Maraj – padre, de acordo com a tradução local; aquele que realiza as cerimónias

Mandir – templo

Mehendi – pinturas de henna geralmente aplicadas a mãos e pés, sobretudo por ocasião de casamentos

Murti – representação material de uma divindade

Navratri – ver Norta

Norta – designação gujarati para Navratri, literalmente nove noites, dedicada à devoção de Durga nas suas diversas manifestações e caracterizada por festas nocturnas com música e danças grupais

Panjabi – indumentária feminina composta por túnica normalmente comprida, calças e lenço

Phalgun – mês do ano lunar hindu em que se celebra o Holi

Prasad – alimentos abençoados pelos deuses durante o aarti

Puja – devoção, oração ritual

Pujari – aquele que oficia um ritual

Radha-Krishna – um dos casais mais celebrados do panteão hindu, é também o nome do templo hindu localizado no Lumiar, em Lisboa

Sari – indumentária feminina que consiste num pano com cerca de seis metros, cobrindo o corpo da mulher

Shiva-Parvati – um dos casais mais celebrados do *panteão* hindu. As divindades masculinas não manifestam todas as suas potencialidades senão quando acompanhados das suas esposas

Sravan – mês do calendário hindu em que se realiza o Janmashtami, entre outros rituais importantes

Vastum – cerimónia de instalação de uma casa, que não deve ser ocupada antes deste ritual

Vishnu – uma das divindades masculinas centrais do panteão hindu, de que Krishna é um avatar (*grosso modo*, encarnação)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abu-Lughod, Lila (1971), *Cairo: 1001 Years of the City Victorious*, Princeton, Princeton University Press.
- Abu-Lughod, Lila (1991), “Writing Against Culture”, *Recapturing Anthropology*, School of American Research Press, 137-162.
- Agier, Michel (1996), “Les savoir urbains de l’anthropologie”, *Enquête* 4, 35-58.
- Agier, Michel (1999), *L’invention de la ville. Banlieues, townships, invasions et favelas*, Paris, Éditions des Archives Contemporaines.
- Agier, Michel (2000), *Anthropologie du Carnaval. La ville, la fête et l’Afrique à Bahia*, Marselha, Éditions Parenthèses.
- Agier, Michel (2001), “Distúrbios identitários em tempos de globalização”, *MANA* vol. 7, nº 2, 7-33.
- Agier, Michel (2002b), “Still stuck between war and city. A response to Bauman and Malkki”, *Ethnography* vol 3(3), 361-6.
- Almeida, João Ferreira de *et al.* (1992), *Exclusão social: factores e tipos de pobreza em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Anderson, Benedict, 1983, *Imagined Communities*, London and New York, Verso.
- Antunes, Marina Manuela (2002), *Estrela d’África, um bairro sensível. Um estudo antropológico sobre jovens na cidade da Amadora*, Dissertação de Doutoramento em Antropologia Social, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Appadurai, Arjun, 2005 (1996), *Après le Colonialisme. Les conséquences culturelles de la globalisation*, Barcelone, Éditions Payot & Rivages.
- Ardener, Edwin (1985), “Social anthropology and the decline of modernism”, J. Overing (ed.), *Reason and Morality*, London, Tavistock.
- Ascensão, Eduardo (2008), *Informal urbanisation in a post-colonial context – the lived experience of the architecture of shanty town dwellings in Lisbon, Portugal*, Upgrade Report, King’s College London.
- Assayag, Jackie (2001), *L’Inde. Désir de Nation*, Paris, Editions Urdile.
- Augé, Marc (1992), *Não-Lugares. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*, Venda Nova, Bertrand.

- Ávila, Patrícia e Mariana Alves (1993), “Da Índia a Portugal – trajectórias sociais e estratégias colectivas dos comerciantes indianos”, *Sociologia – Problemas e práticas*, nº13, 115-33.
- Bandeirinha, José António (2007), *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Baptista, Luís Vicente (1987), *Crescimento urbano e migrações internas: contrastes e alterações sócio-espaciais, e redes de interconhecimento. O bairro do Rego – (Lisboa, 1900-1985)*, Dissertação de Mestrado em Sociologia Aprofundada e Realidade Portuguesa, Lisboa, FCSH-UNL.
- Baptista, Luís Vicente (1996), *A cidade em reinvenção. Crescimento urbano e emergência das políticas sociais de habitação. Lisboa século vinte*, Dissertação de doutoramento em Sociologia, Lisboa: FCSH-UNL.
- Baptista, Luís Vicente (1999), *Cidade e Habitação Social. O Estado Novo e o programa das casas económicas em Lisboa*, Oeiras, Celta.
- Baptista, Luís Vicente (2001), “Cidades e Políticas Sociais de Habitação. Armadilhas conceptuais e metodológicas”, *Cidades. Comunidades e Territórios* 3, 71-81.
- Basch, Linda, Nina Glick Schiller e Cristina Szanton Blanc (1994), *Nations Unbound. Transnational Projects, Postcolonial Predicaments and Deterritorialized Nation-States*, Basel, Gordon and Breach Publications, 1-19.
- Bastos, Susana Trovão (1990), *A comunidade hindu da Quinta da Holandesa. Um estudo antropológico sobre organização socio-espacial da casa*, Lisboa, LNEC.
- Bastos, Susana Trovão Pereira e José Gabriel Pereira Bastos (2001), *De Moçambique a Portugal – Reinterpretações Identitárias do Hinduísmo em Viagem*, Lisboa, Fundação Oriente.
- Béliard, Aude e Émilie Biland (2008), “Enquêter à partir de dossiers personnels. Une ethnographie des relations entre institutions et individus”, *Genèses* 70, 106-117.
- Bernard, H. Russell (2006), *Research Methods in Anthropology. Qualitative and Quantitative Approaches*, Lanham, New York, Toronto, Oxford, Altamira Press.
- Bianchini, Franco e Jude Bloomfield (ed) (2004), *Intercultural City series: Book 2. Planning for the Intercultural city*, Basildon, Comedia, 72-109.
- Boal, F.W. (1998), “Exclusion and inclusion. Segregation and deprivation in Belfast”, in Sako Musterd e Wim Ostendorf (eds,) *Urban Segregation and the Welfare State. Inequality and exclusion in western cities*. London and New York, Routledge, 94-109.

- Bolívar, Teolinda (1995), “Construction et reconnaissance des barrios urbains du Vénézuéla”, *Les Annales de la Recherche Urbaine* 66, 80-87.
- Bonetti, Michel (1994), “Revalorisation des Quartiers en Crise: de la Réhabilitation à la Gestion Urbaine Intégrée”, *Sociedade e Território 20 - As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas*, 17-25.
- Bonnett, Alastair (1996), “Constructions of ‘race, place and discipline: geographies of ‘racial’ identity and racism”, *Ethnic and Racial Studies* 19, 864–83.
- Bourdieu, Pierre (1989), *O poder simbólico*, Lisboa, Difel.
- Bourdieu, Pierre (1990), “Un contrat sous contrainte”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* 81/2, 34-51.
- Brito, Joaquim Pais de (1983), “O fado: um canto na cidade”, entrevistado por Graça Cordeiro, Clara Afonso e Mário B. Fernandes, *Ethnologia*, 1, 149-184.
- Brun, J. e C. Rhein (eds) (1994), *La ségrégation dans la ville*, Paris, l'Harmattan.
- Cabanel, Patrick (2005), "Os católicos na rua: a igreja e o controlo da via pública em França (séc.XIX-XX)", in Jeanne Brody (org), *La Rue*, Toulouse, Presses Universitaires du Mirail, 63-80.
- Cachado, Rita d'Ávila (2000), *Vivências na Vitória. Esboço de caracterização da comunidade hindu da Quinta da Vitória*, Relatório de Estágio Profissional, Loures, Câmara Municipal de Loures (policopiado).
- Cachado, Rita d'Ávila (2003), *Colonialismo e Género na Índia – Diu. Contributos para a Antropologia Pós-colonial*, tese de mestrado em Antropologia, Lisboa, ISCTE (policopiado).
- Cachado, Rita d'Ávila (2005), “Um bairro em vias de realojamento: estratégias de resistência e de adaptação aos processos burocráticos”, *Política cultural: iniciativas de las administraciones, respuestas de los administrados*, X Congreso de Antropología, Sevilla, Fundación El Monte, FAAEE, AAA, 121-136.
- Cachado, Rita d'Ávila (2008), “Entre as casas e o templo, a rua: Comunidade hindu e interações de bairro”, *A Cidade e a Rua. Espaço, Tempo e Sociabilidade*, Cordeiro, Graça Índias e Frédéric Vidal (org), Lisboa, Livros Horizonte, 129-142.
- Capucha, Luís Manuel Antunes (1992), *Problemas da pobreza: conceitos, contextos e modos de vida*, Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural e Urbana, Lisboa.
- Capucha, Luís Manuel Antunes (2004), *Desafios da Pobreza*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE.

- Carvalho, Ruy Duarte (1999), *Vou lá visitar pastores. Exploração epistolar de um percurso angolano em território Kuvale (1992-1997)*, Lisboa, Cotovia.
- Castel' Branco, Isabel, Maria da Graça Saraiva e Maria Susana Neto (1985), "As hortas urbanas em Lisboa", *Sociedade e Território* 3, 100-107.
- Castro, Alexandra, Isabel Duarte, Joana Afonso, Mafalda Sousa, M.J. Lobo Antunes, Margarida Salgueiro (2001), "Os ciganos vistos pelos outros. Coexistência inter-étnica em espaços urbanos", *Cidades. Comunidades e Territórios* 2, 73-84.
- Certeau, Michel de, Luce Giard e Pierre Mayol (1994), *L'invention du quotidien 2. habiter, cuisiner*, Cher, Folio essais.
- CET (1992a), *Perfil social e situação habitacional da população residente em bairros de barracas do concelho de Loures*, Lisboa, Centro de Estudos Territoriais.
- CET (1992b), *Levantamento e caracterização urbanística dos bairros de barracas do concelho de Loures*, Lisboa, Centro de Estudos Territoriais.
- Chakrabarty, Dipesh (1992), "Postcoloniality and the Artifice of History: Who Speaks for 'Indian' Pasts?", *Representations*, 37 (Winter 1992), 1-26.
- Chakrabarty, Dipesh (2000), *Provincializing Europe. Postcolonial Thought and Historical Difference*, Princeton, Princeton University Press.
- Champion, Tony (2001), "Urbanization, suburbanization, concentration and reurbanization", Paddissa, Ronan (ed.), *Handbook of urban studies*, London, Sage, 143-61.
- Chaney, David (1996), *Lifestyles*, London, Routledge, 3-70.
- Clifford, James (1990), "Notes on (Field)notes", Roger Sanjek (ed.), *Fieldnotes. The makings of Anthropology*, Ithaca and London, Cornell University Press, 47-70.
- Coelho, António J.M. Baptista (1994), "É preciso integrar a «habitação social» na continuidade urbana" *Sociedade e Território* 20 - *As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas*: 71-8.
- Cohen, Anthony (1985), *The Symbolic Construction of Community*, London, Routledge.
- Cohn, Bernard (1997), *Colonialism and its forms of knowledge. The British in India*, Delhi, Oxford University Press.
- Cordeiro, Graça Índias (1997), *Um Lugar na Cidade. Quotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica*, Lisboa, Dom Quixote.
- Cordeiro, Graça Índias e António Firmino da Costa (1999), "Bairros: contexto e intersecção", in VELHO, Gilberto (org.), *Antropologia urbana. Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*, Rio de Janeiro, Zahar Editor, 58-79.

- Cordeiro, Graça Índias (2001), “Territórios identidade sobre escalas de organização sócio-espacial num bairro de Lisboa”, *Estudos Históricos* 28, Rio de Janeiro.
- Correia, Hélia Augusta de Magalhães (2004), *Processo de Realojamento e Apropriação do Espaço num bairro Multi-Étnico*, dissertação de mestrado em Serviço Social, Lisboa, Instituto Superior de Serviço Social (policopiado).
- Costa, António Firmino (1999), *Sociedade de bairro: dinâmicas sociais de identidade cultural*, Oeiras, Celta Editora
- Costa, Américo (1947), *Diccionario Chorographico de Portugal*, Tomos IX e X, Vila do Conde, Livraria Civilização.
- Costa, Cristina e Rita Romeiras (2003), *Levantamento de Agregados Familiares – núcleo 5 – Quinta da Vitória*, Relatório Final, Câmara Municipal de Loures.
- Cotrim, Ana et al. (2000), *Avaliação de impactes sociais da ponte Vasco da Gama: economia local, habitação e condições de vida. Avaliação dos impactes provocados pelos processos de realojamento* (volumes I-V), Lisboa, Centro de Estudos Territoriais.
- Cotrim, Ana, Ana Runa, Lisete Almeida, Luís Wemans e Teresa Amor (2001), “Impactos sociais e urbanos da Ponte Vasco da Gama. Economia local, habitação e condições de vida em avaliação”, *Cidades. Comunidades e Territórios* 2, 99-110.
- de Certeau, Michel (1975), *L'Écriture de l'histoire*, Paris, Gallimard.
- Dalgado, Sebastião Rodolfo (1982[1919]), *Glossário Luso-Asiático*, vol.I, Glückstadt, Helmut Buske Verlag Hamburg, 225-9.
- Dias, Júlio, 1994, “Tendências das políticas europeias quanto aos modelos de habitação social”. *Sociedade e Território* 20 - *As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas*, 91-100.
- DMH – Loures (1997), *Divisão Municipal de Habitação 1994-7*, Município de Loures, Loures.
- Domingues, Álvaro (2003) “A Cidade-providência”, *Sociologia* 13, FLUP, Porto, 171-183.
- Drummond, Didier (1981), *Architectes des favelas*, Bordas, Paris.
- Dubois, Abbé J. A. (1947 [1906]), *Hindu Manners, Customs and Ceremonies*, Oxford, Clarendon Press.
- Dubois, Vincent (2007), “Le dévoilement ethnographique des transformations structurelles de l'Etat social. À propos du traitement bureaucratique des « mauvais pauvres””, *Ethnographiest III*, CEAS, Lisboa (policopiado).

- Dumont, Louis (1966), *Homo Hierarchicus*, Paris, Gallimard.
- Dupuy, S. (1987), “Regards sur les attributions HLM”, in *Dossiers des Seminaires Techniques Territoriales et sociétés, Les Sciences Sociales et l’Art de la Mediation: le cas du Logement*», Paris, Délégation à la Recherche et à l’Innovation, 11-27.
- Eames, Edwin e Judith Granich Goode (1977), *Anthropology of the City. An Introduction to Urban Anthropology*, Prentice-Hall, Inc., Englewood Cliffs, New Jersey.
- Farina, Monica (2001), *Por uma Antropologia do Habitar. Projecto e quotidiano num bairro de habitação social em Lisboa*, Dissertação de Mestrado em Desenho Urbano, Lisboa, ISCTE.
- Feixa, Carles, Joan R. Saura, Carmen Costa (eds.) (2002), *Movimientos juvenles: de la globalización a la antiglobalización*, Barcelona, Ariel.
- Ferreira, António Fonseca (1988), “Política(s) de habitação em Portugal”, *Sociedade Território* 6, 54-62.
- Ferreira, António Fonseca (coord.) (1993), *Livro Branco sobre a Política da Habitação em Portugal* (versão preliminar), Encontro Nacional de Habitação, Lisboa.
- Ferreira, António Fonseca (1994), “Habitação social: lições e prevenções para o PER”, *Sociedade e Território* 20 – As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas, 8-10.
- Ferreira, Vítor Matias (2000), “Ambiente, Patrimónios e Espaço Público”, *Cidades. Comunidades e Territórios* 1, 9-35.
- Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda (1986), *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira.
- Fonseca, Maria Lucinda (1990), *População e Território. Do país à área metropolitana*, Memórias 14 Centro de Estudos Geográficos, Dissertação de doutoramento em Geografia Humana Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Fonseca, Maria Lucinda, Jorge Malheiros e Maria J. Caldeira (2003), “Immigrats in Lisbon: Routes of Integration”, *Estudos para o planeamento regional e urbano* 56, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.
- Fox, Richard (1977), *Urban anthropology. Cities in their cultural settings*, Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice-Hall.
- Fradique, Teresa (2003), *Fixar o Movimento. Representações da música rap em Portugal*, Lisboa, Dom Quixote.

- France, Claudine (ed.) (1979), *Pour une anthropologie visuelle*, Paris, Mouton e EHESS.
- Freitas, Maria João (1994), “Os paradoxos do realojamento”, *Sociedade e Território* 20 – As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas”, 26-34.
- Freitas, Maria João e Paula Castro (1993), “Vale do Areeiro. Reflexões acerca de uma realidade multiétnica”, *Estruturas Sociais do Desenvolvimento, Actas do 2º Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 960-979.
- Freitas, Maria João (2001), “Recentramento do olhar nas questões da habitação. Territórios relacionais generativos”, *Cidades. Comunidades e Territórios* 3, 21-39.
- Freitas, Maria João (2002), “Aprendizagens num percurso de autonomias e poderes. O processo de realojamento em Cascais”, *Cidades. Comunidades e Territórios* 4, 19-32.
- Fuller, Christopher John (1992), *The Camphor Flame: Popular hinduism and society in India*, Princeton, Princeton University Press.
- Gans, Herbert J. (1982 [1962]), *The Urban Villagers. Group and Class in the Life of Italian-Americans(Updated and Extended Version)*, London: Collier MacMillan Publishers.
- Gans, Herbert (1972 [1968]), *People and Plans. Essays on Urban Problems and Solutions*, Middlesex, Penguin Books.
- Garrett, John (2006 [1999]), *A Classical Dictionary of India*, New Delhi, D.K.Printworld.
- Geertz, Clifford (1973), *The Interpretation of Cultures*, New York, Basic Books.
- Gilbert, Alan (2007), “The return of the slum: does language matter?”, *International Journal of Urban and Regional Research* vol 31.4, 697-713.
- Golde, Peggy (org.) (1986 [1970]), *Women in the Field. Anthropological Experiences*, Berkeley, University of California Press.
- Golger, Otto J. (1972), *Squatters and Resettlement. Symptoms of an Urban Crisis*, Insitut für Asienkunde, Hamburg.
- Gonçalves, Helena Seita (1994), “Processos de (re)construção de identidades culturais num bairro de habitação social”, *Sociologia – Problemas e Práticas* 16, 135-149.
- Gonçalves, Alda e Teresa Costa Pinto (2001), “Os bairros sociais vistos por si mesmos. Actores, Imagens Públicas e Identidades”, *Cidades. Comunidades e Territórios* 3, 111-129.

- Goussot, François et Nicole Kerhuel (dir.) (1995), *La demolition de logements sociaux (synthese)*, Ministère du Logement. Direction de l'Habitat et de la Construction, Paris, Direction e l'Habitat et de la Construction.
- Grassi, Marzia e Iolanda Évora (org.) (2007), *Género e Migrações Cabo-Verdianas*, Lisboa, Imprensa de ciências Sociais.
- Gros, Marielle Christine (1994), “«Pequena» história do alojamento social em Portugal”, *Sociedade e Território 20* - As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas, 80-90.
- Gros, Marielle Christine (1998), *Espaço Residencial e modo de vida. Contributos da sociologia para a reabilitação de uma área urbana degradada*, Tese de doutoramento, Departamento de Ambiente e Ordenamento, Aveiro, Universidade de Aveiro.
- Guerra, Isabel (1994), “As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas”, *Sociedade e Território 20* - As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas, 11-16.
- Guerra, Isabel (1998), “Grupos sociais, formas de habitat e estrutura do modo de vida”, *Sociedade e Território 25/26*, 118-128.
- Guerra, Isabel (coord.) (1999), *Diagnóstico sobre a implementação do programa PER nos municípios das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto*, Lisboa, Instituto Nacional de Habitação.
- Guerra, Isabel (2001), “Intervenções face à exclusão social urbana: uma luta inglória?”, *Cidades. Comunidades e Territórios 2*, 47-56.
- Guha, Ranajit (ed.) (1985), *Writings on South Asian History and Society*, Subaltern Studies Collection, Oxford, India Paperbacks.
- Guha, Ranajit (ed.) (1997), *A Subaltern Studies Reader 1986-1995*, Mineapolis, University of Minnesota Press.
- Gulick, Jonh (1989), *The Humanity of Cities. An introduction to urban societies*, Massachussets, Bergin & Garvey Publishers, Inc.
- Hannerz, Ulf (1969), *Soulside. Inquiries into Ghetto Culture and Community*, New York, Columbia University Press.
- Hannerz, Ulf (1980), *Exploring the City. Inquires Towards an Urban Anthropology*, New York, Columbia University Press.
- Harris, Walter D., Jr. (1971), *The Growth of Latin American Cities*, Athens, Ohio University Press.

- Henriques, José Manuel (1999), “Área Metropolitana de Lisboa: Territórios de pobreza e exclusões”, *Sociedade e Trabalho*, DEPP-Departamento de Estudos, prospectiva e planeamento, Junho, Lisboa.
- Herzfeld, Michael (2001), *Anthropology. Theoretical Practice in Culture and Society*, Blackwell Publishers, Massachusset and Oxford.
- Hopkins, Peter E. (2007), “Young people, masculinities, religion and race: new social geographies”, *Progress in Human Geography* 31(2), 163–177.
- Jackson, Jean E. (1990), “«I am a fieldnote»: Fieldnotes as a Symbol of Profesional Identity” Roger Sanjek (ed.), *Fieldnotes. The makings of Anthropology*, Ithaca and London, Cornell University Press, 3-33.
- Jegouzo, Yves (dir) (1995), *L’emergence d’une mission de service public local de l’habitat. L’habitat social, evolution de la mission de service public dans le secteur HLM et les politiques nationales et locales*, Paris, Federation Nationale des offices d’HLM. Association française du droit de l’urbanisme.
- Johnson, Allen e Orna R. Johnson (1990), “Quality into Quantity: On the Measurement Potential of Ethnographic Fieldnotes”, Roger Sanjek (ed.), *Fieldnotes. The makings of Anthropology*, Ithaca and London, Cornell University Press, 161-186.
- Kerhuel, Nicole (1995), *Services Innovants et services ‘solidaires’ dans les quartiers d’habitat social*, GERU, Paris, Ministère du Logement, Direction de l’habitat et de la construction.
- Krausz, Ernest (1971), *Ethnic Minorities in Britain*, London, Granada Publishing Limited.
- Ladurie, Le Roy (1975), *Montaillou, village occitan de 1294 à 1324*, Gallimard.
- Laguerre, M. S. (1994), *The Informal City*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire and Lndon: MacMillan Press Ltd.
- Lederman, Rena (1990), “Pretexts for Ethnograppy: On Reading Fieldnotes”, Roger Sanjek (ed.), *Fieldnotes. The makings of Anthropology*, Ithaca and London, Cornell University Press, 71-91.
- Leeds, Anthony (1975), “La sociedad urbana engloba a la rural: especializaciones, nucleamientos, campo y redes; metateoria, teoria y método” in Hardoy, Jorge E. e Richard P. Shaedel (comp.), *Las ciudades de America Latina y sus areas de influencia a través de la historia*, Lima: SIAP, 317-336.

- Leeds, Anthony, 1994 (1968), “The anthropology of cities: some methodological issues” in Sanjek, Roger e Anthony Leeds (org.), *Cities, classes and the social order*, Ithaca and London, Cornell University Press, 233-46.
- Leeds, Anthony e Elizabeth Leeds (1978), *A Sociologia do Brasil Urbano*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Léger, Jean-Michel (2001), “Modos de habitar e arquitectura. As respostas francesas”, *Cidades. Comunidades e Territórios* 3, 41-52.
- Leite, Joana Pereira (1996), “Diáspora Indiana em Moçambique”, *Economia Global e Gestão*, Lisboa, AEDG/ISCTE, 67-108.
- Levi-Strauss, Claude (1966), “Anthropology: Its Achievements and Future”, *Current Anthropology* Vol. 7, 2, 124-127.
- Lévy, Jacques (2000) “Les nouveaux espaces de la mobilité”, Bonnet, Michel e Dominique Desjeux, *Les territoires de la mobilité*, Paris, PUF, 155-170.
- Lourenço, Inês (2001), *Om: O Som da Criação. Breve Análise Antropológica Sobre a Comunidade Hindu de Santo António dos Cavaleiros*, relatório de estágio, GARSE, Câmara Municipal de Loures (policopiado).
- Lourenço, Inês (2003), *Reflexões antropológicas em contexto pós-colonial: a comunidade hindu de Santo António dos Cavaleiros*, Tese de Mestrado em Antropologia, Colonialismo e Pós-colonialismo, Lisboa, ISCTE (policopiado).
- Lourenço, Inês, 2007, “Género e diáspora em Portugal: a comunidade hindu de Santo António dos Cavaleiros”, *Oriente* 17, 41-59.
- Machado, Fernando Luís (2002), *Contrastes e Continuidades – Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Machado, José Pedro (1989 [1952]), *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, III vol., Lisboa, Livros Horizonte.
- Magnani, José Guilherme Cantor (2000), “Na metrópole: textos de antropologia urbana”, São Paulo, Edusp/Fapesp.
- Malheiros, Jorge da Silva Macaísta (1992), *Comunidades Indianas na Área Metropolitana de Lisboa. Geografia de um Reencontro*, Lisboa, Faculdade de Letras da UL.
- Malheiros, Jorge da Silva Macaísta (1996), *Imigrantes na região de Lisboa: os anos da mudança. Imigração e processo de integração das comunidades de origem indiana*, Lisboa, Colibri.

- Malheiros, Jorge da Silva Macaísta (coord.) (2005), *Espaços e Expressões de Conflito entre Nacionais e Minorias Migrantes e Não Migrantes na AML*, projecto de investigação, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, CEG/UL.
- Mapril, José (2001), “De Wenzhou ao MArtim Moniz: práticas diaspóricas e (re)negociação identitária do local”, *Ethnologia*, 12-14, 253-294.
- Mapril, José (2005), “«Bangla masjid»: Islão e bengalidade entre os bangladeshianos em Lisboa”, *Análise Social*, vol. XXXIX, nº 173, (Inverno de 2005), 851-873.
- Mapril, José (2008), *A "modernidade" do sacrifício Qurban. Lugares e circuitos transnacionais entre Bangladeshis de Lisboa*, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- Merry, (1981), *Urban Danger: Life in a Neighborhood of Strangers*, Philadelphia, PA: Temple University Press.
- Ministério do Exército (1967), *Reportório Toponímico de Portugal 03 – Continente*, Vol. III Q-Z, Serviço Cartográfico do Exército.
- Mitchell, Clyde, (1996 [1956]), “La danse du Kalela: aspects des relations sociales chez les citadins africains au Rhodésie du Nord”, *Enquête* 4, 213-43.
- Mitchell, Clyde, (1988 [1966]), “Orientaciones teóricas de los estudios urbanos en Africa”, Banton, M. (comp) *Antropología de las sociedades complejas*, Madrid, Aledusa, 53-81.
- Mondada, Lorenza (2000), *Décrire la Ville. La construction des savoirs urbains dans l'interaction et dans le texte*, Paris, Anthropos.
- Monteiro, Ivete (2007), *Ser mãe hindu. Práticas e rituais relativos à maternidade e aos cuidados à criança na cultura hindu em contexto de imigração*, Lisboa, ACIDI.
- Moore, Henrietta L. (1993) (1988), *Feminism and Antrhopology*, Polity Press, Cambridge.
- Nair, Rukmini Bhaya (2002), *Lying on the Postcolonial couch: the idea of indifference*, India, Minnesota University Press e Oxford University Press.
- Nisbet, Robert (1979), “Paisages sociológicos”, *La Sociología como forma de arte*, Madrid, Espasa-Calpe SA, 69-104.
- Noschis, Kaj (1984), *Signification affective du quartier*, Paris, Librairie des Meridiens.
- Nunes, João Pedro Lopes de Oliveira Silva (2007), *Florestas de Cimento Armado. Os grandes conjuntos residenciais e a Constituição da Metrópole. Lisboa, 1955-1981*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, FCSH-UNL.

- O'Neill, Brian Juan, 2006, *Antropologia Social. Sociedades Complexas*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Park, Robert Ezra (1967[1915]), "The city: suggestions for the investigation of human behavior in an urban environment", Park, Robert Ezra et al., *The City*, Chicago, Chicago University Press.
- Ottenberg, Simon (1990), "Thirty years of Fieldnotes: changing relationships to the Text", Roger Sanjek (ed.), *Fieldnotes. The makings of Anthropology*, Ithaca and London, Cornell University Press, 139-160.
- Paiva, Flávio (1985), "Condições de alojamento e carências habitacionais da população portuguesa", *Cidade e Território* 2, 109-124.
- Parry, Jonathan (1985), "Death and Digestion: the symbolism of food and eating in north indians mortuary rites", *Man* (n.s.) 20, 612-30.
- Payne, Malcolm (2002), *Teoria do trabalho social moderno*, Coimbra, Quarteto Editora.
- Pereira, Álvaro Pires, Delta Sousa e Silva, Isabel Baptista e Pedro Perista (2001), "Habitat e minorias. Processos e (des)integração de grupos étnicos em Lisboa e no Porto", *Cidades. Comunidades e Territórios* 3, 93-109.
- Pereira, Ana Patrícia (2005), *Imprensa e imigração no Concelho de Loures*, Relatório de Estágio (IEFP), Loures: Câmara Municipal de Loures - GARSE/Observatório da Imigração (policopiado).
- Perez, Rosa Maria (1994), *Reis e Intocáveis Um Estudo do Sistema de Castas no Norte da Índia*, Oeiras, Celta Editora.
- Perez, Rosa Maria (2006), *Mapping India's diaspora in Europe: Culture, Society, and Policy*, European Network of Contemporary Academic Research on India, Briefing Paper 1.
- Pétonnet, Colette (1968), *Ces gens-là*, Nièvre, Librairie François Maspero.
- Pires, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração. Teorias e aplicações à sociedade portuguesa*, Oeiras, Celta.
- Pink, Sarah (2001), *Doing Ethnography: Images, Media and Representation in Research*, London, Sage.
- Pinto, Teresa Costa (1994), "A apropriação do espaço em bairros sociais: o gosto pela casa e o desgosto pelo bairro", *Sociedade e Território* 20, 36-43.
- Pinto, Teresa Costa e Alda Gonçalves (2000), "Os bairros sociais vistos por si mesmos", *Cidades. Comunidades e Territórios* 1, 101-111.

- Power, Anne (1997), *Estates on the Edge. The Social Consequences of Mass Housing in Northern Europe*, Houndmills, MacMillan Press.
- Prakash, Gyan (1990), "Writing Post-Orientalist Histories in the Third World: Perspectives from Indian Historiography", *Comparative Studies in Society and History*, 32 n° 2 (April), 383-408.
- Prakash, Gyan (ed.) (1995), *After Colonialism. Imperial Histories and Postcolonial Displacements*, Princeton, Princeton University Press.
- Press, Irwin (1979), *The City as Context. Urbanism and Behavioral Constraints in Seville*, Urbana, Chicago, London, University of Illinois Press.
- Pujadas, Joan José e Dolores Comas (1984), «La formació del barri de Bonavista» *Uníversztas tarraconensis*, vol. VI, Tarragona, 19-34.
- Puwar, Nirmal and Parvati Raghuram (ed.) (2003), *South Asian Women in the Diaspora*, Berg, Oxford, New York.
- Quedas, Maria João (1994), "Expectativas habitacionais e coexistência espacial de grupos étnicos: inquérito à população mal alojada do concelho de Loures", *Sociedade e Território 20 - As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas*, 55-62.
- Queirós, Eça (1984 [1901]), *A Cidade e as Serras*, Lisboa, Livros do Brasil.
- Rabinow, Paul (1984), *Reflections on fieldwork in Morocco*, Berkeley, Los Angeles e London, University of California Press.
- Raheja, Gloria (1988), *The Poison in the Gift: Ritual, prestation and the dominant caste in a north indian village*, Chicago, University of Chicago Press.
- Raposo, Otávio Ribeiro (2005), *A Invenção do Bairro da Quinta da Fonte. O estigma de uma juventude*, Relatório Final de Estágio, Loures, Observatório da Imigração – GARSE.
- Raynouard, Yves (coord) (1996), *HLM et services de proximité: améliorer la vie des quartiers et créer des activités avec les habitants*, Paris, Editions Unions des HLM.
- Redfield, Robert (1947), "The Folk Society", *American Journal of Sociology*, 56, 4, 293-308.
- Robinson, Vaughan (1986), *Transients, Settlers, and Refugees. Asians in Britain*, Oxford, Clarendon Press.
- Roxo, Pedro (2008), "The Influence of South Asian Cinema and Film Music in the Hindu-Gujarati Diaspora in Mozambique and in Portugal" in Rosemary Statelova, Angela Rodel, Lozanka Peycheva, Ivanka Vlaeva and Ventislav Dimov (eds.), *The*

- Human World and Musical Diversity: Proceedings from the Fourth Meeting of the ICTM Study Group "Music and Minorities" in Varna, Bulgaria 2006.*, Sofia: Bulgarian Academy of Art Studies, 225-230; 394.
- Sahlins, Marshall (2006), “Na ausência do metafísico: Entrevista com Marshall Sahlins, por Filipe Calvão e Kerry Chance”, *Etnográfica* vol. X (2), 385-94.
- Saïd, Ewdard (1978), *Orientalism*, New York, Pantheon.
- Saïd, Edward (1993), *Culture and Imperialism*, New York, Vintage Books.
- Sailly, J.C., F. Calcoen, M. Delattre et P. Masson (1976), *Les Repercussions de l'entrée en logement social chez les ménages provenant de l'habitat insalubre*, Presentaion des resultats, Lille, GRECOH, Ministère de l'Équipement.
- Saint-Maurice, Ana (1997), *Identidades Reconstruídas: Cabo-verdianos em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Salgueiro, Teresa Barata (1985), “A habitação na Área Metropolitana de Lisboa”, *Sociedade e Território* 3, 54-66.
- Sanjek, Roger (ed.) (1990), *Fieldnotes. The makings of Anthropology*, Ithaca and London, Cornell University Press, 92-121; 187-255; 324-340.
- Sanjek, Roger (2000), « Keeping Ethnography alive in an urbanizing world », *Human Organizations* 59 (3), 280-88.
- Schneider, Graciela et Silvia Sigal (1980), *Marginalité Spatiale : Etat et revendications urbaines. Le cas des villes latino-americaïnes*, EHESS, Paris, Centre Internationale de Recherche sur l'Environnement et le Développement.
- Schoonbrodt, Rene (1979), *Sociologie de l'habitat social. Comportement des habitants et architecture des cités*, Bruxelles, Editions des Archives d'Architecture Moderne.
- Scott, James C. (1985), *Weapons of the Weak. Everyday Forms of Peasant Resistance*, Westford, Yale University Press.
- Scott, James C. (1990), *Domination and the Arts of Resistance. Hidden Transcripts*, New Haven and London, Yale University Press.
- Scott, James C. (1998), *Seeing like a State. How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*, New Haven and London, Yale University Press.
- Shaw, Helena Margaret (1982), *Immigrant Preference and Suburban Location: a case history of East African Asians in Harrow*, PhD. London School of Economics, London.
- Signorelli, Amalia (1999), “La antropología urbana: recorridos teóricos”, *Antropologia Urbana*, Barcelona, Anthropos Editorial, 67-88.

- Simmel, Georg (1997 [1903]), “A metrópole e a vida do espírito”, Fortuna, Carlos (org.), *Cidades, cultura e globalização*, Oeiras, Celta, 31-43.
- Smith, Susan (1995), “Where to draw the line: a geography of popular festivity”, Alisdair Rogers e Steven Vertovec (eds.), *The Urban Context. Ethnicity, Social networks and situational analysis*, Oxford/Washington, Berg Publishers.
- Soares, Luís Bruno, António Fonseca Ferreira e Isabel Pimentel Guerra (1985), “Urbanização clandestina da Área Metropolitana de Lisboa”, *Sociedade e Território* 3, 67-77.
- Soares, Luís Bruno, António Fonseca Ferreira e Isabel Pimentel Guerra (1985), “Urbanização clandestina da Área Metropolitana de Lisboa”, *Sociedade e Território* 3, 67-77.
- Stopes-Roe, Mary and Raymond Cochrane (1991), *Citizens of this Country: The Asian-British*, Clevedon, Multilingual Matters Ltd.
- Suttles, Gerarg (1968), *The social order of the slum*, Chicago, University of Chicago Press.
- Telles, Gonçalo Ribeiro (1996), *Um Novo Conceito de Cidade: a Paisagem Global*, Matosinhos, Contemporânea Editora Ld.^a, Câmara Municipal de Matosinhos.
- Valentine, Charles A. (1968), *Culture and Poverty*, Chicago and London, The university of Chicago Press.
- Vertovec, Steven (1997), “Hinduism in Diaspora: The Transformation of Tradition in Trinidad”, Sontheimer e H. HULKE (eds.), *Hinduism Reconsidered*, New Dehli, Manobar, 265-93.
- Vicente, Ana (1998), *As Mulheres em Portugal na Transição do Milénio - Valores-Vivências-Poderes, nas relações sociais entre os dois sexos*, Ed. Multinova, Coimbra.
- Vilaça, Eduardo (2001), “O «Estado da Habitação». Medidas sem política num país adiado”, *Cidades. Comunidades e Territórios* 3, 83-92.
- Villanova, Roselyne e Adelina Miranda (2007), “Actualités de l’interdisciplinaire”, *Conuquer la Ville. Architecture, Anthropologie, Pédagogie*, Paris, L’Harmattan, 9-24.
- Wacquant, Loïc (2004), “Following Pierre Bourdieu into the field”, *Ethnography*, 5 (4), 387-414.
- Wacquant, Loïc (2005a), “Les deux visages du ghetto – Construire un concept sociologique”, *Actes de la recherche en sciences sociales* 160, 4-21.

- Wacquant, Loïc (2005b), “«Une ville noire dans la blanche» - Le ghetto étasunien revisité”, *Actes de la recherche en sciences sociales* 160, 22-31.
- White, P. (1998), “Ideologies, social exclusion and spatial segregation in Paris”, Musterd, Sako e Wim Ostendorf (eds.), *Urban Segregation and the Welfare State. Inequality and exclusion in western cities*, London and New York, Routledge, 148-67.
- Whyte, William Foote (1981 [1943]), *Street Corner Society . The social structure of an Italian Slum*, Third Edition, Revised and Expanded, Chicago and London, The University of Chicago Press.
- Wirth, Louis (1997 [1939]), “O urbanismo como modo de vida”, in Fortuna, Carlos (org.), *Cidade, cultura e globalização*, Oeiras, Celta, 45-65.

FILMOGRAFIA

- As Operações SAAL*, 2007, João Dias, Cor, 90’
- O Salto*, 1968, Christien de Chalonge, P/B, 88’
- Swagattam (Benvindos)*, 1998, Catarina Alves Costa, Cor, 55’
- Via de Acesso*, 2008, Nathalie Mansoux, Cor 82’

LEGISLAÇÃO

- DL 226/87 de 6 de Junho
- DL 445/91 de 20/11, artº 58º, nº1
- DL 163/93 de 7 de Maio
- DL 93/95 de 9 de Maio
- DL 76/96 de 20 de Junho
- DL 1/2001 de 4 de Janeiro
- DL 271/2003 de 28 de Outubro
- DL 135/2004 de 3 de Junho
- Lei 34/96 de 29 de Agosto
- Lei 16/2001 de 22 de Junho
- Lei 16-A/2002 de 31 de Maio
- Lei 32-B/2002 de 30 de Dezembro
- Lei 107-B/2003 de 31 de Dezembro
- Projecto de lei 166/VII de 30 de Maio de 1996 apresentado pelo Partido Socialista

Resolução do Conselho de Ministros nº 143/2005, *Iniciativa Operações de Qualificação e Reinscrição Urbana de Bairros Críticos*

IMPrensa Escrita

01/02/1993, *Público*
02/02/1993, *Público*
13/02/1993, *Expresso*
30/12/1996, *Capital*
01/11/1998, *Público, Pública, : 39-48*
18/06/1998, *Grande Amadora*
16/09/2000, *Capital*
16/09/2000, *Público*
07/11/2000, *Público*
06/07/2001, *Capital*
20/04/2002, *Capital*
29/04/2002, *Capital*
03/03/2003, *Capital*
10/10/2005, *Jornal de Loures*
03/01/2006, *Público e Correio da Manhã*
06/01/2006, *Público e Jornal de Notícias*
08/01/2006, *Público*
24/01/2006, *Jornal de Notícias e Público*
25/01/2006, *Público, Diário de Notícias, Correio da Manhã, Jornal de Notícias e Portugal Diário*
26/01/2006, *Jornal de Notícias, Diário de Notícias e Público*
27/01/2006, *Público*
31/01/2006, *Diário Digital*
03/02/2006, *Correio da Manhã*
08/02/2006, *Diário de Notícias*
03/03/2006, *Jornal de Notícias, Diário de Notícias e Público*
04/03/2006, *Público e Portugal Diário*
05/03/2006, *Jornal de Notícias*
06/03/2006, *Jornal de Notícias e Público*
08/03/2006, *Jornal de Notícias e Público*
17/03/2006, *Público*
27/03/2006, *Público*
29/03/2006, *Público*
12/04/2006, *Público*
18/04/2006, *Público e Correio da Manhã*
05/05/2006, *Jornal de Notícias*
15/05/2006, *Jornal de Notícias*
23/05/2006, *Diário de Notícias, Jornal de Notícias e Público*
05/06/2006, *Diário de Notícias*
07/06/2006, *Jornal de Notícias*
20/06/2006, *Jornal de Notícias, Diário de Notícias*
21/06/2006, *Público e Portugal Diário*
22/06/2006, *Jornal de Notícias e Diário de Notícias*
24/06/2006, *Público*
26/06/2006, *Diário de Notícias*
30/06/2006, *Diário Digital*

10/07/2006, *Jornal de Notícias*
05/08/2006, *Jornal de Notícias*
22/08/2006, *Público*
23/08/2006, *Diário de Notícias e Correio da Manhã*
25/08/2006, *Diário de Notícias*
28/08/2006, *Diário de Notícias*
29/08/2006, *Correio da Manhã*
30/08/2006, *Diário de Notícias, Jornal de Notícias, Público e Correio da Manhã*
31/08/2006, *Diário de Notícias e Jornal de Notícias*
01/09/2006, *Jornal de Notícias*
08/09/2006, *Diário de Notícias*
10/09/2006, *Diário de Notícias*
12/09/2006, *Público*
15/09/2006, *Público e Jornal de Notícias*
20/09/2006, *Público*
04/10/2006, *Público*
18/10/2006, *Público*
26/10/2006, *Público*
06/11/2006, *Portugal Diário*
07/11/2006, *Público, Jornal de Notícias e Correio da Manhã*
09/11/2006, *Público*
01/12/2006, *Jornal de Notícias*
06/12/2006, *Diário de Notícias*
25/01/2007, *Diário de Notícias*
01/06/2007, *Público*

SÍTIOS

<http://www.jf-portela.pt> (10/10/2007)

http://www.oi.acime.gov.pt/modules.php?name=News&new_topic=12 (22/10/2007)

<http://ulisses.cm-lisboa.pt/data/002/003/003/artigo.php?ml=2&x=b13a11pt.xml>

(16/11/2006)

<http://www.rodoviariadelisboa.pt> (14/01/2008)

<http://www.unesco.org/most/p97oeira.doc> (15/02/2008)

<http://www.unesco.org/most/p97oeira.doc>.

<http://travel.nytimes.com/2008/03/09/travel/09heads.html?scp=1&sq=March+9%2C+2008+Eric+Weiner&st=nyt> (07/07/2008)

<http://www.unesco.org/most/p97oeira.doc> (08/07/2008)

www.sosracismo.blogspot.com (Maio de 2007)

IGAPHE

Primeiras Jornadas da Habitação, 24/02/ 2007, Teatro A Barraca, Lisboa, organizadas pela Plataforma Artigo 65º, na mesa de trabalho: “Habitação, um direito ou um negócio?”.

Seminário *Pensar o Realojamento*, 24/03/1994, Lisboa, Hotel Íbis

Encontro sobre Habitação na Área Metropolitana de Lisboa. Comunicações, Oeiras, 1995

Conferência Habita Acção, 1995 CESUR/IST

III Encontro sobre programas de realojamento INH 1997

Seminário *Bairros Sociais. Novos rumos novas realidades*, 1 e 2 de Outubro de 1990, Câmara Municipal de Oeiras, INH

Fórum “Exclusão social e Estabelecimentos humanos”, 1995

IGAPHE, Programa de Realojamento, Situação e planeamento em Junho de 1995

Boletim Municipal (BM) de Loures: nº 18 e 21, 2005

ANEXOS

Complemento Fotográfico

Políticas de habitação em Portugal. Quadro síntese

Notícias dos jornais *Público e Expresso* sobre a Presidência Aberta de Mário Soares no início de 1993

Manifesto dos moradores 30/01/2007

Desdobrável sobre PER-Famílias

Notícias sobre demolições Verão de 2006

Gráficos da sistematização da informação relativa aos processos de habitação

Tabelas de sistematização da informação relativa aos processos de habitação

Desdobrável do Sabura

COMPLEMENTO FOTOGRÁFICO*

* A maior parte das fotografias são da autora. No final deste anexo, encontram-se contributos de três fotógrafos – Paulete Matos, Juan Antonio Pujol C. e Tiago Ganhão – devidamente assinalados.



Fotografia 1. Templo de Jai Ambé, Quinta da Vitória, Julho de 2000, almoço de casamento



Fotografia 2. Rua A, Quinta da Vitória, Julho de 2000, cortejo de casamento



Fotografia 3. Quinta da Vitória, Julho de 2000, vista de Nordeste



Fotografia 4. Templo de Jai Ambé, Quinta da Vitória, Julho de 2000, murtis



Fotografia 5. Templo de Jai Ambé, Quinta da Vitória, Julho 2000, entrada do templo



Fotografia 6. Rua B, Quinta da Vitória, Agosto 2000, mercearia



Fotografia 7. Quinta da Vitória, Agosto de 2000, cozinha do templo



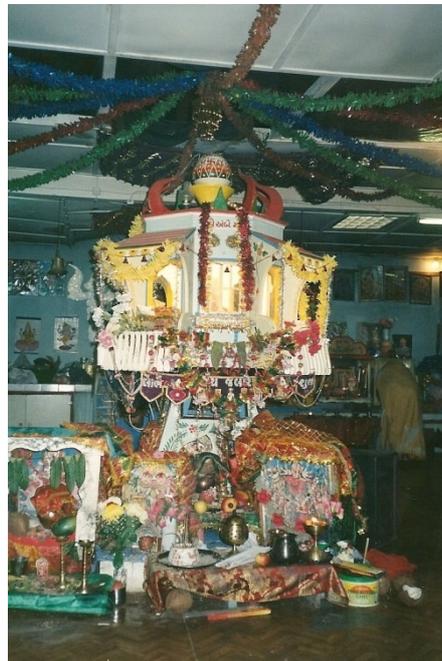
Fotografia 8. Espaço Multiusos da Igreja de São João de Deus, Alvalade, Agosto de 2000, casamento



Fotografia 9. Quinta da Vitória, Agosto de 2000, grupo de música



Fotografia 10. Templo de Jai Ambé, Quinta da Vitória, Outubro de 2000, preparação do *prasada*, Norta



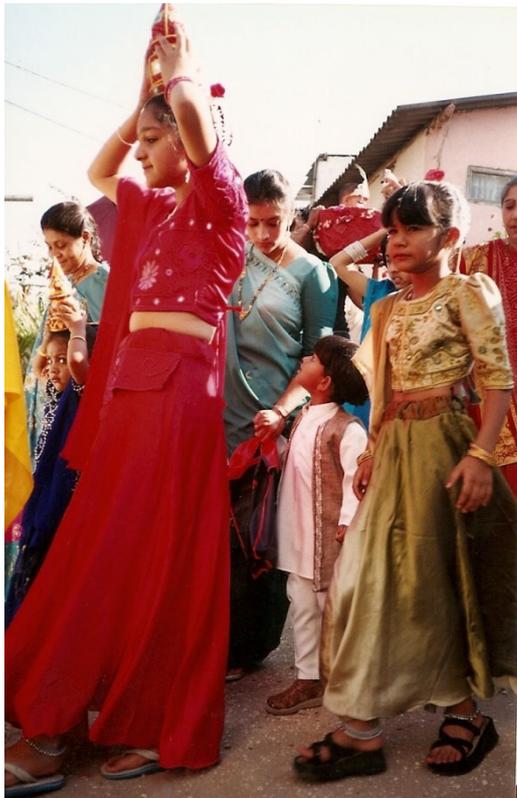
Fotografia 11. Templo de Jai Ambé, Quinta da Vitória, Outubro de 2000, *garbo*



Fotografia 12. Templo de Jai Ambé, Quinta da Vitória, Outubro de 2000, Norta



Fotografia 13. Quinta da Vitória, Agosto de 2001, Janmashtami, enfeites de rua e fios eléctricos



Fotografia 14. Quinta da Vitória, Agosto de 2001, Janmashtami, cortejo



Fotografia 15. Rua B, Quinta da Vitória, Agosto de 2001, Janmashtami



Fotografia 16. Rua A, Quinta da Vitória, Fevereiro de 2002, Holi



Fotografia 17. Sede da Caixa Geral de Depósitos, Rua do Ouro, Lisboa, Junho de 2002, entrega das chaves da casa nova no bairro social Dr. Alfredo Bensaúde



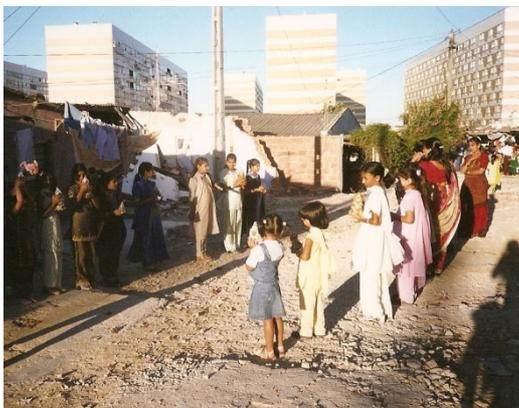
Fotografia 18. Sede da Caixa Geral de Depósitos, Rua do Ouro, Lisboa, Junho de 2002, entrega das chaves da casa nova no bairro social Dr. Alfredo Bensaúde



Fotografia 19. Templo de Jai Ambé, Quinta da Vitória, Agosto de 2002, Janmashtami, grupo musical



Fotografia 20. Praia de São Martinho do Porto, Setembro de 2002, excursão a Fátima e à praia, ritual de devoção a Ganga



Fotografia 21. Quinta da Vitória, Agosto de 2002, população hindu aguarda Morari *bapu*, vindo do Gujarate



Fotografia 22. Quinta da Vitória, Agosto de 2002, primeiras casas demolidas e bairro social Dr. Alfredo Bensaúde ao fundo



Fotografia 23. Quinta da Vitória, Agosto de 2002, primeiras casas demolidas na Rua A



Fotografia 24. Templo de Jai Ambé,
Quinta da Vitória, Março de 2003, ritual
de escrita do casamento



Fotografia 25. Templo de Jai Ambé,
Quinta da Vitória,
Março de 2003, *bhajan*



Fotografia 26. Templo de Jai Ambé, Quinta
da Vitória, Março de 2003, casamento (mãe
e irmã da noiva)



Fotografia 27. Rua A, Quinta da Vitória, Agosto de 2003, Janmashtami,
Quinta da Vitória vista para Norte



Fotografia 28. Templo de Jai Ambé, Quinta da
Vitória, Março de 2003,
murti principal (Ambema)



Fotografia 29. Bairro social Dr. Alfredo Bensaúde, Março de 2004, obras de melhoramento do espaço atribuído pela Gebalis para o templo, zona da cozinha



Fotografia 30. Bairro social Dr. Alfredo Bensaúde, Março de 2004, obras de melhoramento do espaço atribuído pela Gebalis para o templo, espaço central



Fotografia 31. Quinta da Vitória, Março de 2004, Holi, zona de separação entre a Quinta da Vitória e o bairro social Dr. Alfredo Bensaúde



Fotografia 32. Quinta da Vitória, Março de 2004, Holi, crianças vizinhas da população hindu



Fotografia 33. Quinta da Vitória, Março de 2004, Holi, preparação dos *tali*



Fotografia 34. Templo de Jai Ambé, Quinta da Vitória, Julho de 2004, cerimónia de despedida do templo que esteve em funções desde 1983 até 2004



Fotografia 35. Templo de Jai Ambé, Quinta da Vitória, Julho de 2004, *havan* de despedida do templo que esteve em funções desde 1983 até 2004



Fotografia 36. Templo de Jai Ambé, Quinta da Vitória, Julho de 2004, retirada da representação de Vishnu



Fotografia 37. Quinta da Vitoria, Julho de 2004, cortejo de acompanhamento às divindades transferidas para o novo templo



Fotografia 38. Bairro social Dr. Alfredo Bensaúde, Julho de 2004, cortejo de acompanhamento às divindades transferidas para o novo templo



Fotografia 39. Templo de Jai Ambé, bairro social Dr. Alfredo Bensaúde, Julho de 2004, *murti* principal (Ambema)



Fotografia 40. Quinta da Vitória, Agosto de 2004, cortejo do Janmashtami, junto à rede que divide o bairro social do bairro de *barracas*

Fotografia 41. Agosto de 2004, excursão a Fátima e à praia, grupo de senhoras da Quinta da Vitória cantando *bhajan*



Fotografia 42. Templo de Jai Ambé, Bairro social Dr. Alfredo Bensaúde, Janeiro de 2005, *bhajan* em honra da colocação da *murti* de Saibaba no templo



Fotografia 43. Quinta da Vitória, Março de 2005, Holi, preparação do *tali*



Fotografia 44. Quinta da Vitória, Agosto de 2005, cortejo de Janmashtami



Fotografia 45. Quinta de Vitória, Agosto de 2005, cortejo de Janmashtami



Fotografia 46. Quinta da Vitória,
Agosto de 2005,
cortejo de Janmashtami



Fotografia 48. Quinta da Vitória, Agosto de 2005, vista
para os prédios do bairro social Dr. Alfredo Bensaúde



Fotografia 47. Templo de Jai
Ambé, bairro social Dr.
Alfredo Bensaúde, Outubro
de 2005, *ankut*



Fotografia 49. Templo de Jai Ambé, bairro social Dr. Alfredo Bensaúde, Outubro de 2005, Navratri, preparação do *prasad*



Fotografia 50. Templo de Jai Ambé, bairro social Dr. Alfredo Bensaúde, Outubro de 2005, Navratri, *prasad* e *tali* de ofertas

Fotografia 51. Templo de Jai Ambé, bairro social Dr. Alfredo Bensaúde, Outubro de 2005, Navratri, *garbo*



Fotografia 52. Templo de Jai Ambé, bairro social Dr. Alfredo Bensaúde, Outubro de 2005, Navratri, altar principal





Fotografia 53. Quinta da Vitória, Junho de 2006, demolição do antigo templo



Fotografia 54. Quinta da Vitória, Junho de 2006, demolição do antigo templo



Fotografia 55. Bairro Dr. Alfredo Bensaúde, Junho de 2006, trasladação do *pipro*



Fotografia 56. Templo de Jai Ambé, bairro social Dr. Alfredo Bensaúde, Junho de 2006, material que veio do antigo templo



Fotografia 57. Templo de Jai Ambé, bairro social Dr. Alfredo Bensaúde, Junho de 2006, material que veio do antigo templo



Fotografia 58. Quinta da Vitória, Junho de 2006, pátio



Fotografia 59. Quinta da Vitória,
Junho de 2006,
casa demolida três anos antes



Fotografia 60. Quinta da Vitória,
Junho de 2006, demolições



Fotografia 61. Quinta da Vitória,
Junho de 2006, demolições



Fotografia 62 e 63. Quinta da Vitória, Junho de 2006, vista do bairro a partir de um prédio do bairro social Dr. Alfredo Bensaúde



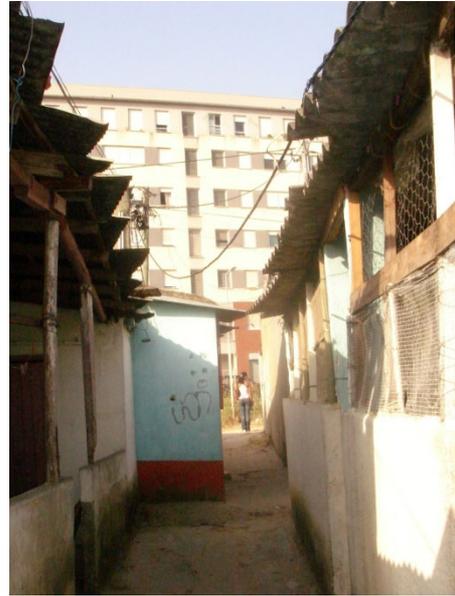
Fotografia 64. Quinta da Vitória, Julho de 2006, vista das várias camadas de uma casa



Fotografia 65. Quinta da Vitória, Junho de 2006, cobertura de uma casa demolida



Fotografia 67. Quinta da Vitória, Julho de 2006, reunião de preparação de uma acção contra as demolições no bairro



Fotografia 66. Quinta da Vitória, Julho de 2006, rua de ligação entre a Rua A e a Rua B



Fotografia 68. Quinta da Vitória, Julho de 2006, reunião de preparação de uma acção contra as demolições no bairro



Fotografia 69. Quinta da Vitória, Julho de 2006, uma acção de protesto contra as demolições no bairro



Fotografia 70. Quinta da Vitória, Julho de 2006, uma acção de protesto contra as demolições no bairro



Fotografia 71. Quinta da Vitória, Julho de 2006, uma acção de protesto contra as demolições no bairro

Fotografia 72. Quinta da Vitória,
Outubro de 2006



Fotografia 73. Quinta da
Vitória, Junho de 2006,
casa demolida



Fotografia 74. Quinta da
Vitória, Outubro de 2006,
vasta área demolida



Fotografia 75. Quinta da Vitória, Outubro de 2006, Teatro do Oprimido



Fotografia 76. Quinta da Vitória, Outubro de 2006, Teatro do Oprimido



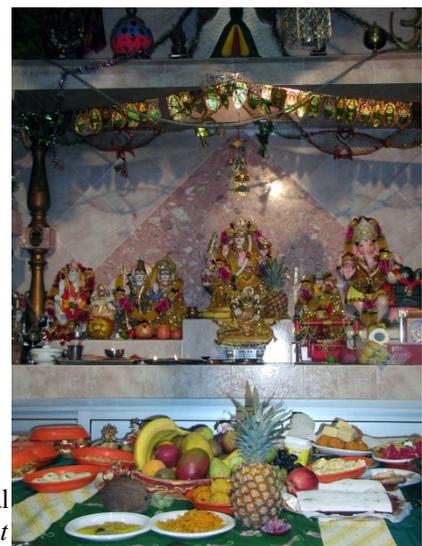
Fotografia 77. Quinta da Vitória, Outubro de 2006, Teatro do Oprimido



Fotografia 78. Templo de Jai Ambé,
Bairro Social Dr. Alfredo Bensaúde,
Outubro de 2006, *ankut*



Fotografia 79. Templo de Jai Ambé, Bairro
Social Dr. Alfredo Bensaúde, Outubro de
2006, *ankut*



Fotografia 80. Templo de Jai Ambé, Bairro Social
Dr. Alfredo Bensaúde, Outubro 2006, *ankut*



Fotografia 81. Quinta da Vitória, Janeiro de 2007, vista Sul para o bairro social Dr. Alfredo Bensaúde



Fotografia 82. Quinta da Vitória, Janeiro de 2007, pormenor de casa demolida



Fotografia 83. Quinta da Vitória, Janeiro de 2007, interior degradado de uma habitação



Fotografia 84. Quinta da Vitória, Janeiro de 2007, interior degradado de uma habitação



Fotografia 85. Bairro social Dr. Alfredo Bensaúde, Junho de 2007



Fotografia 86. Quinta da Vitória, Março de 2008, Holi



Fotografia 87. Quinta da Vitória, Março de 2008, Holi



Fotografia 88. Quinta da Vitória, Março de 2008, Holi



Fotografia de Paulete Matos, 1. Lisboa, Fevereiro de 2007,
Manifestação pelo direito à habitação



Fotografia de Paulete Matos, 2. Lisboa,
Fevereiro de 2007, Manifestação pelo
direito à habitação



Fotografia de Paulete Matos, 3.
Lisboa, Fevereiro de 2007,
Manifestação pelo direito à
habitação



Fotografia de Paulete Matos, 4. Lisboa, Fevereiro de 2007, Manifestação pelo direito à habitação



Fotografia de Paulete Matos, 5. Lisboa, Fevereiro de 2007, Manifestação pelo direito à habitação



Fotografia de Paulete Matos, 6. Lisboa, Fevereiro de 2007, Manifestação pelo direito à habitação



Fotografia de Jose Tomas Pujol
C., 1. Quinta da Vitória,
Outubro de 2006



Fotografia de Jose Tomas Pujol C.,
2. Quinta da Vitória, Outubro de 2006



Fotografia de Jose Tomas Pujol
C., 3. Quinta da Vitória,
Outubro de 2006



Fotografia de Jose Tomas Pujol C.,
4. Quinta da Vitória, Outubro de
2006



Fotografia de Jose Tomas Pujol C., 5. Quinta da
Vitória, Outubro de 2006



Fotografia de Jose Tomas Pujol C., 6.
Quinta da Vitória, Outubro de 2006



Fotografia de Jose Tomas Pujol
C., 7. Quinta da Vitória,
Outubro de 2006



Fotografia de Tiago Ganhão 1, Quinta da Vitória, Holi, Março de 2007



Fotografia de Tiago Ganhão 2, Quinta da Vitória, Holi, Março de 2007



Fotografia de Tiago Ganhão 3, Quinta da Vitória, Holi, Março de 2007



Fotografia de Tiago Ganhão 4, Quinta da Vitória, Holi, Março de 2007

Segunda-feira
1 de Fevereiro de 1993

Ano 3 n.º 1063
Diário

130\$00 (Continente)
150\$00 (Madeira) 160\$00 (Açores)

IVA incluído

Director **Vicente Jorge Silva**
Director-adjunto **Jorge Wemans**

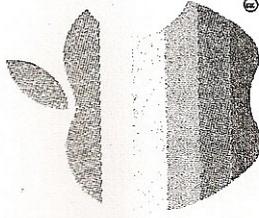
Rua Amílcar Cabral, L1. 1. 1700 LISBOA
Rua N. S. de Fátima, 177-1. 4000 PORTO

PUBLICO

4129

edição LISBOA

PUBLICIDADE



Apple Computer

Salários provocam guerra entre magistrados e políticos

O congelamento dos vencimentos dos juizes dos tribunais superiores está a transformar-se numa autêntica guerra entre o poder judicial e a maioria parlamentar do PSD. Tudo por causa de uma lei que limita o crescimento relacionando-a com a "remuneração-base" do primeiro-ministro. Mas quanto ganha o primeiro-ministro? Depende dos pontos de vista, consoante se está a falar de ordenados líquidos ou ilíquidos ou se acrescenta ou não as despesas de representação.

p. 14

ECONOMIA

BOLSA

O PODER DOS MILIONÁRIOS

Soares entre clandestinos conheceu caos urbanístico

Soares viveu ontem, no segundo dia da Presidência Aberta, o drama dos clandestinos e do caos urbanístico que afecta a Área Metropolitana de Lisboa. Em Casal do Bispo, a par da alegria dos foguetes, via-se apreensão na cara de muitas pessoas. À noite, no concerto dos Resistência, em Loures, Pedro Ayres de Magalhães leu uma mensagem de "Não ao racismo" do Presidente da República. Homenagens a Alves Redol e Soeiro Pereira Gomes marcaram ainda o programa de ontem de Soares.

p. 4/5

DESPORTO

SALGUEIROS VENCE SPORTING

EM ALVALADE

PUBLICIDADE

Super Crédito BCI
Crédito Habitação

Com prestações mensais tão baixas,
pode continuar a sorrir alto e ter
finalmente a sua casa.

9.680\$



É tudo isso mais fácil.

MANIFESTO DOS MORADORES DOS BAIROS AFECTADOS PELAS DEMOLIÇÕES

Este manifesto foi escrito por um grupo de moradores dos bairros Marianas, Azinhaga dos Besouros, Estrada Militar, Quinta da Vitória, Fim do Mundo e Quinta da Serra, com o apoio do grupo Direito à Habitação da associação Solidariedade Imigrante.

Nós, moradores dos bairros demolidos ou na iminência de o serem, expomos o seguinte:

Vários bairros da área metropolitana de Lisboa estão a ser demolidos. Foram construídos há décadas por trabalhadores portugueses migrantes do interior do país, por trabalhadores imigrantes e os seus filhos que nasceram em Portugal. Muitas pessoas são expulsas das suas casas e não têm direito ao realojamento.

O Programa Especial de Realojamento (PER) baseia-se num recenseamento realizado em 1993. Muitos moradores, chegados aos bairros antes de 1993, não foram incluídos no PER. Nós, por exemplo, que somos trabalhadores da construção civil, fomos excluídos. O nosso trabalho exige frequentes deslocações durante dias seguidos aos locais das obras. Essa é a razão da nossa ausência do bairro e da nossa falta de informação durante o recenseamento.

Também existem, nos nossos bairros, milhares de pessoas que chegaram depois de 1993 e que pela sua situação económica precária, pela discriminação à qual estão sujeitas no acesso à habitação no mercado privado e pela inexistência de uma política real de habitação que possa responder às suas necessidades habitacionais, não tiveram outra alternativa que os bairros de barracas.

Agora, as câmaras expulsam-nos sem nos deixar nenhuma alternativa habitacional, tirando-nos o único tecto que temos. Trabalhamos para construir Portugal. Pagamos os nossos impostos e contribuímos para a economia do país. Como qualquer cidadão, descontamos para o Estado, mas este não nos reconhece o direito constitucional a uma habitação.

Considerando a história da colonização e considerando a da emigração portuguesa, não achamos justo o tratamento recebido pelos imigrantes em solo português. Não estamos a pedir casas de graça, mas o acesso a uma habitação com uma renda de acordo com os nossos rendimentos. Estamos dispostos a colaborar com o Estado para encontrar uma solução que respeite os direitos de todas as pessoas.

DENUNCIAMOS:

O Programa Especial de Realojamento (PER) revelou-se um programa limitado e injusto que tem excluído muitas pessoas. As autarquias estão a tratar-nos como se não fossemos seres humanos.

As demolições contribuem para a degradação dos bairros, provocando inúmeros danos psicológicos, morais e materiais. As condições de habitabilidade têm vindo a piorar substancialmente desde o início das demolições: entulho, canalizações partidas, estruturas danificadas que criam infiltrações quando chove...

Estes processos de demolição, além de não terem tido nenhum acompanhamento social, têm-se caracterizado por uma presença violenta e abusiva das forças policiais que se limitam a expulsar brutalmente as pessoas das suas casas sem qualquer diálogo. Isto é abuso de poder.

Existem inúmeras casas fechadas nos bairros de realojamento, destinadas à venda e que permanecem vazias até hoje. O estatuto ilegal das nossas casas não é assim tão evidente. O Estado permitiu a construção destes bairros e, em certos casos, até a apoiou; pois, estes remediavam a carência de habitação para os trabalhadores que chegavam à cidade. Posteriormente o Estado deixou desenvolver este mercado paralelo de habitação. Em muitos casos as casas foram compradas pelas pessoas. Outras pessoas sempre pagaram aluguer, facturas de electricidade, água, esgotos e contribuições autárquicas. Existem mesmo casos de "habitação ilegal" registada nas finanças.

Achamos absolutamente inadmissíveis a desresponsabilização do Estado e a sua completa despreocupação para com os seus cidadãos. Sentimo-nos tratados como se não fossemos pessoas. As Câmaras e o Governo passam as responsabilidades um para o outro como num jogo de ping-pong.

Quando confrontadas por nós, as Câmaras dão esperanças, mas logo a seguir dão o dito pelo não dito. O Governo fez promessas e apresentou soluções que nunca cumpriu. As falsas alternativas são injustas, provisórias e discriminatórias: apoio incerto de três meses de renda, dias em centros de acolhimento ou pensões, propostas de regresso ao país de origem.

EXIGIMOS QUE SEJAM RESPEITADOS OS NOSSOS DIREITOS!

EXIGIMOS que seja respeitado o direito à habitação para todos, consagrado pelo artigo 65 da Constituição Portuguesa.

EXIGIMOS que sejam suspensas as demolições das casas onde moram pessoas que não têm alternativa habitacional.

EXIGIMOS o realojamento de todos os moradores dos bairros que não estão incluídos no PER.

EXIGIMOS que o Estado crie e aplique uma verdadeira política da habitação para todos os cidadãos.

EXIGIMOS o acesso a uma habitação condigna em que nos responsabilizamos pelo pagamento de uma renda de acordo com os nossos rendimentos, de forma a criar uma oportunidade para podermos mostrar e defender a possibilidade de uma vida melhor.

HABITAÇÃO PARA TODOS!

30 de Janeiro de 2007 direito.a.habitacao@gmail.com

Per Famílias

Um plano de apoio para

1 AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO PRÓPRIA PERMANENTE

VALORES MÁXIMOS DOS APOIOS FINANCEIROS

- A. Participação do INH a fundo perdido, igual a 40% do valor constante da Portaria Nº 187/96;
- B. Empréstimo da Caixa Geral de Depósitos, igual a 40% do valor constante da Portaria Nº 187/96;
- C. Restantes 20%:
 - participação do Município
 - ou
 - participação do proprietário do terreno
 - ou
 - poupança própria

Estes valores são calculados de acordo com a zona de localização da barraca (quadro 1) e a tipologia do fogo a adquirir (quadro 2), cujo preço não pode exceder os valores máximos fixados.

EXEMPLO PRÁTICO:

A família Costa, constituída pelo casal e três filhos, moradora numa barraca em Lisboa (Zona 1), quer comprar uma casa (T3 - 4 assoalhadas), na Guarda, cujo preço é 9 000 000\$00.

Dado que o valor da aquisição é inferior ao máximo fixado por Portaria (10 249 contos), para uma habitação com aquelas características e de acordo com a zona de localização da barraca, pode beneficiar de um apoio no valor de 8 199 200\$00, calculado da seguinte forma:

O INH participará, a fundo perdido, com 4 099 600\$00 (40% X 10 249 000\$00 = 4 099 600\$00)

A Caixa Geral de Depósitos concederá um empréstimo, a pagar em 25 anos, de 4 099 600\$00 (40% X 10 249 000\$00 = 4 099 600\$00)

O valor da prestação mensal, no 1º ano do empréstimo, é de 15 483\$00

A partir do 5º ano do empréstimo concedido o valor será de 20 295\$00

Contudo à família Costa faltam ainda 800 800\$00 para adquirir a referida habitação.

Como não dispõe deste montante, poderá o Município da localização da barraca ou o proprietário do terreno onde esta se situa, participar, a fundo perdido, a quantia em causa, possibilitando assim que o senhor Costa e a sua família comprem a desejada habitação.

2 OBRAS DE REABILITAÇÃO PARA HABITAÇÃO PRÓPRIA PERMANENTE

VALORES MÁXIMOS DOS APOIOS FINANCEIROS

- A. Participação do INH, a fundo perdido, igual a 20% do valor constante da Portaria Nº 187/96;
- B. Empréstimo da Caixa Geral de Depósitos, igual a 20% do valor constante da Portaria Nº 187/96;

Estes valores são calculados de acordo com a zona de localização da barraca (quadro 1) e a tipologia do fogo a reabilitar (quadro 2).

EXEMPLO PRÁTICO:

A família Antunes, moradora numa barraca em Gondomar (Zona 1), possui uma casa com 4 assoalhadas (T3), nos arredores de Bragança, que precisa de obras.

aquisição da sua casa.

De acordo com o valor atribuído pela Portaria (10 249 contos) a uma habitação com aquelas características e à zona de localização da barraca, a família Antunes pode beneficiar de um apoio no valor de 4 099 600\$00, calculado da seguinte forma:

O INH participará, a fundo perdido, com 2 049 800\$00
(20% X 10 249 000\$00 = 2 049 800\$00)

A Caixa Geral de Depósitos concederá um empréstimo, a pagar em 25 anos, de 2 049 800\$00
(20% X 10 249 000\$00 = 2 049 800\$00)

O valor da prestação mensal, no 1º ano do empréstimo, é de 7 741\$00

A partir do 5º ano do empréstimo concedido o valor será de 10 147\$00

SUBSÍDIO DE FIXAÇÃO

Quando o valor das obras de reabilitação for inferior ao montante da participação a que o agregado teria direito, ser-lhe-á concedido um subsídio de fixação, até ao valor da participação.

Quadro 1 - Zonas de Localização

Portaria Nº 187/96 de 30 de Maio

Zona I Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Gondomar, Lisboa, Loures, Maia, Matosinhos, Mota, Montijo, Oeiras, Porto, Póvoa de Varzim, Seixal, Setúbal, Sintra, Valongo, Vila do Conde, Vila Franca de Xira e Vila Nova de Gaia.

Zona II Espinho, Palmela e Sesimbra.

Zona III Alcochete, Azambuja e Mafra.

Quadro 2 - Valores Máximos das Habitações (contos)

Portaria Nº 187/96 de 30 de Maio

	T1	T2	T3	T4
Zonas do País	2 assoalhadas	3 assoalhadas	4 assoalhadas	5 assoalhadas
Zona I	7.491 6.349	9.143 8.299	11.292 10.249	11.902 11.127
Zona II	6.118	8.000	9.880	10.735
Zona III	5.875	7.676	9.477	10.296

540/96
18/8.

Loures inicia operação de demolição de 222 barracas

CERCA DE 260 FAMÍLIAS ATINGIDAS

Moradores acusam câmara de não os ter informado. Vereador garante que tudo foi feito dentro da lei

ALEXANDRA REIS

Um total de sete barracas foram ontem demolidas na Quinta da Vitória, na Portela de Sacavém, em Loures, numa operação que apanhou os moradores de surpresa, mas que a autarquia garante ter sido devidamente anunciada. A operação que ontem teve início visa a demolição de todas as 222 habitações clandestinas existentes no local.

“Chegaram de manhã e disseram-me que tinha que retirar as minhas coisas de casa, porque ia ser demolida. Não avisaram nada nem ninguém. Não vi nada a informar. Disse-lhes que de casa não saía e que mais valia demoli-la comigo lá dentro, porque não tenho para onde ir e estou grávida”, contou Ana Isabel Belchior, uma moradora com 24 anos.

A sua é uma das cerca de 260 famílias — das quais 38 não estão inscritas no Plano Especial de Realojamento (PER) — que vão ver os seus lares serem demolidos pelas máquinas do proprietário do terreno, que o quer limpar para ali construir um empreendimento imobiliário. A morar na Quinta da Vitória há cerca de ano e meio, está desempregada. Não tem família e o seu companheiro, com quem vive, está na mesma situação.

O vereador da Gestão Urbanística e da Habitação na Câmara de Loures, João Pedro Domingues, garantiu que a população foi previamente avisada através de

editais afixados nas portas das barracas e que os moradores “tinham consciência” de que “mais cedo ou mais tarde” aquela zona era para “limpar”.

Os moradores contactados pelo PÚBLICO garantem o contrário. Também Rita Silva, do movimento pelo direito à habitação Plataforma Artigo 65, garante que os “inúmeros” moradores com quem falou lhe disseram desconhecer a acção de demolição. “Não foram avisados nem por carta nem através de editais afixados às suas portas. Há aqui duas verdades, a da câmara e a dos moradores”, resume.

Rita Silva diz que o facto de não se notificar os moradores “é completamente ilegal” e que é “obrigação das câmaras avisar” a população. “Isto é muito grave”, acrescenta.

De acordo com João Pedro Domingues, a operação é levada a cabo pelo proprietário do terreno em parceria com a autarquia e envolve duas fases. A primeira prolonga-se pelos próximos 15 dias e abrange “cerca de 17 barracas de famílias não PER ou casas devolutas”. Na segunda fase, ainda sem prazo definido, serão demolidas as casas — mais de 200 — das restantes famílias recenseadas no PER, que serão depois

indemnizadas ou realojadas em habitações a providenciar pela autarquia.

Excluídos do PER sem direito a casa

Quanto às famílias não abrangidas pelo PER, o vereador da Gestão Urbanística explicou que “cada caso é um caso”. Para as famílias que ali vivem há cerca de 15 anos mas que não tiveram a oportunidade de se recensear até 1993 no PER, por exemplo, “vai estudar-se uma solução com o Instituto Nacional de Habitação através de um programa para serem realojadas”. Contudo, a câmara avisa desde já que não se responsabiliza pelas pessoas que vivem ali há um ano e que “indevidamente” ocuparam as casas ou as arrendaram: “Isso já é um problema do poder central”, esclareceu João Pedro Domingues.

A Quinta da Vitória fica mesmo no centro de um aglomerado de prédios para habitação social. Mal se mete o pé fora do bairro entra-se noutra realidade. Há jardins com plataformas para abrigar do sol. Cheira a limpo e não há lixo. Tudo está cuidado. Quem ali passa não imagina que mesmo ao lado há um bairro degradado, cercado em alguns limites por uma rede, junto à qual se amontoam os lixos e as moscas. ■

Mais dois bairros terão barracas deitadas abaixo

Os bairros da Quinta das Mós, em Camarate, e São João da Talha, ambos no concelho de Loures, são os próximos a demolir até ao final no ano. O vereador da Gestão Urbanística explicou que no primeiro aglomerado serão demolidas mais de cem barracas. No local serão construídos cerca de 210 fogos para realojamento das famílias. Já no bairro de São João da Talha, onde predominam famílias de etnia cigana, serão deitadas abaixo cerca de 40 barracas. Também aqui já estão a ser construídos fogos para realojamento. A.R.

riu a providência cautelar interposta pelos pais contra o encerramento da D. João de Castro, decisão que foi conhecida na passada sexta-feira, proibindo a Direcção Regional de Educação de Lisboa (DREL) de prosseguir o processo de extinção daquele estabelecimento de ensino até decisão final do processo judicial.

O tribunal conferiu dez dias ao Ministério da Educação para deduzir oposição ao processo, mas, de acordo com José Leitão, existe a possibilidade de a tutela decidir não o fazer e recorrer à figura da resolução fundamentada para extinguir a escola, à semelhança do que tem acontecido com o encerramento das maternidades.

Ainda de acordo com o responsável da DREL, aquele organismo tem estado a trabalhar no sentido de proceder ao encerramento da escola e não existe nenhuma decisão em contrário. De acordo com a lei, se o Ministério da Educação optar pela resolução fundamentada para encerrar a escola, terá de fazê-lo no prazo de 15 dias, demonstrando que a manutenção daquele estabelecimento de ensino lesaria gravemente o interesse público.

Advinha-se mais uma batalha no longo processo que tem oposto a DREL aos alunos e à Associação de Pais da D. João de Castro, desde que no início deste ano a tutela anunciou a intenção de extinguir aquele equipamento escolar, apontando para uma fusão com a Escola Fonseca Benevides. Esta intenção foi entretanto abandonada, devido à grande diferença dos projectos educativos das duas escolas, passando então a falar-se da integração dos alunos da D. João de Castro na Escola Rainha D. Amélia.

Esta solução foi considerada por pais e alunos mais plausível que a anterior, mas igualmente inaceitável, pelo que, em conjunto com as juntas de freguesia da Ajuda e de Alcântara, optaram por recorrer à via judicial para tentar manter a escola em funcionamento. ■

ANABELA MENDES

21 de Junho de 2006
Ano XVII • N.º 5929
Portugal: €0,85 (IVA incluído)
Espanha: €2,00 (IVA incluído)
Director **JOSÉ MANUEL FERNANDES**
Directores adjuntos: NUNO PACHECO
MANUEL CARVALHO



Apoia a

A Administração do Porto de Lisboa quer triplicar o número de contentores alojados na cidade, passando dos actuais 350 mil para um milhão, prolongando o terminal de Alcântara até Santos. A decisão merece a total oposição de Carmona Rodrigues. **P53**

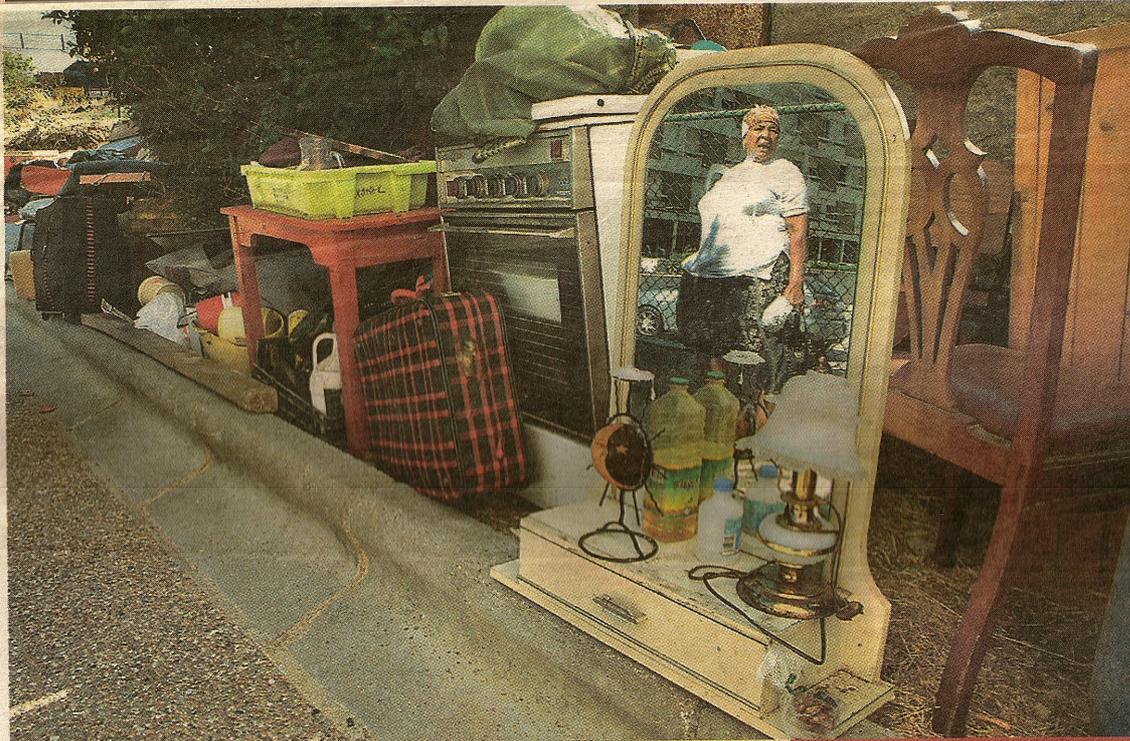
Mundial de Futebol

▶ Portugal com caras novas discute hoje com o México primeiro lugar do grupo

▶ Alemanha e Inglaterra ganham e evitam encontrar-se



As reportagens dos enviados Jorge Miguel Matias e Manuel Assunção. As crónicas de Manuel Alegre e Luis Freitas Lobo **P27 A 35**



EXAMES NACIONAIS

Alunos do 9.º ano prestam hoje provas a Língua Portuguesa

Critérios de classificação do exame do 12.º ano de Sociologia (144). **P20/21**

AUTO-ESTRADAS

Governo impede redução de portagens

ESPAÑA

Chefe histórico da ETA e mais 11 elementos foram detidos **P12**

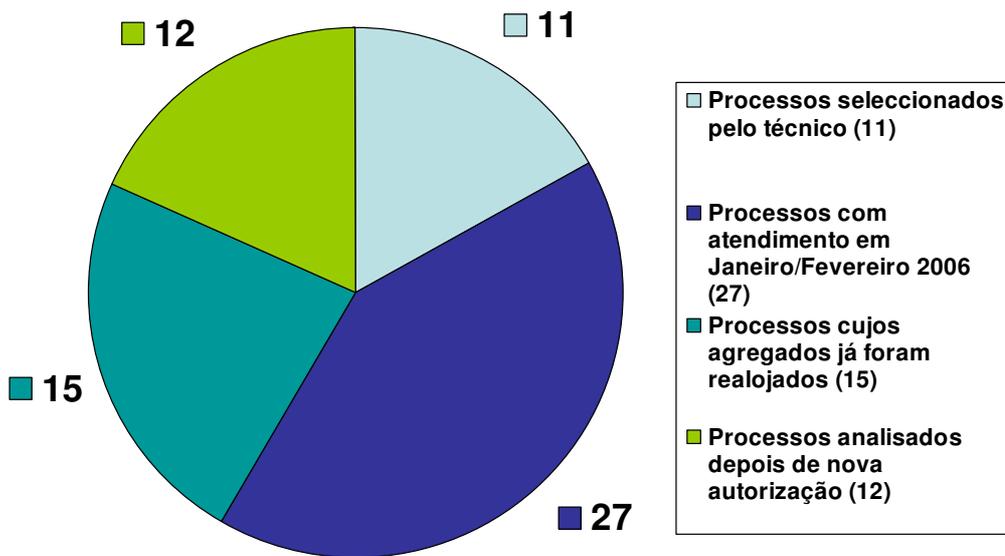
ROTEIRO PARA A CIÊNCIA

Cavaco Silva quer provedor para pequenas e médias empresas **P10**

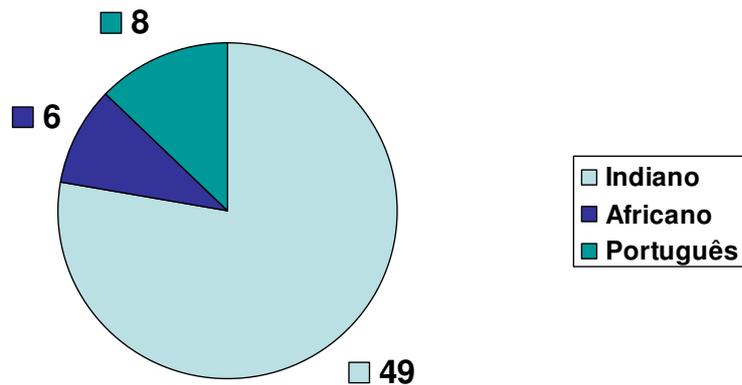
DEMOLIÇÃO DE BARRACAS EM LOURES
APANHA MORADORES DE SURPRESA **LOCAL**

Gráficos produzidos a partir da sistematização dos dados contidos nos processos familiares de habitação da Quinta da Vitória

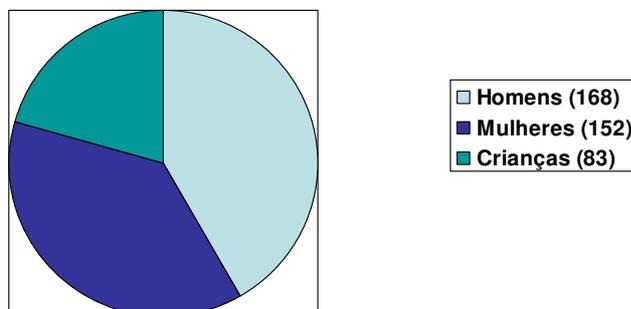
1. Situação do tipo de consulta dos processos analisados



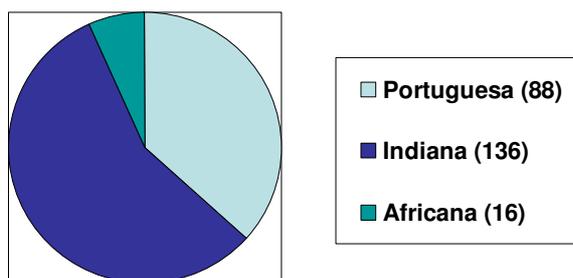
2. Processos analisados quanto ao contexto de origem dos agregados familiares (total: 65)



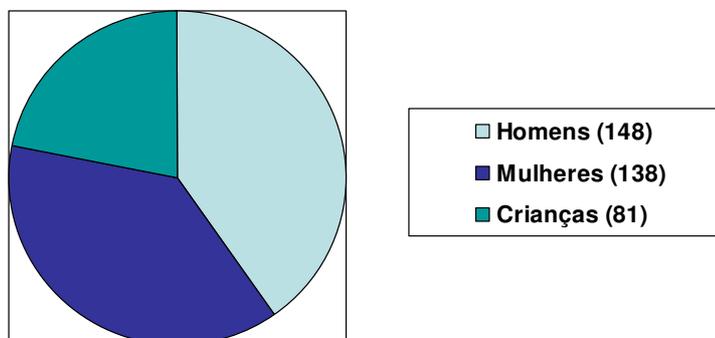
3. População total constante nos processos analisados (403)



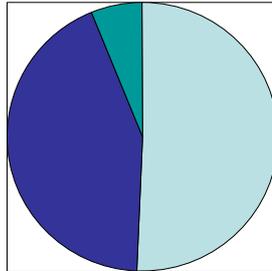
4. Inventário das nacionalidades confrontadas com as naturalidades dos indivíduos constantes nos processos analisados (totalidade de indivíduos em cuja ficha consta a nacionalidade: 240)



5. População hindu constante nos processos analisados (237)

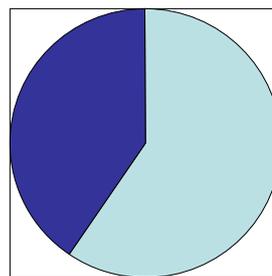


6. Tipos de documentos que constam mais vezes nos processos familiares de habitação analisados



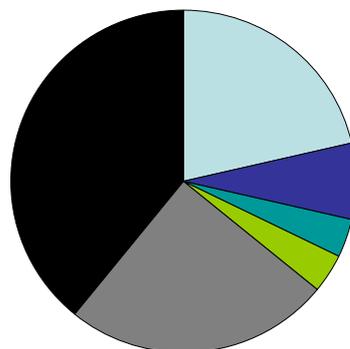
■ BI (215) ■ SNS (185) ■ Passaporte (26)

7. Tipos de documentos das crianças (total: 83) que constam mais vezes nos processos de habitação analisados



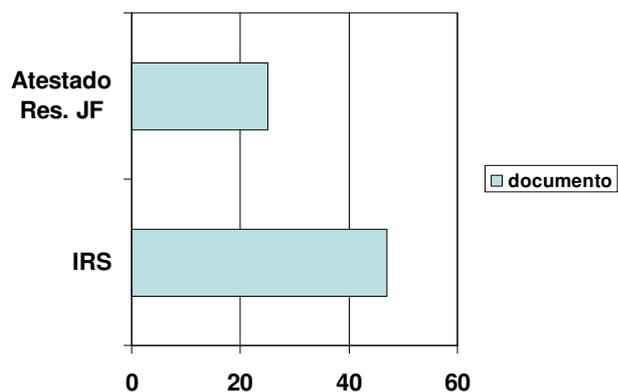
■ Declaração de matrícula (61)
■ Certidão de nascimento (34)

8. Tipos de documentos que constam mais vezes nos processos familiares de habitação

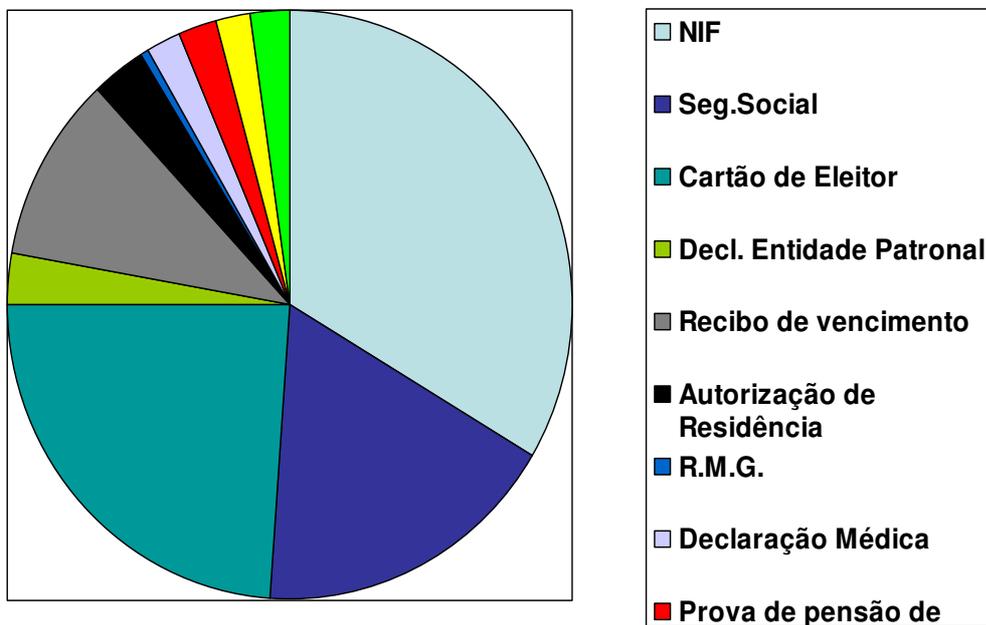


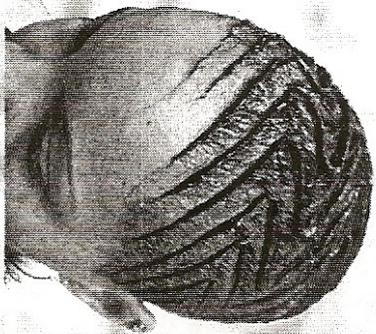
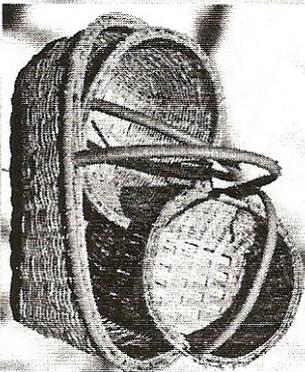
■ SNS
■ RMG
■ AR
■ CRC
■ NIF
■ FIN

9. Do total de agregados cujos processos foram analisados (65), entregas de IRS e do Atestado de Residência da Junta de Freguesia da Portela



10. Outros tipos de documentos entregues pelos adultos (total: 237)





ASSOCIAÇÃO CULTURAL MOINHO DA JUVENTUDE
 TRAVESSA DO OUTEIRO, Nº 1
 ALTO DA COVA DA MOURA
 BURACA 2610 - 202 AMADORA
 TEL. 214 971 070 / 214 905 120
 FAX 214 974 027
ocmoinhojuventude@mail.telepac.pt

Sabura,

o projecto de "Percurso guiados na Cova da Moura"
 convida-vos para descobrir o Roteiro das Ilhas.

Descubra os cabeleiros e a sua arte,

os restaurantes com as suas especialidades:

cachupa; calulu de peixe; congo com galinha; cuscus; rolaço; xerem,
 as mercenarias com as cores dos legumes e especiarias africanas,
 os cheiros dos frutos tropicais

e aprecie o feijão pedra, o feijão congo, a mentolada africana, o grogue e o poncre.

Faça a sua marcação prévia.



ABURA



uma viagem pelos sabores e saberes de Africa

ASSOCIAÇÃO CULTURAL MOINHO DA JUVENTUDE

Tipos de atendimentos e de cartas encontrados nos processos analisados

Atendimentos	Tipos encontrados	Cartas	Tipos encontrados
i	informação sobre situação profissional do agregado	i	informa os serviços de que irá viajar por motivo de férias
ii	justificação sobre ausência do agregado da casa	ii	informa os serviços de que irá viajar devido a um casamento na família
iii	justificação de opção do casal para explicar situação de desemprego permanente (domésticas)	iii	informa os serviços de que irá viajar por motivos de trabalho e sublinha que não irá viver para Londres
iv	informação sobre doença para justificar o facto de não estar empregado	iv	informa os serviços de que irá viajar por motivo de doença de um familiar próximo
v	informação sobre doenças de um ou mais elementos do agregado	v	solicitação para que um dos elementos do agregado familiar seja integrado no PER
vi	justificação sobre viagens devido a doença	vi	pedido de alojamento urgente devido a condições de habitabilidade
vii	informação sobre ausência de casa por motivos de trabalho fora do país	vii	informação de que a barraca de residência foi cedida aos actuais residentes
viii	informação sobre variabilidade residencial dentro do bairro	viii	pedido de transferência de barraca
ix	dedução do técnico relativamente a uma alternativa habitacional	ix	carta em representação do morador por outra entidade
x	procura de confirmação sobre alternativas habitacionais	x	cartas dos serviços internos
xi	informação sobre alteração de residência de um dos elementos	xi	reclamação sobre barracas vizinhas vazias
xii	informação sobre alteração de estado civil de um dos membros	xii	explicação de motivos para aumentar a barraca
xiii	elementos do agregado que foram viver para Chelas ou para Santo António dos Cavaleiros	xiii	demonstra interesse num espaço comercial do bairro social onde será realojado

Atendimentos	Tipos		Cartas	Tipos
xiv	auto-exclusão de um ou mais elementos do agregado		xiv	declaração de desistência do PER de um dos elementos do agregado familiar
xv	pedido de transferência de barraca		xv	pedido de que a demolição da loja no bairro de barracas seja adiada, por motivo de não ter conseguido um espaço comercial no bairro social no âmbito do concurso próprio
xvi	pedido de aumento da tipologia da casa		xvi	pedido formal de desdobramento, em vez de atribuição de um fogo maior
xvii	pedido de desdobramento do agregado		xvii	pedido de alteração dos dados do PER relativamente a uma barraca devido a não residência dos anteriores e actual residência de outros, da mesma família
xviii	pedido de integração de um elemento no agregado familiar		xviii	pedido de atribuição de uma casa no bairro social junto da sua família
xix	pedido para realojamento antecipado		xix	pedido de transferência de barraca devido a casamento (da barraca dos pais para a barraca da sogra)
xx	informação sobre más condições de habitabilidade para justificar necessidade urgente de realojamento		xx	uma parte de uma família vai viver para uma barraca também da sua família, já não residente. Pede para poder continuar a residir lá, posteriormente a receber um edital
xxi	informação sobre doença para justificar necessidade urgente de alojamento		xxi	pedido de troca de familiares no agregado PER. Moravam uns e agora moram outros, por motivo de casamento (uma mulher sai e vêm outras duas mulheres, que casaram com os filhos)

Atendimentos	Tipos		Cartas	Tipos
xxii	solicitação de informação sobre momento do realojamento		xxii	declaração de ausência da barraca onde foi recenseado e passagem para outra barraca (uma mulher que casou com um rapaz do bairro)
xxiii	solicitação de informação sobre tipologia da casa			
xxiv	atendimento para recepção de documentos ou para pedir documentos			
xxv	visitas domiciliares para confirmação dos elementos do agregado			
xxvi	visitas domiciliares com indicação das condições de habitabilidade			
xxvii	aumento da tipologia automática devido a aumento natural do agregado (filhos)			
xxviii	encaminhamento do agregado para a segurança social devido a problemas económicos e/ou de doença			
xxix	notificação da demolição da barraca			
xxx	solicitação de PER-Famílias (de acordo com uma sugestão)			
xxxi	dificuldade em encontrar casas dentro do orçamento do PER-Famílias			
xxxii	expectativa manifesta relativamente ao realojamento no bairro Alfredo Bensaúde			
xxxiii	referência a problemas nas casas vizinhas			
xxxiv	referência a problemas devidos às demolições e/ou à não remoção do entulho			
xxxv	indicação de vizinhos que foram viver para Londres			

Atendimentos	Tipos
xxxvi	informação sobre pagamento de renda a terceiros
xxxvii	solicitação de informação sobre espaços comerciais no bairro social
xxxviii	problemas devido à demora da transferência do espaço comercial
xxxix	complicações dos processos devido a nomes parecidos
xl	efectivação do realojamento com entrega de tipologia e/ou chave
xli	suspeitas dos serviços relativamente a existência de outro processo no concelho vizinho
xlii	sobre responsabilidade dos titulares dos processos PER que têm outro agregado familiar a residir na sua barraca, a encontrar alternativa habitacional para essas pessoas
xliii	manifestação do desejo de ser realojado num determinado piso
xliv	manifestação do desejo de ser realojado ali perto
xlv	dúvidas dos moradores sobre como e quando se processa o realojamento em si
xlvi	pedido de puxada de água
xlvii	informação de que a família recebe um financiamento do estado inglês
xlviii	indicação de imigração (temporária ou definitiva) para Londres

Situações mais referenciadas nos atendimentos, por ordem de recorrência

1	Visitas domiciliares para confirmação dos elementos do agregado
2	Visitas domiciliares com indicação das condições de habitabilidade
3	Atendimento para recepção de documentos ou para pedir documentos
4	Informação sobre situação profissional do agregado
5	Indicação de migração (temporária ou definitiva) para Londres
6	Solicitação de PER-Famílias (de acordo com uma sugestão do técnico)
7	Informação sobre ausência de casa por motivos de trabalho fora do país
8	Informação sobre variabilidade residencial dentro do bairro
8	Pedido de integração de um elemento no agregado familiar
8	Dúvidas dos moradores sobre como e quando se processa o realojamento em si
11	Justificação sobre ausência do agregado da casa
11	Informação sobre alteração de estado civil de um dos membros
11	Aumento da tipologia automática devido a aumento natural do agregado (filhos)
14	Informação sobre doenças de um ou mais elementos do agregado
14	Pedido de transferência de barraca
14	Manifestação do desejo de ser realojado num determinado piso
17	Efectivação do realojamento com entrega de tipologia e/ou chave
18	Informação sobre doença para justificar necessidade urgente de alojamento
18	Notificação da demolição da barraca
18	Dificuldade em encontrar casas dentro do orçamento do PER-Famílias
21	Informação sobre alteração de residência de um dos elementos
21	Pedido de desdobramento do agregado
21	Solicitação de informação sobre tipologia da casa
21	Expectativa manifesta relativamente ao realojamento no bairro Alfredo Bensaúde
21	Solicitação de informação sobre espaços comerciais no bairro social
21	Manifestação do desejo de ser realojado ali perto
27	Justificação de opção do casal para explicar situação de desemprego permanente (domésticas)
27	Informação sobre doença para justificar o facto de não estar empregado
27	Justificação sobre viagens devido a doença
27	Informação sobre más condições de habitabilidade para justificar necessidade urgente de realojamento
27	Solicitação de informação sobre momento do realojamento

Processos analisados e contexto de origem correspondente a cada agregado

processos vistos	agreg contexto cult orig		processos vistos	agreg contexto cult orig	
1	hind	Processos vistos aleatoriamente	39	hind	Processos de agregados já realojados no Bairro Social da Av. Alfredo Bensaúde
2	lamego		40	moscavide	
3	hind		41	hind	
4	hind		42	hind	
5	hind		43	hind	
6	hind		44	hind	
7	hind		45	hind	
8	hind		46	penafiel	
9	hind		47	hind	
10	hind		48	hind	
11	hind		49	hind	
12	hind	Processos com atendimento em Janeiro-Fevereiro de 2006	50	cab	Processos vistos depois de nova autorização
13	cab/lx		51	hind	
14	hind		52	hind	
15	tarouca		53	hind	
16	hind		54	hind	
17	hind		55	saotome	
18	hind	56	moç		
19	hind	57	hind		
20	hind	58	hind		
21	benavente	59	hind		
22	hind	60	hind		
23	tarouca	61	moç		
24	lamego	62	hind		
25	cab	63	hind		
26	tarouca	64	hind		
27	cab	65	hind		
28	hind				
29	hind				
30	hind				
31	hind				
32	cab				
33	hind				
34	hind				
35	hind				
36	hind				
37	hind				
38	hind				

acrónimos	significado
hind	Hindus
cab/lx	Cabo-verdeanos a viver em Lisboa
cab	Cabo-verdeanos
saotome	São Tomenses
moç	Moçambique

contexto cultural de origem português	
Tarouca	
Lamego	
Benavente	
Penafiel	
Moscavide	

Enunciado das profissões encontradas nos processos analisados

Caixeiro-ajudante
Canalizador
Cantoneiro de limpeza
Carpinteiro
Catering
Comerciante
Comércio importação-exportação
Construção civil - encarregado
Construção civil - não especificado
Doméstica
Electricista
Empregado de armazém
Empregado de balcão
Empregada de limpezas
Empregada de supermercado
Empregado de vidraria
Ferreiro
Gerente
Mulher-a-dias
Pedreiro
Pintor e estucador
Quiosque - dono
Reformado
Servente
Sub-empregado
Vendedor ambulante
Vendedor num mercado

Nota: Nos processos analisados, apenas 37% dos indivíduos constantes referem uma ocupação profissional